



A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em Foco

Relatório COBRADI 2021

Autores(as): Rafael T. Schleicher (coordenador); Concepta McManus; Cristina Sydow; Igor Araújo; Polianna Portela; Paula Barros

Produto editorial: Relatório Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI)

Cidade: Brasília

Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Ano: 2022

Edição: 1°

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em Foco

Relatório COBRADI 2021

Rafael T. Schleicher (Coordenador)
Concepta McManus
Cristina Sydow
Igor Araújo
Paula Barros
Polianna Portela

SUMÁRIO

Introdução - Entre Pandemia e Cooperação Internacional: O Equilíbrio Brasileiro em 2021	14
Capítulo 1 – A Pesquisa COBRADI 2021-2024: Novos Horizontes Metodológicos	31
1.1 - Saúde Pública: Quanto e como o Brasil gasta com assistência em saúde à estrangeiros Não-Residentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)?	37
1.2 – Educação Superior, Técnica e Tecnológica: Quanto custa um estudante estrangeiro para as Instituições de Ensino Superior Brasileiras?	44
1.3 – Refugiados e Solicitantes de Refúgio: Quantos são, quem são e quanto custam para as políticas sociais do Brasil?	55
1.4 - Para além da Cooperação Prestada e Recebida: Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional do Brasil	65
Capítulo 2 – Uma Visão Geral da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional em 2021	72
2.1 – Instituições Responsáveis pela CID	78
2.2 – Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável	83
2.3 – Setor Econômico-Industrial (Classificação ISIC)	88
2.4 – Modalidades de Cooperação Internacional	93
2.5 – Arranjos e Canais de Cooperação Internacional	98
Capítulo 3 – Iniciativas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional: Uma Visão a Partir das Instituições Brasileiras	103
3.1 – Contribuições à Organizações, Fundos e outras Iniciativas (Modalidade B)	104
3.1.1 <i>Agência Nacional de Cinema</i>	106
3.1.2 <i>Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais</i>	107
3.1.3 <i>Defensoria Pública da União</i>	108
3.1.4 <i>Ministério de Minas e Energia</i>	110
3.1.5 <i>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i>	111
3.1.6 <i>Ministério da Economia</i>	111
3.2 - Projetos e Cooperação Técnica Internacional (Modalidades C e D)	113
3.2.1 <i>Advocacia Geral da União (AGU)</i>	115
3.2.2 <i>Agência Brasileira de Cooperação: Cooperação Técnica Internacional</i>	116
3.2.3 <i>Agência Nacional de Aviação Civil</i>	120
3.2.4 <i>Agência Nacional de Telecomunicações</i>	121
3.2.5 <i>Agência Nacional de Transportes Aquaviários</i>	122
3.2.6 <i>Arquivo Nacional</i>	123

3.2.7 Banco Central do Brasil	124
3.2.8 Defensoria Pública da União	126
3.2.9 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	128
3.2.10 Escola Nacional de Administração Pública	129
3.2.11 Fundação Oswaldo Cruz	131
3.2.12 Governo do Distrito Federal	134
3.2.13 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	135
3.2.14 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	136
3.2.15 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	137
3.2.16 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	138
3.2.17 Ministério da Defesa	139
3.2.18 Superintendência de Seguros Privados	140
3.2.19 Agência Nacional de Saúde Suplementar	141
3.2.20 Instituto Butantan	142
3.3 – Cooperação Humanitária, Missões de Paz e Refugiados (Modalidades G, I e J)	143
3.3.1 Agência Brasileira de Cooperação (Divisão de Cooperação Humanitária)	145
3.3.2 Companhia Nacional de Abastecimento	147
3.3.3 Ministério da Defesa	148
3.3.4 Ministério da Saúde	149
3.4 – Cooperação Educacional (Modalidade E)	150
3.4.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	152
3.4.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	154
3.4.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	159
3.4.4 Ministério da Educação	163
3.4.5 Ministério de Relações Exteriores	165
3.5 – Cooperação Científica e Tecnológica (Modalidade K)	168
3.5.1 Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	169
3.5.2 Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	170
3.5.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	171
Capítulo 4 – A Cooperação Educacional e Científica Brasileiras: Mobilidade, Redes de Pesquisa e Internacionalização das IES Brasileiras	173
4.1 - Mobilidade Internacional Estudantil: De onde vem e para onde vão os Estudantes e Professores?	177
4.2 – Redes Internacionais de Pesquisa do Brasil: Quem produz o que e com quem?	184
4.3 – Internacionalização do Ensino Superior: Como é a participação das IES Brasileiras?	196

Referências	207
Bibliografia Complementar	208
Anexo I – Modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	210
Anexo II – Internações Hospitalares no Âmbito do SUS de Nacionais de Países em Desenvolvimento (2021)	213
Anexo III - Estatísticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Brasil por Instituição Responsável (2021)	217
Anexo IV – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por ODS (2021)	220
Anexo V – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Setor Econômico (2021)	221
Anexo VI – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Modalidade de Cooperação Internacional (2021)	222
Anexo VII – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Arranjos e Canais de Cooperação Internacional (2021)	224

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGU - Advocacia-Geral da União
ALA - Associação Latino-Americana de Arquivos
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALA - Associação Latino-Americana de Arquivos
ALAP - Associação Latino-Americana de Advocacias e Procuradorias de Estado
AN - Arquivo Nacional
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviário
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar
ARCTEL-CPLP - Associação dos Reguladores de Comunicações e Telecomunicações dos Países da CPLP
ASAIN - Assessoria de Articulação Institucional
ARSEG - Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros
BLODEPM - Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul
BRAFITEC - BRASil France Ingénieur TECnologia
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAACI - Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-americanas
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAJI - Coordenação de Assistência Jurídica Internacional
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCs — Comissões Brasileiras de Comunicação
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
Cemaden - Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
CGCH - Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária
CGF - Green Climate Fund – GCF (Fundo Verde do Clima)
CIA - Conselho Internacional de Arquivos
Citel - Comissão Interamericana de Telecomunicações
CID - Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
CNC - Centre National du Cinéma et de l'image animée
CNCA - Conselho Nacional da Cultura e das Artes
CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas
COBRADI - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONARE - Comitê Nacional para Refugiados do Ministério da Justiça e Segurança Pública
CONASS - Conselho Nacional de Secretários da Saúde
CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
COSEMS - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

COSP/UNCAC - Conferência Estados-Parte da Convenção da ONU Contra Corrupção
COSPAR - COMMITTEE ON SPACE RESEARCH
COFIEIX - Comissão de Financiamentos Externos
COVID-19 -
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSSD - Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento
CTI - Cooperação Técnica Internacional
CTRAD - Coordenação de Tradução
DAAD - Serviço Alemão de Acordos Acadêmicos
DCLP - Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPI - Defensores Públicos Interamericanos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
CERN - European Organization for Nuclear Research
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FIAF - Federação Internacional de Arquivos de Filmes
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FSB - Financial Stability Board (Conselho de Estabilidade Financeira)
Gafilat — Grupo de Ação Financeira da América Latina
Gafi/FATF - Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo
GT - Grupo de Trabalho
GTMAR - Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio
G20 - Grupo das 19 maiores economias e União Européia
G24 - Grupo de 24 países em desenvolvimento
IAEG-SDGs - Inter-agency and Expert Group on Sustainable Development Goals Indicators
Icann - Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA, I.P. - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P
ICAU - Instituto do Cinema e Audiovisual do Uruguai
ICCROM - Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
IES - Instituições de Ensino Superior Públicas
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IMCINE - Instituto Mexicano de Cinematografia
IMSO - Organização Internacional de Satélites Móveis
INACOM — Instituto Nacional das Comunicações de Angola
INCAA - Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales
INCM — Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPO - International Police Officer
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISDA - International Swaps and Derivatives Association

ISIC - Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas das Nações Unidas
ITSO - Organização Internacional de Satélites de Telecomunicações
KAUST - King Abdullah University of Science and Technology
MdE -
MEC - Ministério da Educação
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MIBAC - Ministero dei beni e delle attività culturali
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MME - Ministério de Minas e Energia
MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NBD - Novo Banco de Desenvolvimento
PNMA - Plano Nacional de Monitoramento da Aquicultura
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Obmigra - Observatório de Migrações
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA - Organização dos Estados Americanos
OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OIE - Organização Mundial da Saúde Animal
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OIV - International Organisation of Vine and Wine
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMA - Programa Mundial de Alimentos
PPN - Procuración Penitenciaria de la Nación Argentina
Prevfogo - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PRINT - Programa Institucional de Internacionalização
RAADH - Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul
REDPO - Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul
Regulatel - Foro Latino Americano de Entes Reguladores
RINDHCA - Red de Instituciones Nacionales para la Promoción y Protección de los Derechos Humanos del Continente Americano
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAIN - Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais
SCAR - Comitê Científico de Pesquisa Antártica
SCOR - Comitê Científico de Pesquisas Oceânicas
SCDP - Sistema de Concessão de Passagens e Diárias do Governo Federal
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SECINT - Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

SGP/ME - Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia
SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SIH - Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde (MS)
SIM — módulo de identificação do assinante, em inglês, subscriber identity module
SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SUS - Sistema Único de Saúde
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação
TOSSD - Total Official Support for Sustainable Development
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UIF - Unidades de Inteligência Financeira
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNECE - Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF - Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas
UNISDR - Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres
UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos
UNRWA - Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede Social das Instituições Responsáveis pela CID Brasileira por ODS (2021)	26
Figura 2: Distribuição das Internações pelo Território brasileiro (2021)	46
Figura 3: Cronograma Anual da Pesquisa COBRADI	73
Figura 4: Fiocruz – Origem dos Estudantes Apoiados pela Fundação (2021)	134
Figura 5: ABC – Gastos Totais com Cooperação Humanitária por País (2021)	146
Figura 6: CAPES – Países Parceiros por Número de Iniciativas de Cooperação (2021)	155
Figura 7: FAPESP – Gastos Totais por País (2021)	162
Figura 8: MEC – Países de Origem dos Estudantes Estrangeiros no Brasil (2021)	165
Figura 9: Mobilidade Internacional Estudantil – <i>Inbound-Outbound</i> (2021)	180
Figura 10: <i>Inbound Mobility</i> – De Onde Vieram os Estudantes do Brasil? (2021)	181
Figura 11: <i>Inbound Mobility</i> – Quais Foram os Principais Países de Origem dos Estudantes Que Vieram ao Brasil? (2021)	181
Figura 12: <i>Outbound Mobility</i> – Para Onde Foram os Estudantes do Brasil? (2021)	182
Figura 13: <i>Outbound Mobility</i> – Quais Foram os Principais Destinos dos Estudantes do Brasil? (2021)	183
Figura 14: <i>Outbound Mobility</i> – Para Onde Foram os Professores Brasileiros? (2021)	184
Figura 15: Colaboração Internacional Brasileira em Publicações por País (2012-2021)	186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de Novos Casos de Covid-19 por Semana Epidemiológica (2021)	15
Gráfico 2: Número Total de Afastamentos por Covid-19 na Administração Pública Federal do Brasil (2021)	16
Gráfico 3: Total de Afastamentos por Covid-19 nos Órgãos Superiores da Administração Pública Federal (2021)	17
Gráfico 4: Número de Afastamentos por COVID-19 na Administração Pública Federal, por Nível Hierárquico (2021)	18
Gráfico 5: Produção Ambulatorial do SUS por Região de Atendimento (2021)	40
Gráfico 6: Número de Internações por Nacionalidade — Top 20 (2021)	42
Gráfico 7: Gasto com Internações por Nacionalidade – Top 20 (2021)	43
Gráfico 8: Gasto Total e Número de Internações por CID-10 – Top 10 (2021)	44
Gráfico 9: COVID-19 - Gasto Total e Número de Internações – Top 10 (2021)	44
Gráfico 10: Partos Espontâneos Cefálicos: Gasto Total e Número de Internações – Top 10 (2021)	45
Gráfico 11: Estudantes PEC-G Matriculados em Graduação – Top 10 (2021)	52
Gráfico 12: Estudantes PEC-PG e PRINT matriculados em Doutorado e Pós-Doutorado – Top 10 (2021)	53
Gráfico 13: Custo Corrente / Aluno Equivalente em Tempo Integral	54
Gráfico 14: Número de Solicitações de Refúgio no Brasil (2011 – 2021)	56
Gráfico 15: Número de Solicitações de Refúgio no Brasil, por Faixa Etária (2021)	57
Gráfico 16: Número de Solicitações de Refúgio no Brasil, por Sexo (2021)	58
Gráfico 17: Número de Refugiados Reconhecidos no Brasil por Ano (2011-2021)	59
Gráfico 18: Refugiados Reconhecidos no Brasil por Faixa Etária (2021)	59
Gráfico 19: Número de Refugiados Reconhecidos por Sexo (2021)	60
Gráfico 20: Taxa de Reconhecimento de Status de Refugiado no Brasil - Nacionalidades Seleccionadas (2011-2021)	61
Gráfico 21: Total de Refugiados Reassentados no Brasil Por Nacionalidade (2002-2021)	62
Gráfico 22: Fluxo de Refugiados Reassentados no Brasil (2002-2021)	62
Gráfico 23: Fluxo de Respostas na Pesquisa COBRADI 2021	76
Gráfico 24: Distribuição do Gasto Total em CID por Instituição Responsável – 10 Primeiras Instituições (2021)	79
Gráfico 25: Gasto Total em CID por Instituição Responsável – 10 Principais Instituições (2021)	80
Gráfico 26: Número de Iniciativas em CID por Instituição Responsável: 10 Principais Instituições (2021)	81

Gráfico 27: Gasto Total com Horas Técnicas em CID por Instituição Responsável: 10 Principais Instituições (2021)	82
Gráfico 28: Número de Horas Técnicas em CID por Instituição Responsável: 10 Principais Instituições (2021)	83
Gráfico 29: Gasto Total em CID pelo Primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	85
Gráfico 30: Gasto Total em CID por Primeira Meta de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	86
Gráfico 31: Número de Iniciativas em CID por Primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	87
Gráfico 32: Número de Iniciativas em CID por Meta de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	88
Grupo 33: Gasto Total em CID por Setor Econômico: Classificação ISIC (2021)	90
Gráfico 34: Gasto Total por Setores Econômicos Selecionados em CID: Classificação ISIC (2021)	91
Gráfico 35: Número de Iniciativas por Setor Econômico em CID: Classificação ISIC (2021)	92
Gráfico 36: Número de Iniciativas por Detalhe de Setor Econômico em CID: Classificação ISIC (2021)	93
Gráfico 37: Gasto Total por Modalidade de Cooperação Internacional (2021)	95
Gráfico 38: Número de Iniciativas por Modalidade de Cooperação Internacional (2021)	96
Gráfico 39: % do Gasto Total por Arranjo de CID (2021)	100
Gráfico 40: % de Iniciativas por Arranjo de CID	101
Gráfico 41: Detalhamento de Gastos na Modalidade “B – Contribuições Financeiras à Programas e Fundos” (2021)	105
Gráfico 42: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “C — Projetos” e “D — Cooperação Técnica” (2021)	114
Gráfico 43: ABC – Gasto Total com Cooperação Técnica Internacional e Projetos por Subitem (2021)	117
Gráfico 44: ABC – Iniciativas de Cooperação Internacional por Modalidade e Subitem (2021)	118
Gráfico 45: ABC – Classificação das Iniciativas de Cooperação por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	119
Gráfico 46: ABC – Classificação das Iniciativas de Cooperação por Setor Econômico ISIC (2021)	120
Gráfico 47: Projetos de Cooperação Internacional patrocinados pelo Banco Central do Brasil.	125
Gráfico 48: Defensoria Pública da União: Total de Iniciativas por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)	127
Gráfico 49: ENAP — Iniciativas nas Modalidades C e D por Arranjo de Cooperação Internacional	131
Gráfico 50: Fiocruz — Iniciativas de CID por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)	132
Gráfico 51: Fiocruz — Iniciativas de CID por Arranjo, Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	133
Gráfico 52: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “G”, “I”, “J” (2021)	143
Gráfico 53: Atuação Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional por país e instituição atuante	147
Gráfico 54: Ministério da Saúde — Gastos com Internações Hospitalares para Estrangeiros de Países em Desenvolvimento custeadas pelo SUS (2021)	150
Gráfico 55: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “E – Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes” (2021)	151
Gráfico 56: CNPq — Iniciativas no Arranjo de Cooperação Norte-Sul	153
Gráfico 57: CNPq – Iniciativas no Arranjo de Cooperação Sul-Sul	154
Gráfico 58: CAPES — Gastos com Iniciativas de Cooperação Sul-Norte por País – Top 10 (2021)	156
Gráfico 59: CAPES - Gastos em Cooperação Sul-Norte por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	157
Gráfico 60: CAPES – Gastos com Iniciativas de Cooperação Sul-Sul por País - Top 10 (2021)	158
Gráfico 61: CAPES - Gastos em Cooperação Sul-Sul por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	158
Gráfico 62: CAPES – Características das Bolsas e Auxílios Concedidos por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)	159

Gráfico 63: FAPESP – Iniciativas por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	160
Gráfico 64: FAPESP – Iniciativas por Arranjo e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	161
Gráfico 65: FAPESP – Tipos de Auxílio e Bolsas por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)	163
Gráfico 66: MEC – Distribuição dos Gastos com Isenção de Matrícula em IES Brasileiras (2021)	164
Gráfico 67: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “K – Pesquisa e Desenvolvimento” (2021)	168
Gráfico 68: EMBRAPPII – Gastos Totais por Setor Econômico ISIC (2021)	171
Gráfico 69: FAPESP – Gastos Totais por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	172
Gráfico 70: FAPESP – Gastos Totais por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)	172
Gráfico 71: Agências de Fomento Brasileiras: Número de Citações em Publicações – Top 10 (2021)	175
Gráfico 72: CAPES, CNPq e FAPESP: Número Total de Citações (2012-2021)	176
Gráfico 73: Gastos Brasileiros com Mobilidade Internacional Estudantil <i>Inbound-Outbound</i> (2021)	179
Gráfico 74: Total de Publicações Brasileiras: Redes Domésticas, Internacionais e Total (2012-2021)	188
Gráfico 75: Variação Anual do Total de Publicações Brasileiras - Redes Domésticas, Internacionais e Total (2012-2021)	189
Gráfico 76: Número de Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais (2012-2021)	190
Gráfico 77: Impacto das Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais e Total (2012-2021)	190
Gráfico 78: Impacto Relativo das Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais e Total (2012-2021)	191
Gráfico 79: Variação Absoluta e Relativa do Impacto das Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais (2012 – 2021)	192
Gráfico 80: Total de Publicações Brasileiras por Área de Conhecimento (2021)	193
Gráfico 81: Participação Percentual de Áreas de Conhecimento pelo Total de Publicações Brasileiras (2012-2021)	194
Gráfico 82: % de Publicações Brasileiras por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Redes Domésticas e Internacionais (2021)	195
Gráfico 83: Impacto das Publicações Brasileiras por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	196
Gráfico 84: Número de Publicações de IES Brasileiras em Redes Internacionais de Pesquisa – Top 20 (2021)	198
Gráfico 85: Publicações de IES Brasileiras em Redes Interacionais de Pesquisa: Distribuição por Estados da Federação (2021)	199
Gráfico 86: Instituições Responsáveis por Iniciativas em IES Brasileiras – Top 10 (2021)	200
Gráfico 87: Iniciativas de IES Brasileiras por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	200
Gráfico 88: Iniciativas de IES Brasileiras por Metas de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)	201
Gráfico 89: Iniciativas de IES Brasileiras por Setor Econômico – Classificação ISIC (2021)	202
Gráfico 90: Inciativas de IES Brasileiras por Setores Econômicos Seleccionados – Classificação ISIC (2021)	202
Gráfico 91: Iniciativas de IES Brasileiras por Modalidade de Cooperação (2021)	203
Gráfico 92: Iniciativas de IES Brasileiras por Subitens de Cooperação Internacional (2021)	204
Gráfico 93: Iniciativas de IES Brasileiras por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perguntas Orientadoras da Pesquisa COBRADI	34
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de Interesse para a Pesquisa COBRADI 2021: Refugiados e Solicitantes de Refúgio no Brasil (2017 – 2021)	64
Tabela 2: Cooperação Técnica Internacional Sul-Norte (2021)	67
Tabela 3: Projetos de Cooperação via Execução Nacional do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2021)	69
Tabela 4: Modalidades e Subitens de Cooperação Internacional (2021)	97
Tabela 5: Arranjos e Canais de Cooperação Internacional (2021)	102
Tabela 6: Modalidade de Cooperação Internacional “B – Contribuições Financeiras à Programas e Fundos” (2021)	105
Tabela 7: Defensoria Pública da União – Iniciativas na Modalidade B por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)	110
Tabela 8: Modalidade de Cooperação Internacional “C — Projetos” e “D — Cooperação Técnica” (2021)	114
Tabela 9: Defensoria Pública da União: Iniciativas na Modalidade C por Arranjo de Cooperação internacional	127
Tabela 10: Defensoria Pública da União: Iniciativas na Modalidade D por Arranjo de Cooperação Internacional	128
Tabela 11: INEP — Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular por Parceiro (2021)	137
Tabela 12: MCTI em 2021 na Modalidade B - Contribuições Voluntárias da União a Organismos Internacionais	138
Tabela 13: Modalidades de Cooperação Internacional, “G — Custos Administrativos”, “I — Apoio a Refugiados, Solicitantes e Pessoas Protegidas”, “J — Doações em Espécie” (2021)	144
Tabela 14: Modalidades de Cooperação Internacional “E — Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes” (2021)	151
Tabela 15: CNPq – Iniciativas por Arranjos de Cooperação Internacional	153
Tabela 16: Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros, por país	166
Tabela 17: Cursos de Português para Estrangeiros fora do Brasil	167
Tabela 18: Modalidades de Cooperação Internacional “K – Pesquisa e Desenvolvimento” (2021)	169
Tabela 19: Colaboração Internacional Brasileira em Publicações por País – Top 20 (2012-2021)	187
Tabela 20: Estatísticas de Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais (2012-2021)	188
Tabela 21: Iniciativas de IES Brasileiras por Arranjo de Cooperação Internacional e Canal de Implementação (2021)	205

Introdução – Entre Pandemia e Cooperação Internacional: O Equilíbrio Brasileiro em 2021

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil foi um dos países mais afetados pela Pandemia de Covid-19, tendo registrado um total absoluto de quase 35 milhões de casos e 688.567 mortes por Covid-19 entre fevereiro de 2020 e novembro de 2022.¹ Tais dados tornam o Brasil o segundo país que mais registrou mortes por Covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos, país que registrou 1.100.121 mortes pelo vírus no mesmo período. Em termos do total absoluto de pessoas infectadas, o Brasil figura em quinto lugar neste mesmo período selecionado, atrás apenas dos Estados Unidos (1º), Índia (2º), França (3º) e Alemanha (4º).

Embora a mortalidade excedente de mais de 14 milhões ligada à Covid-19 estimada pela OMS para os dois primeiros anos da Pandemia esteja mais concentrada no Sudeste Asiático, Europa e Américas,² já se sabe que os efeitos da Pandemia vão muito além das mortes, impactando no retorno de doenças como Sarampo,³ e outras Doenças Tropicais Negligenciadas, como a Malária (Solomon, 2021). No Brasil, o real impacto da Pandemia de Covid-19 na saúde de longo prazo da população ainda necessita de estudos mais aprofundados (Werneck, 2022). Entretanto, já se estima que especialmente os dois primeiros anos da Pandemia tenham contribuído para a queda de 1.3 anos na expectativa de vida ao nascimento (Castro et. al, 2021) e para a subnotificação da epidemia de dengue, que coincidiu com a de Covid-19 no Brasil (Rabiu et. al, 2022).

Examinando os dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) ilustrados no Gráfico 1 a seguir, vê-se que em 2021 o grande número de contaminações ocorreu no primeiro semestre, em um período que ficou marcado como a “segunda onda” da Covid-19. Conhecida pelo nome da variante do vírus que lhe deu origem, a onda da variante Omicron teve impactos severos para a população brasileira como um todo em 2021, tanto em termos de contaminações quanto de mortes, cujos totais já foram ilustrados anteriormente. No Gráfico 1, percebe-se que três quartos das contaminações se deram no primeiro semestre ou até o final da 26ª semana

¹ <https://covid19.who.int/>, acessado em 12 de novembro de 2022.

² <https://www.who.int/data/stories/global-excess-deaths-associated-with-covid-19-january-2020-december-2021/>, acessado em 12 de novembro de 2022.

³ <https://www.who.int/news/item/27-04-2022-unicef-and-who-warn-of--perfect-storm--of-conditions-for-measles-outbreaks--affecting-children>, acessado em 12 de novembro de 2022.

epidemiológica (11.025.620), em comparação com o segundo semestre do ano de 2021, equivalente às semanas epidemiológicas de 27 a 52 (3.549.482).

Gráfico 1: Total de Novos Casos de Covid-19 por Semana Epidemiológica (2021)



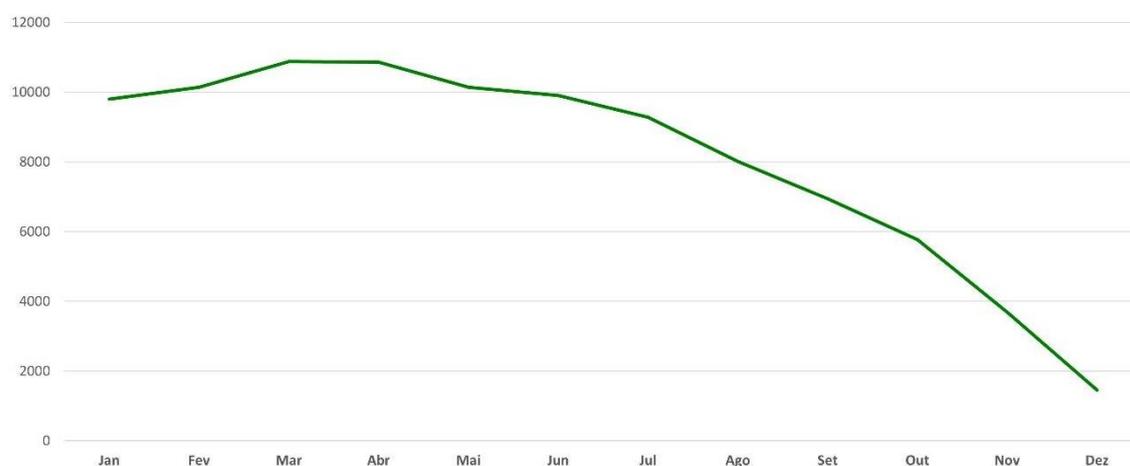
Fonte: Painel Nacional: COVID-19, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

Embora os impactos da Pandemia na saúde da população brasileira e em outras áreas como trabalho e emprego, (Lameiras *et. al.*, 2021), cultura (Góes *et. al.*, 2022), saúde (IPEA, 2022), pobreza (Neri, 2022;), desigualdade (Costa *et. al.*, 2021; Souza; 2021), infância (Rocha & Resende, 2022) e educação (Castioni *et. al.*, 2021; Nascimento *et. al.*, 2020) tenham sido em alguma medida discutidas, escassas são as análises dos efeitos na Administração Pública Federal brasileira. O exame dos impactos da Covid-19 no contexto da força de trabalho na administração federal é de fundamental importância para a discussão sobre a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (CID) do Brasil por duas razões. A primeira é o fato de ser a União a responsável pela condução da política externa e representação internacional do Brasil. A segunda - e como será discutido em maior profundidade na subseção 2.5 deste relatório - é o fato de as Instituições Federais concentrarem grande parte do gasto e da implementação das iniciativas de Cooperação Prestada pelo Brasil em 2021.

Isolar a força de trabalho dedicada exclusivamente à condução da cooperação internacional de União, Estados e Municípios é uma tarefa extremamente árdua, dado que as instituições públicas de cada ente federativo possuem diferentes arranjos organizacionais, sendo que muitas vezes a representação internacional encontra-se mesclada com as atividades de relações públicas e institucionais. Neste sentido, a melhor

aproximação para discutir os impactos da Pandemia na CID brasileira em 2021 parece de fato o exame dos dados de afastamentos no âmbito da administração pública federal como um todo. Afortunadamente, a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (SGP/ME) mantêm registros detalhados de todos os afastamentos no Governo Federal, contendo marcadores para aqueles referentes à Covid-19. O Gráfico 2 a seguir representa a distribuição mensal do total de afastamentos por Covid-19 registrados em 2021 nas instituições que compõem a Administração Pública Federal brasileira.

Gráfico 2: Número Total de Afastamentos por Covid-19 na Administração Pública Federal do Brasil (2021)

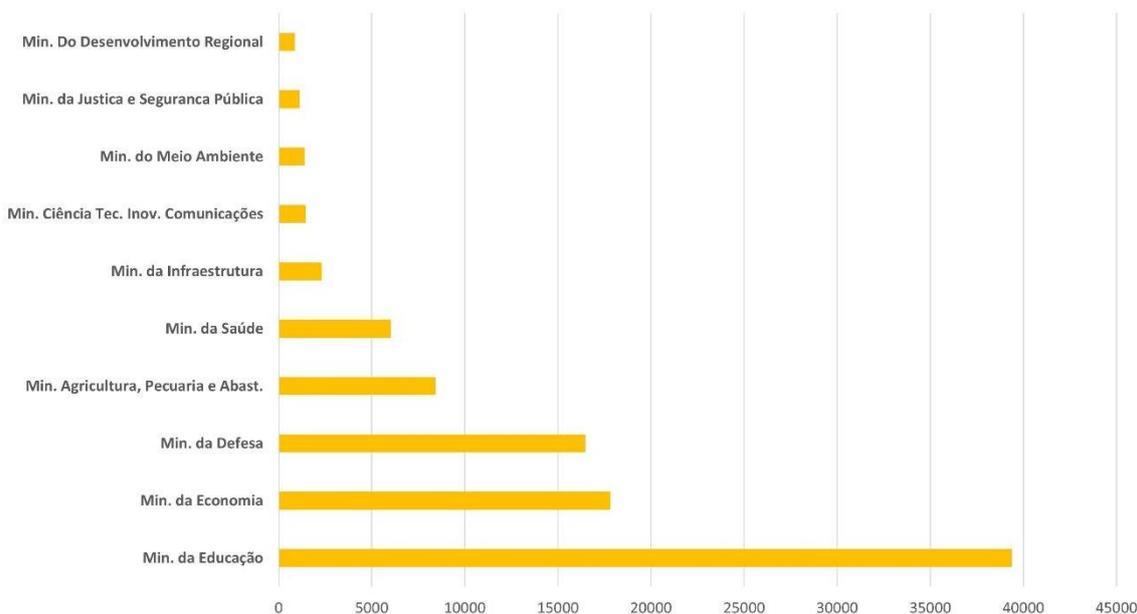


Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia

No total, a SGP/ME registrou 557.783 afastamentos de agentes públicos no período, por diversos motivos. Especificamente, aqueles relacionados a casos de Covid-19 representaram 96.834 afastamentos, ou 17,36% do total. Analisando o total de afastamentos por Covid-19 entre os dez órgãos supervisores da Administração Pública Federal Direta (Ministérios) no Gráfico 3 abaixo, vê-se que os mais afetados foram o Ministério da Educação (39.387 afastamentos, 40,67% do total) e o Ministério da Economia (17.825 afastamentos, 18,4% do total). Embora por razões diferentes, estes dois Ministérios representaram quase 60% dos afastamentos totais por Covid-19 em 2021. É oportuno lembrar que sob a supervisão direta do Ministério da Educação estão 69 Universidades Federais e 38 Institutos Federais, entre outras instituições. No caso do Ministério da Economia, trata-se de um órgão resultante da fusão de três ministérios (Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento & Comércio Exterior). Sabendo que o

número de casos por órgão é proporcional ao tamanho de suas forças de trabalho, seria esperado que os dois ministérios citados estivessem entre os mais impactados em 2021.

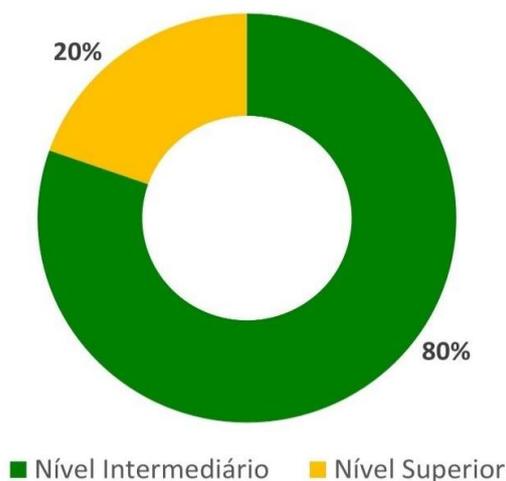
Gráfico 3: Total de Afastamentos por Covid-19 nos Órgãos Superiores da Administração Pública Federal (2021)



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia

Igualmente esperado é que a desigualdade no impacto e na distribuição do fardo da Covid-19 observado na sociedade brasileira no ano de 2021 também fosse observado na administração pública federal, uma vez que as instituições brasileiras tendem a reproduzir os padrões de desigualdade encontrados na sociedade. Assumindo que é verdadeira a correlação direta e positiva entre a remuneração e o nível hierárquico do agente público federal, confirma-se que a distribuição do número total de 96.834 afastamentos por Covid-19 é radicalmente desigual entre agentes detentores de cargos de nível superior e de nível intermediário. Com efeito, e embora haja dados desagregados apenas para 75.713 dos 96.834 afastamentos por Covid-19, pode-se dizer que quatro a cada cinco afastamentos por Covid-19 na administração federal em 2021 foram de ocupantes de cargos de nível intermediário. O Gráfico 4 abaixo ilustra a desigualdade em termos de impactos da Covid-19 para posição hierárquica e renda do agente público federal.

Gráfico 4: Número de Afastamentos por COVID-19 na Administração Pública Federal, por Nível Hierárquico (2021)



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia

A breve análise dos impactos da Covid-19 na administração federal permite três conclusões importantes para a CID Brasileira em 2021. Primeiramente, é inegável pela comparação entre os Gráficos 3 e 4 que os impactos na administração pública federal refletiram tendência muito próxima àquela da população Brasileira. Sabendo que o Brasil foi um dos países mais afetados pela Covid-19 em termos de infecções e mortes, é perfeitamente possível que a força de trabalho responsável pela condução da CID brasileira em suas diversas modalidades tenha sido afetada proporcionalmente ao seu tamanho no total da força de trabalho federal. Em termos de horas de trabalho, por exemplo, assumindo que uma licença médica para tratamento de Covid-19 possui duração média de 7 dias corridos (sem complicações que ensejem internação), seria possível estimar que o Governo Federal empenhou no mínimo 3,8 milhões de horas úteis de trabalho para que os seus 96.834 agentes públicos pudessem se recuperar da doença em sua plenitude.

Em segundo lugar, e ainda mais importante para a CID brasileira, é o fato de a área de Educação abarcar a maioria dos afastamentos por Covid-19. Conforme será discutido detalhadamente ao longo deste relatório, e particularmente no capítulo 4, a Cooperação Educacional e Científica do Brasil possui peso relativo muito importante em termos de número de iniciativas e de gastos. No contato com Universidades, Institutos Federais e CEFETs ao longo da Pesquisa COBRADI 2021, restou claro os profundos efeitos nas atividades de ensino-pesquisa, com várias IES ainda em processo de ajuste de seus calendários acadêmicos no período de coleta de dados da Pesquisa COBRADI 2021.

Relembrando a pesquisa suplementar “Impactos da Pandemia de Covid-19 na Cooperação Internacional Brasileira” (IPEA, 2022), executada especialmente para a Pesquisa COBRADI 2019-2020, percebe-se que algumas dificuldades apontadas em 2020 persistiram em grande parte do ano de 2021, como a adaptação de práticas às plataformas digitais bem como as próprias tendências de exposição da força de trabalho federal em CID à Covid-19.

A terceira e mais importante conclusão é que as atividades de CID brasileiras ainda viveram um razoável estado de suspensão no primeiro semestre de 2021. Pode-se dizer que **os agentes públicos responsáveis pela condução das atividades de CID viveram um estado de equilíbrio institucional em 2021: de um lado mantendo a Cooperação Internacional do Brasil, e de outro observando as medidas sanitárias obrigatórias a toda a população do país.** Entretanto, foi também neste contexto de equilíbrio que diversas instituições promoveram novos arranjos e ideias para a cooperação do Brasil, além de o próprio entendimento da CID brasileira ter sido reinterpretado à luz de novos horizontes metodológicos e parcerias internacionais.

No campo das estratégias e métodos de mensuração e quantificação da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional do Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) finalizou um processo de melhoria e aperfeiçoamento metodológico em curso desde 2018. Fosse pela necessidade de aprimoramento da pesquisa COBRADI para aproximá-la da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento ou simplesmente para efetivamente inserir o Brasil nas discussões internacionais sobre mensuração da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, a parceria entre IPEA, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no âmbito da Força Tarefa do TOSSD (*Total Official Support for Sustainable Development*, em inglês) resolveu um problema metodológico que perdurava desde a criação da Pesquisa COBRADI. Em quase todas as suas edições o IPEA aprimorava a Pesquisa COBRADI, de forma aperfeiçoar conceitos, métodos e estratégias de coleta de dados. Ocorre que as constantes mudanças dificultaram a consolidação de uma metodologia única que permitisse o treinamento efetivo das instituições participantes, a construção de uma série histórica para a CID brasileira, bem como a efetiva utilização dos dados para orientação das ações internacionais do Brasil.

Com a participação brasileira na Força Tarefa do TOSSD e o efetivo compromisso do país no envio de dados para esta iniciativa, as variáveis a serem investigadas pela Pesquisa COBRADI automaticamente receberam um contorno mais estruturado e perene,

conforme discussão que será feita ao longo do Capítulo 1 deste relatório. Além disso, a aproximação entre a metodologia COBRADI e a metodologia TOSSD possibilitou maior nível de detalhamento no que passaria a ser coletado em termos de informação sobre a CID Brasileira, cujos resultados serão discutidos ao longo dos capítulos 2 e 3 deste relatório. Por fim, e por se tratar de uma estrutura estatística internacional cujas discussões são acompanhadas pelo IPEA, a ABC e o IBGE, os dados coletados pela COBRADI passam automaticamente a ter comparabilidade com àqueles de diversos países participantes da Força Tarefa do TOSSD.

Ainda em relação à padronização estatística e a participação do Brasil nos principais fóruns sobre a temática da mensuração da Agenda 2030 e dos ODS, uma segunda oportunidade garantiu ainda mais qualidade para os dados oriundos da pesquisa COBRADI: o novo compromisso brasileiro com o modelo de Quantificação da Cooperação Sul-Sul gerenciado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Essencialmente elaborada no âmbito do Grupo Interagências e de Especialistas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs, em inglês), o modelo encontra-se atualmente em fase de piloto, sendo o Brasil um dos cinco países que testará a metodologia entre 2022-2023. A Pesquisa COBRADI é fonte de dados tanto do compromisso brasileiro com a Força Tarefa do TOSSD quanto para o Modelo de Quantificação da Cooperação Sul-Sul administrado pela UNTAD.

Seja pelos compromissos internacionais do Brasil com TOSSD e UNCTAD quanto pelo próprio interesse do IPEA no aperfeiçoamento da COBRADI, as inovações metodológicas na Pesquisa foram inúmeras, resultando na criação de um ciclo de quatro anos para a sua efetiva implementação. O ciclo 2021-2024 da nova Pesquisa COBRADI traz consigo oito principais inovações.

A primeira é a fixação de seis variáveis centrais para a pesquisa, de forma que se colete dados sistematicamente e regularmente com o melhor nível de desagregação possível. De um lado, passa-se a coletar dados das iniciativas de cooperação internacional desagregados por Instituição Responsável, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável/Metas, Setor Econômico-Industrial, Modalidade de Cooperação Internacional, Arranjo de Cooperação Internacional e Canal de Implementação. Por outro, a pesquisa passa quantificar todas essas variáveis pelo número de iniciativas, gasto direto, número de horas técnicas e valor das horas técnicas (gasto indireto). Além das seis variáveis e quatro formas para quantificá-las, a COBRADI intensifica os esforços para

produzir maior nível de detalhamento e descrição de cada iniciativa de CID informada pelas instituições participantes.

Diretamente ligada à ampliação do número de modalidades de CID de cinco para dez, a **segunda inovação é a ampliação da população de interesse** da pesquisa. Em suas seis primeiras edições, a Pesquisa COBRADI caracterizava-se como uma pesquisa do tipo amostral, intensificando a coleta de dados nas instituições mais representativas do gasto em CID no Governo Federal. Com o aumento do número de modalidades, aumenta-se também o número de instituições federais participantes da pesquisa. De fato, e a partir de 2021, a pesquisa COBRADI passa a incluir todas as instituições federais dos três poderes. Igualmente, e tendo em vista o fato do crescimento da cooperação direta feita pelos entes federados, a pesquisa COBRADI passa a incluir progressivamente as instituições dos Estados e Municípios brasileiros.

Com base na experiência acumulada de mais de uma década, e tendo em vista as lições da realização da edição 2019-2020 em um contexto de isolamento social pleno, a **terceira inovação do novo ciclo da pesquisa é a intensificação do uso de ferramentas digitais**. Entre as ações mais significativas está a preferência por plataformas online para realização de reuniões, seminários e debates com as instituições parceiras. Embora essa estratégia não seja substituta plena para eventuais encontros presenciais, o seu uso racional diminui custos da pesquisa e aumenta a eficiência no tratamento com as instituições participantes. Da mesma forma, está a criação de um sítio eletrônico definitivo para a pesquisa, que passa a servir de ponto de encontro tanto para os práticos da cooperação quanto para pesquisadores nacionais e estrangeiros empenhados no estudo dessa temática.

A criação do sítio viabiliza também a implementação de outras três melhorias igualmente relevantes: (i) elaboração de uma estratégia digital para disseminação das ferramentas e conhecimentos sobre a pesquisa para as instituições participantes, além de fortalecer o endereço cobradi@ipea.gov.br como canal unificado de contato entre a equipe e todas as instituições e pessoas interessadas na pesquisa; (ii) desenvolvimento progressivo de materiais de treinamento para as instituições participantes, como vídeos, guias e publicações; (iii) disponibilização gradual de todo o repositório de conhecimento em CID já produzido pelo IPEA, incluindo todas as versões do relatório COBRADI já produzidos, Textos para Discussão, Notas Técnicas e Artigos.

A **quarta inovação para o novo ciclo da pesquisa é a utilização simultânea de diferentes técnicas de pesquisa** para a coleta de dados. Historicamente, a Pesquisa

COBRADI caracteriza-se como um pesquisa exploratória, que teve no instrumento de *survey* e entrevistas junto a instituições federais as suas estratégias por excelência para a coleta de dados, excetuando-se a edição 2017-2018 da pesquisa, que se focou quase na sua integralidade nos dados orçamentário-financeiros federais. A partir da edição 2021, a Pesquisa COBRADI passa a intensificar o uso simultâneo de técnicas de ciência de dados para a exploração de bases de dados públicas, coleta de dados a partir de formulário estruturado, realização de entrevistas complementares com as instituições participantes. Desta forma, a pesquisa amplia a possibilidade coleta de dados para todas as variáveis de interesse.

No campo das técnicas de ciência de dados na Pesquisa COBRADI 2021, destaca-se inicialmente o trabalho junto à base do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) do Governo Federal, cuja análise permitiu a solução de um problema de longa data da pesquisa: a padronização do valor da hora técnica. Além disso, e conforme será exaustivamente discutido na seção 2.1 deste relatório, as técnicas de análise de grandes bancos de dados da área da saúde também possibilitaram construir uma aproximação inicial dos gastos com internações custeadas pelo Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) em favor de nacionais de outros países em desenvolvimento. Por fim, outras técnicas de análise de grandes bancos de dados também foram aplicadas para a coleta de dados sobre contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil às organizações multilaterais e demais parceiros internacionais.

No que diz respeito a pesquisa do tipo *survey* junto à população de interesse da Pesquisa, pela primeira vez houve a implementação de formulário automatizado para a coleta de dados, que realiza a dupla função de orientar o preenchimento dos campos necessários e registrar as iniciativas em banco de dados próprio. Constituindo uma trinca propositada, o formulário de coleta de dados passou a vir acompanhado de um guia de orientações completo com explicações detalhadas sobre cada item bem como um vídeo de treinamento de quinze minutos exemplificado o melhor preenchimento dos campos do formulário. É importante lembrar que o processo de preenchimento do formulário também foi apoiado pela realização de sessões de orientação e entrevistas mediadas por plataformas de videochamada com dezenas de instituições entre os meses de junho e outubro de 2022.

Uma demanda de longa data da sociedade civil, governo e academia era a divulgação integral da base de dados da Pesquisa COBRADI. Assim, **a quinta inovação do ciclo 2021-2024 é a implementação de uma estratégia de transparência ativa**, que

envolve não somente a divulgação das bases de dados da Pesquisa COBRADI, mas a tudo o que é produzido pela pesquisa, incluindo formulários, guias, manuais, apresentações, entre outros produtos. A partir do que IPEA produz, a estratégia baseia-se no entendimento de que há diferentes produtos possíveis para diferentes públicos que se interessam pela pesquisa. Se as bases de dados são de interesse de pesquisadores do ramo, o relatório COBRADI é essencial para os práticos da cooperação. Por outro lado, se as apresentações da equipe têm a função posterior de memória e fonte de informações, as ferramentas e estratégias da Pesquisa COBRADI constituem *benchmark* para outros países em desenvolvimento que queiram implementar pesquisas similares.

A transparência ativa por si só seria insuficiente para garantir o aproveitamento efetivo de tudo o que é produzido no âmbito da Pesquisa COBRADI. Sendo assim, **a sexta inovação é a promoção de uma estratégia de governo aberto**. Uma estratégia de governo aberto se baseia no entendimento de que o relatório COBRADI não é o único produto possível e nem a única forma de explorar a riqueza dos dados coletados pela Pesquisa COBRADI. Igualmente, o uso das metodologias desenvolvidas permite que não somente outros países em desenvolvimento, mas também os entes federados possam realizar as suas próprias pesquisas no âmbito da CID. A promoção ativa do conteúdo da COBRADI pelo IPEA em seminários, reuniões, apresentações etc, aumenta o potencial de reuso de dados e conhecimentos, contribuindo para a criação de valor público adicional. Um exemplo claro é a utilização dos dados da COBRADI para discutir temas afetos à internacionalização do ensino superior, técnico e tecnológico do Brasil, conforme apresentado no Capítulo 4 deste relatório.

Seria impensável que somente as ações regulares no âmbito da pesquisa pudessem sozinhas ajudar a promover o trabalho e os resultados da COBRADI. Assim, **a sétima inovação é o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de comunicação**. Para garantir o efetivo diálogo, engajamento e uso dos produtos, é fundamental mapear quem é o público de interesse da pesquisa e como acessá-los. Já se sabe que as estratégias formais de promoção via eventos e publicações oficiais, além de canais tradicionais de comunicação como jornais, revistas e periódicos acadêmicos são insuficientes e inadequados como canal para atingir os públicos-alvo da pesquisa. A estratégia de comunicação para o período 2021-2024 aperfeiçoa as características e definição do público-alvo (ex: criação de personas), define os melhores canais para alcançá-los (ex: redes sociais) bem como utiliza os melhores formatos em termos de peças de comunicação. A criação de infográficos, vídeos promocionais temáticos e uma série de

estudos de caso sobre a cooperação internacional de cada instituição participante constituem exemplos de formatos alternativos e produtos para os diferentes públicos no ciclo 2021-2024.

Por fim, seria um contrassenso pesquisar cooperação sem o desenvolvimento de uma rede robusta de colaboração entre o IPEA, as instituições participantes da Pesquisa COBRADI e demais interessados na temática. Portanto, **a oitava inovação é a criação e desenvolvimento de uma rede de instituições que trabalham com CID no Brasil**. A Pesquisa 2021 concentrou-se diretamente na identificação, levantamento de contatos e mobilização direta das instituições participantes, esforço que resultou em uma lista única de instituições. Igualmente, o IPEA passa a buscar ativamente parcerias com outras instituições representativas que apoiem a mobilização e que constituiriam nós na rede de colaboração, como foram a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) na Pesquisa COBRADI 2021. Nos próximos anos do ciclo, espera-se fortalecer ainda mais a colaboração e criar efetivamente uma comunidade de práticas na temática da CID Brasileira.

As mudanças e inovações no ciclo 2021-2024 também tem impacto profundo nos produtos que são entregues pela Pesquisa COBRADI. Se nas edições anteriores a Pesquisa COBRADI e o Relatório COBRADI se confundiam como um único produto, no novo ciclo a pesquisa e o relatório passam a ser produtos distintos. O IPEA passa a promover o Relatório Oficial do Governo Brasileiro sobre CID como um dos possíveis usos dos dados coletados, razão pela qual o Instituto passou a divulgar ativamente as bases de dados da pesquisa. Além disso, é da base de dados da Pesquisa COBRADI que tem origem dois importantes recortes que constituem o envio de dados do Brasil para o Secretariado do TOSSD e para a UNTAD. Por fim, o próprio IPEA passa a utilizar a base da COBRADI para outros estudos mais detalhados em temas que estão relacionados à cooperação internacional do Brasil, como educação, oceanos e refugiados, por exemplo.

Se na primeira metade de 2021 a pandemia gerou efeitos adversos para o alcance e a implementação de iniciativas de cooperação do Brasil, em 2022 as eleições gerais tiveram impacto negativo no plano da pesquisa e na efetiva de coleta de dados para a COBRADI 2021. As constantes mudanças na maioria das instituições federais e estaduais em virtude da rotatividade natural ao fim de governo demandou esforços redobrados da equipe da Pesquisa COBRADI para levantamento dos setores de interesse, os seus responsáveis e uma lista de contatos atualizados. No total, foram enviados 236 ofícios-

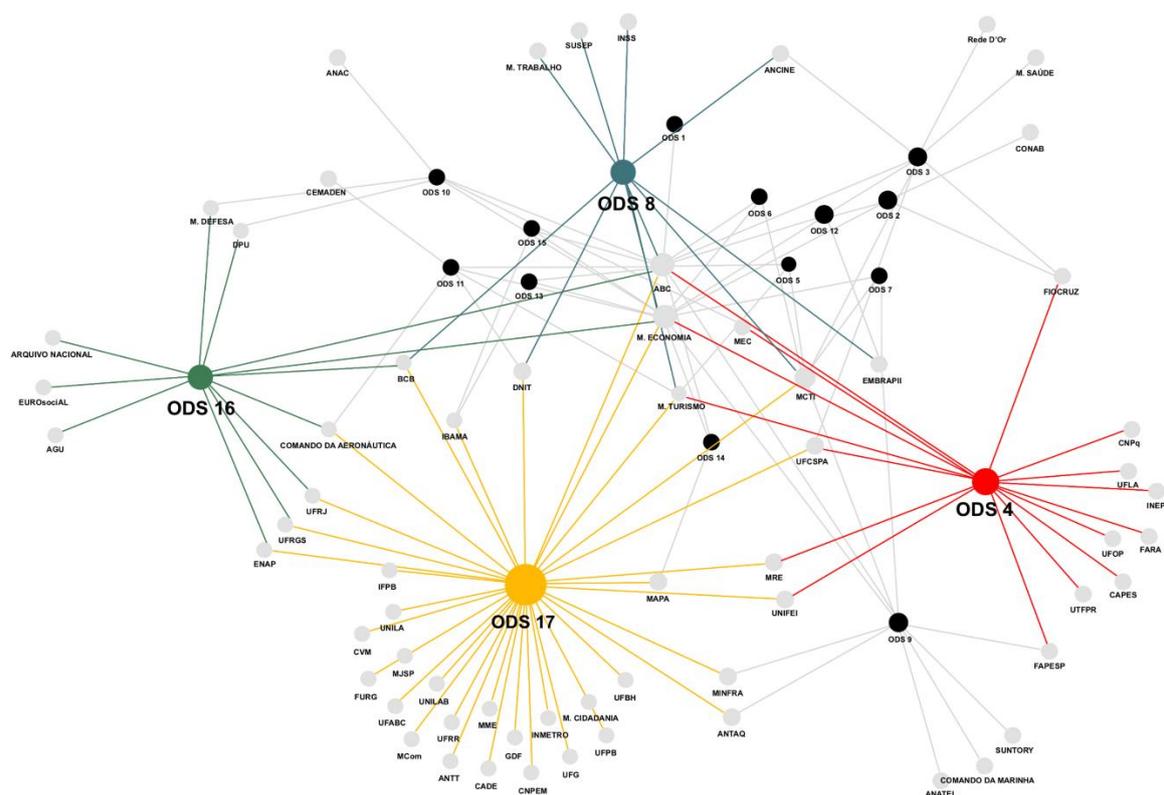
convite individuais a instituições federais e governos estaduais assinados pelo Presidente do IPEA. Os ofícios aos dirigentes das instituições federais e governadores foram seguidos de 350 ligações e 523 correios eletrônicos às áreas internacionais das instituições que compuseram a população de interesse da Pesquisa COBRADI 2021. Por vezes redundantes em virtude da já mencionada rotatividade da força de trabalho durante o período eleitoral de 2022, os contatos pelos canais formais foram complementados por 92 reuniões realizadas pela equipe da COBRADI e 04 seminários on-line para a promoção da pesquisa, sendo dois a pedido do Secretariado do TOSSD, um feito diretamente pelo IPEA e um em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mesmo face aos efeitos da Pandemia sobre a CID brasileira em 2021 e o contexto avesso para coleta de dados em decorrência das eleições gerais de 2022 no Brasil, **a Pesquisa COBRADI 2021 já é a maior pesquisa sobre Cooperação para o Desenvolvimento Internacional realizada no Brasil.** Os dados preliminares que subsidiam a construção deste relatório apontam o maior número de instituições participantes na história da pesquisa (**75 instituições participantes**, considerando as respostas recebidas até o terceiro prazo de 11 de novembro), o maior valor anual da série histórica da Pesquisa COBRADI desde 2005 (**Gasto total de R\$ 6.663.556.082,94**) e o maior número de iniciativas de CID já mapeadas para um ano (**Total de 7.874 iniciativas**).

Entretanto, é preciso ter cautela na interpretação dos grandes dados oriundos da Pesquisa COBRADI 2021. Ainda que o esforço de mobilização do IPEA tenha sido monumental para garantir a efetiva participação e o engajamento, o aumento exponencial do número de instituições participantes só foi possível a partir do trabalho metodológico prévio que resultou na expansão das modalidades de cooperação internacional e na melhoria da estrutura da pesquisa. Além disso, o valor aberrante de mais de R\$ 6,6 bilhões só foi efetivamente alcançado em virtude da priorização do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) na estratégia recente do país, resultando em um desembolso efetivo de R\$ 3,45 bilhões em 2021. Por fim, também é preciso levar em consideração a inclusão inédita dos custos de matrícula com estudantes estrangeiros no ensino superior público do Brasil, dos gastos de internação de estrangeiros custeados pelo SUS, bem como a expansão do entendimento da cooperação científica e educacional do Brasil para as relações Sul-Sul e Sul-Norte.

Não bastassem as inúmeras inovações no âmbito da Pesquisa COBRADI e os resultados expressivos alcançados já no primeiro ano do ciclo 2021-2024, o Brasil atualmente se encontra em posição singular entre os países em desenvolvimento no tocante às estimativas de contribuição externa para o avanço dos ODS e da Agenda 2030. Como resultado das melhorias metodológicas da Pesquisa COBRADI 2021, já é possível estimar com nível confortável de segurança os ODS para os quais as iniciativas brasileiras mais contribuem e os valores efetivamente investidos pelo Brasil em cada um deles, conforme será discutido na seção 2.2 deste relatório. Excluindo-se a iniciativa desviante referente à contribuição do Brasil ao NBD, o maior número de iniciativas da CID brasileira em 2021 esteve concentrado nos ODS17, ODS16, ODS8 e ODS4. Além disso, passa a ser igualmente possível estimar a intensidade da relação entre as instituições brasileiras a partir da ligação de suas iniciativas de CID com os respectivos ODS para as quais elas contribuem, conforme exibido na Figura 1 a seguir.

Figura 1: Rede Social das Instituições Responsáveis pela CID Brasileira por ODS (2021)



Fonte: Elaboração própria

Duas frentes de trabalho e expansão da Pesquisa COBRADI se mostram promissoras para os próximos anos do ciclo 2021-2024. A primeira é o aperfeiçoamento

da metodologia e instrumentos da pesquisa COBRADI para permitir o monitoramento dos indicadores de internacionalização das Instituições de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico. A inclusão das IES brasileiras na Pesquisa COBRADI 2021 se deu essencialmente pelas modalidades de cooperação “E – Bolsas” e “K – Pesquisa e Desenvolvimento”, uma vez que elas possuem correspondência direta com os temas de mobilidade internacional estudantil/acadêmica e redes internacionais de pesquisa. Entretanto, a agenda de internacionalização é consideravelmente mais ampla que os dois temas que estão postos, estendendo-se para questões referentes ao ensino de línguas, parcerias com instituições públicas e privadas estrangeiras, construção de currículos, o uso de plataformas de ensino à distância e as próprias ações de cooperação internacional das IES. Mesmo frente ao desafio da inclusão das IES, este relatório preliminar já conta com dados de 11 universidades federais e 1 instituto federal, além de um capítulo especial dedicado às temáticas de mobilidade, produção científica e redes internacionais de pesquisa.

O segundo caminho promissor para a expansão da Pesquisa COBRADI nos próximos três anos é a efetiva inclusão dos Estados e Municípios. Embora a Pesquisa COBRADI 2021 tenha estabelecido contato com todos os governos dos estados da federação, considerou-se a Pesquisa 2021 como uma fase piloto e de aprendizado em relação a participação dos entes federados, dado o contexto de eleições estaduais de 2022 e o ineditismo da participação na pesquisa. Mesmo assim, o Estado de São Paulo, de Goiás, do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul, da Paraíba, do Amazonas, de Minas Gerais e o Distrito Federal efetivamente se engajaram na pesquisa, sendo que a análise contida neste relatório preliminar já reflete as contribuições de instituições do Estado de São Paulo, do Goiás e Distrito Federal. No caso dos municípios, e para além das ações de CID, a sua inclusão será essencial ao menos para estimar a assistência a estrangeiros não-residentes no âmbito do SUS e a inclusão da população refugiada e solicitante de refúgio nas políticas de assistência social do Brasil.

Em termos de desafios, é inquestionável o impacto negativo da ausência de regulamentação que atribua ao IPEA a prerrogativa legal de condução da Pesquisa COBRADI, sob responsabilidade do Instituto há mais de doze anos. Embora o caráter voluntário seja uma oportunidade para a criação de uma comunidade de práticas solidária entre as instituições participantes, a inexistência de regulamentação pode constituir fator impeditivo para a expansão da pesquisa nos próximos anos. Observando o nível de excelência da pesquisa e dos resultados produzidos desde 2010, é irrazoável considerar

que haja razões para o retardo da aprovação de decreto presidencial específico delegando ao IPEA a prerrogativa legal para a produção da Pesquisa e do Relatório Oficial COBRADI. Outro desafio que passa necessariamente pela inclusão dos entes federados é a sistematização de dados sobre a população refugiada no Brasil. De fato, conhecer a demografia e os padrões de distribuição desta população pelo território é necessário para estimar o gasto brasileiro com as atividades de assistência e integração de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. A seção 1.3 deste relatório é o primeiro passo para estruturar o debate vindouro.

Outro desafio que se apresenta para os próximos anos é o da melhoria das estimativas sobre assistência em saúde a estrangeiros e estrangeiros não residentes no âmbito do Sistema Único de Saúde brasileiro. Embora este relatório preliminar traga um caminho possível, a efetiva expansão da amostra de pessoas internadas anualmente para o universo dos milhões de atendimentos custeados pelo SUS implica necessariamente em um intenso trabalho de ciência de dados em bases federais, por um lado, e por outro de pesquisa exploratória nos municípios que efetivamente concentram a maioria dos atendimentos a essa população. No mesmo sentido de ampliação de esforços estatísticos está o exame mais refinado dos estudantes estrangeiros matriculados em Universidades e Institutos Federais públicos. É preciso engajar efetivamente as IES e as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais para que se possa ir além do PEC-G e PEC-PG nas estimativas do gasto educacional brasileiro em favor de países em desenvolvimento.

Na esfera da reflexão sobre o estado do conhecimento no campo da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional do Brasil é inadiável o empenho da academia brasileira na produção de novos conceitos para interpretar e explicar diversas questões empíricas que se encontram na fronteira de conhecimento sobre a temática. Já apontada no relatório 2019-2020, a Cooperação “Sul-Norte” figura com um total de 24 iniciativas que integram a modalidade de Cooperação Técnica Internacional. A existência destas iniciativas rechaça o binômio cooperação prestada-recebida como categoria suficiente de análise e reforça a necessidade de conceitos operacionais mais calcados na ideia de parcerias horizontais entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Caso similar é o dos gastos brasileiros com contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais, dentro e fora do Brasil. Entre os gastos externos do Brasil, é preciso urgentemente promover trabalho de transparência junto a organismos multilaterais e internacionais para entender como o gasto para manutenção das estruturas de governança global contribui efetivamente para o progresso da Agenda 2030. Entre

perguntas relevantes estariam aquelas ligadas a real contribuição das instituições internacionais para o avanço das metas relacionadas aos ODS, desagregando os gastos a partir da contribuição de cada país membro da organização/instituição. O exame de tais questões pode fortalecer as ações de transparência acerca dos gastos dos países-membros em favor de organismos multilaterais, bem como ajudar na discussão de eventuais sobreposições de mandatos entre organizações distintas, visando a melhoria do gasto com os ODS e as suas metas.

Mais importante que o gasto externo do Brasil com contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos multilaterais é aquele referente aos gastos internos do Brasil com organizações multilaterais que atuam no território brasileiro, usualmente caracterizados por acordos e transferências diretas dos orçamentos das instituições públicas federais à tais organizações. Historicamente, estes valores foram excluídos da Pesquisa COBRADI, pois pressupunha-se que as iniciativas implementadas por organismos multilaterais em território brasileiro e custeadas por recursos públicos nacionais beneficiava exclusivamente os cidadãos brasileiros. Tal pensamento, todavia, mostra-se simplório frente a complexidade da operação de organizações multilaterais no Brasil, que não pode ser resumida ao binômio prestado-recebido, como o caso da assistência à refugiados e solicitantes de refúgio em território brasileiro ilustra perfeitamente.

Assim, questiona-se: a integralidade do gasto brasileiro com tais organismos é revertida apenas em iniciativas que beneficiam a população brasileira? Há cobrança de custas administrativas, de gestão ou de logística e processamento que beneficiam o organismo multilateral? A propriedade intelectual dos produtos e resultados dessas parcerias é exclusiva do Brasil ou pode ser transferida diretamente pelos organismos a outros países? É fundamental responder a essa e a outras perguntas para que se possa ter uma figura completa e transparente do gasto e da relação entre o Brasil e os organismos multilaterais/internacionais que operam em território nacional.

Este relatório preliminar é composto essencialmente por quatro capítulos. O **primeiro capítulo** apresenta uma visão geral da nova metodologia da Pesquisa COBRADI e as suas origens internacionais, bem como a discussão de quatro temas que representam desafios metodológicos para o ano atual e os anos vindouros. O **segundo capítulo** é inédito em comparação às edições anteriores dos relatórios COBRADI, sendo essencialmente destinado aos formuladores de política pública e tomadores de decisão de dentro e de fora do Governo Brasileiro. Este capítulo traz os principais dados da pesquisa

em um nível de desagregação intermediário, permitindo rápida leitura e compreensão das principais tendências da CID brasileira em 2021. O **terceiro capítulo** é voltado essencialmente para os práticos da CID, de dentro e de fora do Governo Brasileiro. O capítulo possui um nível máximo de detalhamento dos dados coletados na Pesquisa COBRADI 2021, associando instituições, modalidades e iniciativas de cooperação. Por fim, o **quarto capítulo** é temático e primordialmente destinado a todos os interessados na temática de internacionalização das IES brasileiras, particularmente nas temáticas de mobilidade e redes internacionais de pesquisa.

Considerando todo o esforço empreendido pela equipe da Pesquisa COBRADI, os resultados alcançados em 2021 e o grande potencial de melhoria contínua da pesquisa, é inevitável reconhecer que o Brasil se consolida como referência no mundo nesta temática de metodologias de medição e mensuração da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. São os votos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para que o relatório COBRADI constitua uma importante fonte de evidências para promover a ligação entre a agenda global e as prioridades nacionais de desenvolvimento do Brasil e de seus parceiros. Espera-se que as evidências produzidas pelo IPEA em sua Pesquisa COBRADI 2021 apoiem diretamente o fortalecimento da atuação exterior do país e a recuperação da imagem externa do Brasil nos anos vindouros.

Capítulo 1 – A Pesquisa COBRADI 2021-2024: Novos Horizontes Metodológicos

A pesquisa Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI) é conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde o fim da primeira década dos anos 2000. A principal intenção da pesquisa àquela época era levantar o montante gasto e as características das iniciativas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (CID) do Brasil. Em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o esforço do IPEA resultou em cinco relatórios COBRADI, que cobriram um período de 2005 a 2018 da CID brasileira.

Embora o notável esforço do IPEA tenha sido capaz de trazer dados inéditos bianualmente e estruturar minimamente o debate sobre a CID Brasileira, a dificuldade de consolidar uma metodologia a cada edição da pesquisa foi latente. Fosse pela natureza dinâmica da CID Brasileira em virtude de seu caráter altamente descentralizado ou pelas diferentes visões sobre o que é ou não é “Cooperação para o Desenvolvimento Internacional”, as cinco primeiras edições da Pesquisa COBRADI foram marcadas pelo uso de diferentes metodologias. Embora as constantes mudanças metodológicas fossem justificáveis a partir do compromisso do IPEA com o aperfeiçoamento contínuo da pesquisa, tal caminho resultou na impossibilidade de se construir uma série histórica da CID Brasileira. Em outras palavras, a comparação entre os dados dos cinco primeiros relatórios se transformava em uma tarefa quase impossível, dificultando a construção de uma visão de longo prazo das ações externas do Brasil no campo da CID.

Sabendo da relevância do problema para o debate da CID no Brasil, o IPEA viu nas discussões internacionais sobre as metodologias de acompanhamento da implementação Agenda 2030 uma oportunidade para consolidar um conjunto metodológico mínimo e regular para a COBRADI. Unindo-se aos esforços já empreendidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a ABC, o IPEA passou a acompanhar os debates no âmbito do Grupo Interagências e de Especialistas para os ODS (*Inter-agency and Expert Group on Sustainable Development Goals Indicators – IAEG-SDG*) e se aproximou da Força-Tarefa da Quantificação Total do Apoio Oficial ao Desenvolvimento Sustentável (*Total Official Support for Sustainable Development – TOSSD*). Na participação Brasileira em ambos os fóruns, a ABC é responsável pela representação do Brasil, o IBGE pelas questões estatísticas referentes à contribuição interna das políticas públicas brasileiras aos ODS, restando ao IPEA a tarefa de computar a contribuição externa do Brasil a outros países para o avanço dos ODS.

Amparada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD*), a metodologia TOSSD tem como foco central a mensuração e características do gasto externo dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para o avanço da Agenda 2030 e dos ODS, com especial foco nos países em desenvolvimento. A participação do Brasil na Força-Tarefa Internacional para a TOSSD iniciou-se em 2018, sendo que, no ano seguinte, o Brasil se comprometeria a colaborar com o envio regular de dados ao Secretariado do TOSSD. A sexta edição da Pesquisa COBRADI trouxe uma metodologia que mesclava a experiência do IPEA com a proposta da TOSSD. O primeiro envio de dados brasileiro ocorreu ainda em dezembro de 2021, referente às iniciativas de CID brasileiras no ano de 2020.

Em relação ao IAEG-SDGs, o principal destaque para os interesses brasileiros foi a criação de um Grupo de Trabalho sobre Mensuração do Suporte ao Desenvolvimento, que abrigou um subgrupo específico sobre a criação de indicadores padronizados para mensurar os elementos monetizáveis e não-monetizáveis da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD). De fato, e com participação ativa do Brasil, as discussões no subgrupo de CSSD foram levadas por certa insatisfação sobre como a CSSD estava incluída na metodologia TOSSD. Os trabalhos resultaram em uma metodologia híbrida para o acompanhamento global da CSSD, que passaria a capturar aspectos quantitativos (ex: gasto) e qualitativos (ex: número de horas técnicas, quantidade de estudantes estrangeiros, peso de doações internacionais de alimentos, número de refugiados e solicitantes de refúgio, entre outras). Se o secretariado da metodologia TOSSD ficou a cargo da OCDE, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) passaria a conduzir a estratégia de quantificação da CSSD. Ao início de 2022, o Brasil integrou o grupo dos cinco países-piloto que coletariam dados para o desenvolvimento e posterior ampliação da estratégia.

Frente às novas necessidades e os desafios da participação do Brasil nas estratégias internacionais de mensuração dos ODS e CSSD, o IPEA decidiu estruturar um ciclo de quatro anos para consolidar a nova Pesquisa COBRADI. Nesse novo ciclo, a Pesquisa COBRADI passa a ser fonte direta de dados para três fins: (i) geração de evidências para orientar as ações e políticas ligadas à CID Brasileira; (ii) cumprir o compromisso internacional de participação anual brasileira junto ao TOSSD/OCDE; (iii) apoiar o desenvolvimento da estratégia de quantificação da CSSD junto à UNCTAD. O resultado lógico desses desenvolvimentos é que a Pesquisa COBRADI e o Relatório COBRADI passam a ser produtos distintos elaborados anualmente pelo IPEA. Embora o

Relatório COBRADI seja o Relatório Oficial do Governo Brasileiro sobre CID, no novo Ciclo 2021-2024 ele se torna apenas um dos usos potenciais dos dados da Pesquisa COBRADI.

Do ponto de vista da metodologia resultante das transformações oriundas da aproximação ao TOSSD e Estratégia de Quantificação da CSSD, é importante apontar o aumento considerável das modalidades de cooperação internacional que passaram a integrar a Pesquisa COBRADI. Se em suas seis primeiras edições a pesquisa utilizava apenas cinco grandes modalidades de cooperação (Técnica, Humanitária, Científica, Educacional e Contribuições a Organizações Multilaterais), no novo ciclo 2021-2024 esse número se amplia para dez. Caso seja considerado o total de subitens que compõem as dez modalidades de cooperação, o número total alcança vinte e seis possibilidades de classificação de uma iniciativa de CID, conforme constante no Anexo I deste relatório.

Naturalmente, e com o aumento das modalidades de CID, o público-alvo da Pesquisa COBRADI conheceu considerável ampliação. Nas seis edições anteriores da Pesquisa COBRADI o público-alvo foi concentrado em poucas instituições, caracterizando-se por uma amostra de conveniência acrescida dos dados de contribuições à Organizações Multilaterais fornecido pela Secretaria de Assuntos Internacionais do atual Ministério da Economia (SAIN/ME). Na atual edição 2021 da Pesquisa, todas as instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário Federais foram convidadas a participar. De forma inédita, o IPEA também convidou todos os Estados da Federação a participar da Pesquisa. O próximo capítulo traz com maior detalhamento o planejamento e o plano de coleta de dados da Pesquisa COBRADI 2021.

Um dos resultados não antecipados da ampliação do público-alvo da Pesquisa COBRADI em 2021 foi aquele referente à participação das Instituições Federais de Ensino Superior e Técnico, particularmente as Universidades e Institutos Federais. O primeiro desafio foi àquele ligado ao número total destas instituições, que alcançou inicialmente cento e sete instituições, sendo sessenta e nove as Universidades Federais e trinta e oito os Institutos Federais. Para enfrentar o desafio da mobilização de mais de uma centena de instituições, o IPEA construiu parcerias produtivas com as respectivas associações representativas, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Entretanto, foi do segundo desafio de materializar a participação inédita das universidades e institutos federais na Pesquisa COBRADI que surgiu uma oportunidade: a inclusão do

monitoramento da internacionalização do ensino superior, técnico e tecnológico público brasileiros como objetivo da Pesquisa COBRADI.

Ao longo da implementação da pesquisa junto às universidades e institutos federais, cristalizou-se o entendimento de que a Pesquisa COBRADI e agenda de internacionalização do ensino superior e técnico possuíam uma íntima ligação por intermédio de duas modalidades de cooperação: (i) Bolsas e Treinamentos; (ii) Pesquisa e Desenvolvimento. No primeiro caso, a coleta de dados sobre as Bolsas e Treinamentos para a pesquisa COBRADI se associa diretamente ao mapeamento da mobilidade internacional de alunos e pesquisadores “para fora” (*outbound*) e “para dentro” (*inbound*) do Brasil, um dos principais temas da agenda de internacionalização. Da mesma forma, o resultado prático do cômputo de dados de iniciativas internacionais de Pesquisa e Desenvolvimento pela COBRADI junto às universidades e institutos é o mapeamento das redes internacionais de pesquisa que o Brasil faz parte, outro tema central da agenda de internacionalização. Face a essa oportunidade, a Pesquisa COBRADI 2021 passou a gravitar em torno de quatro perguntas centrais, distanciando-se consideravelmente das duas primeiras fases da pesquisa, conforme exibido no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Perguntas Orientadoras da Pesquisa COBRADI

Pergunta Orientadora	Fase 1: COBRADI 2005-2018	Fase 2: COBRADI 2019-2020	Fase 3: COBRADI 2021-2024
1. Quanto e como o Brasil participa da CID?	Sim	Sim	Sim
2. Quanto e como o Brasil participa no avanço externo dos ODS?	Não	Parcialmente	Sim
3. Como quantificar a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD)?	Não	Não	Sim
4. Quais são as características da Internacionalização das IES do Brasil?	Não	Não	Parcialmente

Fonte: Elaboração Própria

A ampliação das modalidades de cooperação internacional e do público-alvo da pesquisa em nível Federal demandou igualmente que o IPEA intensificasse o uso de ferramentas de ciência de dados na Pesquisa COBRADI 2021, de forma a apoiar às instituições participantes. Um dos principais problemas solucionados com ferramentas de ciência de dados para a Pesquisa 2021 foi a padronização do valor médio da hora técnica para todas as instituições Federais. Na Pesquisa COBRADI 2021, o gasto pode ser de dois tipos, direto ou indireto. Os dados sobre os gastos diretos advêm do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) ou diretamente

informados pelas instituições participantes da pesquisa. É importante notar que só se considera valores “pagos” no conjunto de dados sobre gastos diretos cuja origem é o SIAFI. Valores apenas empenhados ou liquidados não são incluídos na pesquisa. Restos a pagar de anos anteriores tampouco integram os gastos diretos. Igualmente importante é chamar atenção para o fato de que todas as iniciativas de cooperação que tem o SIAFI como origem do gasto direto obrigatoriamente também trazem a informação sobre a respectiva ação orçamentária ou programática a qual o pagamento está relacionado.

Os gastos indiretos, por sua vez, podem ser classificados como a forma por excelência de monetizar as horas técnicas dedicadas por agentes públicos brasileiros em iniciativas de CID. Todavia, o efetivo cômputo do valor gasto com horas técnicas sempre constituiu barreira para as instituições participantes nas seis primeiras edições da Pesquisa COBRADI (2005-2020). Nestas edições anteriores, a prática foi a de repassar o ônus tanto da contagem de horas técnicas quanto da sua efetiva monetização para as instituições participantes. Tal prática implicava que cada instituição deveria examinar cada afastamento que seria objeto da pesquisa no Sistema de Concessão de Passagens e Diárias do Governo Federal (SCDP), para posteriormente computar o número de horas e valor equivalente ao salário do agente público afastado para fins de participação em iniciativa e cooperação técnica internacional. Sabendo que o cômputo de horas técnicas apenas se aplica aos casos de participação em iniciativas de cooperação técnica internacional ou de pesquisadores em redes internacionais de pesquisa, o próprio IPEA identificou as modalidades correspondentes de afastamento no SCDP em 2021, de forma a propor R\$ 123,60 como o valor médio a ser utilizado para monetizar cada hora técnica dedicada às iniciativas de CID, conforme a fórmula exibida a seguir.⁴ Nesta nova divisão de trabalho, as instituições participantes da Pesquisa COBRADI passariam apenas a identificar os afastamentos e computar o total de horas técnicas.

⁴ O cálculo foi feito com base nos salários dos 1.967 servidores do executivo federal afastados em 2021 nas seguintes modalidades: (i) Missão no Exterior Com ônus e Com Ônus Limitado; (ii) Viagem/Serviço para fora do país Com Ônus e Com Ônus Limitado; (iii) Programa de Treinamento para Congresso/Encontro Com Ônus e Com Ônus Limitado. No que concerne o número de dias úteis por mês, o cálculo também está em consonância à Portaria 430 de 30 de dezembro de 2020 do Ministério da Economia, que estabelece os feriados nacionais e os pontos facultativos para o serviço público em 2021. Mesmo assim, é importante salientar que quando afastado em missão oficial, o agente público está à disposição da administração durante a integralidade do período de afastamento, o que restringiria a ideia de feriados ou pontos facultativos e ampliaria a média de dias úteis. Como o cálculo preciso é de difícil operacionalização, considerou-se que cada mês teria uma média de 20,92 dias úteis de trabalho, ou 21 dias úteis caso se considere o arredondamento para o número inteiro mais próximo. Todos os dados sobre os afastamentos remunerados do Executivo Federal para o ano-calendário de 2021 estão disponíveis no portal de dados abertos do Governo Federal (<https://dados.gov.br/dataset/afastamento-remunerado>).

Ainda que um dos objetivos da Pesquisa COBRADI seja identificar as iniciativas e os respectivos valores gastos pelas instituições, as mudanças metodológicas já trouxeram um nível inédito de detalhamento dos dados na Pesquisa COBRADI 2021. Além da ampliação das modalidades de CID para dez, a aproximação com o TOSSD resultou na associação obrigatória de cada iniciativa a ao menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e uma meta relacionada ao ODS escolhido. No que diz respeito a classificação da iniciativa de CID por setor econômico, a COBRADI continuou a utilizar a Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas das Nações Unidas (ISIC, em inglês). Outra novidade na desagregação dos dados implementada no ciclo 2021 foi a classificação por Arranjo de CID (Sul-Sul, Sul-Sul Triangular, Sul-Norte, Outras) e uma classificação que contém o nome e natureza da instituição(ões) implementadora(s) da iniciativa de cooperação (eg: “canal” de implementação), valendo-se dos códigos já estabelecidos na metodologia TOSSD. Por fim, e em virtude da participação brasileira na estratégia de quantificação da CSSD sob os auspícios da UNCTAD, a Pesquisa COBRADI 2021 já passa a ser mais rigorosa na descrição das iniciativas listadas por cada instituição participante, uma vez que elas se transformam na principal fonte de informações para os elementos não monetizáveis de CID do Brasil.

Se por um lado a padronização e ampliação das modalidades e subitens de CID permitiu a solução de problema de longa data na Pesquisa COBRADI referente à inconstância metodológica, por outro ela abriu as portas para a discussão de outros desafios práticos e conceituais inerentes à uma pesquisa dessa envergadura. Entre os desafios práticos estão aqueles relacionados à Saúde Pública, Educação Superior e Assistência a Refugiados e Solicitantes de Refúgio. Do ponto de vista conceitual, aponta-se a necessidade de desenvolvimento de outras perspectivas que vão além da anacrônica visão de cooperação “prestada” ou “recebida” pelo Brasil.

Muito peculiar ao caso brasileiro, o primeiro desafio é entender o quanto a sociedade brasileira contribui para ao avanço do ODS3 no atendimento à estrangeiros e estrangeiros não residentes via Sistema Único de Saúde (SUS). De forma inédita, apresenta-se neste capítulo uma discussão bem como a metodologia de cálculo para a inclusão gasto com estrangeiros não-residentes internados via SUS em 2021, com base nas informações do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde (MS). Igualmente inédita é a metodologia que permitiu pela primeira vez o cômputo dos gastos do Ministério da Educação referentes à matrícula e permanência de estudantes

estrangeiros em Instituições Federais de Ensino Superior públicas, ligadas ao ODS4. Tanto o levantamento de dados sobre refugiados e solicitantes de refúgio e a necessidade de novos conceitos para a CID Brasileira são desafios para os próximos anos. Ainda que como desafio, este capítulo também traz um recorte acurado da população de interesse refugiada e solicitante de refúgio para a pesquisa COBRADI. As quatro subseções seguintes desenvolvem estes quatro temas de forma detalhada.

1.1 – Saúde Pública: Quanto e como o Brasil gasta com assistência em saúde à estrangeiros não-residentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)?

O Brasil está em uma posição distinta em relação aos demais países no campo da Saúde Pública. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o país passa a administrar uma das mais abrangentes e mais complexas estruturas de Saúde Pública do mundo. Pela CF/88, a saúde é vista como um bem público, cujo direito de acesso é garantido a qualquer indivíduo em território nacional, sendo obrigação do Estado Brasileiro organizar-se para prover serviços de saúde universais e gratuitos. Antes do SUS, sistema que alcançou em 2021 quase a totalidade dos indivíduos em território brasileiro (190 milhões de pessoas), apenas os cidadãos brasileiros vinculados à Previdência Social possuíam acesso à serviços hospitalares. Traduzido em números, isso equivale dizer que apenas um quinto da população brasileira tinha acesso aos serviços públicos de saúde antes da CF/88.

Além da universalização e democratização do acesso à saúde, a criação do SUS em 1988 já materializava também uma mudança radical do conceito e visão de “saúde”. Anteriormente, a ideia de “ter saúde” significava não estar doente, resultando em políticas de saúde majoritariamente voltadas para o tratamento de doenças ou a intervenção hospitalar em caso de doenças mais graves. A criação do SUS sacramentou uma visão holística da “saúde”, muito próxima àquela promovida pelo terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS3). Além disso, as políticas de saúde passaram a ser orientadas para a promoção ativa da saúde da população e a prevenção de doenças. Foi fundamentalmente uma quebra de paradigma entre uma visão prevalente da “doença” para uma visão mais ampla da saúde do indivíduo, de forma integral. Além de universalização do acesso e equidade, a integralidade do indivíduo nas ações de saúde constitui o terceiro princípio basilar do SUS.

Adicionada às mudanças em relação às políticas de saúde pública implementadas após o SUS, a estrutura de gestão do sistema também se mostrou inovadora. Durante os anos de regime militar no Brasil, a participação da sociedade no planejamento e implementação de políticas públicas era essencialmente inexistente, sendo delegada à técnicos do Estado Brasileiro responsáveis pela sua condução. Embora já estivessem previstas no Artigo 90 da Lei 378 de 1937, foi a partir da década de 1980 que as Conferências Nacionais de Saúde se mostraram um caminho viável para construção dos princípios que regem a relação entre o Governo Federal, Estados e Municípios na gestão do SUS. Composta por entidades prestadoras de serviços, usuários e gestores de saúde, as Conferências consolidaram a primazia da participação ativa como característica da gestão do SUS.

Conseqüentemente, a estrutura geral de gestão do SUS é composta pelo Ministério da Saúde (Governo Federal), Secretarias Estaduais de Saúde (Estados) e Secretarias Municipais de Saúde (Municípios), que atuam de forma participativa e solidária no planejamento, implementação e monitoramento das políticas de saúde. Além disso, e como herança do modelo participativo na saúde, o Conselho Nacional, Estaduais e Municipais são as instâncias máximas de decisão em saúde, sendo compostos por 50% de representantes de usuários, 25% de representantes de trabalhadores da área da saúde e 25% de prestadores públicos e privados de serviços de saúde. Além dos conselhos de cada ente federado, ainda há mais cinco formatos de conselhos no âmbito da gestão do SUS, sendo o Conselho Tripartite (entre união, estados e municípios) e o Bipartite (entre estados e municípios) os dois mais importantes para as decisões referentes à gestão do SUS.⁵

Seja pelas suas raízes históricas ou pelos princípios que o regem, qualquer indivíduo em território nacional tem acesso à assistência em saúde no âmbito do SUS. Ao contrário do modelo de assistência em saúde que o precedeu, em que a assistência à saúde pública só existia para o grupo que contribuía diretamente para o seu financiamento, o atendimento no âmbito do SUS é universal. Tal abrangência permite considerar que qualquer estrangeiro não-residente no Brasil, como turistas ou indivíduos em viagem de negócios, por exemplo, pode ter atendimento garantido no SUS. Entretanto, o acesso a serviços de saúde por estrangeiros e estrangeiros não residentes garantidos pelos

⁵ Os demais conselhos são o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS).

princípios da universalidade e equidade que regem o SUS não implica em dizer que não haja custo associado a tal acesso para o erário. De fato, a proposta desta subseção é justamente discutir o atendimento a estrangeiros e estrangeiros não-residentes no SUS como uma modalidade de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, uma vez que não há cobrança direta pelo atendimento prestado.

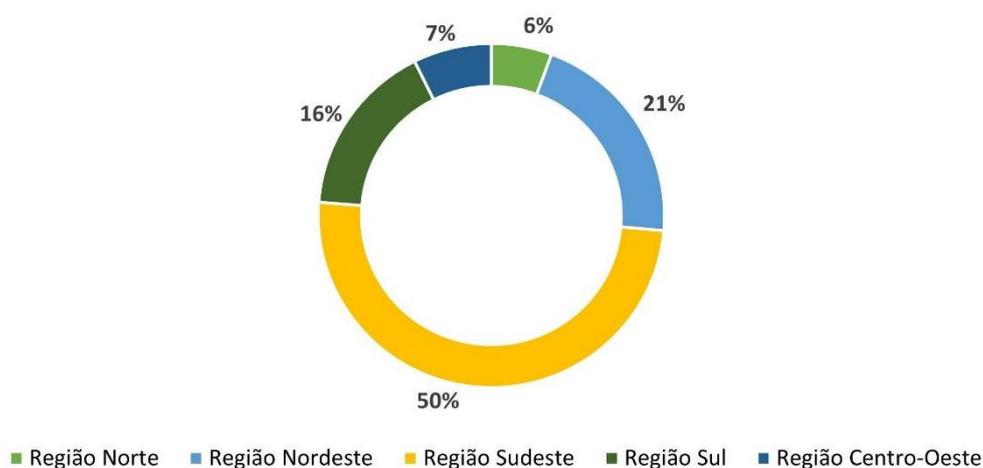
Primeiramente, é preciso discutir como a contribuição do Brasil a nacionais de outros países via SUS poderia ser classificada a partir da metodologia COBRADI. Em termos de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, há pouca dúvida que tais iniciativas no âmbito do SUS se encaixariam no ODS3 (Saúde e Bem-estar). No tocante à classificação de Setor Econômico, tampouco resta dúvidas de que se trata de atividades de saúde humana (Q86), sejam hospitalares (Q8610) ou de clínica médica (Q8620). Para as classificações de Instituição Responsável (quem financia a iniciativa) e Canal (quem implementa a iniciativa), e partir do modelo de gestão do SUS, parece cristalino o entendimento de que o Ministério da Saúde – via Fundo Nacional de Saúde – seria a Instituição Financiadora e o Canal seriam os Municípios e/ou os Estados. As dúvidas remanescentes, portanto, dizem respeito à Modalidade de Cooperação, ao País Beneficiário e aos Gastos Diretos e Indiretos com a cooperação.

Certamente o maior desafio de classificação é aquele referente à Modalidade de Cooperação (vide anexo I). Infelizmente, não há uma Modalidade ou subitem que corresponda exatamente à necessidade de classificação dos serviços oferecidos à estrangeiros via SUS. Entre as opções disponíveis, possivelmente a Modalidade J (doações em espécie) seria a que mais se aproxima. Originalmente, essa modalidade está associada a doações em espécie, como medicamentos, materiais hospitalares, equipamentos, alimentos, entre outros. Caso se estenda o entendimento de “doação em espécie” para englobar a categoria “serviços”, seria possível englobar tanto o custo dos atendimentos (gastos diretos) quanto as horas técnicas dedicadas por profissionais do SUS ao atendimento de tais estrangeiros (gastos indiretos). Por fim, a questão da nacionalidade do estrangeiro está condicionada apenas à existência do dado nas bases de dados administradas pelos órgãos gestores da saúde em nível federal, estadual e municipal.

Em 2021, o Ministério da Saúde estima que mais de 190 milhões de indivíduos foram atendidos no âmbito do SUS. Em termos estatísticos, houve um total de quase 3.5 bilhões de procedimentos ambulatoriais de saúde, além de cerca de 12 milhões de

internações.⁶ No tocante às despesas totais em 2021, os valores pagos na função orçamentária “Saúde” alcançaram cerca de R\$ 131 bilhões, sendo o próprio Ministério da Saúde o executor de 92% do total das despesas. As atividades finalísticas de assistência à Saúde representaram 53% (Assistência Hospitalar e Ambulatorial) e 25% (Atenção Básica à Saúde) do total de despesas em subáreas diretamente associadas à Saúde. O Gráfico 5 a seguir ilustra o total de atendimentos ambulatoriais por região do Brasil.

Gráfico 5: Produção Ambulatorial do SUS por Região de Atendimento (2021)



Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, Ministério da Saúde (disponível em <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>)

As bases de dados disponibilizadas pelo Ministério da Saúde sobre assistência em saúde no âmbito do SUS são divididas de acordo com a complexidade do atendimento. O Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) traz informações sobre os atendimentos de menor complexidade que, conforme comentado, totalizaram quase 3.5 bilhões de procedimentos em 2021. O Sistema de Informações Hospitalares traz (SIH) traz informações sobre os procedimentos mais complexos, essencialmente ligados às internações hospitalares. O objetivo primordial da SIH é fornecer informações sobre os atendimentos que tem origem em internações hospitalares financiadas pelo SUS, de forma que os diversos gestores da saúde possam processar pagamentos às instituições que conduziram as internações. No caso do Governo Federal, a SIH provê dados que orientam o repasse de valores do Ministério da Saúde às Secretarias de Saúde Estaduais e

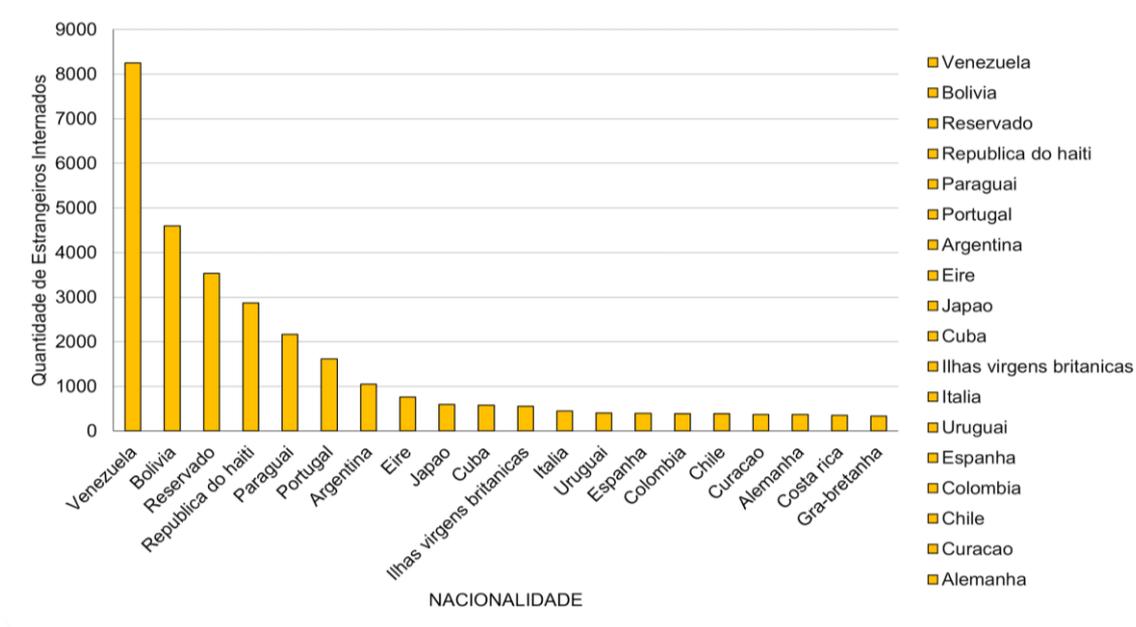
⁶ Para evitar conflitos conceituais junto à metodologia COBRADI, os trechos que se referem a valores do Orçamento Federal utilizarão a terminologia padronizada pelo próprio Governo Federal para a sua Programação Financeiro-Orçamentária.

Municipais referentes a tais atendimentos de alta e média complexidade, entre outros valores.

Desafortunadamente, apenas a base da SIH possui a desagregação de dados por nacionalidade, informação fundamental na metodologia da Pesquisa COBRADI. Por essa razão, e embora a SAI certamente contenha um grande conjunto de dados referentes a atendimentos de saúde de baixa e média complexidade (ambulatoriais), a análise dos atendimentos à estrangeiros não residentes no SUS em 2021 se concentrará apenas nos dados da SIH. Nos anos vindouros do Ciclo da Pesquisa COBRADI 2021, possivelmente o cruzamento entre dados de outras bases de dados federais com a SIA permitirá identificar os atendimentos ambulatoriais a estrangeiros. Da mesma forma, eventuais gastos indiretos ligados às horas técnicas de profissionais de saúde em atendimentos a estrangeiros também serão incluídos na base de dados da Pesquisa COBRADI.

Em 2021, a base do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) registrou um total de 11.628.290 internações efetuadas no âmbito do SUS, com um gasto total alcançando R\$ 22.373.108.694,00. Explorando os dados para internações hospitalares em favor de estrangeiros, a base da SIH aponta 35.164 estrangeiros de diversas nacionalidades internados, com um custo total de R\$ 67.018.457,00. O Gráfico 6 a seguir traz um detalhamento a partir das 19 primeiras nacionalidades que tiveram o maior número de internações em 2021 (para a categoria “reservado”, os dados são sigilosos). Uma análise rápida ao Gráfico 6 revela que 36% das internações hospitalares pagas pelo SUS a estrangeiros em 2021 foram para dois países vizinhos do Brasil, Venezuela e Bolívia. Embora não seja vizinho, e caso as internações à nacionais do Haiti sejam incluídas, o percentual total destas três primeiras nacionalidades representaria 45% das internações de estrangeiros no âmbito do SUS em 2021.

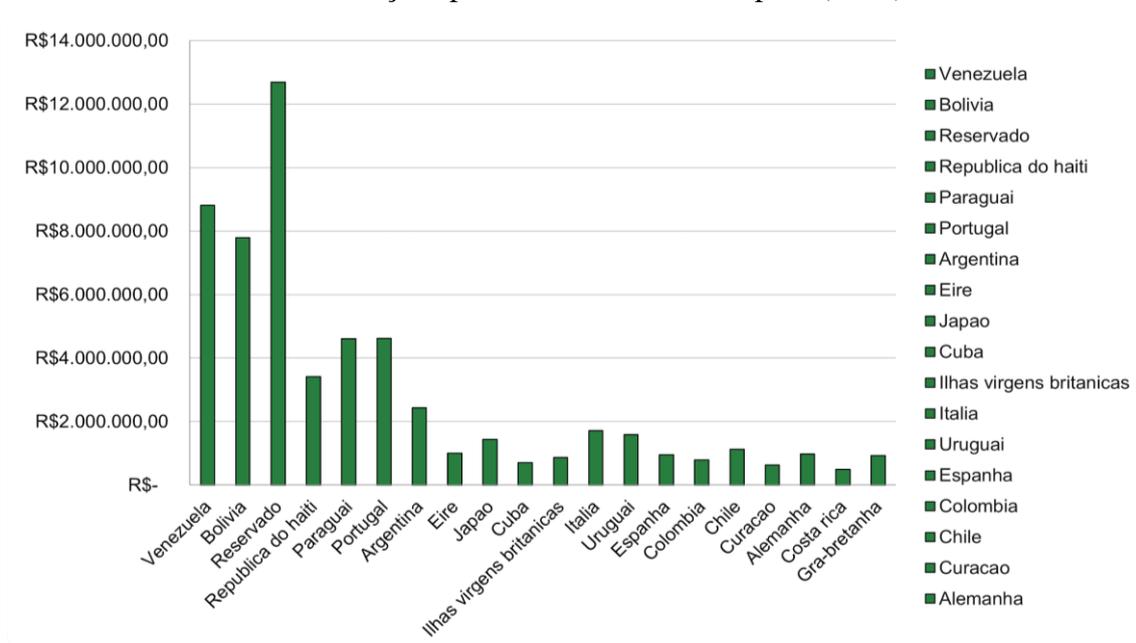
Gráfico 6: Número de Internações por Nacionalidade — Top 20 (2021)



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Ministério da Saúde.

Caso se considere o gasto total das internações por país de nacionalidade do estrangeiro, a ordenação dos países se apresenta diferente daquela do número de atendimentos apresentada no Gráfico 6 anterior. O Gráfico 7 a seguir confirma Venezuela e Bolívia como os dois principais beneficiários de internações de estrangeiros no SUS. Entretanto, em relação à gastos, Paraguai e Portugal aparecem empatados na terceira posição, com gastos totais superiores à R\$ 4.000.000,00. Tal discrepância entre o número de internações e os gastos totais do SUS desagregados por nacionalidade tem essencialmente ligação com o tipo e complexidade da internação, conforme será discutido a seguir.

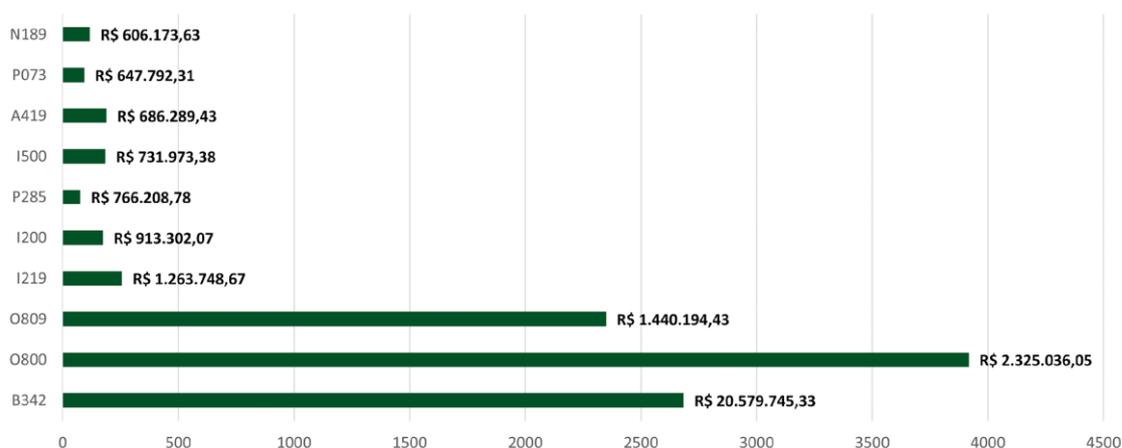
Gráfico 7: Gasto com Internações por Nacionalidade – Top 20 (2021)



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Ministério da Saúde.

Distribuído o gasto total e o número total de internações pelos códigos de Classificação de Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), é possível averiguar a tese de que as diferenças de posição entre nacionalidades nos gráficos anteriores se referem à complexidade das doenças que ensejaram a internação. No Gráfico 8 a seguir, os códigos B342, O800 e O809 se referem a Internação por COVID-19, Partos Únicos Espontâneos Cefálico e Partos Únicos Espontâneos não especificados. Embora tenha havido 2.682 internações de estrangeiros em 2021 ligadas às complicações com COVID-19 e 3.917 partos espontâneos cefálicos, o custo das internações com COVID-19 foram essencialmente o dobro daqueles de partos. As três primeiras doenças relacionadas às internações mencionadas representaram cerca de 25% do total de internações de estrangeiros pelo SUS em 2021.

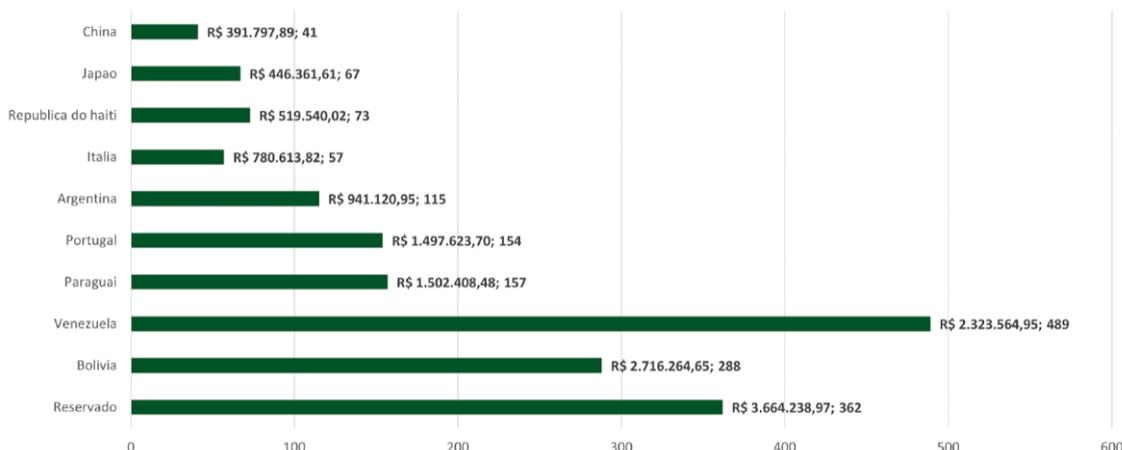
Gráfico 8: Gasto Total e Número de Internações por CID-10 — Top 10 (2021)



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Ministério da Saúde.

Sabendo que as internações por COVID-19 e os Partos Espontâneos Cefálicos representaram 19% do total de internações em 2021, faz sentido deter-se nestes casos para examinar as principais nacionalidades beneficiadas com internações no âmbito do SUS. No caso da COVID-19, e observando o Gráfico 9 abaixo, reforça-se novamente a tese de que os países vizinhos foram os principais beneficiados, uma vez que nacionais a Venezuela, Bolívia, Paraguai e Argentina figuram entre os cinco principais beneficiários de internações em virtude de complicações com COVID-19 em 2021. No tocante aos países desenvolvidos que figuram no Gráfico 9, é importante considerar que eles representam historicamente países que contribuiram para as ondas de migração no Brasil.

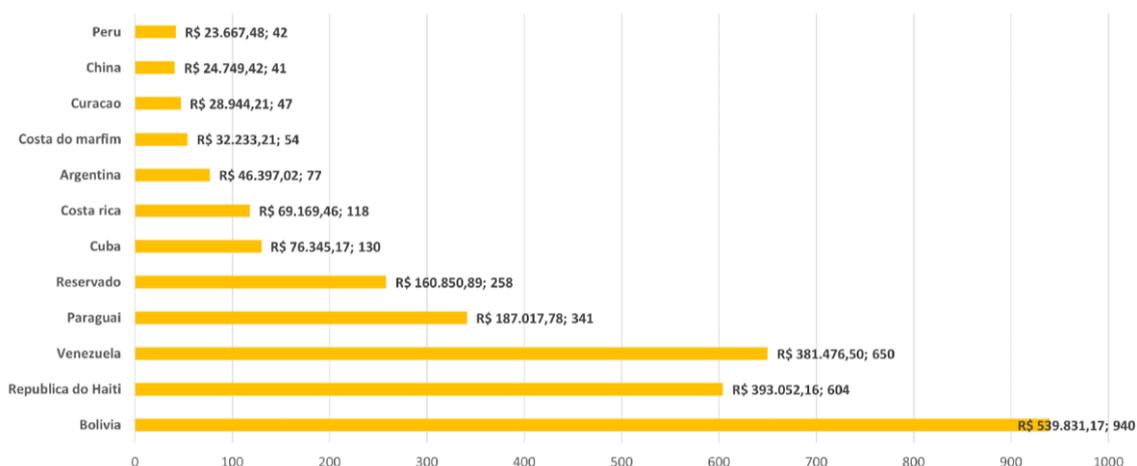
Gráfico 9: COVID-19 — Gasto Total e Número de Internações — Top 10 (2021)



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Ministério da Saúde.

Observando-se o Gráfico 10, todavia, vê-se que a tese da proximidade geográfica para a internação parece se aplicar perfeitamente. De fato, e por se tratar da distribuição de internações para Partos Espontâneos Cefálicos, não é irrazoável pensar que os países vizinhos se utilizem das instalações no âmbito do SUS para esse fim. Ou seja, é muito provável que a maioria dos casos exibidos no Gráfico 10 sejam estrangeiros não-residentes, seja em virtude da nacionalidade ou da própria natureza da internação.

Gráfico 10: Partos Espontâneos Cefálicos — Gasto Total e Número de Internações – Top 10 (2021)



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Ministério da Saúde.

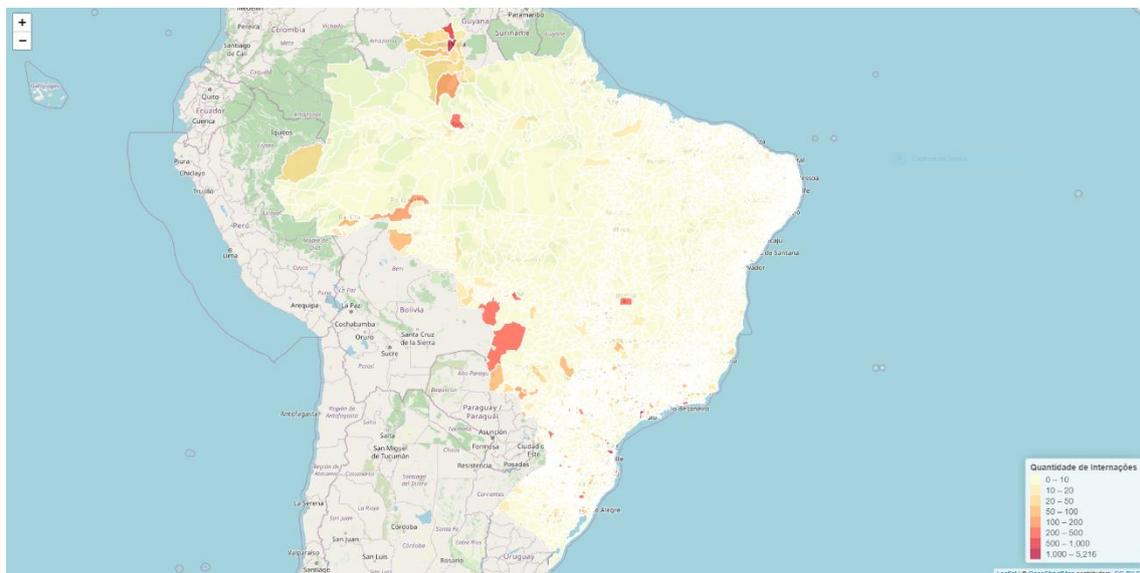
A hipótese de que conjunto de estrangeiros internados em 2021 no âmbito do SUS seja em sua maioria ou integralidade não residentes, parece ser factível. De fato, estrangeiros não residentes viriam ao Brasil a passeio, a turismo ou intencionalmente para uso das instalações que compõem o SUS. Entre as 20 doenças que resultaram em internações no âmbito do SUS em 2021 (35% do total de internações), metade é referente a partos e doenças associadas aos procedimentos de parto/maternidade. A metade remanescente das demais doenças está essencialmente ligada às emergências médicas, como internações por COVID-19, pneumonia, cálculo renal, acidente vascular cerebral, infecção urinária, e complicações ligadas aos próprios procedimentos de internação. Em outras palavras, reforça-se a tese de que a maioria dos estrangeiros internados no âmbito do SUS em 2021 não são residentes, mas apenas usuários do SUS.

Na tentativa de dirimir a força de hipóteses alternativas sobre o caráter de não-residência dos estrangeiros internados no âmbito do SUS em 2021, tomou-se o total de 35.164 estrangeiros internados em 2021 e fez-se uma distribuição geográfica a partir de

um mapa de calor, utilizando a ferramenta R Studio. Se a hipótese de não residência fosse falsa, esperar-se-ia encontrar ou uma distribuição mais homogênea no território, ou a concentração das internações hospitalares nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, regiões do país concentram a maioria da população do país e 87% dos atendimentos ambulatoriais na base de dados da SIA (ver Gráfico 5). Entretanto, o mapa de calor resultante da análise das internações demonstra um padrão de concentração diferente do esperado, seja pelas características demográficas de distribuição da população pelo território brasileiro ou pelas tendências encontradas no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

O mapa contido na Figura 2 abaixo aponta ao menos três tendências para as internações hospitalares de estrangeiros. A primeira é a concentração de internações em capitais, fenômeno esperado uma vez que todas as capitais são sede de hospitais de referência para atendimentos de média e alta complexidade, além de serem pontos de chegada e partida da maioria dos estrangeiros no país via aeroportos. A segunda, é a já comentada concentração de internações nos estados brasileiros de fronteira, o que fortalece a tese de que a maioria das internações é por usuários não-residentes do SUS. A terceira e não esperada tendência é a concentração em cidades portuárias, que poderia reforçar a tese de estrangeiros a trabalho no Brasil.

Figura 2: Distribuição das Internações pelo Território brasileiro (2021)



Fonte: Elaboração própria

Tendo em vista a plausibilidade da hipótese sobre a não residência dos estrangeiros internados no âmbito do SUS em 2021, resta afastar a discussão sobre a

inclusão de nacionais de países desenvolvidos no cômputo da CID brasileira ligada ao SUS. De fato, e do ponto de vista dos princípios da saúde pública brasileira, as atividades ligadas à saúde e bem-estar das populações contribuem diretamente para o status dos indicadores de saúde global, independentemente de onde o atendimento em saúde é realizado. Em outras palavras, e de um ponto de vista técnico, só há uma saúde, que não reconhece fronteiras entre os estados nacionais. Contudo, e no intuito de evitar problemas conceituais oriundos de se considerar que uma iniciativa de desenvolvimento possa beneficiar diretamente – e não de forma difusa – um país em desenvolvimento, opta-se por considerar na Pesquisa COBRADI 2021 apenas os gastos em iniciativas que beneficiaram nacionais de países em desenvolvimento.

O Anexo II deste volume traz a lista de detalhada de países, número de internações e gasto total com internações no âmbito do SUS em 2021, com as classificações de país utilizadas pelo próprio Ministério da Saúde. O total de internações de nacionais de países em desenvolvimento alcançou 23.749, representando um gasto total de R\$ 36.997.817,17. Tanto os números de internações quanto os respectivos totais integram a base de dados da Pesquisa COBRADI 2021.

1.2 - Educação Superior, Técnica e Tecnológica: Quanto custa um estudante estrangeiro para as Instituições de Ensino Superior Brasileiras?

As mudanças metodológicas implementadas para o ciclo 2021-2024 da Pesquisa COBRADI trouxeram consigo uma oportunidade de aperfeiçoamento no que diz respeito ao cômputo dos gastos e características da cooperação educacional do Brasil, particularmente àqueles referentes aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em programas de graduação e pós-graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas (IES) brasileiras. A metodologia atual possui uma modalidade para o cômputo dos gastos com cooperação educacional, composta por dois subitens relacionados aos gastos de educação com estrangeiros no Brasil e outra voltada para gastos com estudantes estrangeiros e brasileiros em instituições estrangeiras. Dentro dos subitens, é possível classificar entre os gastos com bolsas para educação/treinamento e os demais gastos.

É preciso notar, todavia, que tal mudança que permite maior detalhamento tem origem essencialmente nas discussões levadas à cabo no Grupo de Trabalho sobre Mensuração do Apoio ao Desenvolvimento (*Working Group on Measurement of*

Development Support), criado no âmbito do Grupo Interagências e de Especialistas para os ODS (*Inter-agency and Expert Group on Sustainable Development Goals Indicators – IAEG-SDG*). O detalhamento dos subitens relacionados à educação estava entrelaçado às discussões sobre mensuração da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD), sendo que a lógica de inclusão passava essencialmente pelo financiamento de bolsas e custeio entre países em desenvolvimento. Em um movimento inédito, tanto as questões educacionais quanto outras propostas sobre mensuração da CSSD aprovadas no GT sobre Mensuração do Apoio ao Desenvolvimento foram incorporadas pelo Secretariado da Força Tarefa à metodologia TOSSD em revisão publicada em meados de maio de 2022.

É preciso chamar atenção para o fato de que a metodologia utilizada pela Pesquisa COBRADI no que concerne a cooperação educacional (Modalidade “E”, vide Anexo I) e a cooperação científica (Modalidade “K”, vide Anexo I) é mais abrangente que a proposta aprovada pelo GT criado no âmbito do IAEG-SDGs, e posteriormente incorporada pela TOSSD. A partir do ciclo 2021-2024, a Pesquisa COBRADI passa a medir na temática da cooperação educacional: (i) as bolsas pagas pelo Brasil para estrangeiros que estudam no Brasil; (ii) outros gastos pagos pelo Brasil com estrangeiros que estudam no Brasil; (iii) as bolsas pagas pelo Brasil para brasileiros e ou estrangeiros que estudam no exterior, seja em país desenvolvido ou em desenvolvimento; (iv) outros gastos pagos pelo Brasil para brasileiros e ou estrangeiros que estudam no exterior, seja em país desenvolvido ou em desenvolvimento. De forma análoga, as iniciativas de pesquisa internacionais que o Brasil integra são medidas tanto para casos de cooperações com países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento.

No que concerne a cooperação científica, o tema será retomado na subseção 1.4 desde capítulo, uma vez que a racionalidade para a ampliação está intimamente ligada à necessidade de uma nova visão em rede para Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Brasil. A cooperação educacional é objeto da atual subseção, particularmente o tema de bolsas pagas a estrangeiros no Brasil. Historicamente, a pesquisa COBRADI se focou nos estudantes oriundos de países em desenvolvimento que estudam no Brasil, computando os valores de “bolsas” pagas a estes estrangeiros no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). Contudo, ocorre que a comentada ampliação dos subitens da modalidade de cooperação educacional permitiu que se tornasse mais preciso o conceito de “bolsa”.

É certo que os estudantes estrangeiros que se matriculam em instituições de ensino públicas brasileiras são isentos de taxas de matrícula e manutenção, como os matriculados

em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Entretanto, o fato destes estudantes não pagarem as taxas de matrícula e manutenção não significa que tais custos não existam para as instituições as quais esses alunos estão vinculados. No caso das IFES, por exemplo, o custeio dessas matrículas a estrangeiros está diluído nos gastos gerais por elas já efetuados. Logo, o conceito de “bolsa” deve estar obrigatoriamente associado aos custos de matrícula e manutenção de estudantes estrangeiros em instituições brasileiras, sejam elas públicas ou privadas. Assim, o subitem E01 (“bolsas”) apresentado no Anexo I mede essencialmente tais custos de matrícula e manutenção de estudantes estrangeiros. O subitem E02 (“outros gastos”) mede os demais valores gastos com estudantes estrangeiros, como auxílios de subsistência, deslocamento, passagens aéreas, entre outros.

Uma segunda questão igualmente importante de se notar é o fato que os alunos estrangeiros que estudam no Brasil não estão apenas matriculados em universidades, cursando programas de graduação e pós-graduação. Tais estudantes também estão distribuídos no sistema federal de ensino técnico e tecnológico (ex: Institutos Federais), no treinamento profissional oferecido por escolas de governo (ex: Escola Nacional de Administração Pública) e no ensino fundamental e médio públicos (ex: refugiados e outras pessoas protegidas pelo Brasil). No caso específico dos refugiados, os valores são computados de forma agregada em um dos subitens correspondentes na modalidade I descrita no Anexo I. Os demais estudantes estrangeiros matriculados no ensino fundamental e médio público brasileiro constituem desafio para os próximos anos do ciclo 2021-2024 da Pesquisa COBRADI, uma vez que estão associados à expansão da pesquisa para os Estados e Municípios da Federação. Este relatório 2021 considera apenas as bolsas e outros gastos com estudantes estrangeiros no ensino superior (graduação e pós-graduação), técnico e tecnológico, além do ensino profissional.

Uma terceira e importante observação diz respeito à ampliação existente na Pesquisa COBRADI em relação à metodologia TOSSD: a inclusão dos gastos com cooperação educacional com países desenvolvidos. No relatório COBRADI 2021, essa cooperação “Sul-Norte” se materializa essencialmente no custeio de estudantes brasileiros em instituições de ensino superior de países desenvolvidos e as matrículas de estudantes destes países em instituições brasileiras. Em que pese o fato de a cooperação “Sul-Norte” constituir um aparente oxímoro, mais importante são os benefícios difusos e externalidades positivas criadas pela educação para qualquer indivíduo. Esta ideia está alinhada à visão brasileira sobre a educação constituir um bem público, e não apenas uma relação comercial entre a instituição educacional ofertante e o aluno demandante. Tal

visão parece consistente com a existência e longevidade dos programas públicos de custeio de brasileiros em IES estrangeiras, como os da CAPES, CNPq e FAPESP constantes na Pesquisa COBRADI 2021.

Uma crítica poderia ser posta à opção da inclusão de tais valores pagos por instituições públicas a brasileiros em IES estrangeiras em virtude de tais iniciativas constituírem uma “Cooperação Recebida”, já que o Brasil seria o principal beneficiário do gasto. De pronto, é importante notar que a crítica não teria fundamento a partir das bolsas e custeio oferecido pelas instituições públicas de financiamento incluídas neste relatório 2021. O argumento de benefício exclusivo ao Brasil cessa tanto pela inexistência de cláusula que obrigue de forma final o bolsista brasileiro a permanecer em seu país de origem após período contratual, bem como pela impossibilidade prática de se implementar uma regra dessa natureza caso ela existisse. Dessa feita, e se não há obrigatoriedade de permanência de longo prazo do bolsista no Brasil, parece lógico considerar que o investimento brasileiro possa resultar em benefícios difusos ao menos entre o nacional do país e a instituição de país desenvolvido que o acolheu.

Ainda sobre essa crítica, também é oportuno recorrer às metodologias dos dois principais rankings internacionais de classificação das universidades no mundo, o da *Times Higher Education* e o da *QS World University Rankings*. Nas metodologias de ambos os rankings, a proporção de estudantes internacionais constitui critério de pontuação da universidade, assim como a proporção de discentes estrangeiros em relação aos nacionais do país de residência da IES. Da mesma forma, é possível argumentar que ao menos os estudantes de doutorado e pós-doutorado estariam contribuindo de forma substantiva para a pesquisa e desenvolvimento do país de destino, uma vez que a materialização do resultado de tais bolsas ocorre por meio de artigos científicos, livros, entre outros produtos acadêmicos relacionados ao conhecimento. A discussão sobre a inclusão da cooperação Sul-Norte será retomada na seção 1.4 deste capítulo, local em que se desenvolverá de forma mais apropriada uma visão para além de “prestada” e “recebida”.

Apresentadas as três ponderações metodológicas referentes ao melhor entendimento do conceito de “bolsa” no contexto da Pesquisa COBRADI, as diferentes opções de cooperação em educacional, bem como a questão da inclusão da cooperação educacional Sul-Norte, resta esclarecer o caminho metodológico escolhido para computar o gasto referente a matrícula e permanência dos estudantes estrangeiros em instituições de ensino brasileiras. Conforme dito anteriormente, o foco da monetização de tais gastos

se concentra apenas no ensino superior, técnico, tecnológico e profissional no relatório 2021. Assim, e para ser possível elaborar uma estimativa de tais gastos, é necessário saber com precisão: (i) a nacionalidade do estrangeiro ou grupo de estrangeiros; (ii) em qual nível educacional o estrangeiro está matriculado; (iii) o custo por aluno ou estimativa do custo por aluno na instituição ao qual o estrangeiro está vinculado.

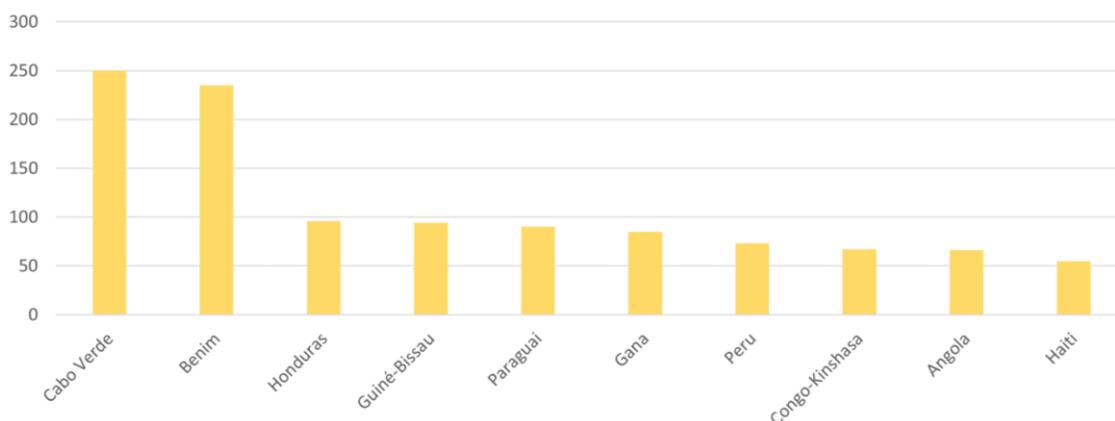
Analisando os conjuntos de dados recebidos pela Pesquisa COBRADI em 2021, três parecem atender a estes critérios de forma inequívoca, sendo elegíveis para estimativa dos custos de matrícula e manutenção. Os dados fornecidos pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), detalham os estudantes regularmente matriculados Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Os da CAPES, trazem o detalhamento sobre os estudantes que recebem auxílio pago pela Coordenação no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e Programa Institucional de Internacionalização (PRINT). Por fim, a base fornecida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) apresenta todos os dados referentes aos estudantes estrangeiros matriculados em suas instituições vinculadas de ensino. Como os dados da FIOCRUZ serão tratados de forma detalhada no Capítulo 3 deste volume, a análise a seguir se concentrará nos dados do PEC-G, PEC-PG e PRINT.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é o mais antigo programa de cooperação educacional do governo brasileiro com os seus parceiros do Sul global. Criado em 1965, o PEC-G permite aos estudantes de países em desenvolvimento que possuam acordo com Brasil o acesso a estudos em nível de graduação em qualquer Instituição de Ensino Superior do Brasil. A criação do Programa surgiu tanto da necessidade de fomentar as relações entre o Brasil e seus parceiros do Sul quanto de garantir a equiparação entre os estudantes brasileiros de graduação e os vários estudantes estrangeiros matriculados nas IES brasileiras à época. Sendo uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, o programa foi revisado no ano de 2013 (Decreto 7.948/2013), quando recebeu contornos jurídicos mais detalhados sobre o processo de seleção, matrícula, entre outros itens que regem a permanência dos estudantes durante o período de estudos no Brasil.

Especificamente no ano de 2021, foram selecionados 171 novos estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento para o PEC-G, que integrarão a Pesquisa COBRADI 2022. Entretanto, entre aqueles estudantes que se graduaram até final de 2021, a estimativa total de matrículas de graduação do PEC-G em IES brasileiras alcançou 1.601 estudantes. Conforme ilustrado no Gráfico 11 a seguir, Cabo Verde e Benin

representam cerca de 25% do total de estudantes regularmente matriculados no ano de 2021. As dez principais nacionalidades exibidas no Gráfico 11 representam mais de 60% dos estudantes matriculados em 2021 via PEC-G.

Gráfico 11: Estudantes PEC-G Matriculados em Graduação – Top 10 (2021)



Fonte: Secretaria de Educação Superior, Ministério da Educação (SESU/MEC)

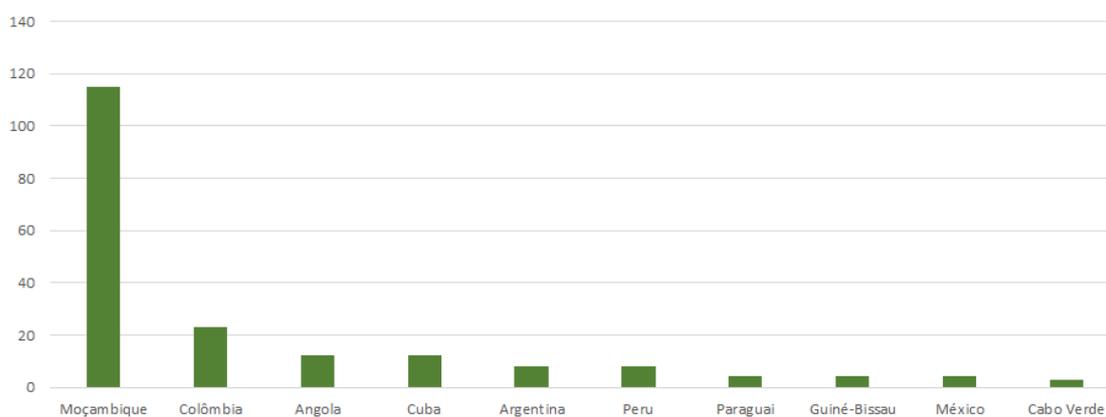
Já o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-G) foi criado pelo governo brasileiro em 1981, igualmente com o objetivo de fortalecer as ações de cooperação educacional com países em desenvolvimento. O PEC-PG é focado na oferta de vagas de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em IES Brasileiras. Assim como o PEC-G, o PEC-PG é uma parceria entre o Ministério de Relações Exteriores Brasileiro, a CAPES e o CNPq, estas últimas agências de fomento garantindo apoio financeiro direto para a subsistência dos estudantes no Brasil.

Gerido diretamente pela CAPES, o Programa Institucional de Internacionalização (PRINT) é voltado essencialmente para o apoio às IES Brasileiras em uma agenda fundamental da internacionalização: a mobilidade de discentes, docentes e pesquisadores para dentro (*inbound*) e para fora (*outbound*) do Brasil. Lançado pela CAPES em 2017, o PRINT fomenta tanto a vinda de estudantes e acadêmicos estrangeiros de países em desenvolvimento quanto a de países desenvolvidos. A título de exemplo, a CAPES assinou em 2018 um acordo com o Serviço Alemão de Acordos Acadêmicos (DAAD, em alemão) para financiar a vinda de estudantes alemães para estudos em nível de doutorado no Brasil e de brasileiros na Alemanha. Para a análise a seguir, entretanto, só serão consideradas as bolsas a nacionais de países em desenvolvimento, uma vez que a atração de estudantes de países desenvolvidos faz parte de uma estratégia de diversificação do público nos cursos de pós-graduação nas IES brasileiras. No caso inverso ao argumento

apresentado à ida de estudantes brasileiros à IES estrangeiras, o Brasil seria o beneficiário da vinda dos estudantes de países desenvolvidos.

No tocante aos programas de doutorado pleno e pós-doutorado no Brasil, a CAPES ofereceu apoio para diversos pesquisadores de doutorado em 2021, conforme exibido no Gráfico 12 abaixo. Entre os auxílios oferecidos aos nacionais de países em desenvolvimento, os estudantes moçambicanos despontam como o principal grupo apoiado pela CAPES em 2021, sendo todas 115 bolsas concedidas no âmbito do PEC-PG em nível de doutorado. Já os colombianos representaram 21 bolsas concedidas, sendo 03 bolsas PRINT de pós-doutorado e 18 bolsas PEC-PG de doutorado. Por fim, e em terceiro lugar em termos de bolsas concedidas, 11 estudantes angolanos receberam bolsas PEC-PG de doutorado e 01 bolsa PRINT de pós-doutorado. No total, a CAPES concedeu 216 bolsas, sendo 195 de doutorado (PEC-PG) e 21 de pós-doutorado (PRINT).

Gráfico 12: Estudantes PEC-PG e PRINT matriculados em Doutorado e Pós-Doutorado — Top 10 (2021)



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Somando o total de estudantes em Instituições de Ensino Superior Brasileiras em nível de graduação (PEC-G), doutorado (PEC-PG) e pós-doutorado (PRINT), chega-se a um total de 1.817 estudantes de países em desenvolvimento no ano de 2021. Antes de prosseguir ao cálculo do custo de matrícula e manutenção destes estudantes nas IES Brasileiras, é fundamental notar que a estimativa apresentada com base nos dados de bolsistas da CAPES e dos selecionados para o PEC-G é definitivamente um sub dimensionamento do total de estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento efetivamente estudando no Brasil. É preciso ter em mente que o principal custo de um estudante no ensino superior não é a sua bolsa de manutenção, mas sim os gastos

referentes a sua matrícula e manutenção na instituição de ensino. As reais estimativas do total de estudantes com o nível de desagregação de dados desejado pela Pesquisa COBRADI dependem de envio de dados por parte de cada IES, seja Universidade ou Instituto Federal. Tal processo ainda será aperfeiçoado nos anos vindouros do ciclo 2021-2024 da Pesquisa COBRADI.

Com os totais de estudantes do PEC-G, PEC-PG e PRINT desagregados no nível adequado de detalhamento, resta responder à pergunta: quanto custa um estudante estrangeiro para as Instituições de Ensino Superior Brasileiras? De fato, há uma estimativa consistente produzida pelas próprias IES e informadas anualmente ao Ministério da Educação. O indicador “Custo Corrente/Aluno Equivalente em Tempo Integral (excluídas despesas com Hospitais Universitários)” traz exatamente a estimativa do custo total da manutenção da estrutura de ensino-pesquisa da IES dividida pela estimativa do número total de estudantes matriculados em tempo integral. Os dados para esse indicador são consolidados pelo MEC no Painel Universidade 360.

Utilizando as médias anuais para o indicador, construiu-se o Gráfico 13 abaixo. O gráfico traz o valor de R\$ 21.936,29 como a média do custo por aluno entre as universidades federais que repassaram estimativas para o ano de 2021. Sabendo que os 1.817 estudantes do PEC-G, PEC-PG e PRINT estiveram efetivamente matriculados em IES brasileiras em 2021, o valor de R\$ 21.936,29 aparece como melhor estimativa para calcular o custo referente a matrículas e manutenção deste grupo de estudantes nas IES Brasileiras em 2021. O resultado é um valor de R\$ 39.858.238,93 referentes a custeio de matrículas e manutenção de estudantes, número que integra a base de dados da Pesquisa COBRADI 2021.

Gráfico 13: Custo Corrente / Aluno Equivalente em Tempo Integral



Fonte: Painel Universidade 360, Ministério da Educação (<https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>). Exclui despesas com Hospitais Universitários.

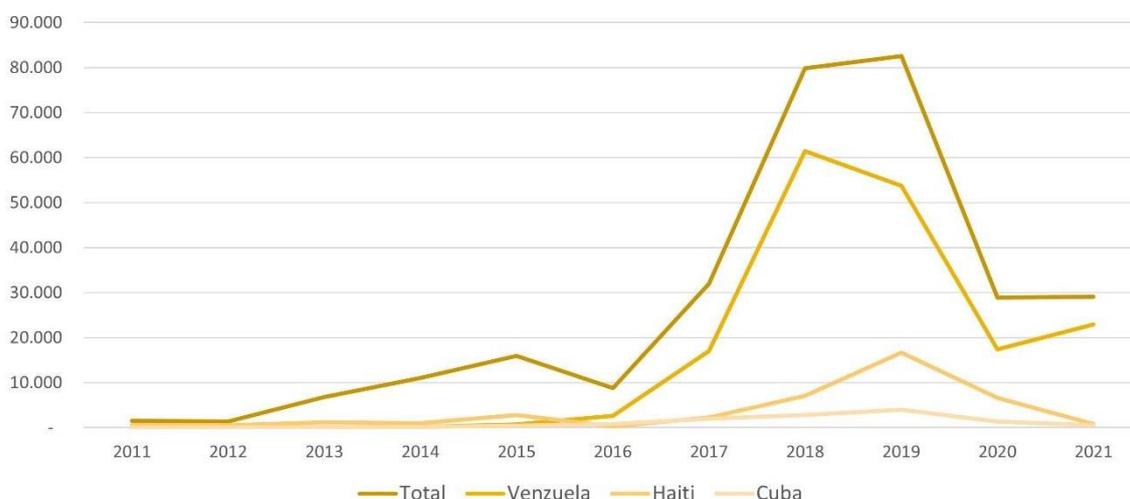
1.3 – Refugiados e Solicitantes de Refúgio: Quantos são, quem são e quanto custam para as políticas sociais do Brasil?

A história recente do refúgio no Brasil tem o seu marco basilar na aprovação da Lei 9.474/97. Promulgada em 22 de julho de 1997, a Lei 9.474 é o marco legal que define as características e mecanismos para a incorporação da Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados, ou Convenção de Genebra de 1951, como se tornou conhecida. A Lei 9.474/97 completa 25 anos em 2022, regulando o instituto do refúgio em cenário consideravelmente diferente daquele de sua aprovação. A partir da segunda década dos anos 2000, vê-se nitidamente a tendência de diminuição do recurso ao reassentamento como solução duradoura no Brasil e a explosão do número de solicitações de refúgio, particularmente de países da América Central e do Sul. Seguindo a tendência de crescimento do número de solicitações no país, o número total de refugiados em 2021 no Brasil estimado pelo Comitê Nacional para Refugiados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CONARE/MJSP) alcançou 60.800. O número representa um crescimento impressionante de 1.600% em relação ao ano de 2010.

Segundo a Lei 9.474/97, refugiado é todo indivíduo que “I — devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II — não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III — devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” Já os Solicitantes de Refúgio são todos os que ingressaram em território brasileiro regularmente ou irregularmente e que expressaram a “sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira” (Art 7º, caput). Mesmo para o solicitante de refúgio, concede-se o direito à residência provisória e carteira de trabalho provisória, além de outros direitos garantidos pelo estatuto do estrangeiro, também conhecida como Lei de Migração (Lei 13.445/17).

O número de solicitações de refúgio sofreu drástica mudança na segunda década dos anos 2000. Entre 2011 e 2021, foi registrado um total acumulado de 297.712 solicitações de refúgio, sendo apenas os anos de 2018 e 2019 responsáveis por 54,5% deste total. De fato, e recorrendo ao exame da linha tendência do total anual de solicitações de refúgio no Brasil, observam-se dois períodos de crescimento. Segundo o Gráfico 14 apresentado a seguir, o primeiro período ocorre entre 2012 e 2015 e o segundo entre 2016 e 2019.

Gráfico 14: Número de Solicitações de Refúgio no Brasil (2011 – 2021)



Fonte: Polícia Federal do Brasil (PF/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

O período 2012-2015 é marcado pelo crescimento de solicitações de nacionais de países de fora da região das Américas. Com exceção do Haiti, cujas solicitações na média cresceram ao longo de todo período 2011-2021, grande parte do aumento pode ser atribuído a pedidos de nacionais de nove países (Angola, Gana, Bangladesh, Nigéria, Senegal, Síria, Paquistão, Guiné-Bissau e Congo). As solicitações de refúgio dos nacionais destes nove países corresponderam à 58,07% total de solicitações do período 2012-2015.

Além de sugerir a tendência de crescimento para os dois períodos mencionados, o Gráfico 14 dá ênfase às principais nacionalidades cujas solicitações de refúgio ajudariam a explicar o pico de crescimento para o segundo período 2016-2019. Para este segundo período quadrienal, apenas as solicitações de nacionais de três países das Américas parecem explicar o crescimento exponencial do total de solicitações de refúgio. As solicitações de venezuelanos, cubanos e haitianos combinadas representam 83,88% do

total de solicitações de refúgio no período 2016 – 2019. Apenas nos anos de 2018 e 2019, as solicitações dos nacionais destes três países representou 90% do total de solicitações de refúgio no Brasil, sendo que apenas as de solicitações de refúgio de nacionais da Venezuela alcançou 77% e 65% do total de solicitações no Brasil em 2018 e 2019, respectivamente.

Observando-se os dados sobre refugiados no Brasil, nota-se a consolidação de uma tendência em curso desde o início do segundo pico de crescimento nas solicitações de refúgio: a mudança radical na estrutura demográfica da população solicitante no Brasil. Particularmente para o ano de 2021, o Gráfico 15 aponta a concentração nas faixas etárias de 0-15 anos e 25 – 40 anos, sendo que a primeira representou 31,65% dos solicitantes naquele ano.

Gráfico 15: Número de Solicitações de Refúgio no Brasil, por Faixa Etária (2021)

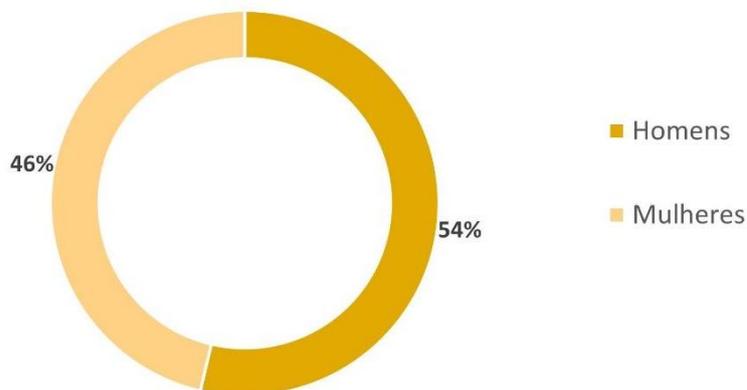


Fonte: Polícia Federal do Brasil (PF/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

No caso da distribuição por sexo dos solicitantes de refúgio apresentada no Gráfico 16 abaixo, o ano de 2021 aponta como o de maior porcentagem de mulheres na população solicitantes de refúgio (46,3%). De fato, e observando os dados gerais sobre refúgio no Brasil, a mudança em relação à proporção de homens e mulheres iniciou-se exatamente em 2016, quando a proporção era de dois homens para cada mulher. Nos anos seguintes, a desproporção homem-mulher na população de solicitantes diminuiu a uma taxa média de 11% entre 2016-2019, tendo continuado a diminuir a taxas menores nos anos de 2020 e 2021. Considerando que Venezuela, Cuba e Haiti são as nacionalidades mais relevantes para o aumento das solicitações de refúgio no período 2016-2019 e nos dois anos posteriores da série, a principal hipótese que parece explicar as mudanças demográficas em relação à idade de sexo da população solicitante é a proximidade

geográfica entre estes três países e o Brasil. A proximidade geográfica seria um facilitador para a migração de famílias completas e estendidas, tendo impactos mais visíveis para menores de 15 anos e maiores de 60 anos.

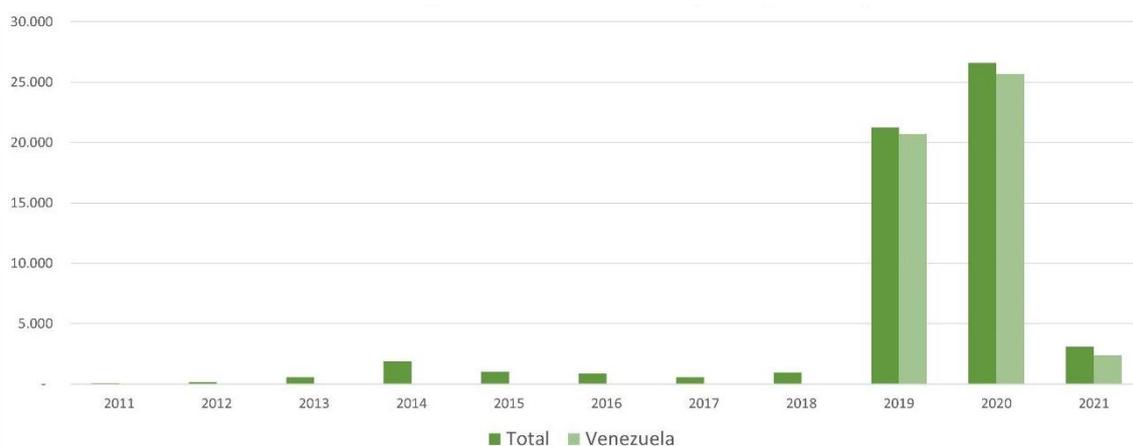
Gráfico 16: Número de Solicitações de Refúgio no Brasil, por Sexo (2021)



Fonte: Polícia Federal do Brasil (PF/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

Acompanhando a tendência de aumento exponencial do número de solicitações de refúgio no Brasil entre 2011 e 2021, o tamanho da população refugiada no Brasil cresceu dezesseis vezes no período. Contudo, e como o Gráfico 17 abaixo sugere, tal aumento é explicado diretamente pelo acolhimento das solicitações de refúgio de nacionais da Venezuela. Entre 2019 e 2021, o Brasil reconheceu 48.767 nacionais da Venezuela como refugiados. Apenas considerando os refugiados reconhecidos nestes três anos, os nacionais da Venezuela já representariam mais de 80% do total de 60.800 refugiados no Brasil ao final de 2021. Tomando como base apenas as tendências dos dados da série histórica 2011-2021, é possível que tanto a alta porcentagem de solicitações de refúgio de nacionais da Venezuela quanto a desproporção de refugiados deste país na população refugiada do Brasil permaneçam até o fim do ciclo da pesquisa COBRADI 2021-2024.

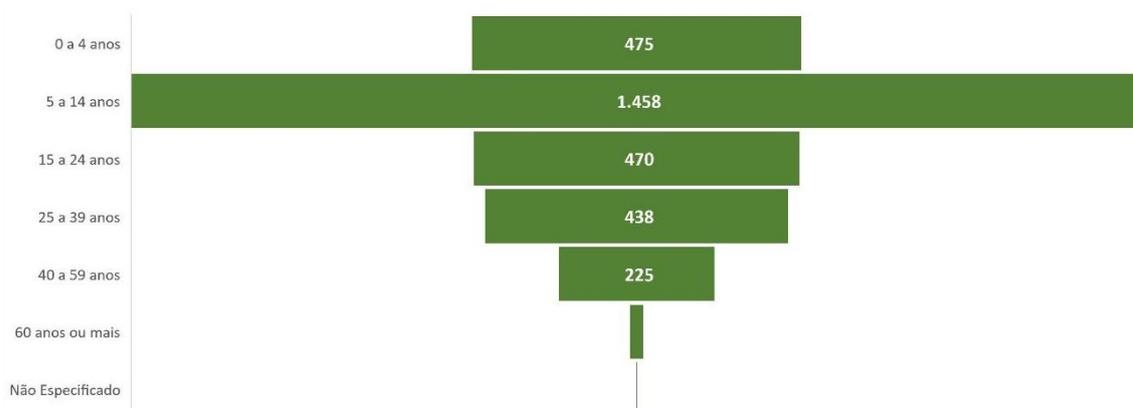
Gráfico 17: Número de Refugiados Reconhecidos no Brasil por Ano (2011 – 2021)



Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

Considerando as tendências já apontadas para a população de solicitantes de refúgio, não seria raro encontrar mudanças similares na demografia da população refugiada no Brasil na década 2011-2021. Entretanto, e em relação à distribuição etária da população, é apenas no ano de 2021 que se nota uma prevalência da população menor que 15 anos de idade em relação ao total da população, quando esta faixa etária alcançou 63% do total de refugiados reconhecidos. Nos anos anteriores, os menores de 15 anos representaram a menor ou a segunda menor faixa etária entre os refugiados reconhecidos no Brasil. O Gráfico 18 abaixo ilustra a distribuição por faixa etária para o ano de 2021.

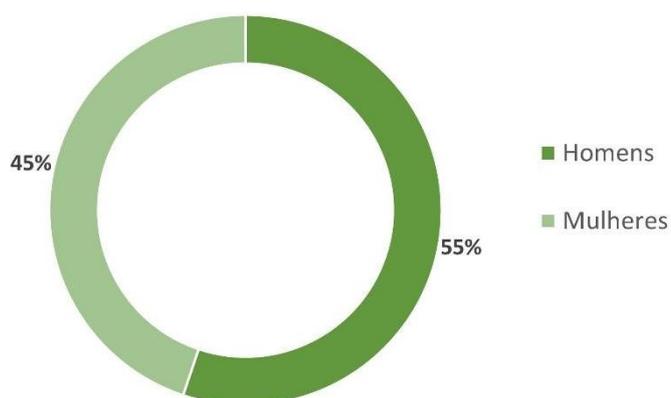
Gráfico 18: Refugiados Reconhecidos no Brasil por Faixa Etária (2021)



Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

Ao contrário da distribuição das faixas etárias, a distribuição por sexo dos refugiados reconhecidos acompanhou as tendências apontadas para a segunda fase 2016-2019 da população de solicitantes de refúgio. Embora o ano de 2020 tenha sido caracterizado por uma prevalência de homens (62%) em relação às mulheres (38%), no ano de 2021 a proporção voltou a ficar mais equilibrada, quando as mulheres representaram 45% do total de 3.086 refugiados reconhecidos. O Gráfico abaixo ilustra a distribuição por sexo dos refugiados reconhecidos pelo Brasil no ano de 2021.

Gráfico 19: Número de Refugiados Reconhecidos por Sexo (2021)



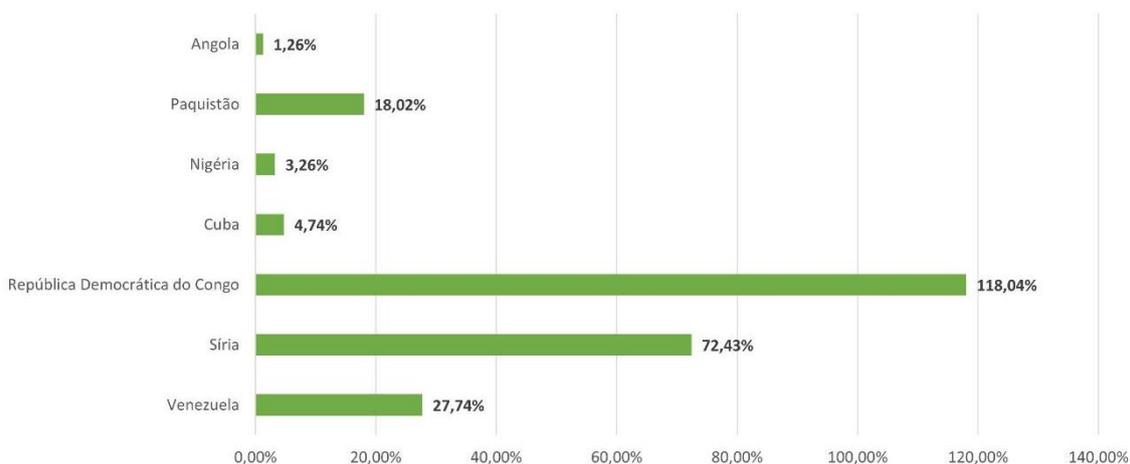
Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

Segundo estimativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Brasil apreciou um total aproximado de 187.500 solicitações de refúgio no período 2011-2021, sendo 66.500 com análise de mérito e 121.000 sem análise de mérito.⁷ Considerando apenas o total de 297.712 novas solicitações de refúgio apresentadas entre 2011-2021, este período se encerraria com mais de 110.000 solicitações aguardando apreciação por parte das autoridades brasileiras. Neste sentido, o Gráfico 20 abaixo ajuda a pensar a tendência de crescimento da população refugiada no Brasil para os anos vindouros, com base nas solicitações pendentes de análise e a taxa de reconhecimento por nacionalidade praticada pelo MJSP durante o período 2011-2021. No Gráfico 20 abaixo é importante ressaltar que a taxa de reconhecimento também é afetada pelo acumulado das solicitações de refúgio o período anterior à 2011, particularmente porque o próprio

⁷<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTy2NjQtNDEzNC04YTBlLTly1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>, acessado em 20 de novembro de 2022.

Ministério estima que o tempo médio para uma decisão final para as solicitações é de dois anos e três meses. Esse fato pode ser visualizando na taxa de reconhecimento para nacionais da República Democrática do Congo, que alcançou 118% no período 2011-2021.

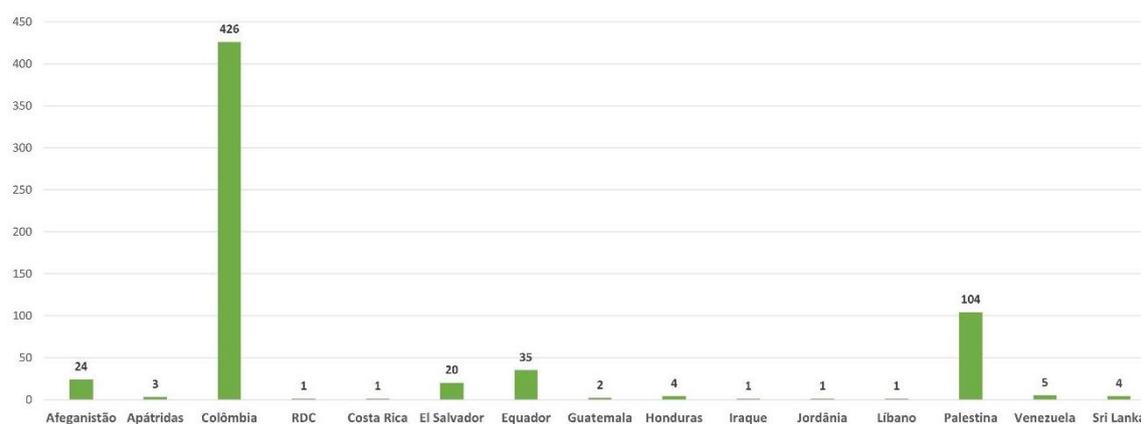
Gráfico 20: Taxa de Reconhecimento de Status de Refugiado no Brasil - Nacionalidades Seleccionadas (2011-2021)



Fonte: Elaboração Própria

Por fim, é importante trazer uma desagregação dos dados apresentados para os refugiados recebidos no Brasil pela ótica do reassentamento. Refugiados reassentados se diferem do geral da população refugiada no Brasil pelo fato de eles já possuírem o status de refugiado em outro país de refúgio. As transferências destes indivíduos ao Brasil ocorrem mormente em razão da persistência do fundado temor de perseguição no contexto do país que primeiro concedeu a elas(es) o status de refúgio. Assim, o refugiado é “retransferido” a um segundo país de refúgio para que ela/ele possa gozar efetivamente da plena proteção de seus direitos. O Gráfico 21 a seguir apresenta o total de refugiados reassentados para o período 2002 – 2021 por nacionalidade.

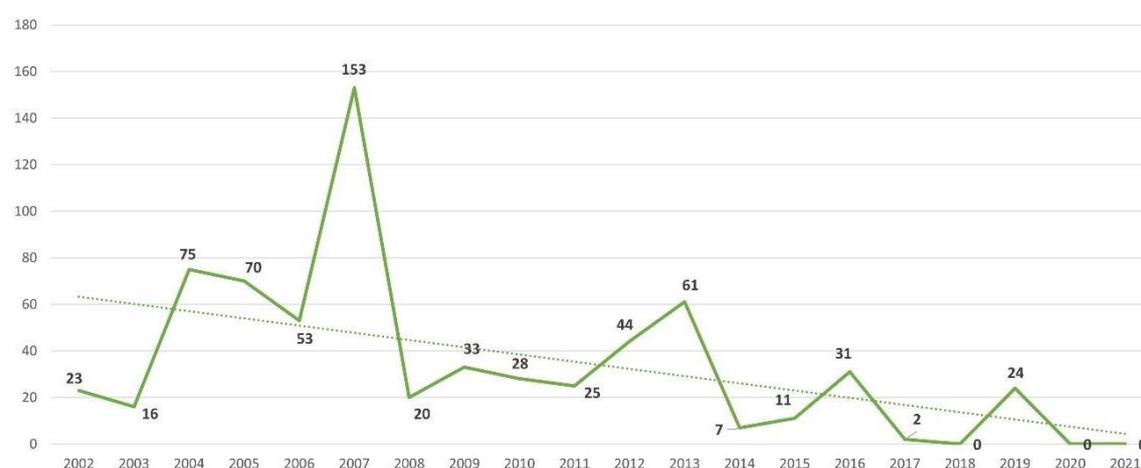
Gráfico 21: Total de Refugiados Reassentados no Brasil Por Nacionalidade (2002 – 2021)



Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

O esforço inicial do Governo Brasileiro na primeira década dos anos 2000 esteve concentrado essencialmente na recepção de refugiados colombianos que se encontravam em países da América do Sul e Central, fato que explica a prevalência de 67,4% de colombianos no total de 632 refugiados reassentados no Brasil. Ainda que tenha havido diversificação em termos de nacionalidade, como a vinda de 104 refugiados palestinos no ano de 2007, o reassentamento como solução duradoura no Brasil perdeu considerável espaço. O Gráfico 22 a seguir aponta uma tendência geral de queda ao longo dos vinte anos de utilização do reassentamento como solução duradoura no Brasil. Uma hipótese plausível seria a sobrecarga dos sistemas nacionais de acolhimento no contexto das duas ondas de solicitações de refúgio entre 2012-2015 e 2016-2019, sendo que nos anos de 2018 e 2019 o Brasil não recebeu refugiados reassentados.

Gráfico 22: Fluxo de Refugiados Reassentados no Brasil (2002 – 2021)



Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/MJSP) e Observatório de Migrações (Obmigra/UnB)

Tendo apreciado as características das populações refugiada e solicitante de refúgio no Brasil, faz-se necessário aproximar os números da Política de Refúgio com a Agenda de Cooperação Internacional para Desenvolvimento Brasileira. Entre as dez modalidades de cooperação para o desenvolvimento internacional constantes na metodologia COBRADI, há uma integralmente dedicada a capturar as contribuições do país à promoção e defesa do instituto do refúgio. A modalidade I (“apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e outras pessoas protegidas”) possui cinco subitens que permitem capturar o custo direto à essas populações no Brasil (I01 e I02), a contribuição do Brasil para refugiados e solicitantes em outros países de acolhimento (I03), o apoio à repatriação voluntária (I04) e custos de inclusão de refugiados e solicitantes nas políticas públicas nacionais (I05).

Utilizando o recorte temporal de cinco anos proposto pela metodologia COBRADI para a inclusão de custos e gastos com essas populações (subitens I01, I02, I03), seria possível construir estimativas do tamanho da população de interesse para a Pesquisa COBRADI nos anos vindouros. A título de exemplo, para a Pesquisa COBRADI 2021 seriam considerados os dados de 2017 a 2021 para a produção de estimativas de custos diretos em até 12 meses (I01), custos diretos após 12 meses (I02) e gastos das políticas sociais do Brasil com essas populações em até 60 meses (I05). A Tabela 1 abaixo apresenta estimativas para cada subitem, baseadas nas já comentadas 110.000 solicitações entre 2011-2021 que permanecem sem apreciação (29.107 apenas em 2021) e no reconhecimento de 52.387 refugiados entre 2017 e 2021. A partir destas estimativas, a população de interesse da Pesquisa COBRADI 2021 na modalidade de cooperação para o desenvolvimento referente a refugiados e solicitantes de refúgio seria de 162.387 indivíduos.

Por fim, e ainda sobre a Tabela 1, é preciso buscar informações no Governo Federal sobre os gastos brasileiros com a população refugiada e solicitante em outros países de acolhimento (I03) e sobre os gastos do Brasil no apoio a ações de repatriação de refugiados do Brasil a seus países de origem ou de outros países de acolhimento a seus países de origem (I04). No ano de 2021, por exemplo, há uma ação específica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no valor de R\$ 539.000,00 para o apoio brasileiro a cinco campos de refugiados saarauís em nos setores de água, saneamento e saúde.

Igualmente importante mencionar os gastos do Ministério da Defesa em 2021 no tocante às ações de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade, que alcançou R\$ 100.053.643,07 em 2021.

Tabela 1: População de Interesse para a Pesquisa COBRADI 2021: Refugiados e Solicitantes de Refúgio no Brasil (2017-2021)

Modalidade de Cooperação Internacional	Refugiados	Solicitantes de Refúgio	Total
I01: Custos incorridos em países doadores para assistência básica a requerentes de asilo, refugiados e pessoas protegidas de países elegíveis, até 12 meses.	3.086	29.107	32.193
I02: Custos incorridos em países doadores para assistência básica a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas, além do período de 12 meses, na medida em que o indivíduo não seja reconhecido pelas autoridades competentes do país em que ele/ela solicitou asilo como tendo os direitos e obrigações inerentes à posse de residência ou nacionalidade desse país.	Não Aplicável	110.000	110.000
I03: Apoio financeiro, material ou técnico a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas noutros países de acolhimento.	?	?	?
I04: Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas protegidas que regressam voluntariamente aos seus países de origem, nacionalidade ou última residência habitual. Exclui-se a assistência pré-partida.	?	?	?
I05: Custos incorridos em países doadores para promover a integração em sua economia de solicitantes de refúgio, refugiados, pessoas protegidas e migrantes. Abrange atividades que promovam a integração na economia e cultura do país doador (incluindo formação linguística, formação profissional, regimes de proteção social, programas de emprego, sensibilização para a cultura nacional), até aos primeiros 5 anos de permanência. O apoio temporário/assistência básica está coberto pelas modalidades I01 e I02.	52.387	110.000	162.387

Fonte: Elaboração própria

1.4 - Para além da Cooperação Prestada e Recebida: Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional do Brasil

Uma das peculiaridades da cooperação para o desenvolvimento internacional do Brasil é o seu foco quase exclusivo no desenvolvimento de capacidades, particularmente em sua vertente de cooperação técnica. No caso da cooperação técnica internacional do Brasil, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) entende que “(...) o desenvolvimento de capacidades pode definido como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento” (ABC, 2013b, p. 12). Conforme será apresentado na seção 2.4, a modalidade de cooperação técnica internacional continua a ser a mais relevante no âmbito da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD), ficando atrás apenas das contribuições obrigatórias e voluntárias às organizações multilaterais.

Ainda que o desenvolvimento de capacidades norteie grande parte das iniciativas de CSSD do Brasil, menos clara é a operacionalização do conceito de “vertente de cooperação” ou, em outras palavras, a classificação dual das iniciativas como “cooperação prestada” ou “cooperação recebida” pelo Brasil. Com base em elementos empíricos oriundos da Pesquisa COBRADI 2021, esta seção tem como objetivo central apontar três temas em que há necessidade de aperfeiçoamento conceitual para discutir a cooperação para o desenvolvimento internacional do Brasil. O primeiro é aquele que se refere às iniciativas de cooperação com países desenvolvidos, mas em que há grande dificuldade de classificação como cooperação “recebida”. O segundo é a relação entre as iniciativas financiadas diretamente por instituições públicas brasileiras para a implementação via organismos internacionais, que usualmente também são classificadas como cooperação “recebida” pelo Brasil, por ser o país supostamente o único destinatário da integralidade dos benefícios oriundos dos recursos aportados. Por fim, e em terceiro, há ainda a relação entre o grande volume de gastos com contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil a organismos multilaterais e a real contribuição destes gastos para o avanço da Agenda 2030.

Pelos princípios que norteiam a CSSD do Brasil, vê-se menos problemática a ideia de que uma iniciativa de cooperação entre o Brasil e um país em desenvolvimento possa ser caracterizada em larga escala por uma parceria, independentemente de quem a financia em parte ou no todo (ABC, 2013). No caso da CSSD brasileira, as ideias de

horizontalidade e solidariedade permitem discutir com razoável conforto que as iniciativas de cooperação mais se assemelham a uma parceria, onde cada ator contribui dentro das suas possibilidades (ABC, 2013). Inclusive, não é raro que uma iniciativa de CSSD brasileira resulte em benefícios consideráveis tanto para os parceiros quanto para o Brasil, como demonstra o projeto Cotton-4, por exemplo (ABC, 2016).

Todavia, o mesmo não ocorre em relação às iniciativas de cooperação internacional com países desenvolvidos. Conforme discutido na seção 1.2 deste relatório, o caso da Cooperação Internacional Educacional, por exemplo, é ilustrativo do fato de se pensar os benefícios do patrocínio da mobilidade estudantil internacional para além das instituições de ensino superior do Brasil. A Pesquisa COBRADI 2021, identificou mais de 4.000 bolsas e auxílios pagos a pesquisadores brasileiros no exterior, sob o rótulo de “Sul-Norte”, temática que será explorada em profundidade no capítulo quatro deste relatório. No caso desta cooperação, assume-se erroneamente que somente o Brasil se beneficiaria do investimento em formação do pesquisador. São ao menos quatro os fatores que sugerem a necessidade de melhor reflexão sobre o país “beneficiário” da cooperação “recebida” no âmbito da cooperação internacional educacional,

- A presença de alunos brasileiros em universidades estrangeiras constitui critério de classificação em rankings universitários internacionais;
- O fato de o investimento público em educação superior não implicar em obrigatoriamente de permanência a médio e longo prazo do pesquisador no Brasil ou mesmo à elaboração de pesquisas em agendas prioritárias do país pelos pesquisadores, que podem se ligar à pesquisas de outros países;
- A existência de benefícios compartilhados, que tem origem na produção científica dos pesquisadores brasileiros em instituições estrangeiras;
- O custeio direto e integral pelas agências de fomento públicas em muitos casos para a presença de centenas de pesquisadores brasileiros em programas de pós-graduação de instituições estrangeiras, por períodos completos ou curtos.

Um segundo fator advém do cruzamento dos dados sobre os arranjos e modalidades de cooperação da Pesquisa COBRADI 2021: como pensar as 24 iniciativas de cooperação técnica internacional classificadas por seis instituições brasileiras como “Sul-Norte”? Dentro do cabedal de conceitos utilizados na área de desenvolvimento internacional, a cooperação “Sul-Norte” constituiria um oxímoro, uma vez que no

discurso dominante seria improvável haver iniciativas de cooperação para o desenvolvimento direcionadas à países desenvolvidos. A Tabela 2 a seguir ilustra as 24 iniciativas de seis instituições no arranjo “Sul-Norte” de cooperação, incluindo um caso peculiar de parceria com a União Europeia (Programa EUROSociAL), onde a Defensoria Pública da União (DPU) é o canal de implementação das ações, contribuindo de forma substantiva com horas técnicas de seus servidores.

Tabela 2: Cooperação Técnica Internacional Sul-Norte (2021)

Arranjo de Cooperação	Gasto Total (R\$)	Gasto Total (%)	Número de Iniciativas	Número de Iniciativas (%)
COOPERAÇÃO SUL-NORTE	1.019.101,80	100,00	24	100,00
Banco Central do Brasil	26.697,60	2,62	15	62,50
Defensoria Pública da União	81.576,00	8,00	2	8,33
Escola Nacional de Administração Pública	55.592,16	5,46	1	4,17
Fundação Oswaldo Cruz	618,00	0,06	1	4,17
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	790.346,04	77,55	4	16,67
Programa EUROSociAL	64.272,00	6,31	1	4,17
Total	1.019.101,80	100,00	24	100,00

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Segundo o Decreto 5.151/2004, a cooperação recebida bilateral ou multilateral tem foco essencialmente na contratação de consultorias especializadas, capacitação de indivíduos ou aquisição de bens que resultem em benefícios diretos para o aperfeiçoamento de políticas nacionais brasileiras. A ABC também destaca nas iniciativas de cooperação internacional recebida pelo Brasil a possibilidade de que o financiamento advinha de: (i) organismos internacionais; (ii) agências governamentais estrangeiras; (iii) setor privado; (iv) fundos internacionais e contribuições de países doadores geridos por organismos internacionais; (v) instituições públicas brasileiras, que viabilizem o patrocínio de projetos de interesse nacional (ABC, 2004; 2020).

Ao que parece, haveria duas questões fundamentais para classificar a Cooperação do Brasil como “recebida”. Primeiramente, o fato de quem financiaria a cooperação em parte ou no todo. Em segundo, e mais importante, é quem seria o efetivo beneficiário das iniciativas de cooperação para o desenvolvimento. Entretanto, e observando a possibilidade de financiamento brasileiro integral ou em parte para projetos de interesse nacional via organizações multilaterais ou regionais, pergunta-se: é possível isolar os benefícios das iniciativas de cooperação implementadas via organismo

multilateral/regional apenas para o Brasil? Os recursos brasileiros empenhados nestes projetos são integralmente aplicados nos projetos de interesse nacional? Caso não, qual parcela de recursos são destinados à manutenção das estruturas de governança global compostas pelos próprios organismos multilaterais regionais? Como os resultados da cooperação são distribuídos entre o Brasil e o organismo cooperante?

Curiosamente, o próprio Decreto 5.151/04 define que projetos custeados no todo ou em parte com recursos da União junto a “organismos internacionais cooperantes” fazem parte da vertente de cooperação internacional “recebida” pelo Brasil (Art, 1º), mas são obrigatoriamente coordenados por uma instituição pública, e não o organismo internacional cooperante (Art 2º §2º). Embora a modalidade preferencial de gestão deste tipo de cooperação seja intitulada “Execução Nacional” (Art. 2º caput), o Decreto 5.151/04 não proíbe que ações executadas no âmbito de projetos na modalidade “execução nacional” também beneficiem outros países de forma solidária e tampouco impede que outras modalidades de execução de projetos de cooperação recebida venham a acontecer (Art 2º §3º). De fato, a única certeza no referido Decreto é que a cooperação integralmente prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento deve ser caracterizada por outra modalidade de execução, que não a nacional (Art 2º §4º). Além disso, outra clareza que traz o Decreto é a fixação de um valor máximo de 5% do orçamento do projeto para taxas administrativas do “organismo internacional cooperante”.

Do ponto de vista da medição e quantificação do gasto brasileiro com cooperação internacional para o desenvolvimento na metodologia atualmente utilizada pela COBRADI, há ao menos duas questões práticas que se apresentam para reflexão. A primeira seria aquela referente às contribuições obrigatórias de 5% aos organismos internacionais na modalidade de “execução nacional”. Estes valores que apoiam a manutenção das estruturas de governança multilaterais devem ou não ser entendidos como um gasto pertinente dentro da atual agenda de desenvolvimento (Agenda 2030)? A segunda questão diz respeito a “quem recebe o que e de quem”: se há diversos projetos cujos recursos são mobilizados no todo ou em parte pela união, a coordenação de tais projetos é responsabilidade de uma instituição brasileira, e não há impedimentos para ações que beneficiem simultaneamente o Brasil e outros países, não faria sentido examinar mais a fundo o gasto e as iniciativas no âmbito dos projetos de Cooperação Internacional Recebida na modalidade Execução Nacional definidas pelo Decreto 5.151/04?

Para ilustrar e garantir contornos mais empíricos à discussão proposta acima, seria fundamental examinar exemplos de projetos de cooperação recebida na modalidade execução nacional implementados em 2021. Afortunadamente, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) submeteu à Pesquisa COBRADI 2021 um conjunto completo de dados para 13 projetos que atendem às características de cooperação recebida e execução nacional. A Tabela 3 a seguir detalha cada projeto de cooperação via execução nacional por organização internacional cooperante.

Tabela 3: Projetos de Cooperação via Execução Nacional do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2021)

Organismo Internacional Cooperante / Título do Projeto de Cooperação	Gasto Total (R\$)
Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS)	1.247.867,06
Implantação de Infraestrutura de Atendimento Socioeducativo do Ministério dos Direitos Humanos	1.247.867,06
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)	506.176,80
Organização, fortalecimento e articulação das iniciativas de promoção dos direitos humanos	506.176,80
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	344.638,75
Fortalecimento dos Mecanismos de Participação e Seguimento e Implementação de Compromissos Nacionais e Internacionais em Direitos Humanos Fortalecidos	41.573,17
Fortalecimento, Promoção e Defesa de Políticas Públicas dos Direitos da Pessoa Idosa: Empoderamento para um Brasil de Todas as Idades	8.366,22
Inclusão de Pessoas com Deficiência - Ampliando conhecimentos e aperfeiçoando mecanismos de promoção, formulação e implantação de Políticas Públicas de acessibilidade	294.699,36
Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)	1.506.372,90
Ampliação e Fortalecimento dos Processos e Estratégias de Participação Social em Espaços de Discussão e Proposições Relacionados aos Direitos da Criança e do Adolescente	1.506.372,90
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	11.200.885,84
Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais	1.007.914,00
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA, Conselhos Tutelar e SIPIA SINASE	3.944.390,99
Fortalecimento da garantia do direito à vida e da redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil	5.156.010,92
Fortalecimento da garantia e promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência	41.895,20
Fortalecimento e expansão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR	175.561,49
Proteção Integral de Direitos das Crianças e Adolescentes Fortalecida	4.901,60
Seguimento e Implementação de Compromissos Nacionais e Internacionais em Direitos Humanos Fortalecidos	870.211,64
Total Geral	14.805.941,35

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A partir dos dados sobre os projetos exibidos na Tabela 3 é possível levantar uma série de observações relevantes. A primeira é que o valor de dois projetos de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento excede o de várias contribuições obrigatórias do Brasil a organizações multilaterais no ano de 2021, como aquelas para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Ação Orçamentária 0870), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Ação Orçamentária 0190) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (Ação Orçamentária 0483). Em segundo, o Decreto 5.151/04 prevê um total de 5% de taxas administrativas em projetos da modalidade “execução nacional”. No caso do conjunto dos 13 projetos da Tabela 3, as taxas ultrapassariam R\$ 740.000,00. Por fim, e observando os títulos dos projetos e as descrições fornecidas pelo MMFDH, vê-se que ao menos a metade deles é focado ao fortalecimento de políticas de defesa de direitos de populações e grupos em território nacional, como crianças, adolescentes, idosos, comunidades negras tradicionais, entre outras. A própria natureza destas políticas impediria, por exemplo, que as populações refugiadas, solicitantes de refúgio e demais pessoas protegidas fossem excluídas.

De forma análoga ao raciocínio sobre as taxas administrativas em projetos de cooperação recebida na modalidade execução nacional, pode-se argumentar que seria necessária discussão e reflexão mais aprofundada sobre a relação entre as diversas contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil e os reais benefícios para os países em desenvolvimento e, de forma mais ampla, para o progresso da Agenda 2030. O total de contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil para organizações e instituições multilaterais em 2021 foi estimado em mais de R\$ 5.7 bilhões (inclui contribuição de R\$ 3.452 bilhões ao Novo Banco de Desenvolvimento), o que implica em dizer que a maioria da cooperação para o desenvolvimento do Brasil se dá indiretamente. Seja pela grande concentração do gasto ou pela importância da via multilateral para a cooperação para o desenvolvimento do Brasil, é fundamental obter maior detalhamento de tais valores.

Tendo em vista as dificuldades apontadas na operacionalização do binômio cooperação prestada e recebida, questiona-se se uma abordagem de redes de cooperação não seria mais apropriada para mensurar, quantificar e qualificar a cooperação do Brasil. Excetuando-se as iniciativas relacionadas às modalidades de bolsas para estudantes (E) e contribuições a programas e fundos (B), as demais modalidades exibem múltiplos parceiros tanto como beneficiários quanto como canais de implementação de iniciativas de cooperação. Além disso, e particularmente nas modalidades de projetos (C) e cooperação técnica internacional (D), há foco considerável em iniciativas alinhadas a

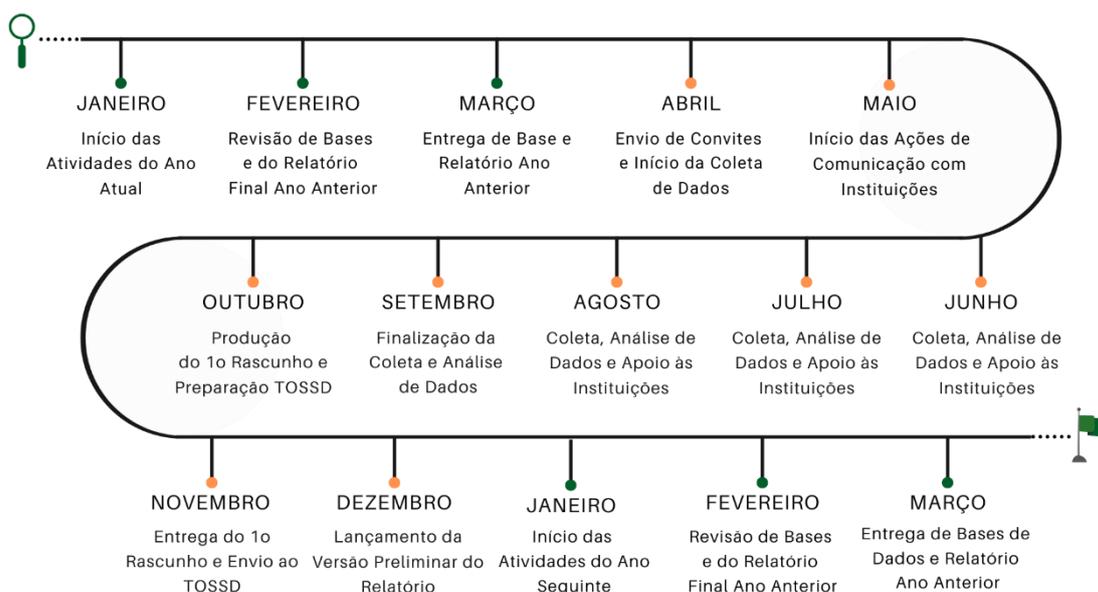
estratégias de desenvolvimento de capacidades. O pensamento em rede facilitaria tanto uma visão integrada das diversas contribuições financeiras diretas/indiretas e o mapeamento das redes de implementação das iniciativas, além de facilitar a aferição dos alcances e dos impactos de tais iniciativas junto aos países parceiros do Brasil.

Capítulo 2 – Uma Visão Geral da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional em 2021

Para além das mudanças já comentadas no último capítulo que permitiram a consolidação e uma mínima estrutura metodológica definitiva, o novo ciclo 2021-2024 da Pesquisa COBRADI também trouxe uma série de inovações no plano de pesquisa e no plano de coleta de dados. Tais inovações permitiram, por exemplo, o mapeamento e consulta de todos os atores dos três poderes nas esferas federal e estadual na Pesquisa COBRADI 2021, aproximando a pesquisa de um censo brasileiro em cooperação internacional nesses níveis da federação. Igualmente, a intensificação do uso de ferramentas digitais para a coleta de dados permitiu impor mais agilidade no contato com as instituições participantes, esclarecer dúvidas e questionamentos de forma célere, além de apoiar a disseminação de materiais de apoio e educacionais relacionados à pesquisa.

O passo inicial para a elaboração do plano de pesquisa e do plano de coleta de dados foi a definição das etapas para cada ano do ciclo 2021-2024. Os três primeiros meses de cada ano são reservados para as atividades de planejamento e preparação de materiais para a pesquisa do ano corrente, além de encaminhamento da versão final do relatório e base de dados do ano anterior. O mês de abril é marcado pelo envio de convites à todas as instituições que constituem o público-alvo da pesquisa, além de representar o início formal do processo de coleta de dados para o ano corrente. O período de maio a setembro é utilizado para o apoio direto às instituições participantes, seja em atividades de divulgação interna ou local (ex: seminários, palestras, etc) quanto para questões metodológicas ou de estrutura de dados. Os meses de outubro e novembro são reservados para a finalização da análise de dados, preparação do primeiro rascunho e construção de base de dados própria para envio ao Secretariado do TOSSD. Por fim, o mês de dezembro é marcado pelo envio formal da base de dados brasileira ao Secretariado do TOSSD, na primeira semana, e o lançamento do Relatório Preliminar da Pesquisa COBRADI, na segunda semana. O cronograma completo da pesquisa pode ser visualizado na Figura 3 a seguir.

Figura 3: Cronograma Anual da Pesquisa COBRADI



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao plano de pesquisa, o primeiro ano do ciclo 2021-2024 trouxe consigo alguns desafios. Em relação à definição das principais variáveis para as quais os dados seriam coletados, foi preciso um esforço adicional da equipe da pesquisa COBRADI para conciliar a metodologia própria utilizada pelo IPEA, as novas instruções metodológicas submetidas pelo Secretariado do TOSSD e a necessidade de coleta de descrições mais detalhadas sobre os projetos de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento para compor o estudo piloto do Brasil para envio à UNCTAD. Tais atividades de calibragem do plano de pesquisa se estenderam até meados de maio de 2022. Igualmente, o próprio Secretariado do TOSSD viria a compartilhar as suas instruções finais para envio de dados somente em 11 de maio de 2022. Por fim, ainda havia o desafio da construção de uma base de dados com os contatos das mais de 200 instituições federais e 27 estados da federação, de forma que o convite para a pesquisa e demais ações de apoio pudessem ser implementadas.

O processo mais simples entre os três desafios que se apresentaram para o plano de coleta de dados foi o desenvolvimento da visão da pesquisa para o novo ciclo da COBRADI, reflexão que foi consolidada em publicação específica do próprio IPEA (Schleicher, R. & Barros, Paula, 2022). Neste trabalho, inaugurou-se a coleta simultânea de dados em bases federais bem como das submissões diretas pelas instituições participantes para a construção da base de dados da Pesquisa COBRADI. Em outras

palavras, uma estratégia baseada em ciência de dados e outra na tradicional pesquisa do tipo *survey* já implementada pelo IPEA desde 2010 no âmbito COBRADI. Já o envio tardio das instruções pelo Secretariado do TOSSD em 11 de maio de 2022 de fato contribuiu para o atraso no desenvolvimento dos principais instrumentos da pesquisa 2021, que só puderam ter versões finais ao fim de maio 2022. Por fim, e por conta da desatualização completa dos dados e canais de comunicação das áreas internacionais da maioria dos órgãos federais em bases de dados públicas, o processo de levantamento tomou cerca de 45 dias. Por estas razões, o plano de pesquisa completo só ficaria pronto no dia 3 de junho de 2022.

Em relação ao plano de coleta de dados, e por ser o ano de 2021 o primeiro do ciclo 2021-2024, todos os instrumentos de coleta e apoio às instituições participantes foram desenvolvidos de forma original. No plano de coleta de dados, três instrumentos foram centrais para apoiar as instituições: (i) uma planilha com programação em Visual Basic, que permitiu o preenchimento de cada iniciativa de forma guiada; (ii) um Guia de Orientações completo, que apoiou o preenchimento da planilha de dados ao passo que repassava conhecimentos centrais sobre a metodologia da pesquisa; (iii) um vídeo tutorial de 15 minutos com o passo-a-passo do preenchimento da planilha de dados. Para que a estratégia de coleta tivesse sucesso, um sítio eletrônico exclusivo para a Pesquisa COBRADI foi criado no domínio do IPEA em 1 de junho 2022, contendo todos os recursos necessários para a pesquisa, além dos relatórios e bases de dados das pesquisas anteriores.⁸

No dia 9 de junho de 2022, todos os convites de participação na pesquisa foram encaminhados aos dirigentes de 207 instituições federais e estaduais e aos gabinetes dos governadores dos 27 estados da federação via ofício assinado pelo Presidente do IPEA. A partir do ofício-convite, a estratégia no plano de coleta de dados se dividiu em duas partes. A primeira, envolveu reforços quinzenais de envio de e-mails à todas as áreas internacionais das instituições federais, bem como às casas civis das instituições estaduais. A segunda parte envolveu duas rodadas gerais de ligações telefônicas à todas as instituições participantes, uma em agosto e outra em setembro de 2022. Durante a pesquisa, e considerando o fato de o número de Instituições de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico ultrapassar uma centena, o IPEA contou com a parceira da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do

⁸ <https://www.ipea.gov.br/portal/cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-internacional-cobradi>

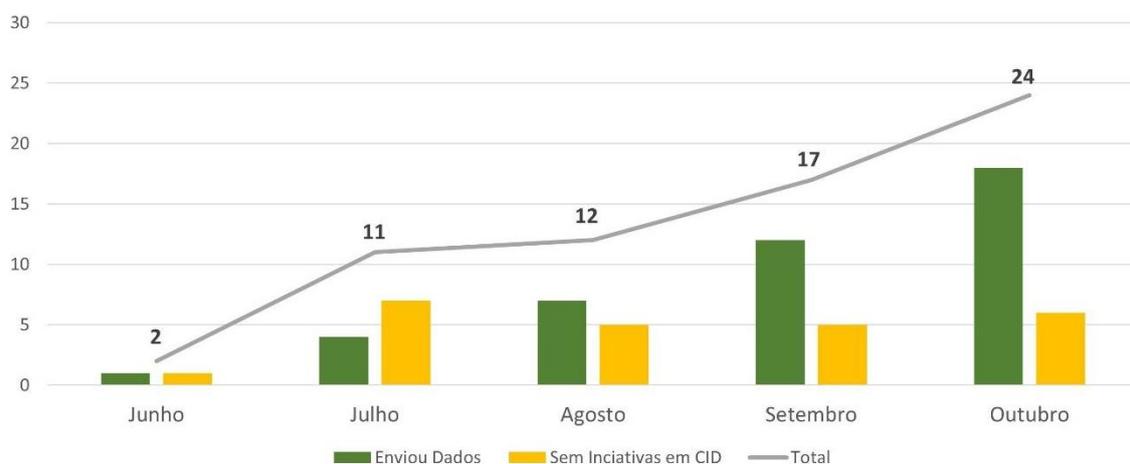
Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Em relação aos prazos, estabeleceu-se o dia 30 de setembro de 2022 como primeiro prazo de envio por parte das instituições participantes. Fosse pelas novidades metodológicas quanto pelo ineditismo da participação da maioria das instituições na pesquisa, como no caso das Universidades e Institutos Federais, por exemplo, o prazo geral foi estendido para o dia 31 de outubro de 2022. Com apoio da ANDIFES e CONIF, e no caso das Instituições de Ensino Superior, Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II, combinou-se o prazo diferenciado de 11 de novembro de 2022 para envio. Igualmente, e após pedido de várias instituições federais, a equipe da COBRADI decidiu aceitar dados tardios enviados até 31 de dezembro de 2022 para compor o relatório final que será lançado em abril de 2023. Com efeito, os prazos alargados e a ampliação da população de interesse da Pesquisa COBRADI 2021 implicaram necessariamente que poderá existir diferença considerável na base de dados que compõe este relatório preliminar e aquela que comporá o relatório final, a depender da quantidade instituições que submeta dados até o prazo final de 31 de dezembro de 2022.

Até o dia 31 de outubro de 2022, prazo final para integrar a análise deste relatório preliminar, a equipe da pesquisa COBRADI recebeu 66 respostas ao convite original enviado pelo Presidente do IPEA no dia 9 de junho de 2022. Deste total, 22 instituições informaram que não tiveram iniciativas em 2021 no escopo da pesquisa COBRADI. Das 44 instituições que submeteram informações, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) apresentou dados que estão na região de fronteira metodológica da pesquisa (favor consultar a subseção 1.4 deste relatório) e o Senado Federal apresentou atividades importantes, mas sem o nível de detalhamento necessário para integrar à análise.

O Gráfico 23 abaixo apresenta o fluxo de recebimento de respostas junto às instituições federais e estaduais durante o período compreendido entre 9 de junho e 31 de outubro de 2022. O gráfico demonstra claramente a importância de outras ações de reforço a partir de agosto/2022, que foram além do envio de ofícios e e-mails, como as rodadas de ligações telefônicas, videochamadas e pequenos seminários internos envolvendo grupos de instituições.

Gráfico 23: Fluxo de Respostas na Pesquisa COBRADI 2021



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Além disso, a análise dos dados oriundos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde permitiu a inclusão de 24 novas instituições federais. Portanto, a amostra final que compõe este relatório preliminar é composta por dados de 66 instituições (42 oriundas de envio direto pelas instituições participantes e 24 das atividades de análise de dados em bases federais).

De forma inédita, a Pesquisa COBRADI apresenta um capítulo com a visão geral dos dados coletados, desagregados pelas principais variáveis da pesquisa: (i) Instituição Responsável; (ii) Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável (iii) Setor Econômico Industrial relacionado à iniciativa; (iv) Modalidades de Cooperação Internacional; (v) Arranjos e Canais de Cooperação Internacional. O desempenho em cada uma dessas variáveis é apresentado em relação à quatro métricas centrais, duas ligadas à monetização e duas ligadas à quantificação/contagem. Em relação à monetização, computam-se os valores em reais referentes aos gastos diretos (desembolsos diretos informados pelas instituições e valores pagos em 2021 identificados na base de dados do SIAFI e SIH) e gastos indiretos (valores referentes a horas técnicas de trabalho de agentes públicos ligados à iniciativa de cooperação). Em relação à quantificação/contagem, são computados o número de iniciativas de cooperação para cada variável, bem como o número total de horas técnicas dedicadas à variável analisada.

Antes de comentar sobre o desempenho da cooperação para o desenvolvimento internacional a partir das cinco variáveis selecionadas, é fundamental apresentar uma definição concisa para cada uma delas. Tais definições são as mesmas apresentadas para

as instituições participantes da pesquisa e integram o corpo do Guia de Orientações da Pesquisa COBRADI 2021. Assim,

- **Instituição Responsável:** é a instituição que financia o projeto. Em quase a totalidade dos casos para a Pesquisa 2021, a instituição responsável é aquela do Governo Federal ou Estadual. Exceções pontuais ocorrem quando a instituição pública federal ou estadual é o Canal e contribui apenas com horas técnicas dos agentes públicos envolvidos na iniciativa;
- **Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável:** são exatamente àquelas listadas na estratégia global de desenvolvimento incarnada na Agenda 2030. Uma ponderação importante é a forma de classificação de cada iniciativa por ODS e meta. Para a Pesquisa COBRADI, optou-se por uma estrutura que permitiu a inclusão de até três ODS por iniciativa de cooperação, sendo que cada ODS poderia incluir até três metas. Todavia, a forma ordenada de apresentação das escolhas para as instituições participantes (1º, 2º e 3º ODS) permitiu inferir que o primeiro ODS e metas associadas escolhidas para a iniciativa teriam precedência sob as demais. Além disso, e para os casos em que os gastos diretos tiveram origem na base do SIAFI ou na SIH, a classificação foi feita pela equipe da COBRADI com base nas informações disponíveis na descrição da iniciativa. Para gastos com organismos multilaterais, por exemplo, a associação entre ODS e gasto foi feita com base na missão da organização multilateral;
- **Setor Econômico e Industrial:** é a atividade econômico-industrial mais próxima da iniciativa de cooperação para o desenvolvimento. Da mesma forma que os ODS e metas, as classificações foram feitas de forma ordenada em 1ª, 2ª, e 3ª opção pelas instituições participantes. Para os casos de dados oriundos do SIAFI e SIH, a classificação foi feita pela equipe da COBRADI;
- **Modalidades de Cooperação Internacional:** são por excelência o coração da pesquisa COBRADI, representando as “categorias” de cooperação para o desenvolvimento internacional. Na Pesquisa COBRADI 2021, as modalidades são compostas por dez opções e mais de 25 subitens à escolha das instituições. Novamente, para os casos de gastos oriundos do SIAFI e SIH, a classificação foi feita pela equipe da COBRADI;

- **Arranjos de Cooperação Internacional:** são os “esquemas” de cooperação entre países e organizações. O foco da Pesquisa COBRADI 2021 são as Cooperações Sul-Sul bilateral e trilateral, bem como as parcerias horizontais entre o Brasil e países desenvolvidos (Cooperação “Sul-Norte”);
- **Canal:** é essencialmente a instituição ou grupo de instituições que implementam a iniciativa de cooperação para o desenvolvimento internacional.

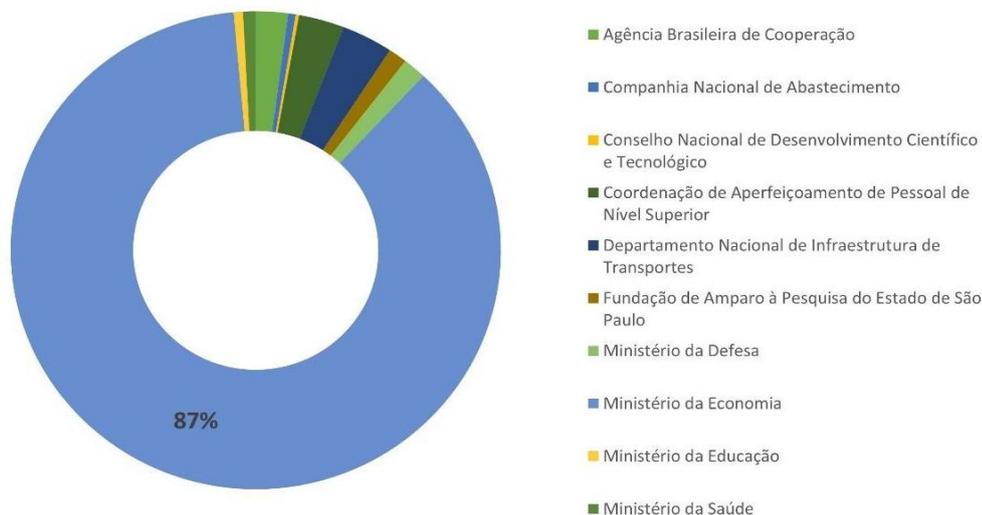
Finalmente, outra diferenciação importante é aquela que diz respeito às estimativas ligadas a horas técnicas e os valores a elas associados. Diferentemente dos gastos diretos, que representam desembolsos da instituição à iniciativa de cooperação, os gastos indiretos têm como origem a estimativa das horas técnicas dedicadas por agentes públicos a uma iniciativa de cooperação. Visando apoiar às instituições participantes no processo de coleta de dados, o IPEA propôs uma divisão de trabalho com os seus parceiros. Com base nos dados e modalidades de afastamento disponíveis para 2021 no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) a equipe da COBRADI calculou uma o valor médio da hora técnica para o ano de 2021, estimado em R\$ 123,60. Às instituições participantes coube apenas estimar as horas dedicadas pelos servidores às atividades e iniciativas de cooperação para o desenvolvimento internacional.

2.1 – Instituições Responsáveis pela CID

Antes de iniciar a análise de dados com foco nas instituições participantes é necessário esclarecer uma peculiaridade da Pesquisa COBRADI 2021, que possui grande relevância para a tendência dos dados: a integralização de cota de capital brasileira junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). De acordo com dados extraídos do SIAFI, o Ministério da Economia aportou um total de R\$ 3,452 bilhões ao NDB no ano de 2021. Observando as demais iniciativas que compõem a base dados preliminar da Pesquisa COBRADI 2021, não há valor que se aproxime da contribuição ao NDB, fato que o caracteriza como um valor desviante na série de dados. Valores desviantes são conhecidos por contaminar as análises, enviesando qualquer discussão possível sobre características e tendências dos dados. A título de exemplo, apenas a contribuição brasileira ao NDB em 2022 seria maior que qualquer total anual na série histórica na pesquisa COBRADI desde

2005. O Gráfico 24 abaixo demonstra visualmente a desproporção do Ministério da Economia frente às demais instituições em virtude da contribuição ao NDB.

Gráfico 24: Distribuição do Gasto Total em CID por Instituição Responsável – 10 Primeiras Instituições (2021) *



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

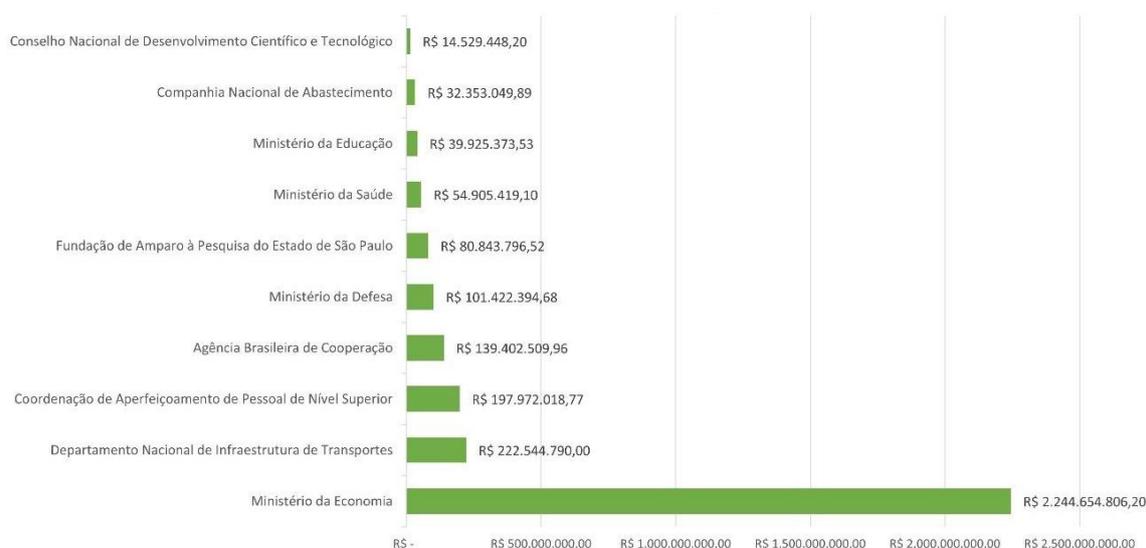
*Inclui integralização de cota capital ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)

A forma mais indicada para evitar o enviesamento na análise é a exclusão do valor da série de dados, seguida da análise em separado do valor aberrante. Por conseguinte, todas as análises de dados apresentadas nos capítulos 2 e 3 deste relatório não incluem a contribuição brasileira ao NDB. Além disso, uma breve discussão sobre a participação brasileira na modalidade “B” em 2021 é apresentada na subseção 3.1. Por fim, os Anexos de III a VII deste relatório trazem cinco tabelas em que é possível apreciar os valores totais desagregados pelas cinco principais variáveis (instituição responsável, ODS, etc), incluída a contribuição ao NDB. Particularmente, o Anexo III apresenta os resultados para cada uma das 65 instituições que compõem a base dados deste relatório preliminar.

Excluído o valor referente ao NDB, o gasto total em 2021 alcança R\$ 3,181 bilhões, sendo que 98,33% dos gastos registrados estão concentrados nas dez primeiras instituições, conforme exibido no Gráfico 25 a seguir. A proporção dos gastos totais do Ministério da Economia em relação ao gasto total da COBRADI 2021 cai para 70,55%, em comparação aos 87% quando incluída a contribuição ao NDB. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) figura em segundo lugar com 7% dos gastos totais, em virtude de uma iniciativa de cooperação na área de infraestrutura na

região de fronteira entre Brasil e Argentina. Em terceiro, e por razões distintas das anteriores, encontra-se a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo gasto representou 6,2% do gasto total com CID em 2021, majoritariamente composto por bolsas a estudantes estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior.

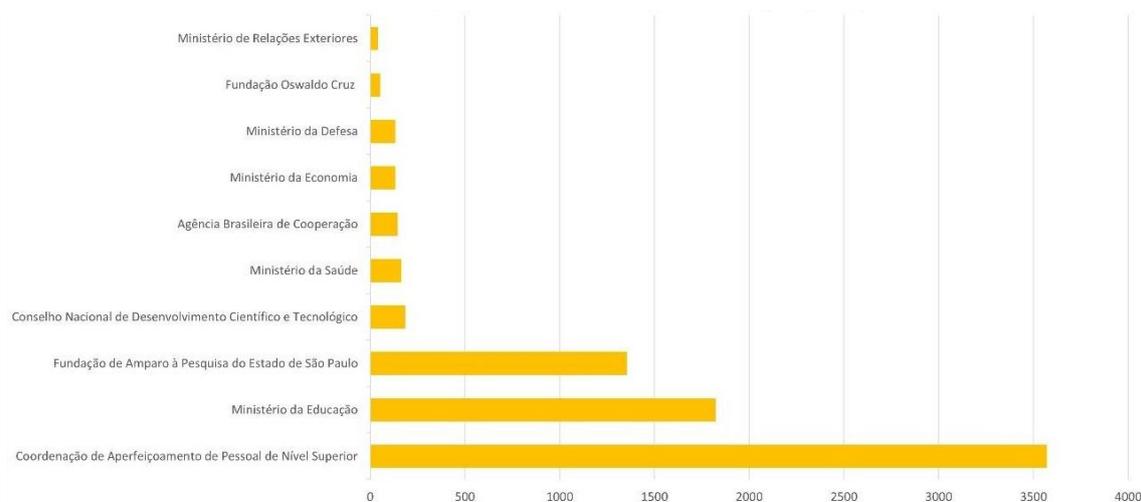
Gráfico 25: Gasto Total em CID por Instituição Responsável — 10 Principais Instituições (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Radicalmente diferente do ordenamento das instituições pelo gasto total é a lista das primeiras instituições a partir do número de iniciativas de CID implementadas em 2021. Ainda que o critério “número de iniciativas” possa trazer algum viés em razão de ele abarcar desde bolsas individuais até programas de cooperação com outros países, é importante mencionar que o recorte por “iniciativa” representa uma ação distinta e separada no processo administrativo das instituições. Por essa razão, não é raro notar que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior figure em primeiro lugar na lista das dez primeiras instituições com 3.570 bolsas implementadas em 2021, representando 45% do total de iniciativas. De forma análoga, o Ministério da Educação aparece em segundo lugar com 1.822 iniciativas (23% do total), em sua maioria pela inclusão dos dados do PEC-G e do custeio de matrículas para estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação em IES brasileiras, conforme discutido na subseção 2.2 deste relatório.

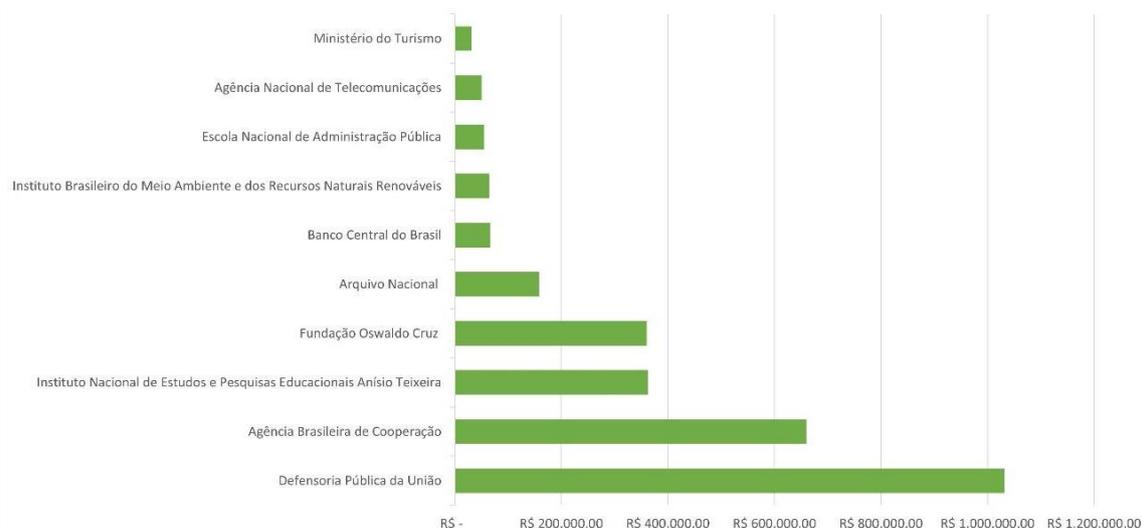
Gráfico 26: Número de Iniciativas em CID por Instituição Responsável - 10 Principais Instituições (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Uma entre várias inovações da Pesquisa COBRADI 2021 foi trazer a estimativa de gastos indiretos para as iniciativas brasileiras de CID. A partir de 2021, passa a ser possível a identificação do número de horas técnicas e o gasto total equivalente, para qualquer umas das cinco principais variáveis da pesquisa. Sabe-se que o gasto com horas técnicas está majoritariamente concentrado em duas modalidades de cooperação internacional, cooperação técnica e pesquisa e desenvolvimento. Logo, não é raro que a lista das dez principais instituições que mais gastaram com horas técnicas ilustrada no Gráfico 27 a seguir inclua oito instituições em áreas altamente especializadas de políticas públicas (Fiocruz, Banco Central, IBAMA, Arquivo Nacional, INEP, ANATEL, ENAP e Min. Turismo) e tampouco que a ABC figure como a segunda na lista, uma vez que a Agência é a maior coordenadora de esforços de cooperação técnica. A novidade no topo da lista ficaria em relação à Defensoria Pública da União, cujo empenho dos profissionais esteve essencialmente ligado à defesa de direitos da população refugiada, de migrantes e demais pessoas protegidas pelo governo brasileiro.

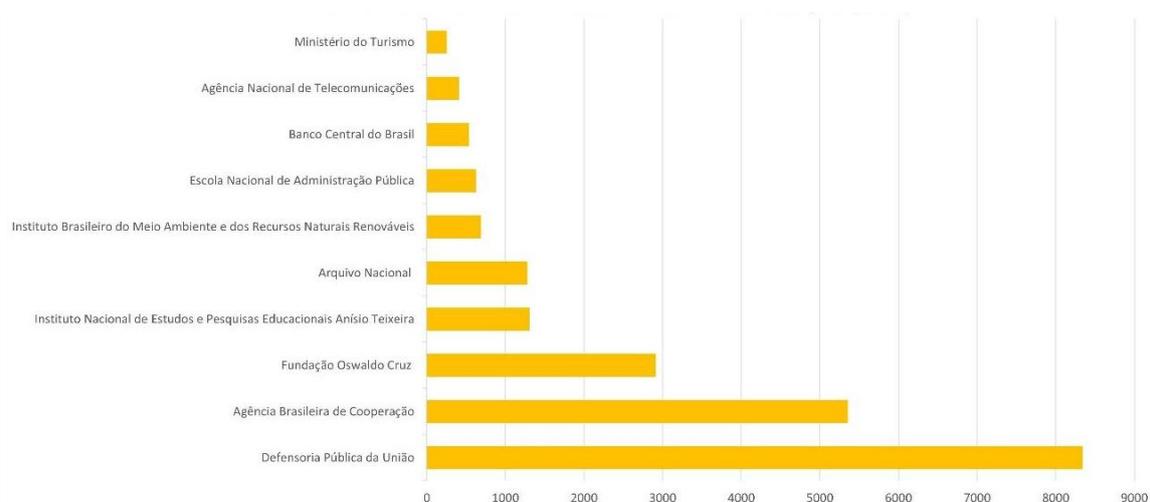
Gráfico 27: Gasto Total com Horas Técnicas em CID por Instituição Responsável: 10 Principais Instituições (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Ao contrário da diferença encontrada na comparação entre os gráficos de gasto com o número de iniciativas de CID, não há diferença na ordem de instituições em relação ao gasto e o número de horas técnicas. Ilustrada pelo Gráfico 28 abaixo, a ausência de diferença parece se dever tanto ao fato de o empenho de horas técnicas estar razoavelmente concentrado em poucas instituições que prestam cooperação técnica quanto à padronização do valor médio da hora técnica calculado pelo IPEA para 2021. A Defensoria Pública da União, a Agência Brasileira de Cooperação e a Fundação Oswaldo Cruz concentraram três quartos das horas técnicas computadas para 2021, representando um total de 16.614 horas técnicas em suas iniciativas. Fechando a lista das cinco primeiras instituições exibidas no Gráfico 28 a seguir, INEP e Arquivo Nacional representaram 5,8% e 5,7% do total de horas técnicas computadas para 2021, respectivamente.

Gráfico 28: Número de Horas Técnicas em CID por Instituição Responsável: 10 Principais Instituições (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

2.2 – Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável

Resta pouca dúvida de que um dos principais resultados da Pesquisa COBRADI 2021 foi a efetiva classificação de todas as iniciativas de CID com ao menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e uma Meta relacionada a esse ODS. Aprendendo tanto com as dificuldades de classificação ao longo da pesquisa COBRADI 2019-2020 quanto com as discussões levadas a cabo nas reuniões da Força Tarefa do TOSSD, a equipe da pesquisa percebeu que a única forma de garantir uma segmentação efetiva de dados por ODS e Metas para 2021 seria aquela em que as instituições fossem obrigadas a elencar ou priorizar os objetivos relacionados à cada uma de suas iniciativas. A experiência com a estrutura aberta e permissiva da metodologia TOSSD deixou cristalino o entendimento de que as instituições participantes brasileiras não poderiam escolher ODS e Metas nas quantidades que julgassem apropriadas. Se assim o fosse, o resultado seria inevitavelmente o excesso de classificações tal como visto no ciclo 2019-2020 da Pesquisa COBRADI, dado que muitas iniciativas de CID são multissetoriais e multidimensionais.

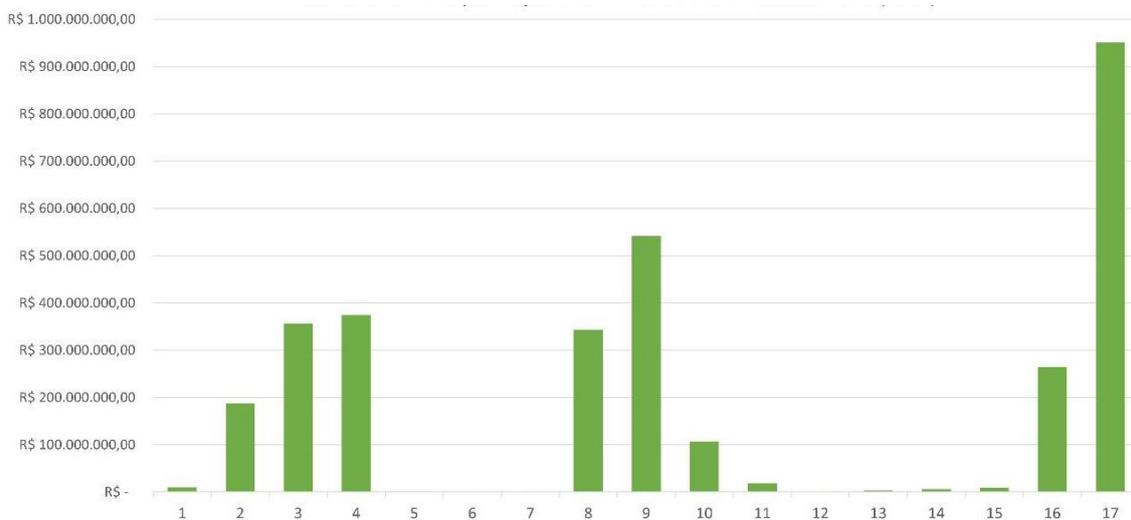
Ao contrário dos demais países que coletam dados para envio ao TOSSD, a equipe da Pesquisa COBRADI resolveu limitar a três a escolha dos ODS e, da mesma forma, um máximo de três metas para cada ODS escolhido. Mesmo considerando essa limitação, a

equipe percebeu durante os testes do questionário que a dificuldade de estimar o gasto por ODS e meta persistia, dado que o gasto relacionado a uma iniciativa poderia contribuir para simultaneamente para três ODS e nove metas. O intuito de resolver o problema, a equipe propôs uma escolha de curso forçado para as instituições participantes, situação em que se tornou obrigatório as instituições elencar os ODS em “Primeiro”, “Segundo” e “Terceiro”.

Tal inovação metodológica é essencialmente o que permite afirmar que o primeiro ODS e as primeiras três metas a ele associadas são preponderantes em relação às demais. Além disso, e como comentado, a equipe da COBRADI garantiu que todas as 7.873 iniciativas de cooperação tivessem ao menos um ODS e uma meta associada, no intuito de fortalecer a estratégia de usar os ODS/Metas como um caminho efetivo para segmentar os dados. O resultado deste esforço é apresentado a seguir em uma análise essencialmente focada no primeiro ODS escolhido e nas metas a ele associadas pelas instituições participantes. Antes de prosseguir, é oportuno mencionar que 201 iniciativas (2,55% do total) apresentaram classificação em um segundo ODS e 156 iniciativas (1,98% do total) em um terceiro ODS.

Em relação ao gasto total segmentado pelo primeiro ODS escolhido, o Gráfico 29 a seguir sugere uma tendência claramente discernível de concentração em três grupos de ODS: (i) ODS 2, ODS 3 e ODS 4; (ii) ODS 8, ODS 9 e ODS 10; (iii) ODS 16 e ODS 17. De fato, não é irrazoável que os gastos estejam concentrados em torno destes três grupos, pois eles possuem claramente temáticas muito similares. O primeiro grupo, ligado à temática da pobreza, educação e saúde, o gasto conjunto das iniciativas associadas alcançou R\$ 918.748.882,97. No segundo grupo, associado às temáticas de crescimento econômico, infraestrutura e desigualdade, representando um gasto combinado de R\$ 992.325.291,45. Por fim, o terceiro grupo materializa as questões de fortalecimento institucional, justiça e parceria global, sendo o gasto total combinado o mais alto entre os três grupos, alcançando R\$ 1.216.449.164,49.

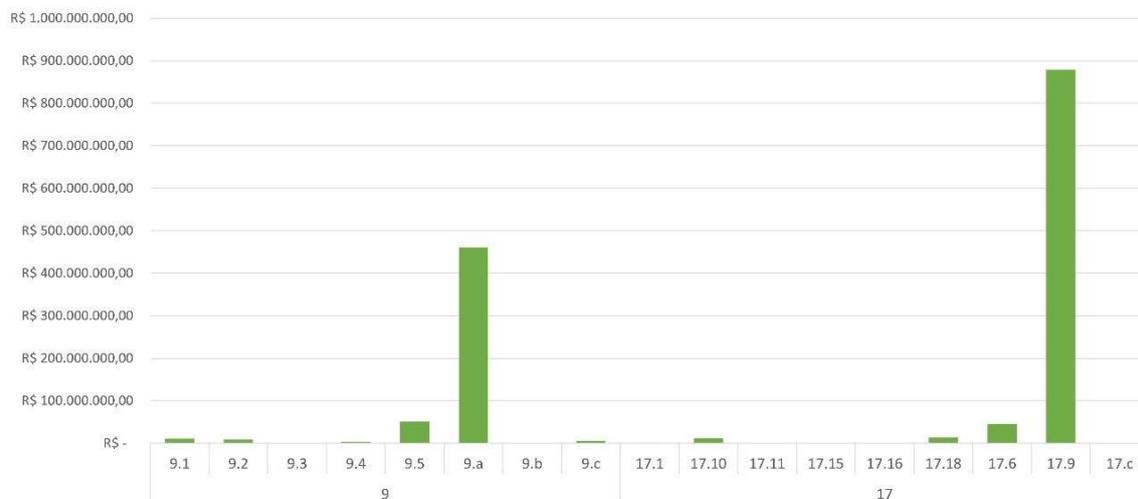
Gráfico 29: Gasto Total em CID pelo Primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

De forma a entender melhor o comportamento das metas, optou-se por explorar apenas os dois ODS com os maiores níveis de gastos. De fato, o valor combinado dos ODS 9 e ODS 17 alcança 47% do gasto total com CID em 2021. Quando desagregados ambos os ODS para as metas a eles associadas, percebe-se alta concentração nas metas 9.a e 17.9. Tais metas estão essencialmente ligadas ao desenvolvimento de infraestrutura e ao apoio em capacitação para países em desenvolvimento, concentrando um total de R\$ 461.055.510,45 e R\$ 878.597.142,14, respectivamente. A tendência de concentração dos gastos em apenas duas metas ligados aos ODS 9 e ODS 17 pode ser visualizada no Gráfico 30 a seguir.

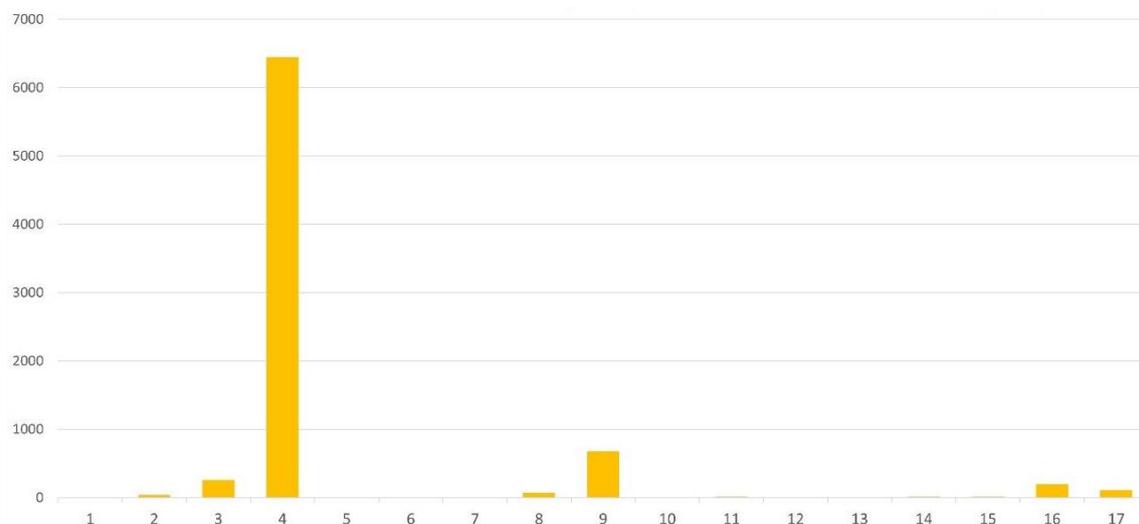
Gráfico 30: Gasto Total em CID por Primeira Meta de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

De forma similar ao caso das Instituições Responsáveis apresentado na subseção anterior, há considerável diferença entre as tendências de gasto total e número total de iniciativas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Gráfico 31 a seguir ilustra claramente o fato de a maioria das iniciativas da Pesquisa COBRADI 2021 estar relacionada à Educação Superior, Técnica e Tecnológica. De fato, e considerando esse contexto, a concentração em torno do ODS 4 aparece como inevitável. Uma tendência mais consistente entre gastos e número de iniciativas é aquela referente ao ODS 9, que figura em segundo tanto em termos de concentração de gastos totais como o de número de iniciativas de CID em 2021.

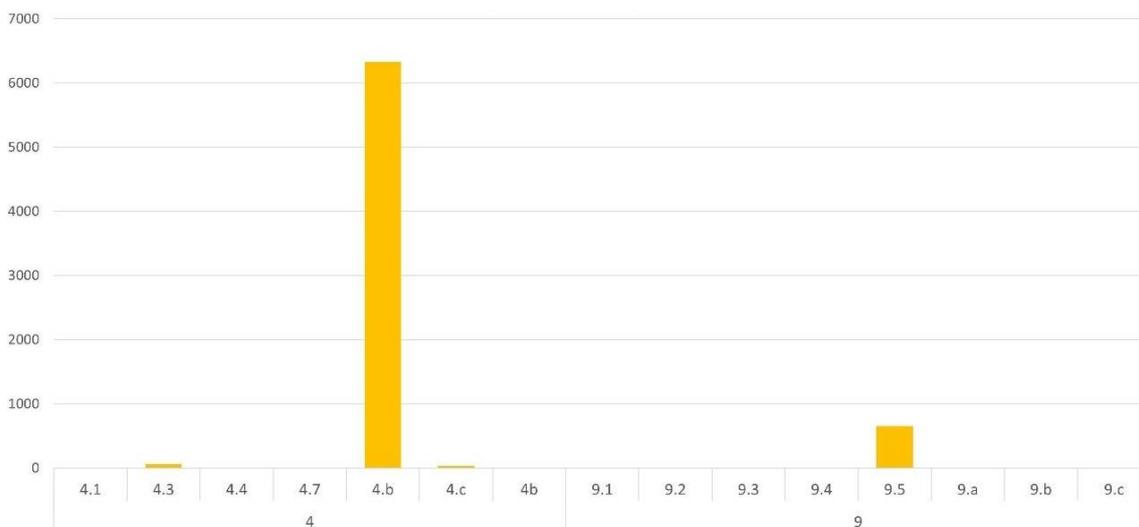
Gráfico 31: Número de Iniciativas em CID por Primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Desagregando os ODS 4 e ODS 9 a partir das metas a eles associadas, novamente percebe-se a concentração de iniciativas apenas duas metas. No caso do ODS 4, a meta 4.b seria representativa da quantidade de bolsas e auxílios oferecidos pela CAPES, CNPq, FAPESP, Fiocruz e MEC para estudantes estrangeiros no Brasil e estudantes brasileiros no exterior, pois a meta está exatamente associada ao apoio para aumento de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento. No caso do ODS 9, e diferentemente da tendência encontrada para os gastos, a concentração em termos de número de iniciativas se deu em torno da meta 9.5, e não da meta 9.a. Sabendo que a meta 9.5 está associada ao fortalecimento das capacidades científicas, pesquisa e desenvolvimento, vê-se uma tendência consistente com o fato de que a maioria das iniciativas de CID mapeadas na Pesquisa COBRADI 2021 é na área de educação superior e pesquisa e desenvolvimento. O Gráfico 32 a seguir ilustra discussão sobre a concentração das iniciativas em torno das metas 4.b e 9.5.

Gráfico 32: Número de Iniciativas em CID por Meta de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

2.3 – Setor Econômico-Industrial (Classificação ISIC)

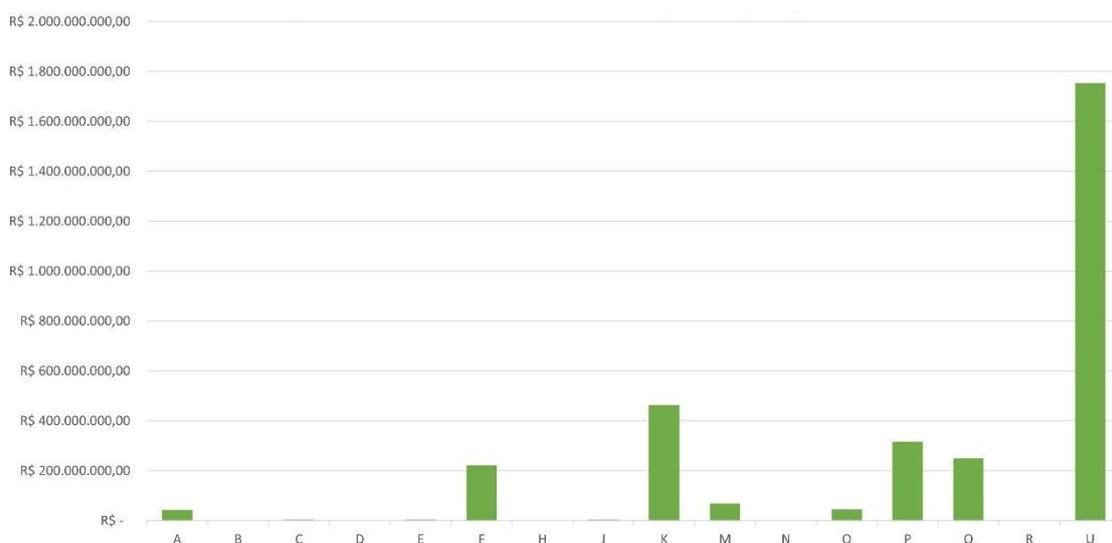
Ainda que não seja uma novidade na Pesquisa COBRADI, a efetiva implementação da classificação ISIC na pesquisa 2021 foi consideravelmente diferente das seis edições anteriores. Historicamente, a Pesquisa COBRADI sempre optou por utilizar a Classificação ISIC das Nações Unidas para associar às atividades de CID ao setor econômico-industrial mais próximo a que elas se referem, sendo o Brasil o único país que compõe a Força Tarefa do TOSSD atualmente a utilizar esta classificação. Entretanto, e embora a utilização dos códigos ISIC tenha uma longa história na Pesquisa COBRADI, a longa lista de opções sempre foi um desafio para as instituições participantes, o que impactava diretamente na correta classificação das iniciativas. A inconsistência na classificação do setor econômico-industrial ficou ainda mais candente com os resultados da edição 2019-2020 da Pesquisa COBRADI, que apontaram desde inconsistências até uma alta porcentagem de iniciativas sem classificação.

Para a Pesquisa COBRADI 2021, optou-se por implementar melhorias em duas frentes. A primeira foi a já discutida padronização de ferramentas e materiais de apoio para as instituições participantes, o que contribuiu diretamente para o expressivo número de respostas. A segunda está relacionada a obrigatoriedade de classificação forçada para elencar os três setores mais importantes relacionados a cada iniciativa. Da mesma forma

que com os ODS e metas de ODS, é imprescindível que haja ao menos um setor econômico-industrial associado a uma iniciativa. Na ocasião de haver dois ou três setores apontados, foi obrigatório às instituições indicar qual destes setores seria o mais importante. A obrigatoriedade de ordenar os setores escolhidos por importância (“Primeiro”, “Segundo” e “Terceiro”) garantiria que seria possível estimar o nível de gastos diretos e indiretos bem como o número de iniciativas associadas a grupos de setores. Como mínimo denominador comum, orientou-se às instituições participantes que se esforçassem ao máximo para classificar o setor econômico com o maior detalhamento possível dentro dos códigos ISIC compostos por uma letra (setor) e até quatro números (detalhamento dentro do setor escolhido).

Como resultado do esforço das instituições participantes, cada uma das 7.873 iniciativas mapeadas recebeu ao menos uma única classificação por setor econômico-industrial. Além disso, 178 iniciativas (2,26% do total) receberam uma segunda e/ou terceira classificação de setor. O Gráfico 33 a seguir apresenta o gasto total para a primeira classificação de setor econômico industrial. Alinhado ao que será discutido na próxima seção sobre o volume de gastos brasileiros com contribuições obrigatórias e voluntárias a organizações multilaterais, o setor “U9900 - Atividades de organizações e órgãos extraterritoriais” é o mais representativo do gasto total em 2021, alcançando o valor absoluto de R\$ 1.753.554.478,17 (55,2% do gasto total em 2021). O segundo setor com maior volume de gastos é o setor “K - Atividades financeiras e de seguros”, alcançando o valor absoluto de R\$ 462.598.316,32 (14,54% do gasto total em 2021). Embora pareça contraintuitivo que o Brasil tenha prestado serviços financeiros em volume elevado como atividades de CID, 99,63% dos gastos neste setor se concentram apenas em 5 integralizações de cota de capital do Brasil em bancos de desenvolvimento e fundos multilaterais (Corporação Andina de Fomento, Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Corporação Interamericana de Investimentos, Banco de Desenvolvimento do Caribe e Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura).

Grupo 33: Gasto Total em CID por Setor Econômico: Classificação ISIC (2021)



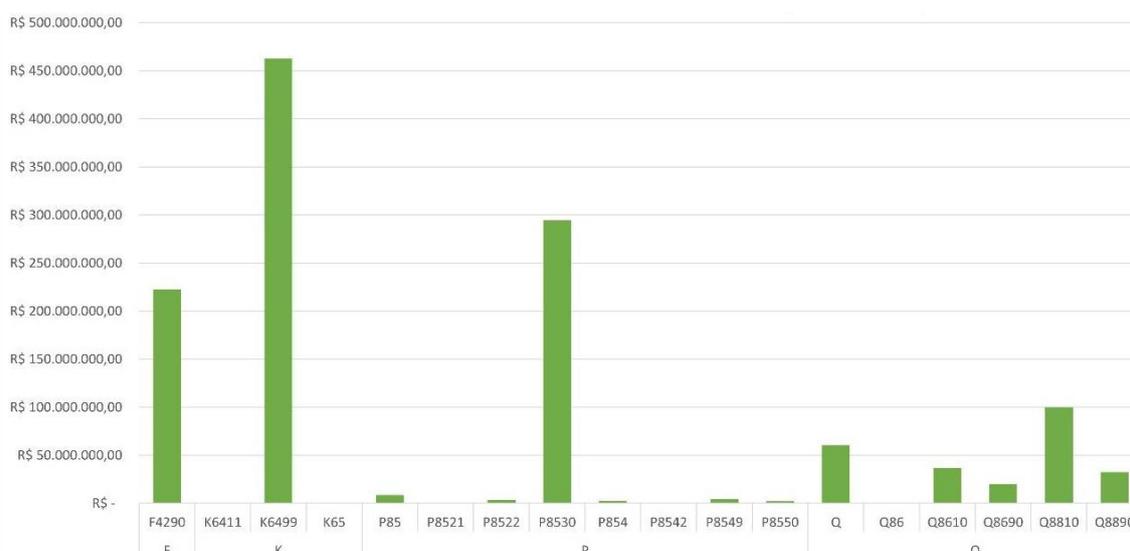
Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No intuito de explorar melhor os dados disponíveis, optou-se por retirar os gastos totais ligados ao setor U, que se referem essencialmente a contribuições. Assim, construiu-se uma visualização mais detalhada para o segundo, terceiro, quarto e quinto setores com maior volume de gastos, de acordo com as iniciativas que possuem maior nível de detalhamento dentro do setor escolhido. No setor “F – Construção”, os gastos se concentraram essencialmente em “F4290 - Construção de outros projetos de engenharia civil” (R\$ 222.544.790,00), em grande medida devido aos projetos de cooperação em infraestrutura coordenados pelo DNIT. No setor K, o gasto total de R\$ 462.530.068,13 concentrou-se em “K6499 - Outras atividades de serviços financeiros, exceto atividades de seguros e fundos de pensões, n.e.”. Conforme comentado, oito das nove iniciativas que compõem essa categoria se referem contribuições obrigatórias e voluntárias a instituições financeiras internacionais, bancos de desenvolvimento e fundos internacionais.

Já no setor “P – Educação” - e pelas razões já discutidas nas seções anteriores deste capítulo - é consistente a concentração de R\$ 294.592.677,50 em torno da atividade “P8530 – Educação Superior”. Os gastos classificados nessa categoria de setor econômico-industrial representam 6.442 iniciativas, majoritariamente compostas por bolsas e outros gastos com estudantes estrangeiros no Brasil, estudantes brasileiros no exterior nas categorias de graduação, pós-graduação, ensino técnico, tecnológico e profissional. Por fim, os gastos no setor “Q - Saúde humana e atividades de serviço social” foram majoritariamente em “Q8810 - Atividades de serviço social sem alojamento para idosos e deficientes” (R\$ 100.053.643,07), seguido por “Q8610 - Atividades

hospitalares” (R\$ 36.997817,17). Os valores classificados nessas categorias incluem o “programa de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras” coordenado pelo Ministério da Defesa e as internações de estrangeiros realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil e custeadas pelo Ministério da Saúde.

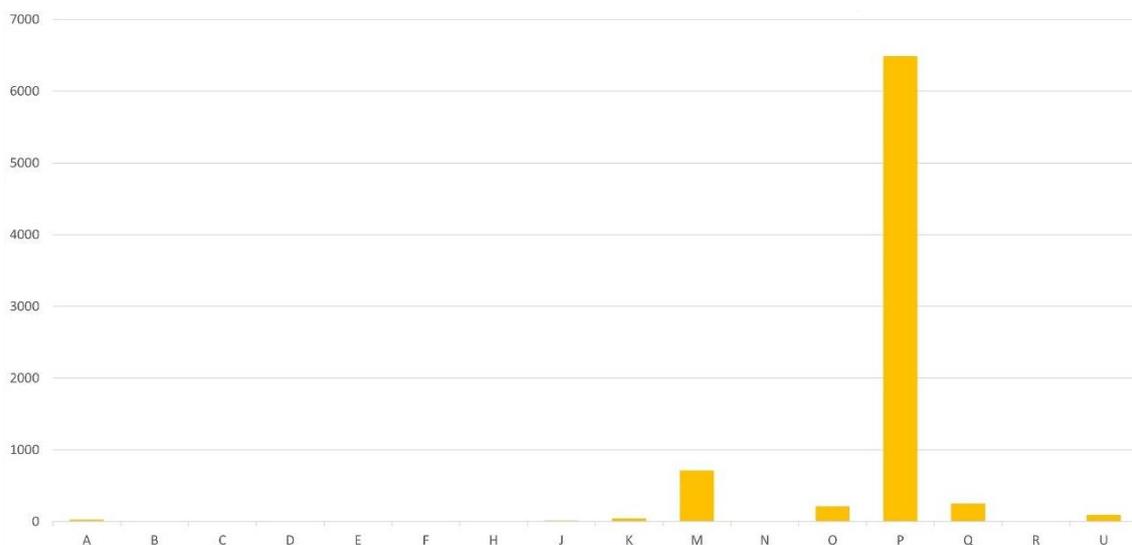
Gráfico 34: Gasto Total por Setores Econômicos Seleccionados em CID: Classificação ISIC (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Alternando-se o critério de mensuração do gasto para o cômputo da frequência de iniciativas relacionadas aos setores econômico-industriais, novamente percebe-se uma mudança considerável na tendência dos dados. Em virtude do conceito de “Iniciativa de CID” utilizado pelo relatório COBRADI, já é sabido que o número de iniciativas ligadas à “P – Educação” é proporcionalmente mais elevado que qualquer outra categoria, uma vez que é composto por uma grande quantidade de bolsas e auxílios individuais diversos. No conjunto de dados do Gráfico 35 a seguir, este setor figura com 6.490 iniciativas. A novidade na contagem de iniciativas por setor ficaria por conta do setor “M - Atividades profissionais, científicas e técnicas”, que conta com 713 iniciativas a ele associadas.

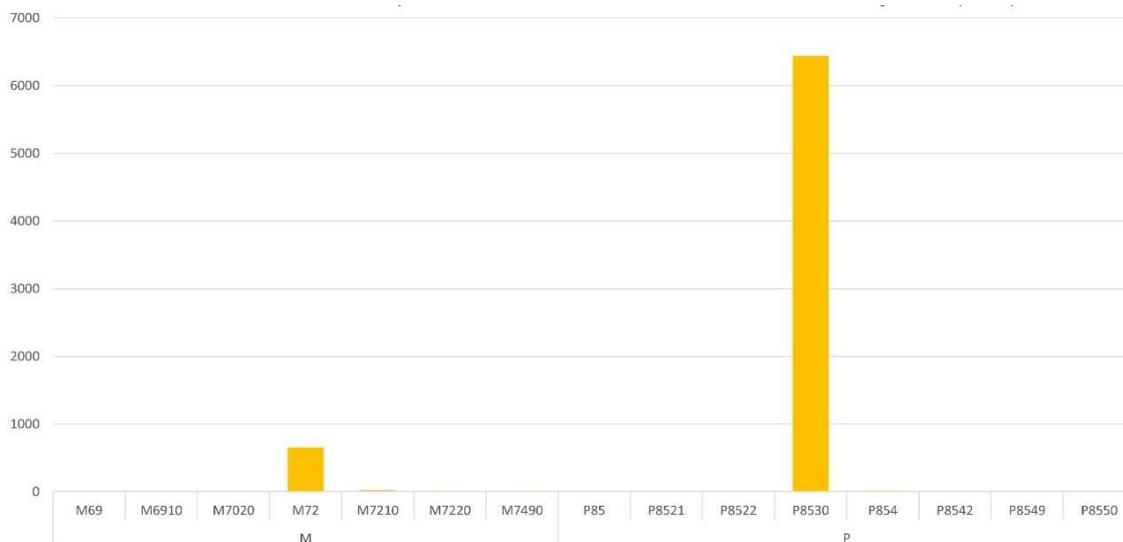
Gráfico 35: Número de Iniciativas por Setor Econômico em CID: Classificação ISIC (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Buscando maior nível de detalhamento para entender as atividades relacionadas aos dois principais setores econômico-industriais em termos de número de iniciativas, elaborou-se uma estrutura visual materializada no Gráfico 36 a seguir. Novamente, o detalhamento para o setor “P – Educação” é dominado por atividades de “P8530 – Educação Superior”. No tocante ao setor “M - Atividades profissionais, científicas e técnicas”, a maior concentração de atividades ocorreu em torno de “M72 - Pesquisa e Desenvolvimento Científico”. A concentração pode ser explicada a partir das 644 iniciativas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) relacionadas a apoios diversos a redes internacionais de pesquisa integradas por pesquisadores e instituições brasileiras. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) também contribuiu em menor escala para essa tendência, por meio da implementação de 10 iniciativas de promoção da ciência do Brasil em fóruns internacionais diversos.

Gráfico 36: Número de Iniciativas por Detalhe de Setor Econômico em CID: Classificação ISIC (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

2.4 – Modalidades de Cooperação Internacional

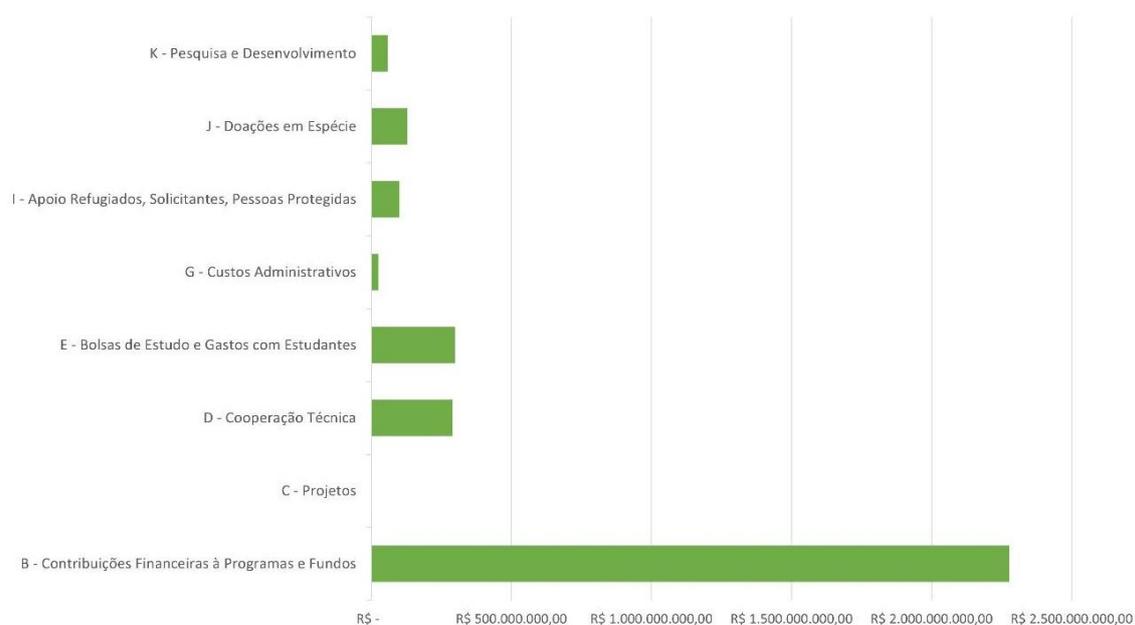
As modalidades de cooperação internacional são o coração da metodologia e da Pesquisa COBRADI. Elas são essencialmente o ponto de entrada de qualquer instituição na pesquisa, pois é a modalidade de cooperação ou os seus subitens que efetivamente permitem a relação mais imediata com as atividades, projetos e programas levados à cabo pelas instituições. As universidades federais, por exemplo, enxergam nas modalidades E (Bolsas e auxílios) e K (Pesquisa e Desenvolvimento) uma relação direta com as suas atividades de internacionalização no tocante à mobilidade acadêmica estudantil e participação de seus pesquisadores em redes internacionais de pesquisa e inovação. De forma análoga, outras instituições como a Companhia Nacional de Abastecimento e a Defensoria Pública da União passam a pensar suas agendas internacionais para além da mera cooperação técnica, considerando outras possibilidades de classificação de suas atividades em modalidades como Doações em Espécie (Modalidade “J”), Projetos (Modalidade “C”).

De fato, a expansão do número de modalidades contribuiu sobremaneira para a ampliação de participantes e para o interesse das instituições na Pesquisa COBRADI 2021. Exemplos como o da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

(EMBRAPII), que passa a integrar a pesquisa com suas ações de promoção da inovação no Brasil a partir de redes internacionais de P&D, não foram a exceção ao longo do período de coleta de dados. Da mesma forma, uma questão metodológica de longa data na pesquisa COBRADI foi parcialmente solucionada pela expansão das modalidades de pesquisa: a elevada porcentagem de contribuições obrigatórias brasileiras a organismos multilaterais. Se por um lado a ampliação do público-alvo da pesquisa permite a redução proporcional dessa modalidade, por outro, a existência de quatro subitens atualmente dentro dessa modalidade permite a melhor caracterização do que são contribuições obrigatórias ou voluntárias a organizações multilaterais e outras contribuições do Brasil a instituições, fundos, Organizações Não-Governamentais e Parcerias Público-Privadas.

De uma forma geral, a distribuição do gasto total pelas oito modalidades de cooperação que receberam dados na Pesquisa COBRADI 2021 não parece destoar das tendências já comentadas nas seções anteriores e tampouco da tendência geral da Pesquisa COBRADI de anos progressos: alta concentração de gastos em contribuições financeiras a organizações, programas e fundos. Entretanto, uma análise mais minuciosa utilizando os dados da Tabela 4 já demonstra uma mudança significativa nos padrões de contribuição: o subitem de contribuições obrigatórias a organismos multilaterais (B02a) alcança apenas 64,99% do valor total de gastos no ano de 2021. A título de comparação, a proporção deste subitem alcançou 93% na Pesquisa COBRADI 2019-2020. Outra tendência que advém das mudanças metodológicas na pesquisa é o elevado valor de gastos na modalidade “E – Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes”, que em 2021 ultrapassa com cooperação técnica internacional (Modalidade “C”).

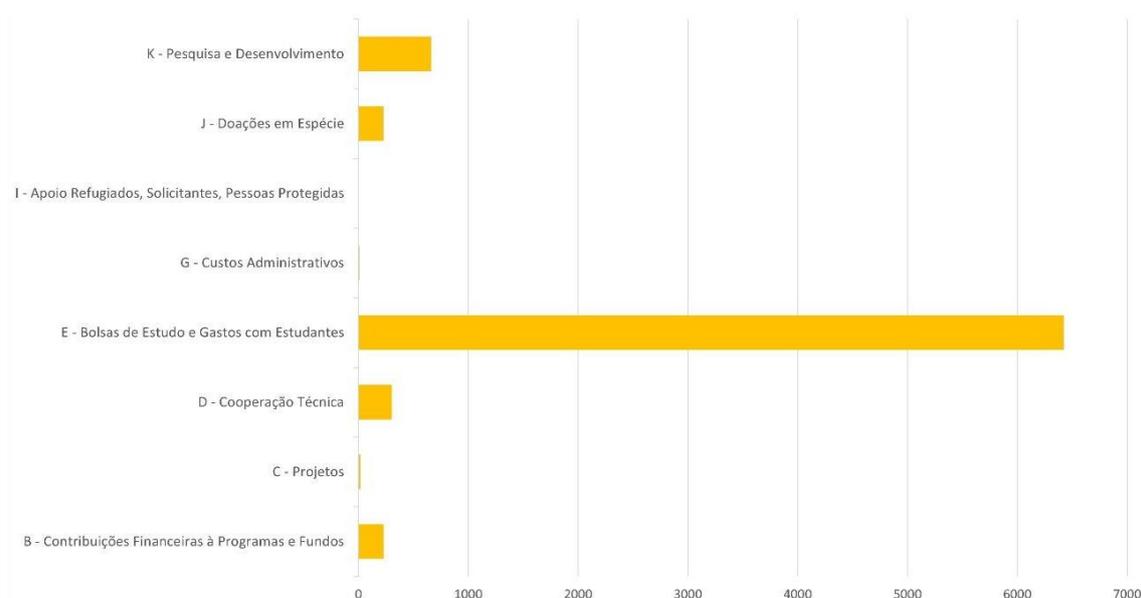
Gráfico 37: Gasto Total por Modalidade de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No que diz respeito à distribuição do total iniciativas de CID por modalidade de cooperação internacional em 2021, as tendências de concentração em cooperação educacional e científica tornam-se ainda mais visíveis. Com efeito, a combinação das iniciativas que compõem as modalidades “E – Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes” e “K – Pesquisa e Desenvolvimento” alcançam 90,1% do total no ano de 2021. Outra modalidade relevante em termos de número de iniciativas é a “D – Cooperação Técnica”, que alcançou um total de 305 em 2021. Os resultados completos da distribuição de iniciativas por modalidade de cooperação podem ser visualizados no Gráfico 38.

Gráfico 38: Número de Iniciativas por Modalidade de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Igualmente de forma inédita foi o cômputo dos gastos diretos a partir das estimativas do número de horas técnicas dedicadas a cada iniciativa CID em 2021. Nos totais exibidos na Tabela 4 abaixo, as instituições participantes da pesquisa dedicaram 22.459 horas técnicas em 124 iniciativas de cooperação internacional, alcançando um gasto total estimado de R\$ 2.926.968,67. Em virtude de as estimativas de horas técnicas estarem relacionadas à dedicação direta de tempo de trabalho de agentes públicos brasileiros, esperava-se uma concentração elevada em atividades de cooperação técnica e humanitária. De fato, as modalidades de cooperação técnica e projetos de cooperação internacional representam 71% do total de horas técnicas no ano de 2021. Caso sejam adicionadas as horas técnicas dedicadas a atividades humanitárias, classificadas na modalidade “J – Doações em Espécie”, o percentual total de horas chegaria a 94%.

No que diz respeito às horas técnicas empenhadas nos subitens da modalidade “B – Contribuições financeiras à Programas e Fundos”, a quase totalidade dos valores se refere à participação de agentes públicos brasileiros em ações e programas de cooperação conduzidos por organizações multilaterais e instituições internacionais. Assim, não é estranho que quase todas as iniciativas que computaram gastos indiretos nessa modalidade tenham relatado a existência de um arranjo de Cooperação Sul-Sul ou Sul-Sul Triangular, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (B01), a Defensoria Pública da União (B02a), a Agência Nacional de Cinema (B02b) e a Agência Nacional de Telecomunicações (B03).

Tabela 4: Modalidades e Subitens de Cooperação Internacional (2021)

Modalidades e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Gasto Total (%)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
B - Contribuições Financeiras à Programas e Fundos	2.276.731.833,57	71,56	230	375.148,80	1408
B01 - Contribuições obrigatórias a ONGs, centros de pesquisa, PPPs e outros entes privados	2.336.958,33	0,07	3	300.000,00	800
B02a - Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	2.067.825.683,83	64,99	51	16.068,00	130
B02b - Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	47.656.458,39	1,50	166	28.922,40	234
B03 - Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	158.912.733,02	4,99	10	30.158,40	244
C - Projetos	1.951.455,46	0,06	16	1.044.650,70	8504
C01 - Projetos de Cooperação Internacional	1.951.455,46	0,06	16	1.044.650,70	8504
D - Cooperação Técnica	290.670.559,07	9,14	305	887.191,87	7531
D01 - Cooperação técnica em espécie (geral)	62.092.199,98	1,95	78	233.852,81	2071
D011 - Custos com especialistas	639.572,04	0,02	59	549.374,16	4619
D012 - Custos com diárias e passagens	1.155.825,71	0,04	11	7.539,60	61
D013 - Custos com serviços, materiais, equipamentos	224.639.458,02	7,06	134	0,00	0
D02 - Custos com treinamento e capacitação	2.143.503,32	0,07	23	96.425,30	780
E - Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes	298.234.214,02	9,37	6421	0,00	0
E01 - Bolsas/treinamento no Brasil	43.765.483,75	1,38	1922	0,00	0
E02 - Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	11.571.761,69	0,36	427	0,00	0
E03 - Bolsas/treinamento no Exterior	238.420.207,06	7,49	4042	0,00	0
E04 - Outros gastos relacionados a estudantes no Exterior	4.476.761,52	0,14	30	0,00	0
G - Custos Administrativos	25.840.468,93	0,81	8	0,00	0
G01 - Custos administrativos não incluídos em outros lugares	25.840.468,93	0,81	8	0,00	0
I - Apoio Refugiados, Solicitantes, Pessoas Protegidas	100.592.643,07	3,16	2	0,00	0
I02 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas	100.053.643,07	3,14	1	0,00	0

no Brasil (além do período de 12 meses)					
I03 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas - em outros países de asilo	539.000,00	0,02	1	0,00	0
J - Doações em Espécie	129.092.130,11	4,06	228	619.977,60	5016
J01 - Doações em espécie	129.092.130,11	4,06	228	619.977,60	5016
K - Pesquisa e Desenvolvimento	58.442.778,70	1,84	663	0,00	0
K01 - Pesquisa e Desenvolvimento (geral)	40.655.928,51	1,28	246	0,00	0
K012 - Pessoal de pesquisa	17.786.850,19	0,56	417	0,00	0
Total Geral	3.181.556.082,94	100,00	7873	2.926.968,97	22459

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

2.5 – Arranjos e Canais de Cooperação Internacional

Seguindo uma tradição inaugurada pela primeira Pesquisa COBRADI, a pesquisa 2021 permaneceu focada na questão da cooperação prestada do Brasil em favor de iniciativas de desenvolvimento em outros países. Se as primeiras pesquisas COBRADI tinham os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como um norte, o novo ciclo 2021-2024 da Pesquisa COBRADI entende que “cooperação prestada” é qualquer iniciativa de cooperação que contribua efetivamente para o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países parceiros do Brasil. É importante salientar que os “países parceiros do Brasil” não são necessariamente apenas os países em desenvolvimento. Conforme comentado para o caso da educação superior na seção 2.2 e da necessidade de pensamento em rede na seção 2.4 deste relatório, é preciso caminhar para um entendimento holístico do que constitui um avanço para a Agenda 2030. Em outras palavras, e considerando o próprio espírito dos 5Ps emanado da Agenda 2030 (Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parceria), a cooperação prestada do Brasil deve necessariamente incluir as iniciativas com países em desenvolvimento e, igualmente, as parcerias com países desenvolvidos que contribuem para o avanço da agenda e são financiadas direta/indiretamente e no todo/parte pelo Brasil.

A melhor transcrição metodológica da ideia cooperação prestada do Brasil no ciclo 2021-2024 da Pesquisa COBRADI continua na categoria “Arranjo de Cooperação Internacional”. O arranjo de Cooperação Sul-Sul é por excelência o foco tradicional da pesquisa COBRADI. Iniciativas classificadas neste arranjo são caracterizadas por parcerias diretas entre o Brasil e um (ou mais) países em desenvolvimento. A Cooperação

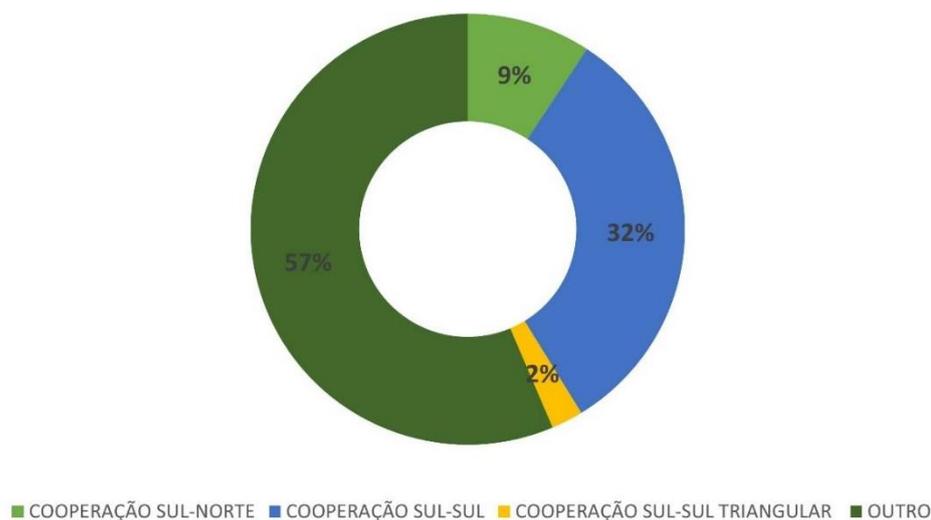
Sul-Sul Trilateral é um arranjo igualmente relevante para a cooperação prestada do Brasil. Neste arranjo, a relação entre o Brasil e o país em desenvolvimento usualmente inclui um país desenvolvido e/ou um organismo multilateral que apoia as iniciativas de cooperação planejadas. Menos trivial, todavia, é o arranjo de Cooperação Sul-Norte utilizado pela pesquisa COBRADI. Conceitualmente a combinação as palavras “Sul” e “Norte” nesta ordem para um arranjo de cooperação internacional constituiria um oxímoro, uma vez que ações de cooperação para o desenvolvimento internacional são historicamente de países desenvolvidos (Norte) para países em desenvolvimento (Sul). Contudo, seja pela atipicidade de modalidades de cooperação internacional educacional e científica quanto pela existência de diversos projetos entre o Brasil e países em desenvolvimento que não podem ser caracterizados como “cooperação recebida pelo Brasil”, o arranjo Sul-Norte passou a fazer parte integral da pesquisa COBRADI desde o biênio 2019-2020.

Já os impactos das contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil para organismos internacionais permanecem uma caixa preta em termos de distribuição dos benefícios para o avanço da Agenda 2030 e para a análise da cooperação prestada pelo Brasil. Uma análise consistente sobre a relação entre os recursos empenhados pelo Brasil em termos de contribuições na Modalidade B de Cooperação (Contribuições Financeiras à Programas e Fundos) depende necessariamente de transparência por parte das instituições internacionais sobre o efetivo empenho e uso de tais recursos. Face tais dificuldades, a Pesquisa COBRADI 2021 optou por caracterizar sob o título “Outros arranjos” aquelas iniciativas que se referem a contribuições a organismos multilaterais. Importante lembrar que esse arranjo não se confunde com as contribuições diretas do Brasil para organismos multilaterais cujas iniciativas são financiadas pelo Brasil, implementadas em território brasileiro e que resultam em benefícios exclusivos para o Brasil (Decreto 5.151/2004). Esse arranjo de cooperação ainda é entendido como “cooperação recebida” e, como tal, não fez parte da Pesquisa COBRADI 2021.

Alinhado aos dados já apresentados na última seção sobre os elevados valores em contribuições a organizações, programas e fundos pelo Governo Brasileiro, o Gráfico 39 abaixo aponta “Outros arranjos” como a categoria predominante entre os arranjos de cooperação internacional em 2021, concentrando 57% do total de gastos. Em seguida, a Cooperação Sul-Sul e Sul-Sul Triangular alcançam 34% do total de gastos. Por fim, o arranjo de Cooperação Sul-Norte representou os 9% restantes do gasto brasileiro em CID em 2021. Embora a maioria dos gastos em Cooperação Sul-Norte esteja relacionada a bolsas pagas pelo Brasil a estudantes brasileiros em instituições estrangeiras, assunto que

já foi objeto da subseção 2.2 deste relatório, a pesquisa identificou 24 iniciativas que são essencialmente na modalidade de Cooperação Técnica Internacional, reforçando a ideia de parcerias horizontais entre países desenvolvidos e o Brasil.

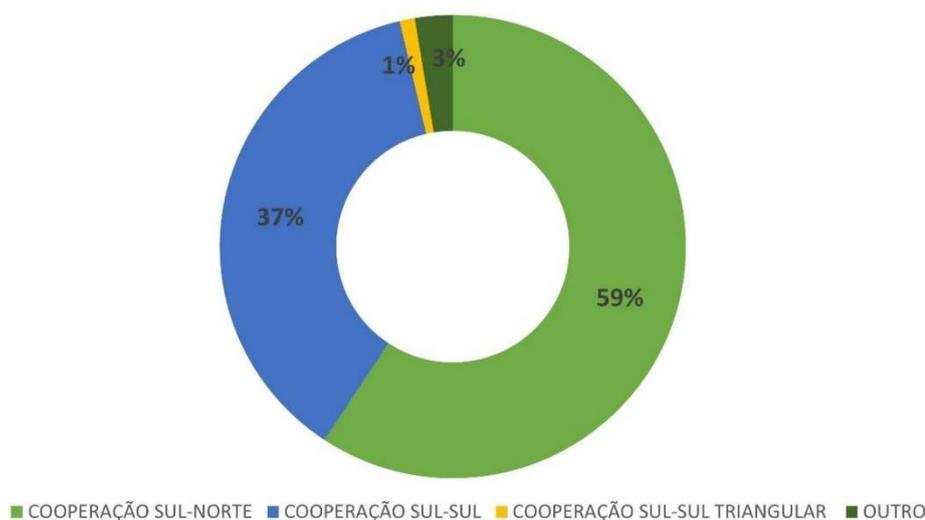
Gráfico 39: % do Gasto Total por Arranjo de CID (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A distribuição percentual dos arranjos de cooperação para o desenvolvimento internacional por iniciativa difere sobremaneira daquele referente aos gastos. Em virtude do elevado número de iniciativas relacionadas a modalidade “E – Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes”. Logo, não é irrazoável que a alta porcentagem de 59% do total de iniciativas se refiram ao arranjo de Cooperação Sul-Norte, uma vez que a maioria dos estudantes e pesquisadores brasileiros no exterior tiveram como destino países desenvolvidos, discussão que será retomada na seção 4.1 deste relatório. No tocante às iniciativas relacionadas à Cooperação Sul-Sul e Sul-Sul Triangular, o percentual combinado de ambas correspondeu a 38% do total, ou 2.999 iniciativas. Por fim, as demais categorias ligadas essencialmente a contribuições a organizações multilaterais alcançaram 3% do total, com 206 iniciativas em 2021. O Gráfico 40 abaixo ilustra a distribuição percentual das iniciativas por arranjo de CID em 2021.

Gráfico 40: % de Iniciativas por Arranjo de CID



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Visando a produção de inferências descritivas mais acuradas sobre as características das iniciativas nos quatro arranjos de cooperação, optou-se por trazer um cruzamento com a variável “Canal”. Posto de forma simples, “Canal” é a instituição ou grupo de instituições que efetivamente implementa(m) a iniciativa de cooperação internacional. A variável “Canal” possui uma classificação padronizada, que permite a categorização da(s) instituição(ões) implementadoras em nove categorias. Na Pesquisa COBRADI 2021, apenas uma categoria entre as nove não teve representantes, “11003 – Empresas Públicas”. O cruzamento entre Arranjo e Canal permite entender quais grupos de instituições são mais relevantes para a implementação das iniciativas de cooperação para o desenvolvimento internacional do Brasil. Assim, é possível fazer ao menos três inferências relevantes observando os dados da Tabela 5 a seguir:

- A cooperação educacional e científica do Brasil necessita de estudos mais aprofundados para revelar as dinâmicas e diferenças nos seus arranjos Sul-Sul e Sul-Norte. Ao passo que o Brasil gasta cerca de R\$ 292 milhões em parcerias com instituições de ensino e pesquisa de países desenvolvidos, apenas um quinto desse valor é gasto na implementação de iniciativas similares entre o Brasil e países em desenvolvimento (R\$ 57.666.207,84);
- Seja ainda pela baixa participação de estados e municípios na Pesquisa COBRADI ou pelas características deste arranjo de cooperação para o desenvolvimento internacional, o Governo Federal permanece como o ente central

que agrupa as instituições responsáveis pela condução da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento do Brasil;

- Mais da metade da cooperação para o desenvolvimento internacional do Brasil é implementada a partir das estruturas de organismos, fundos e programas internacionais. A contribuição brasileira para esse tipo de arranjo/canal (Outros Arranjos/40000 – Organizações Multilaterais) alcançou R\$ 1.790.322.133,62, ou 56,27% do gasto total com CID em 2021.

Tabela 5: Arranjos e Canais de Cooperação Internacional (2021)

Arranjo de Cooperação e Canal	Gasto Total (R\$)	Gasto Total (%)	Número de Iniciativas	Número de Iniciativas (%)
Cooperação Sul-Norte	294.375.777,95	9,25	4668	59,29
11001 - Governo Federal	374.214,02	0,01	53	0,67
20000 - ONGs e Sociedade Civil	1.283,52	0,00	1	0,01
30000 - PPPs e Redes	1.080.000,00	0,03	1	0,01
40000 - Organizações Multilaterais	144.840,26	0,00	1	0,01
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	292.775.440,15	9,20	4612	58,58
Cooperação Sul-Sul	1.017.667.509,82	31,99	2917	37,05
11001 - Governo Federal	490.877.850,35	15,43	503	6,39
11002 - Governo Estadual	2.202.961,27	0,07	3	0,04
11004 - Governo Municipal	1.771.827,43	0,06	3	0,04
30000 - PPPs e Redes	4.120.288,48	0,13	3	0,04
40000 - Organizações Multilaterais	461.028.374,45	14,49	7	0,09
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	57.666.207,84	1,81	2398	30,46
Cooperação Sul-Sul Triangular	75.311.263,55	2,37	82	1,04
11001 - Governo Federal	55.794.023,25	1,75	73	0,93
11004 - Governo Municipal	121.132,65	0,00	1	0,01
20000 - ONGs e Sociedade Civil	0,00	0,00	1	0,01
40000 - Organizações Multilaterais	18.710.094,00	0,59	3	0,04
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	118.656,00	0,00	2	0,03
60000 - Instituições do Setor Privado	567.357,65	0,02	2	0,03
Outros Arranjos	1.794.201.531,62	56,39	206	2,62
11001 - Governo Federal	2.179.129,54	0,07	2	0,03
40000 - Organizações Multilaterais	1.790.322.133,62	56,27	171	2,17
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	1.700.268,46	0,05	33	0,42
Total	3.181.556.082,94	100,00	7873	100,00

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Capítulo 3 – Iniciativas de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional: Uma Visão a Partir das Instituições Brasileiras

Este capítulo tem como objetivo central trazer uma visão da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional a partir dos seus agentes por excelência: as instituições brasileiras. Tal recorte também permite a apresentação de dados qualitativos complementares sobre as iniciativas de cooperação internacional das instituições, cujo nível de detalhamento impede que as informações sejam apresentadas em outras seções deste relatório preliminar. Além de maior nível de detalhamento, e em virtude de o capítulo estar focado nas instituições responsáveis ou implementadoras as iniciativas de cooperação, também são apresentadas em maior detalhamento a natureza das instituições e os seus trabalhos no campo da cooperação internacional.

Por incluir maior detalhamento e descrição das iniciativas, espera-se que o recorte de dados apresentado neste capítulo seja de grande utilidade para os práticos da cooperação internacional do Brasil. Consideradas as características de descentralização, multiplicidade de atores e dinamismo das atividades de cooperação internacional do Brasil, não é raro que uma instituição participante da COBRADI conheça pouco as iniciativas de cooperação de outras instituições. O nível de detalhamento apresentado neste capítulo permite que cada instituição aprenda sobre as iniciativas das demais instituições, buscando sinergia entre projetos e atividades já existentes. Tal caminho é essencial para evitar redundâncias e garantir um processo minimamente coordenado da cooperação brasileira. Um arranjo de gestão em rede que maximize os recursos aportados e os interesses externos do Brasil.

Pelas razões citadas, é extremamente oportuno apresentar as iniciativas de cooperação internacional das instituições brasileiras com maior nível de detalhamento. O desafio, contudo, é o de categorizar as instituições por algum critério ou variável oriundo da própria pesquisa COBRADI. Assim como no segundo capítulo deste relatório, optou-se por agregar as instituições a partir da modalidade de cooperação à qual a maioria das iniciativas daquela instituição está associada. A agregação a partir da variável “modalidade de cooperação” permite uma correspondência direta com os dados apresentados no segundo capítulo, bem como uma discussão entre as tendências em cada subitem das modalidades e as iniciativas das instituições às quais elas estão associadas.

Com efeito, não é raro que as iniciativas das instituições se associem a mais de uma modalidade de cooperação internacional. Para as instituições cujas iniciativas se

expandem para mais de uma modalidade, optou-se por maior detalhamento naquela modalidade em que a instituição possui maior gasto e maior número de iniciativas. Sempre que possível, a apresentação de informações detalhadas das iniciativas de cooperação internacional de cada instituição brasileira é precedida de uma explicação sobre a natureza da instituição e de sua participação na cooperação internacional.

Por fim, e após observar a sinergia entre iniciativas, instituições e modalidades de cooperação internacional, apresenta-se um capítulo dividido em cinco subseções. A primeira subseção é inteiramente dedicada à exploração dos detalhes das contribuições das instituições brasileiras a organismos multilaterais. A segunda subseção é voltada essencialmente à cooperação técnica internacional, unido as modalidades “C” (Projetos) e “D” (Cooperação Técnica Internacional). A terceira subseção concentra iniciativas das Modalidades G, I e J, ligadas a apoio orçamentário, assistência à refugiados e ações humanitárias, respectivamente. A quarta seção traz iniciativas de instituições associadas à Modalidade E, de educação e bolsas. Por fim, a quinta e última seção é voltada às atividades de pesquisa e desenvolvimento (Modalidade K).

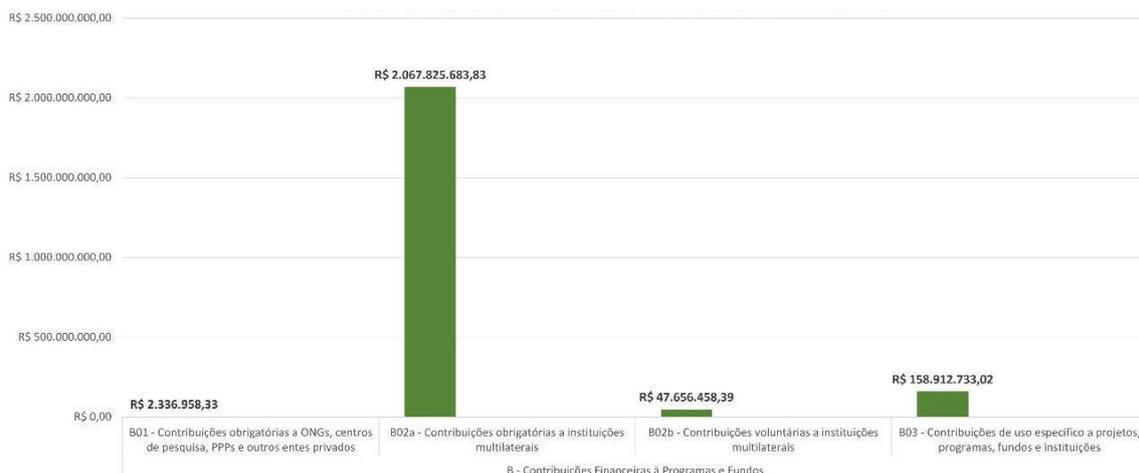
3.1 – Contribuições às Organizações, Fundos e outras Iniciativas (Modalidade B)

Assim como em todos os anos anteriores da Pesquisa COBRADI, a modalidade de cooperação ligada às contribuições a organismos multilaterais destaca-se em relação às demais no tocante ao volume de gastos. A principal diferença em relação às seis edições anteriores da Pesquisa COBRADI é metodológica: a partir de 2021 é possível desagregar os dados das contribuições obrigatórias e àqueles referentes a outras contribuições. Embora seja importante a mudança metodológica, as contribuições obrigatórias do Brasil feitas diretamente pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (SAIN/ME) permanecem majoritárias. O Gráfico 41 a seguir mostra que dentro da Modalidade B, o subitem “contribuições obrigatórias à organismos multilaterais” (B02a) representa quase 91% do total.

Importante salientar que assim como no segundo capítulo, optou-se por não incluir a integralização de capital feita pelo Brasil ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Pelo volume do gasto, qualquer análise apresentada resultaria enviesada e impediria a exploração de tendências nesta modalidade de contribuições a organismos multilaterais.

Os dados completos por Instituição Responsável e demais variáveis podem ser encontrados nos Anexos III a VII deste relatório preliminar.

Gráfico 41: Detalhamento de Gastos na Modalidade “B – Contribuições Financeiras à Programas e Fundos” (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Se por um lado o subitem B02a constitui a maior parcela dos gastos na Modalidade B, o mesmo não ocorre em relação ao número de iniciativas. Nesta métrica, a participação das contribuições obrigatórias cai para 22%, abrindo espaço para as 166 contribuições voluntárias de instituições brasileiras. Este subitem corresponde a 72% do total de iniciativas ligadas a essa modalidade. Outra métrica digna de nota é o número de horas técnicas associadas ao subitem B01, que essencialmente representa três trabalhos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com seus parceiros internacionais. A Tabela 6 a seguir traz uma visão completa das principais estatísticas para esta modalidade de cooperação internacional.

Tabela 6: Modalidade de Cooperação Internacional “B – Contribuições Financeiras à Programas e Fundos” (2021)

Modalidade e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
B - Contribuições Financeiras à Programas e Fundos	R\$ 2.276.731.833,57	230	R\$ 375.148,80	1408
B01 - Contribuições obrigatórias a ONGs, centros de pesquisa, PPPs e outros entes privados	R\$ 2.336.958,33	3	R\$ 300.000,00	800

B02a - Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	R\$ 2.067.825.683,83	51	R\$ 16.068,00	130
B02b - Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	R\$ 47.656.458,39	166	R\$ 28.922,40	234
B03 - Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	R\$ 158.912.733,02	10	R\$ 30.158,40	244
Total Geral	R\$ 2.276.731.833,57	230	R\$ 375.148,80	1408

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.1.1 Agência Nacional de Cinema

A Agência Nacional de Cinema, ANCINE, é a agência reguladora que atua no fomento, regulação e fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. A Ancine é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério do Turismo.

Sua atuação internacional consiste na admissão temporária de bens destinados a feiras, exposições, congressos e eventos (de caráter científico, comercial, técnico, cultural ou esportivo) para promoção comercial e para uso pessoal ou exercício temporário de atividade profissional de não residente. Ela também é responsável pela ATA Carnet, documento aduaneiro que representa sistema de importação temporária de equipamentos mais simples, de maneira mais rápida e com o maior custo-benefício.

A Agência possui Acordos Bilaterais com os seguintes países: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, França, Índia, Israel, Itália, Portugal, Reino Unido, e Venezuela. A ANCINE também é partícipe do Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana; Acordo Latino-Americano de Co-Produção Cinematográfica; Protocolo de Cooperação com o IMCINE - Instituto Mexicano de Cinematografia - México; Protocolo de Cooperação com o Conselho Nacional da Cultura e das Artes – CNCA - Chile; Protocolo de Cooperação com o ICA/I.P. - Portugal; Protocolo de Cooperação com o ICAU – Uruguai; Protocolo de Cooperação com o CNC - França; Protocolo de Cooperação com o INCAA - Argentina; Protocolo de Cooperação com a Direção Geral do Cinema do MIBAC - Itália; Protocolo de Cooperação com a Agência Estatal Ucraniana para o Cinema - Ucrânia.

A Agência ainda participa de Programas de Apoio à Internacionalização Audiovisual de Encontros com o Cinema Brasileiro, além de atuar por meio da Participação Brasileira em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais e da Participação Brasileira em Festivais, Laboratórios e Workshops Internacionais.

No ano de 2021, a atuação da Agência focou-se em duas iniciativas, classificadas como Cooperação Sul-Sul Triangular. A primeira iniciativa, com a Secretaria Geral Iberoamericana, realizou o Programa Ibermedia (Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção do Espaço Audiovisual Ibero-Americano), que tem como objetivo estimular a coprodução de filmes de ficção e documentários realizados no espaço ibero-americano e busca: (i) Contribuir para a realização de filmes e projetos audiovisuais especialmente dirigidos ao mercado ibero-americano; (ii) Criar um ambiente favorável à integração das empresas ibero-americanas de produção em redes; (iii) Promover através de assistência técnica e financeira, a coprodução de projetos apresentados por produtores independentes ibero-americanos; (iv) Apoiar as empresas capazes de realizar esses projetos; (v) Fomentar a sua integração em redes que facilitem as coproduções; (vi) Trabalhar para o aproveitamento do patrimônio audiovisual ibero-americano; (vii) Favorecer a formação contínua dos profissionais da produção e da gestão empresarial audiovisual; (viii) Promover a utilização e o desenvolvimento de novas tecnologias; (ix) Contribuir para a cooperação e para a troca de conhecimentos.

A segunda iniciativa de cooperação Sul-Sul Triangular foi a Participação na Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-americanas (CAACI). A Conferência tem como principais objetivos o desenvolvimento da cinematografia no espaço audiovisual dos países ibero-americanos e a sua integração, através de uma participação equitativa na atividade cinematográfica regional.

3.1.2 Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) foi criado a partir da necessidade de se elaborar um plano de prevenção e enfrentamento de desastres naturais. Para tanto, foi instituído um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República para elaborá-lo. O MCTI ficou responsável pela implantação de um sistema de alerta antecipado para a ocorrência de desastres e fenômenos naturais que mais causam vítimas fatais no país, que culminou na criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. O Centro foi criado para realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de riscos suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, e para a promoção e realização de pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado.

A atuação do CEMADEN no cenário internacional se dá por meio de acordos de parcerias técnicas e outros instrumentos de cooperação com diversas instituições estrangeiras que atuam com monitoramento de desastres naturais. Exemplo disso é o Acordo Multilateral dos países integrantes do BRICS, que consiste na Cooperação multilateral do BRICS para atuar na prevenção, monitoramento e alertas de desastres naturais. No âmbito deste Acordo, há alguns instrumentos estratégicos propostos, tais como a criação de uma plataforma on-line para compartilhamento de informações sobre alterações climáticas, prevenção e mitigação de desastres naturais, e intercâmbios de programas e bolsas para pesquisadores e estudantes.

O CEMADEN possui também convênio com instituição de pesquisa e desenvolvimento nos Estados Unidos da América, com o objetivo de apoiar os esforços para a criação do Sistema de Monitoramento e Alerta Precoce de Desastres Naturais para o Brasil. Além disso, o Centro também possui um memorando de entendimento com os Países Baixos, com temas relacionados a modelagem de inundações, fluxo de detritos e deslizamento de terra, com o objetivo de desenvolver projetos de cooperação científica e tecnológica para antecipar a ocorrência de desastres naturais em áreas de risco.

Em 2021, o CEMADEN realizou o Projeto Elos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de realizar o diagnóstico das necessidades e capacidades dos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil, elos importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), analisadas sob os eixos de Estruturação (recursos materiais, organizacionais, financeiros e tecnológicos); Capacitação e Governança (mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não-estatais), caracterizado como Cooperação Sul-Norte.

3.1.3 Defensoria Pública da União

A Defensoria Pública da União (DPU) é uma das instituições essenciais à função jurisdicional no Brasil. A Defensoria tem como missão a democratização do acesso à justiça e a defesa dos direitos dos necessitados de forma integral e gratuita, com três objetivos complementares: assistência judicial integral e gratuita, atuação extrajudicial e assistência jurídica preventiva e consultiva.

No âmbito internacional, a DPU participa dos principais foros internacionais relacionados ao acesso à justiça, tanto no Mercosul, quanto dos países interamericanos e na comunidade dos países de língua portuguesa, para a promoção e fortalecimento das

Defensorias Públicas e instituições públicas de assistência jurídica que buscam a defesa dos direitos humanos e das garantias reconhecidas por tratados e normas internacionais.

A atuação internacional da DPU se dá tanto por meio da cooperação prestada quanto da cooperação recebida. Para tal, a Defensoria conta com uma assessoria dedicada e responsável pela coordenação da articulação do órgão em temas relacionados à assistência jurídica internacional, à cooperação e relações internacionais com seus congêneres e instituições similares no exterior e organismos internacionais. É também responsável pela coordenação do apoio à atuação da DPU no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH).

A cooperação prestada da DPU se organiza em torno de cinco eixos: (i) Missões Humanitárias; (ii) Assistência jurídica a populações em necessidade; (iii) Promoção e Proteção de Direitos Humanos; (iv) Participações em foros multilaterais; (v) Tutela coletiva de direitos humanos. Em relação ao eixo de missões humanitárias, a DPU implementa ações de assistência à população migrante, à solicitantes de refúgio e aos refugiados. Tais ações tiveram destaque no ano de 2021, particularmente em relação à crise humanitária relacionada à migração de nacionais da Venezuela para o Brasil.

Ainda no campo da assistência, o eixo de processos de assistência jurídica destaca-se pela implementação de ações no campo de migrações e refúgio para pretensão de tutela coletiva e direitos humanos. No caso de estrangeiros, a Defensoria apoia ações específicas de homologação de decisões estrangeiras, opção de naturalidade e naturalização, subtração internacional de crianças, refúgio, asilo, proteção do apátrida, carta rogatória, alimentos internacionais, assistência jurídica em países estrangeiros e retirada compulsória.

Mais associada diretamente à atividades de cooperação técnica internacional, a DPU contribui para a proteção dos Direitos Humanos pela via das do desenvolvimento de capacidades e transferência de conhecimentos. Os projetos e iniciativas ligadas ao desenvolvimento de capacidades são materializados por meio de parcerias técnicas que resultam em cursos e capacitações internacionais, além da elaboração de protocolos de atuação sobre a garantia dos direitos fundamentais de populações vulneráveis

Por fim, importante na atuação da DPU é o eixo de participação em foros multilaterais. A rede de instituições da Defensoria é ampla, sendo a atuação da DPU centrada na participação junto à Associação Interamericana de Defensorias Públicas, Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais, do Bloco de Defensores Públicos

Oficiais do Mercosul e da Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa.

Especificamente na modalidade B de cooperação internacional, a DPU implementou seis projetos em 2021, representando 26% do total de 23 projetos da instituição. A Tabela 7 a seguir apresenta cada uma das iniciativas pelo arranjo de cooperação, sendo o arranjo de Cooperação Sul-Sul aquele com maior número de iniciativas.

Tabela 7: Defensoria Pública da União – Iniciativas na Modalidade B por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)

Arranjo de Cooperação	Número de iniciativas	Descrição das Iniciativas
Cooperação Sul-Sul	3	1. Presidência Pro Tempore da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO); 2. Reuniões de Cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento entre DPU e PPN (Procuración Penitenciaria de la Nación Argentina); 3. XI Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos
Cooperação Sul-Norte	1	1. Rede Interamericana de Assistência Jurídica para Pessoas em Contexto de Mobilidade e Protocolo de Atuação
Cooperação Sul-Sul Triangular	2	1. Encontro da Área de Governança Democrática sobre Pactos Políticos e Sociais para uma nova América Latina: Igualdade, Direitos Humanos e Democracia; 2. Encuentro Internacional de Defensores del Pueblo, Migración y Refugio: Derechos en Riesgo e Reunião da RINDHCA

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.1.4 Ministério de Minas e Energia

O atual Ministério de Minas e Energia (MME) origina-se da MP nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, e tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento do Brasil, ao estabelecer e garantir a implementação de Políticas Públicas na gestão dos recursos energéticos e minerais.

A instituição não possui regras específicas para os processos de cooperação internacional, ou como opera ações com organismos internacionais e parceiros de países estrangeiros. A instituição segue as regras gerais do Governo Federal para as atividades de cooperação internacional. No entanto, em 2021, o Ministério participou com uma contribuição voluntária, como país não membro, em atividades de cooperação econômica junto Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

3.1.5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma Autarquia Federal ligada ao Ministério do Turismo. O órgão atua na preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, à vista disso, representa o Brasil na área de preservação do patrimônio mundial.

No campo da cooperação internacional, o IPHAN implementa iniciativas de Cooperação Técnica Internacional nos Arranjos Sul-Sul e Multilateral. A atuação na Cooperação Técnica Sul-Sul, ocorre devido ao patrimônio compartilhado e histórias em comum com os países parceiros do Brasil. Já em sua atuação no nível multilateral, está majoritariamente ligada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A parceria com a UNESCO é a expressão do compromisso do Brasil com a preservação do patrimônio histórico mundial, uma vez que esta agência da ONU é responsável pela temática da cultura.

Em 2021, o IPHAN atuou essencialmente em duas iniciativas de cooperação internacional, sendo que ambas são caracterizadas como contribuições obrigatórias do Brasil. A primeira contribuição é junto ao Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM). O centro é uma organização intergovernamental ligada a UNESCO, e trabalha a serviço de seus Estados-membros, no intuito de promover a conservação de todas as formas de patrimônio cultural. O Brasil é Estado Membro do ICCROM desde 21/08/1964.

Já a segunda contribuição é com a própria UNESCO. A contribuição em 2021 foi destinada ao Fundo do Patrimônio Cultural Imaterial, ligada ao *Intangible Cultural Heritage Fund*. Os Estados que ratificaram a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003, tem a obrigação de contribuir anualmente com o Fundo. O valor corresponde a 1% de sua contribuição ao orçamento ordinário da UNESCO. Uma informação digna de nota é que o Brasil é membro do Comitê desde 2020, sendo que seu mandato se estende até o ano de 2024.

3.1.6 Ministério da Economia

O Ministério da Economia foi estabelecido em 2019, com a medida provisória 870, e integrou as atribuições dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, além do antigo Ministério do Trabalho.

Conforme as normas internas da instituição, a atuação do Ministério da Economia na cooperação internacional é majoritariamente mediada pela Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN). O órgão está subordinado à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT), que representa o ministério em eixos do comércio exterior e investimentos, instituições e organismos econômico-financeiros internacionais e financiamento externo ao desenvolvimento.

A SAIN opera em questões que envolvem a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países, blocos econômicos e organismos internacionais. Ademais, ela presta assessoria técnica especializada em assuntos relativos à economia internacional, visando defender os interesses econômicos e financeiros do Brasil, fortalecendo sua participação nos processos decisórios internacionais, para contribuir para o desenvolvimento sustentável do País.

Entre as iniciativas da SAIN, destacam-se a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), o Fundo verde do Clima (*Green Climate Fund* – GCF), a Cooperação Internacional, além do apoio às Contribuições obrigatórias do Brasil junto a Organismos, Fundos e Instituições Financeiras Internacionais. Especificamente No âmbito da Cooperação Internacional, a SAIN visa desenvolver e a implementar estratégias para o fortalecimento econômico e promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação em discussões e negociações de políticas e diretrizes econômicas e financeiras internacionais.

Tendo em vista o rol variado de atribuições, a cooperação desenvolvida pelo Ministério da Economia, por intermédio da SAIN, divide-se em quatro grandes áreas temáticas: (i) cooperação econômico-financeira; (ii) cooperação técnica internacional; (iii) instituições financeiras internacionais; (iv) financiamento para o clima.

Na primeira temática de cooperação econômico-financeira, destacam-se atividades de formação de parcerias e fortalecimento de diálogos econômico-financeiros através da Cooperação Internacional, bilateralmente e/ou multilateral. A SAIN coordena a participação do Ministério em diversos grupos (G20, G24, BRICS) e blocos (CPLP, Mercosul), além da participação em Organismos Multilaterais (FSB, GAFI, OCDE).

A SAIN também atua em projetos de cooperação técnica vinculados às suas atribuições diretas, além de atuar em nome do Brasil especificamente nas discussões sobre governança no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, no Novo Banco

de Desenvolvimento (NBD) e no Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Também faz parte das atribuições da SAIN a atuação no processo de expansão do acesso do Brasil a fundos de financiamento para adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

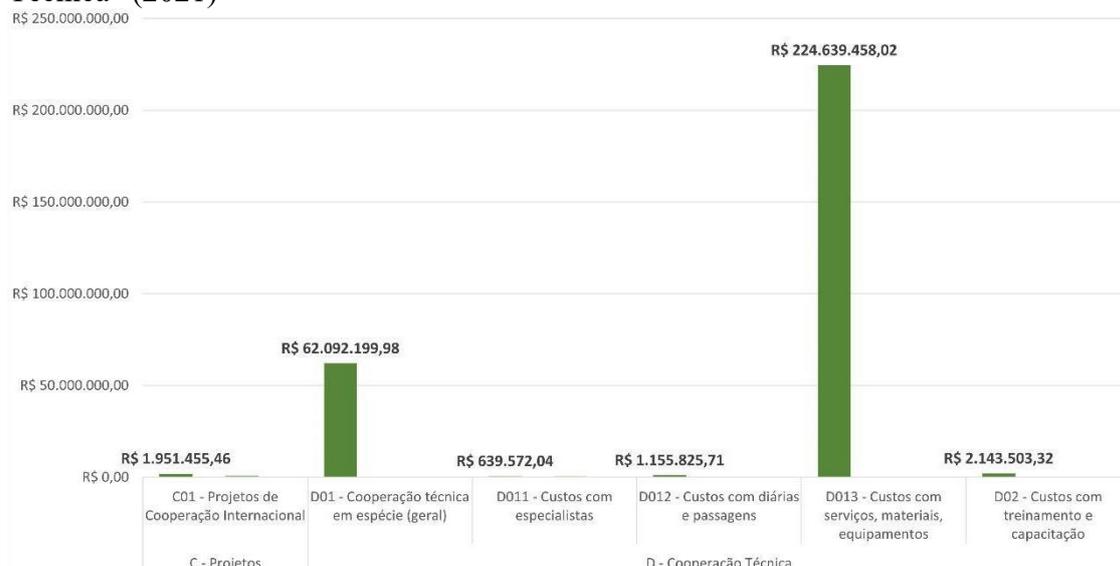
Em 2021, o Ministério da Economia atuou em 133 iniciativas de cooperação internacional. Deste total de iniciativas, 64% são classificadas como Contribuições Voluntárias da União a Organismos Internacionais, 31% foram Contribuições Obrigatórias da União a Organismos Internacionais e 4% dos são Integralizações de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais. Apenas 1% do total de iniciativas é classificado como atuação da instituição em iniciativas de cooperação internacional. A classificação de quase todos os projetos no campo das contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil não estranha, uma vez que é a própria SAIN que implementa boa parte destas atividades em nome da União.

3.2 - Projetos e Cooperação Técnica Internacional (Modalidades C e D)

No geral, as modalidades referentes à Projetos (C) e Cooperação Técnica Internacional (D) exibiram iniciativas muito parecidas no que concerne aos seus conteúdos, que estiveram muito ligados às atividades de transferências de práticas, conhecimentos e apoio à capacitação. É essa a principal razão que justifica a junção das iniciativas para ambas as modalidades nesta subseção. O gasto total conjunto em 2021 para estas duas modalidades alcançou quase R\$ 293 milhões, ou 9,2% do gasto total de R\$ 3,18 bilhões cooperação brasileira.⁹ O Gráfico 42 a seguir mostra que o maior gasto brasileiro em 2021 está associado ao subitem D013, que se refere a custos com serviços, materiais e equipamentos. Conforme será comentado em item específico, o valor discrepante no conjunto das dos subitens se refere à dois projetos de cooperação internacional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) com a Argentina e o Paraguai.

⁹ É importante reforçar que a análise deste relatório preliminar NÃO inclui a integralização de capital feita pelo Brasil ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Conforme já comentado no capítulo dois deste relatório, o valor total para 2021 alcançaria R\$ 6,63 bilhões com a inclusão do gasto com o NDB.

Gráfico 42: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “C - Projetos” e “D - Cooperação Técnica” (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A Tabela 8 abaixo também aponta algumas tendências para a cooperação técnica internacional que merecem exploração mais detalhada. Em relação ao subitem C01, o alto número e valor de horas técnicas se refere à projetos de cooperação técnica internacional do Arquivo Nacional, Defensoria Pública da União, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Agência Brasileira de Cooperação. No caso dos custos com especialistas no subitem D011, o grande número de iniciativas está essencialmente concentrado na Fundação Oswaldo Cruz e Banco Central, além da Defensoria Pública da União.

Tabela 8: Modalidade de Cooperação Internacional “C - Projetos” e “D - Cooperação Técnica” (2021)

Modalidade e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
C - Projetos	R\$ 1.951.455,46	16	R\$ 1.044.650,70	8504
C01 - Projetos de Cooperação Internacional	R\$ 1.951.455,46	16	R\$ 1.044.650,70	8504
D - Cooperação Técnica	R\$ 290.670.559,07	305	R\$ 887.191,87	7531
D01 - Cooperação técnica em espécie (geral)	R\$ 62.092.199,98	78	R\$ 233.852,81	2071
D011 - Custos com especialistas	R\$ 639.572,04	59	R\$ 549.374,16	4619
D012 - Custos com diárias e passagens	R\$ 1.155.825,71	11	R\$ 7.539,60	61
D013 - Custos com serviços, materiais, equipamentos	R\$ 224.639.458,02	134	R\$ 0,00	0
D02 - Custos com treinamento e capacitação	R\$ 2.143.503,32	23	R\$ 96.425,30	780

Total Geral	R\$ 292.622.014,53	321	R\$ 1.931.842,57	16035
--------------------	---------------------------	------------	-------------------------	--------------

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Esta subseção traz o detalhamento das iniciativas de vinte instituições brasileiras que implementaram projetos e iniciativas de cooperação técnica internacional em 2021. É importante frisar que pela primeira vez na história o Relatório COBRADI apresenta a análise de dados oriundos de iniciativas de cooperação internacional implementadas pelos Estados da Federação brasileira. Nesta subseção, estão representados o Distrito Federal e o Estado de São Paulo (Instituto Butantan).

3.2.1 Advocacia Geral da União (AGU)

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou por órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Sua atuação se dá pela forma Consultiva e Contenciosa, possuindo atribuição para atuar em todos os foros, regiões e instâncias judiciais.

Os órgãos que fazem parte da AGU são: Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Consultoria-Geral da União, Secretária-geral de Contencioso, Secretária-geral de Consultoria, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral do Banco Central e Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

A atuação internacional da AGU se dá por meio da participação de órgão representativos dos interesses jurídicos internacionais, tais como a Associação Latino-Americana de Advocacias e Procuradorias de Estado (ALAP), participação em grupos de trabalho, conferências, entre outros.

As iniciativas da AGU em 2021 foram todas de Cooperação Sul-Sul Triangular: (i) Grupo de Trabalho “Arbitragem de investimentos e arbitragem comercial internacional” com a ALAP como parceira, no qual a AGU participou virtualmente; (ii) Grupo de Trabalho “Direitos Humanos: Sistema interamericano e Sistema Universal” com a ALAP como parceiro, no qual a AGU participou virtualmente; (iv) Participação da AGU na Conferência Estados-Parte da Convenção da ONU Contra Corrupção — COSP/UNCAC.

3.2.2 Agência Brasileira de Cooperação: Cooperação Técnica Internacional

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é uma divisão ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Criada em 1987, a instituição representa o Brasil em projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica, em países parceiros e organismos internacionais, como também é responsável por implementar os projetos da cooperação recebida.

A agência atua em três níveis. Em nível Bilateral, a ABC fomenta a formação direta de parcerias entre o Brasil e outro país. Já em nível trilateral, como o conceito já revela, a cooperação em sua maioria envolve três partes. Já em nível multilateral, a ABC atua em conjunto a Organismos Internacionais ou Blocos Regionais.

Em seu campo de atuação, a ABC conduz a cooperação prestada a partir de pedidos oficiais, protocolados por intermédio dos postos diplomáticos brasileiros no exterior, ou por meio das representações estrangeiras em Brasília. Após solicitação, é responsabilidade da ABC mediar com as instituições públicas e/ou privados que apresentam a competência técnica na área demandada, e que tenham interesse em participar dos acordos de cooperação.

Após essa etapa, em conjunto com países parceiros ou instituição, elabora-se um projeto, que conta com um diagnóstico técnico e com formulação da proposta. O projeto é ainda submetido a um parecer do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e das instituições parceiras, e dele constam prazos, objetivos definidos, custos, etapas e produtos de cada uma das etapas. Ao longo da execução, as iniciativas passam por processos de acompanhamento e de avaliação.

Portanto, a estratégia da cooperação técnica implementada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolve-se exclusivamente em resposta a demandas oficialmente recebidas. Conforme estabelece a ABC, o Brasil não propõe iniciativas de cooperação voluntariamente com outros países. Além disso, a decisão sobre a aceitação da demanda depende de seu enquadramento nas diretrizes da política externa brasileira.

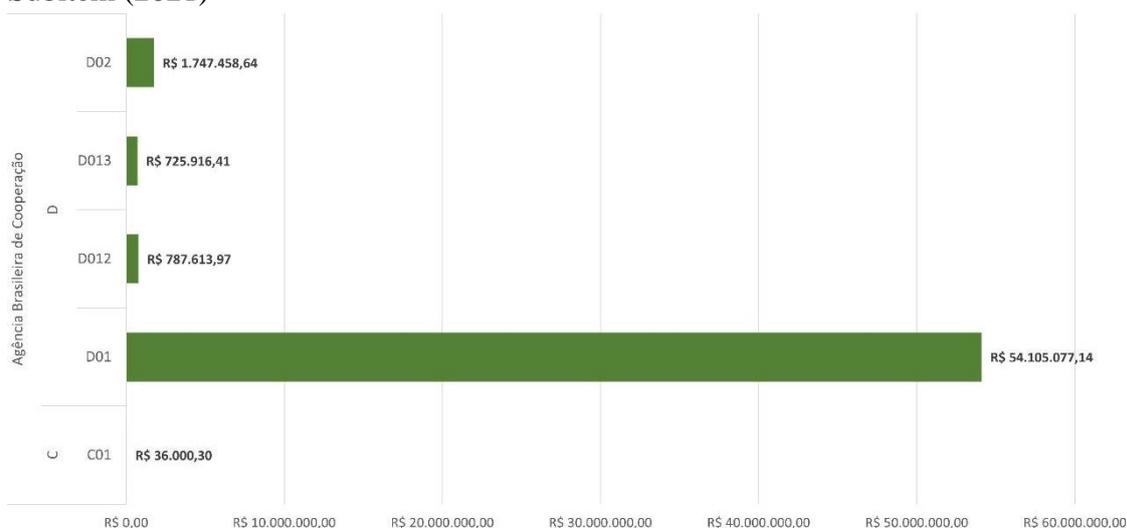
Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro. Para atingir esse objetivo de aprimoramento das instituições, a Agência lança mão de uma série de estratégias que foram sendo desenvolvidas desde a sua criação no fim dos anos 80. Acima de tudo,

mantém contato frequente com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros, com intenção de aumentar a eficácia de seus projetos.

Em mais de três décadas de atuação, a ABC conta com 257 instituições parceiras nacionais, públicas e privadas, além de alianças estratégicas com 20 países desenvolvidos, 45 organismos internacionais e mais de 100 países em desenvolvimento. Os principais projetos da Agência concentram-se em nas áreas de administração pública, agricultura familiar, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, energia, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, pecuária, saúde, segurança pública, desenvolvimento urbano, trabalho e emprego.

Especificamente em 2021, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) implementou setenta e quatro iniciativas de cooperação técnica internacional, com um gasto total alcançando R\$ 57,4 milhões. Todas as iniciativas se referem à cooperação técnica internacional, embora duas delas sejam classificadas na modalidade C (projetos). O Gráfico 43 a seguir acusa uma diferença abismal nos gastos gerais com cooperação técnica (D01) em relação aos outros subitens, representando mais de 94% do total de gastos da ABC com cooperação técnica em 2021. Todavia, não há nenhuma iniciativa que se sobressaia em termos de gastos entre as cinquenta e nove que compõem este subitem, apontando apenas para uma preferência pela classificação geral por parte da ABC para seus projetos.

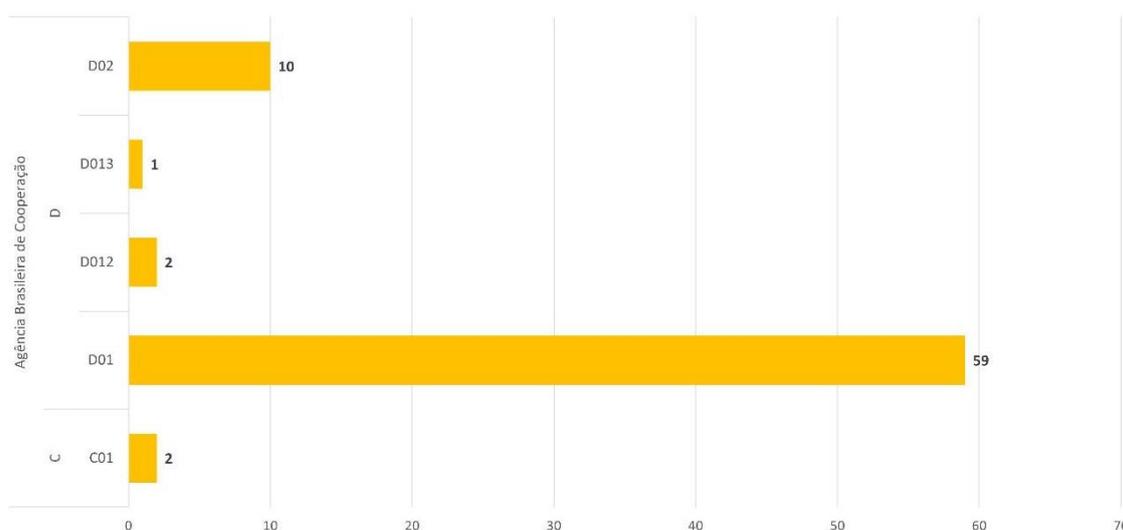
Gráfico 43: ABC – Gasto Total com Cooperação Técnica Internacional e Projetos por Subitem (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No que diz respeito à distribuição das iniciativas de cooperação internacional da Agência por modalidades e seus subitens, não se nota um padrão diferente daquele já verificado para a distribuição dos gastos. Embora em proporção um pouco menor, o subitem D01 permanece concentrando cerca de 80% das iniciativas, sendo que as iniciativas diretamente relacionadas à treinamento e capacitação alcançam cerca de 14% do total. O Gráfico 44 fornece uma representação visual da distribuição das iniciativas por subitens de cooperação.

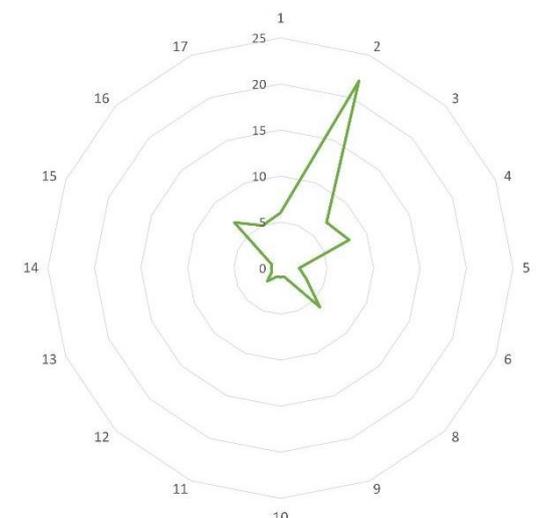
Gráfico 44: ABC – Iniciativas de Cooperação Internacional por Modalidade e Subitem (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A análise da distribuição das setenta e quatro iniciativas de cooperação técnica internacional da ABC em 2021 representada visualmente pelo Gráfico 45 abaixo demonstra uma grande concentração em torno do ODS2 (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável). Este ODS sozinho representa 30% das iniciativas de cooperação técnica da ABC em 2021. Embora com menor participação, a soma das iniciativas relacionadas aos ODS3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades) e o ODS4 (Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) alcança 20% do total. Conforme comentado no capítulo 2, é importante frisar que a análise por ODS e metas de ODS se baseia na primeira classificação fornecida pela instituição participante.

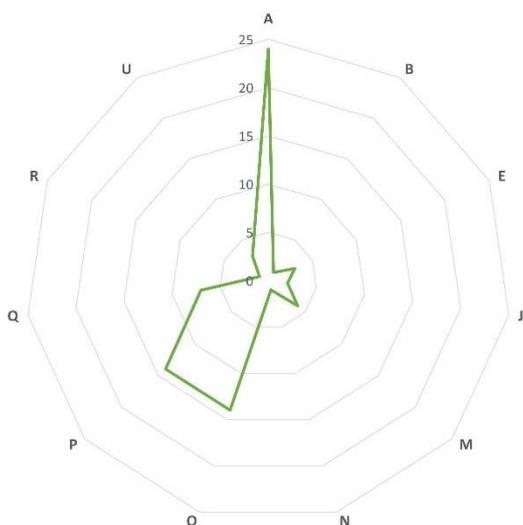
Gráfico 45: ABC – Classificação das Iniciativas de Cooperação por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Por fim, outra tendência digna de nota no conjunto de dados fornecido pela ABC emerge na classificação das iniciativas por setor econômico. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 46 abaixo, os três setores predominantes para as iniciativas da ABC são “A” (Agricultura, silvicultura e pesca), “O” (Administração pública e defesa; segurança social obrigatória) e “P” (Educação). As iniciativas representam respectivamente 35,4%, 18,9% e 18,9% do total e, de forma combinada, quase três quartos das iniciativas. Comparando os setores econômicos selecionados com a classificação por ODS vê-se que há correspondência direta entre o ODS2 e o setor econômico “A”, dada a inclinação de ambos para atividades de agricultura e segurança alimentar.

Gráfico 46: ABC – Classificação das Iniciativas de Cooperação por Setor Econômico ISIC (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.2.3 Agência Nacional de Aviação Civil

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) é uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura, que atua na regulação e fiscalização das atividades da aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil. A Agência elabora normas, certifica empresas, oficinas, escolas, profissionais da aviação civil, aeródromos e aeroportos e fiscaliza as operações de aeronaves, de empresas aéreas, de aeroportos e de profissionais do setor e de aeroportos, com foco na segurança e na qualidade do transporte aéreo. A ANAC também atua em certificação, fiscalização, normatização e representação institucional.

No âmbito internacional, a ANAC participa por meio da representação do Brasil em organismos internacionais de aviação e na negociação de acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional. A atuação da Agência na cooperação técnica internacional se materializa nas missões de representação institucional de cooperação técnica internacional, para promoção do intercâmbio de informações, práticas regulatórias, melhores experiências e práticas do setor com outras autoridades de aviação civil e entidades internacionais.

Em 2021, a atuação da ANAC se deu através de duas iniciativas, classificadas como Cooperação Sul-Sul Triangular: (i) Disponibilização de vagas para curso online “Curso Básico de Perícia Médica na Aviação Civil”, na plataforma de capacitação da

ANAC, que disponibiliza vagas para membros da Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas e membros da Comissão Latino Americana de Aviação Civil;

(ii) Disponibilização de vagas para curso online “Aviation English Level 3 for civil aviation professionals”, na plataforma de capacitação da ANAC, para não nativos da língua inglesa.

3.2.4 Agência Nacional de Telecomunicações

A Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, é uma autarquia de regime especial vinculada ao Ministério das Comunicações. Dentro de suas atribuições, cabe à Anatel implementar a política nacional de telecomunicações; representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações; administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas; expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e as normas por ela estabelecidos; compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviços de telecomunicações; reprimir infrações aos direitos dos usuários; e exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Anatel representa o Brasil em organismos internacionais de telecomunicações tais como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel), Organização Internacional de Satélites de Telecomunicações (ITSO) e Organização Internacional de Satélites Móveis (IMSO). A Anatel representa o país na Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (Icann), na Organização Mundial do Comércio (OMC), no Foro Latino-Americano de Entes Reguladores (Regulatel) e na Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (Arctel-CPLP). A Agência também tem interação com governos e órgãos reguladores de telecomunicações de outros países.

Para a organização dos trabalhos nos foros internacionais de telecomunicações, foram criadas quatro Comissões Brasileiras de Comunicação (CBCs): Governança e Regimes Internacionais (CBC 1); Radiocomunicações (CBC 2); Normalização de Telecomunicações (CBC 3); e Desenvolvimento das Telecomunicações (CBC 4), que podem ser composta por atores da academia, privados e do governo. Importante mencionar que no âmbito do Mercosul, a Agência representa o Brasil em encontros e

reuniões com os demais países do grupo, para troca de experiências por meio de seu Subgrupo de Trabalho 1 - Comunicações (SGT-1).

Em 2021, a ANATEL implementou três iniciativas de cooperação internacional. Embora o número seja pequeno, houve predominância nos arranjos de cooperação Sul-Sul. A participação da ANATEL na Associação dos Reguladores de Comunicações e Telecomunicações dos Países da CPLP (ARCTEL-CPLP), teve como objetivo o intercâmbio de informações sobre o tema da regulação nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos países membros.

Já nas atividades de cooperação técnica, tiveram destaque as ações bilaterais de intercâmbio de informações no âmbito do Memorando de Entendimento firmado entre a ANATEL e o Instituto Nacional das Comunicações de Angola (INACOM), sobre informações relacionadas a regulação dos temas de roaming, portabilidade numérica e apresentação do Plano Geral de Metas de Competição, em formato virtual. Também no âmbito da cooperação técnica bilateral, destaca-se o intercâmbio de informações no âmbito do Memorando de Entendimento firmado entre a ANATEL e o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). A iniciativa está relacionada aos temas de Indicadores de Tráfego e Controle, Registro de Cartões SIM e Segurança Cibernética e Procedimentos de Fiscalização de prestação de serviços de telecomunicações, em formato virtual.

3.2.5 Agência Nacional de Transportes Aquaviários

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) é a autarquia vinculada ao Ministério da Infraestrutura, que atua na regulação, supervisão e fiscalização dos serviços de transporte aquaviário e exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. A ANTAQ implementa as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura e atua na navegação fluvial, lacustre e de travessia; na navegação de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso; nos portos organizados e as instalações portuárias neles localizadas; nos terminais de uso privado; nas estações de transbordo de carga; as instalações portuárias públicas de pequeno porte; e nas instalações portuárias de turismo.

A atuação internacional da ANTAQ se dá pelo acompanhamento de propostas, negociações e implementação de tratados e acordos bilaterais e multilaterais relacionados ao transporte marítimo e navegação interior, e participação em comissões, reuniões

técnicas e grupos de trabalho sobre regulamentação internacional do transporte aquaviário e para o intercâmbio de melhores práticas.

Em 2021, a ANTAQ participou de uma iniciativa em parceria com a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) que se encaixa na categoria de navegação interior de percurso internacional, para o estabelecimento de mecanismo de intercâmbio de dados estatísticos dos fluxos de carga que circulam pela Hidrovia Paraguai-Paraná (tipos, volumes, origem, destino etc.), utilizando metodologia acordada entre os países que permita a compilação e divulgação dos dados. Trata-se de informação importante para o planejamento de médio e longo prazo, além da otimização do uso dos recursos. Tal iniciativa de cooperação é um arranjo de cooperação Sul-Sul.

3.2.6 Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional é uma instituição federal e, desde 2011, encontra-se subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conforme o Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, que o outorga como órgão principal do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), fica a cargo instituição a gestão, a preservação e a divulgação dos documentos da Administração Pública Federal

Ademais, além da responsabilidade de gerir os documentos elaborados em todos os órgãos federais, o Arquivo Nacional também atua na proteção e preservação de acervos fundamentais e históricos do Brasil, assim como do Mundo, uma vez que possui documentos que fazem parte do Programa Memória do Mundo, da Unesco.

No âmbito da Cooperação Internacional, assim como muitas instituições brasileiras, o Arquivo Nacional atua exportando suas expertises técnicas, colaborando com Organismos Internacionais e/ou países parceiros, em projetos com benefícios mútuos. Em 2021, o Arquivo nacional atuou em quatro projetos no âmbito da Cooperação Sul-Sul Triangular. Primeiro projeto é o Programa Iberarchivos, que tem o propósito de fomentar, preservar, restaurar, ampliar e difundir o acesso aos arquivos dos países ibero-americanos (Península Ibérica, América Latina e Guiné Equatorial), o Iberchivos é um fundo financeiros multilateral para documentos arquivistas da comunidade. O financiamento do projeto ocorre através das contribuições dos países membros, e beneficia as instituições arquivísticas, museus, centros de documentação e pesquisa e universidades de caráter público e privado da comunidade ibero-americana.

A segunda iniciativa de cooperação é parceria com a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA). A Associação tem como missão de promover o desenvolvimento arquivístico nos países associados (América Latina, Espanha e Portugal), a ALA é tida como uma das associações mais ativas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Sem fins lucrativos, a associação estimula a comunicação e a cooperação entre os participantes membros, mediante a ações, como congresso, seminários e encontros internacionais.

A terceira iniciativa ocorreu junto ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A CIA é um Organismo Internacional não governamental, sem fins lucrativos. A incumbência da organização está relacionada a promoção da gestão e do uso eficiente e eficaz de documento e arquivos.

Por fim, a quarta iniciativa é uma colaboração com a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF). A FIAF é uma instituição internacional dedicada a preservação de filmes, assim como auxilia na preservação e disseminação dos documentos audiovisuais. Nessa seara, a instituição promove a criação e manutenção dos arquivos e cinematecas, em diversos países. Para tal, desenvolve cooperação internacional entre as entidades filiadas à Federação, contando com 164 instituições de 75 países.

3.2.7 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BACEN) é uma autarquia federal, autônoma, que integra o Sistema Financeiro Nacional. Como uma das principais autoridade monetária do país, a missão do Banco Central é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, além de salvaguardar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, garantindo o bem-estar econômico para a sociedade. Ademais, O BACEN é o órgão federal que dispõe das reservas internacionais do Brasil, das principais contas do governo brasileiro e gerência a produção de dinheiro em espécie. Devido sua centralidade monetária, as demais instituições financeiras que atuam no país mantêm contas no Banco.

No âmbito da Cooperação Internacional, as iniciativas patrocinadas pelo Banco Central do Brasil, visam ampliar o intercâmbio de informações e experiências com outros bancos centrais e instituições congêneres. Normalmente, as atividades da cooperação são baseadas na estruturação de programas ou projetos — por meio de um arranjo bilateral ou trilateral — bem como em atividades com foco em questões específicas.

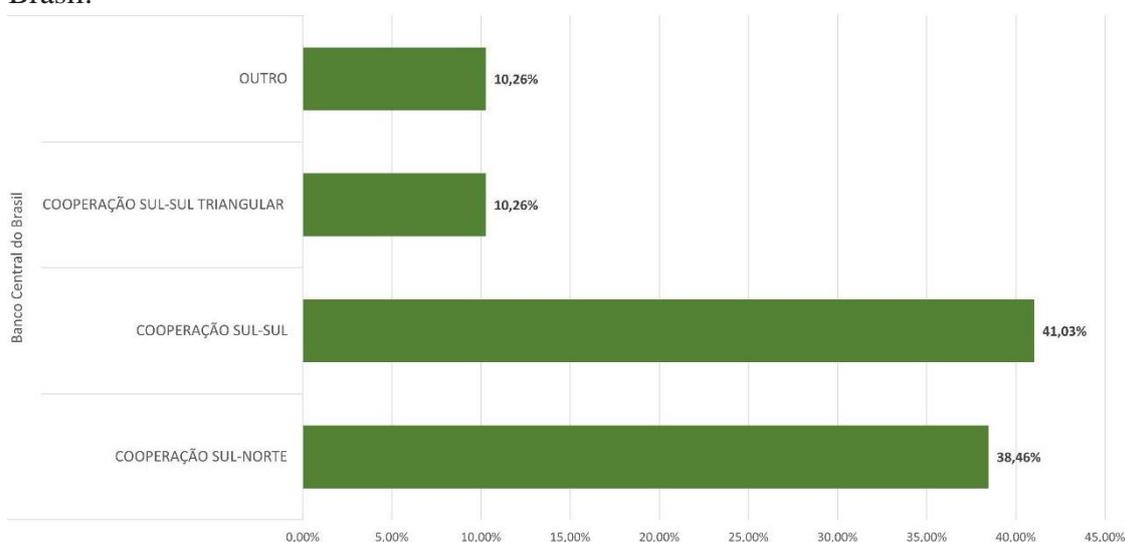
Nesse sentido, a Cooperação pode cobrir uma ampla gama de tópicos relacionados a questões que envolvem a atuação de bancos centrais em países e organizações parceiras. Esses tópicos incluem: economia, regulação e supervisão, instrumentos e procedimentos operacionais, técnicas e ferramentas de supervisão bancária.

Em relação às atividades internas no Banco Central do Brasil, para realização de projetos de cooperação, ressaltam-se: (i) Receber e encaminhar dúvidas e solicitações de Cooperação Técnica Internacional; (ii) Estruturar o acordo de cooperação em um programa, projeto ou plano de trabalho; (iii) Agendamento de atividades; (iv) Apoio Logístico; (v) Acompanhar a execução das atividades planejadas; (vi) Avaliar os resultados dos acordos.

Em 2021, o Banco Central do Brasil atuou em trinta e nove iniciativas de Cooperação Internacional. Deste total, trinta e cinco iniciativas são de cooperação técnica internacional, alcançando um valor de R\$ 1,69 milhões de reais. Uma menção importante é o fato de todas as iniciativas contarem com aporte de horas técnicas dos servidores do Banco, acumulando um total de 537 horas técnicas, com custo estimado de R\$ 66 mil.

Em termos de arranjo, quinze iniciativas do Banco são de cooperação Sul-Norte, representando um gasto de R\$ 26 mil. Em termos de cooperação com países o Sul, o Banco implementou dezesseis iniciativas de cooperação Sul-Sul e quatro de cooperação Triangular Sul-Sul. As dezoito iniciativas de cooperação com países do Sul alcançaram cerca de R\$ 40mil. O Gráfico 47 abaixo resume os principais arranjos de cooperação para os trinta e nove projetos do Banco Central do Brasil em 2021.

Gráfico 47: Projetos de Cooperação Internacional patrocinados pelo Banco Central do Brasil.



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

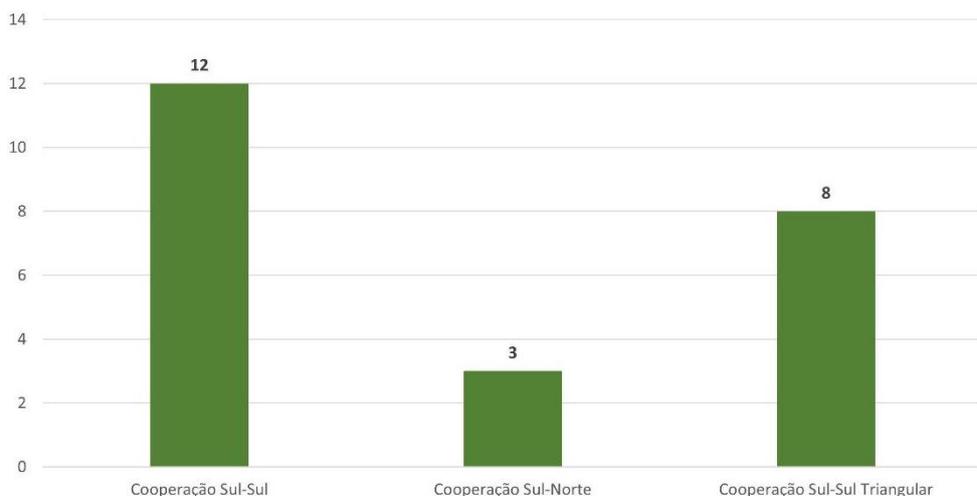
Por fim, é importante notar que 96% dos gastos do Banco em 2021 estão relacionados a contribuições voluntárias da União, que recebem a classificação “outros” em termos de arranjo de cooperação. Tais projetos não envolvem o compartilhamento de expertise pelo Banco Central do Brasil, mas sim uma cota para participação do Banco em quatro foros internacionais. No total, o banco gastou R\$ 1,62 milhões com contribuições ao: (i) Grupo de Egmont; (ii) O Grupo de Ação Financeira da América Latina; (iii) *International Swaps and Derivatives Association*; (iv) Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo.

O Grupo de Egmont é uma organização internacional que visa fortalecer a cooperação entre as Unidades de Inteligência Financeira (UIF) dos países membros. O objetivo do grupo é fortalecer mecanismo de compartilhamento de informações entre seus membros para combater a lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e crimes associados. Já o Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat) é uma instituição regional no que atua na América Latina, e atua no combate à Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo. A *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) é uma organização privada de comércio internacional, cujos membros são principalmente bancos. A organização opera na redução do risco de crédito da contraparte, aumento da transparência e melhoria da infraestrutura operacional do setor. Por fim, o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi/FATF) é uma Organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

3.2.8 Defensoria Pública da União

A Defensoria Pública da União (DPU) implementou um total de 23 iniciativas de cooperação internacional prestadas em 2021. O valor total das iniciativas implementadas pela DPU alcançou R\$ 1,45 milhões em 2021, sendo que 71% desse valor foi referente a gastos indiretos com horas técnicas de servidores da Defensoria dedicados às iniciativas de cooperação internacional. O Gráfico 48 a seguir é uma representação visual de todos os 23 projetos implementados pela DPU em 2021, desagregados pelo arranjo de cooperação internacional.

Gráfico 48: Defensoria Pública da União: Total de Iniciativas por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Além das seis iniciativas já discutidas na subseção 3.1 deste capítulo, a DPU implementou outras dezessete iniciativas de cooperação distribuídas entre as modalidades “C” e “D” de cooperação internacional. No total a DPU gastou R\$ 1,38 milhões com as dezessete iniciativas das duas modalidades de cooperação. Novamente, é importante salientar que a maioria dos gastos se refere a mais de oito mil horas técnicas dos servidores da Defensoria, no valor total de R\$ 992 mil para as duas modalidades de cooperação internacional.

Na modalidade “C” (Projetos de Cooperação Internacional), foram implementadas oito iniciativas. Houve predominância completa da colaboração com países do Sul, sendo seis atividades de Cooperação Sul-Sul e duas iniciativas sob o arranjo de Cooperação Sul-Sul Triangular. As oito iniciativas concentraram um total de R\$ 1,13 milhões, ou 82% do gasto nas Modalidades C e D. A Tabela 9 a seguir apresenta maior detalhamento das oito iniciativas.

Tabela 9: Defensoria Pública da União - Iniciativas na Modalidade C por Arranjo de Cooperação internacional

Arranjo de Cooperação	No. de iniciativas	Título dos Projetos/ Iniciativas
Cooperação Sul-Sul	6	<ol style="list-style-type: none"> 1. GT Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamento à Tortura 2. DPU Para Todos 3. Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio (GTMAR) 4. Defensores Públicos Interamericanos (DPIs) 5. Projeto Visita Virtual Internacional

		6. Missão Pacaraima
Cooperação Sul-Sul Triangular	2	1. Coordenação de Assistência Jurídica Internacional (CAJI); 2. Coordenação de Tradução (CTRAD)

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Na Modalidade “D” (Cooperação Técnica Internacional), foram implementados nove projetos. Os gastos com as nove iniciativas alcançaram R\$ 246 mil, sendo majoritariamente despesas com especialistas e atividades de treinamento e capacitação conduzidas pelos próprios servidores da DPU em favor de outros países. Nesta modalidade de cooperação, predomina igualmente a cooperação com os países do Sul, tanto Sul-Sul quanto a Triangular. A Tabela 10 abaixo traz maior nível de detalhe sobre cada iniciativa.

Tabela 10: Defensoria Pública da União - Iniciativas na Modalidade D por Arranjo de Cooperação Internacional

Arranjo de Cooperação	No. de iniciativas	Título dos Projetos/ Iniciativas
Cooperação Sul-Sul	3	1. Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul (RAADH) 2. Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile 3. 141º Período Ordinário de Sessões da Corte IDH
Cooperação Sul-Norte	2	1. Curso O Novo Direito Migratório Brasileiro 2. Fortalecimento das Capacidades da Defensoria junto às populações migrantes e refugiadas
Cooperação Sul-Sul Triangular	4	1. Reunião de Alto-Nível da Assembleia Geral da ONU para Avaliação do Plano de Ação Global para o Combate do Tráfico de Pessoas 2. VI Fórum Regional das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para América Latina e Caribe 3. 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal 4. Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM) sobre Zonas de Fronteira.

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.2.9 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Possui 26 superintendências regionais, e tem como função implementar a política de infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários. Para tal, o órgão é gestor e executor, sob a jurisdição do

Ministério da Infraestrutura, das vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais, instalações de vias de transbordo e de interface intermodal e instalações portuárias fluviais e lacustres.

Como órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura, o DNIT segue as mesmas normas de Cooperação Internacional do Ministério. Assim, as iniciativas de Cooperação Técnica Internacional fazem parte do objetivo de estabelecer parcerias ligadas a iniciativas e práticas de planejamento, gestão e operação da política pública no âmbito do Setor de Transportes do governo brasileiro com o país parceiro ou organismo internacional.

Em 2021, o DNIT atuou em dois projetos de Cooperação Sul-Sul, ambos são projetos de infraestrutura em cidades fronteiriças. O primeiro projeto foi o da Ponte Internacional Brasil/Paraguai. O Projeto consistiu essencialmente na Elaboração de Estudos e Projetos Básico e Executivo de Engenharia do Contorno Rodoviário Norte em Porto Murtinho/MS, com o acesso à Ponte Internacional, Brasil/Paraguai e respectivas instalações aduaneiras para o Centro Integrado de Controle de Fronteira, na rodovia BR-267/MS.

Já o segundo projeto do DNIT foi a construção da Ponte Internacional Porto Xavier (Brasil)/ San Xavier (Argentina). Este projeto contou com um conjunto variado de atividades, como a contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; execução de todas as etapas e ações necessárias, bem como cumprimento de todas as obrigações e condicionantes, requeridas no processo de licenciamento ambiental; apoio aos serviços de desapropriação, remoção e reassentamento; e execução das obras da ponte internacional Porto Xavier (Brasil) / San Xavier (Argentina), acessos — margem brasil e margem argentina — e infraestrutura completa dos complexos integrados de fronteira (aduana), na rodovia BR-392/RS, lote único.

3.2.10 Escola Nacional de Administração Pública

Sendo uma das principais Escolas de Governo do Brasil, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) é uma instituição dedicada à formação continuada e profissional de agentes públicos, vinculada ao Ministério da Economia. O objetivo da instituição é possibilitar que os servidores públicos desenvolvam competências voltadas

à gestão e políticas públicas, com o intuito de beneficiar e aumentar a capacidade de governo no âmbito das administrações públicas federal, estadual e municipal.

No campo da Cooperação Internacional, a ENAP atua em esferas pertinentes à gestão pública, com colaboração entre a Escola e as Organizações Internacionais e/ou países parceiros, em áreas de cooperação técnica de ensino, pesquisa e inovação. A Assessoria de Articulação Institucional (ASAIN) é a área responsável pela supervisão da cooperação internacional da ENAP. Ela atua na prospecção de parceiros para desenvolvimento de soluções educacionais, implementação de eventos de capacitação e internacionalização da ENAP. A cooperação internacional se desenvolve também a partir da interlocução com ministérios, instituições de ensino e pesquisa, *think tanks*, laboratórios de inovação, organismos internacionais e embaixadas.

É de responsabilidade da ASAIN, assessorar dirigentes e técnicos da Enap em visitas técnicas, congressos, apresentações e cursos no exterior, recepcionar delegações estrangeiras, organizar e coordenar eventos internacionais. Também é sua atribuição coordenar a atuação da ENAP em redes e foros internacionais, fomentar a internacionalização dos conteúdos das capacitações da instituição, além de identificar e capta fontes de financiamento para atividades internacionais.

Em vista disto, a Cooperação desenvolvida pela ENAP, por intermédio da ASAIN, divide-se em: (i) Cooperação Sul-Norte: captação de oportunidades de intercâmbio horizontal com indivíduos, organismos internacionais e organizações congêneres que possam atender a necessidades de capacitação de servidores públicos brasileiros, precipuamente em ações de fortalecimento institucional de escolas de governo e metodologias inovadoras de capacitação; (ii) Cooperação Sul-Sul: Formação de projetos, redes, foros e outras atividades, identificando oportunidades, atendendo a demandas de intercâmbio com países em desenvolvimento e fomentando a troca de experiências por meio de uma relação horizontal, com ganhos mútuos.

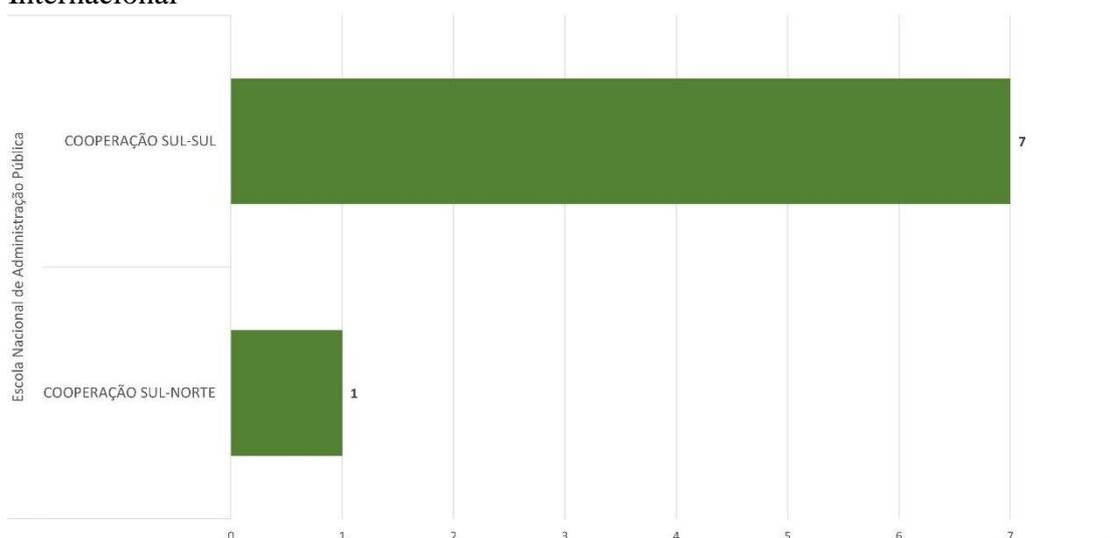
Em 2021, a ENAP implementou um total de oito iniciativas de cooperação internacional, com um gasto estimado em R\$ 292mil. Entre as iniciativas, sete foram de Cooperação Sul-Sul, beneficiando diversos países em desenvolvimento (não especificados pela instituição), atuando essencialmente na esfera do ensino remoto. Para países do sul, o custo estimado das capacitações profissionais online para estrangeiros foi de R\$ 45mil.

É importante salientar que grande parte das capacitações oferecidas pela ENAP é feita via Portal Único de Governo, que oferece cursos de capacitação online e gratuitos.

Podem participar dos cursos os servidores ou cidadãos que buscam desenvolver seus conhecimentos e habilidades no serviço público de vários países. Há cursos a estrangeiros nos idiomas português, espanhol e inglês. No total, a ENAP emitiu 3.386 certificados a estrangeiros de 125 países. Estes estrangeiros participaram de 298 cursos em 27 temáticas de formação profissional.

No âmbito da Cooperação Norte-Sul, a Enap possui uma parceria com os Estados Unidos na área de formação profissional. A Escola implementa um programa de estágios virtuais de dois a três meses para alunos da Universidade de Columbia (EUA). Durante este período, os alunos podem implementar pesquisas ou conhecer as rotinas e áreas de políticas, além de participar de processos da administração pública do Governo Federal brasileiro.

Gráfico 49: ENAP — Iniciativas nas Modalidades C e D por Arranjo de Cooperação Internacional



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

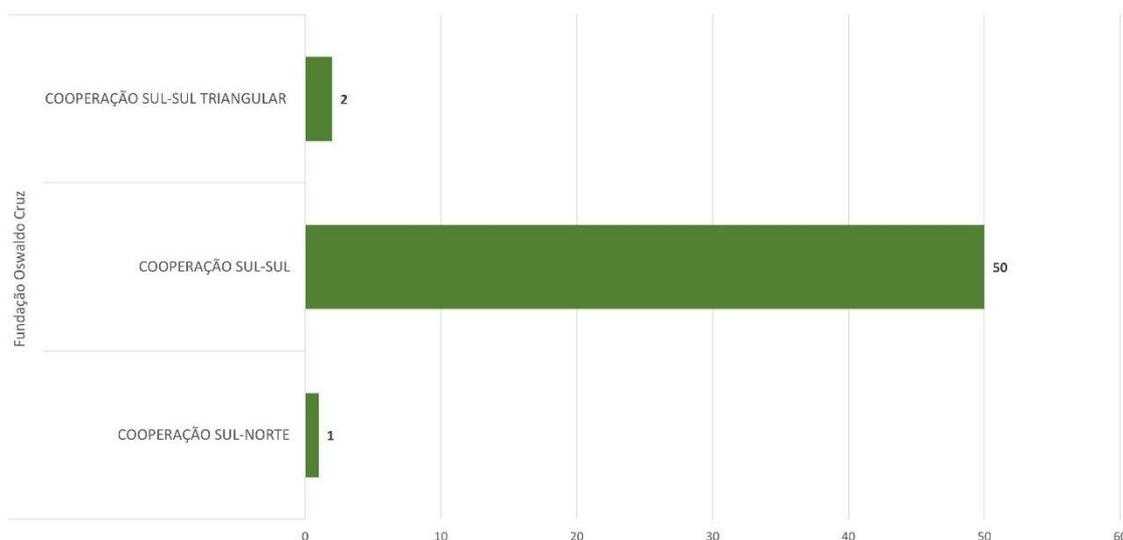
3.2.11 Fundação Oswaldo Cruz

Como umas das principais instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, a Fundação Oswaldo Cruz é uma fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Saúde, e tem como finalidade promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, além de disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os valores da Fiocruz, pautados pela relevância da atuação da organização para a sociedade, são os alicerces de atitudes, comportamentos e características que configuram a missão central da organização. Dentre os seus princípios norteadores, a instituição tem como a cooperação e a integração como valor, utilizados como instrumentos formais de estabelecimento e fortalecimento de parcerias com instituições estrangeiras. Tais parcerias são realizadas com base em planejamento mútuo e conforme as políticas de saúde dos países participantes.

Em 2021, a Fiocruz atuou em cinquenta e três iniciativas de cooperação internacional, alcançando um valor total de R\$ 2,88 milhões. As iniciativas de cooperação Sul-Sul despontam como o principal arranjo utilizado pela Fundação, concentrando mais de 94% das iniciativas e quase 96% do gasto em 2021. De fato, apenas uma iniciativa da Fiocruz não foi de Cooperação Sul-Sul ou Sul-Sul Triangular em 2021. O Gráfico 50 abaixo traz uma representação visual dos projetos da Fiocruz em 2021 por arranjo de cooperação internacional.

Gráfico 50: Fiocruz – Iniciativas de CID por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)

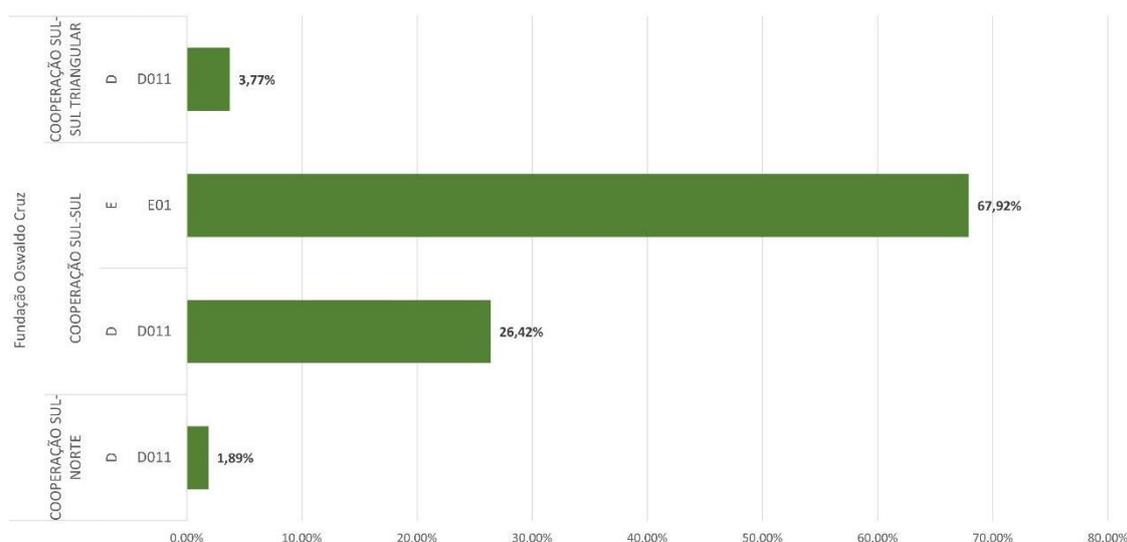


Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

É importante salientar que, a atuação da Fiocruz em projetos de cooperação em 2021 está distribuída entre a modalidade D (Cooperação Técnica) e modalidade E (Bolsa de Estudos e Gastos com Estudantes). Uma vez que os dados da Fundação para a modalidade “E” compõe o conjunto de informações que sustenta a análise apresentada na subseção 4.1 deste relatório, privilegiar-se-á um exame mais aprofundado das iniciativas

relacionadas a atividades de cooperação técnica internacional. Mais especificamente, e utilizando o Gráfico 51 abaixo, 68% das iniciativas da Fiocruz em 2021 se referem a isenção de custos de matrícula à estudantes de países do Sul (subitem E01), enquanto os 32% remanescentes constituem essencialmente custos com especialistas em cooperação técnica internacional Sul-Sul e Sul-Norte (subitem D011).

Gráfico 51: Fiocruz – Iniciativas de CID por Arranjo, Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No tocante a modalidade “D”, as dezessete iniciativas de cooperação internacional implementadas pela Fiocruz representaram um gasto de R\$ 117 mil em 2021. O principal grupo de atividades de cooperação técnica internacional em 2021 está relacionada à assessoria para implementação, desenvolvimento ou manutenção de banco de leite humano, concentrando cerca de metade das iniciativas. Em segundo, o conjunto de capacitações oferecidas pela Fiocruz e reuniões técnicas no âmbito da Rede de Escolas de Saúde Pública da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) representaram quatro iniciativas.

Embora o assunto seja explorado mais detalhadamente no capítulo quatro deste relatório, faz sentido apresentar separadamente as ações da Fiocruz no campo da mobilidade internacional estudantil de estudantes estrangeiros para o Brasil (Modalidade E). Nesta modalidade, as iniciativas de cooperação representam os alunos estrangeiros de pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado acolhidos pela Fundação em 2021. No total foram 84 bolsas concedidas a nacionais de 23 países em desenvolvimento. O valor

No âmbito da cooperação internacional, o Escritório tem a missão de promover a formalização e acompanhar a execução de acordos e estabelecer parcerias visando à transferência de conhecimento, tecnologia e boas práticas internacionais para implementar projetos estratégicos do governo distrital. Em 2021, o Governo do Distrito Federal atuou em um projeto de Cooperação Sul-Sul, em parceria com a República Dominicana, com um gasto aproximado de R\$ 107 mil.

O Acordo, tem por objeto promover a colaboração entre o DF e seus parceiros para o planejamento e execução de projetos de pesquisas, consultorias, assessorias, estudos comparados, cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização, seminários e palestras, disseminação do conhecimentos e de ferramentas de gestão pública, missões técnicas, intercâmbio, compartilhamento de informações, além de infraestrutura e outros eventos de interesse das partes. Esta iniciativa de cooperação contou com ações nas áreas de Segurança Pública, Meio Ambiente, Turismo, Cultura, Educação, Desenvolvimento e Planejamento Urbano Sustentável.

3.2.13 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. Ela exerce a supervisão da Política Ambiental em âmbito nacional, que compreende atribuições relativas ao licenciamento, controle e autorização do uso de recursos naturais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, órgão supervisor do Ibama, também atua na execução direta da política ambiental federal e supletivamente ajuda a fortalecer os sistemas Estaduais e Municipais. No âmbito da Cooperação Internacional, a parceria com outros países e instituições faz parte dos objetivos estratégicos do IBAMA. Nesta seara, o órgão exerce cooperação na área técnica, compartilhando as competências que a instituição já desempenha na esfera nacional.

Em 2021, O IBAMA participou de quatro projetos, tendo o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) como canal de atuação: (I) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), (II) Manejo Integrado do Fogo no Patrimônio Natural do Equador, (III) Programa Amazônia sem Fogo e a (IV) Rede Regional de Incêndios Florestais da América do Sul.

É importante mencionar que o Brasil é reconhecido como centro de referência regional para redução do fogo. Nesse contexto, o Prevfogo se destaca como centro especializado, responsável pela prevenção e combate aos incêndios florestais em território nacional, incluindo atividades relacionadas com campanhas educativas, treinamento e capacitação de produtores rurais e brigadistas, monitoramento e pesquisa.

3.2.14 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável por aperfeiçoar a qualidade das Políticas Públicas educacionais, o INEP atua em três áreas: Avaliação e Exames Educacionais, Gestão Do Conhecimento e Estudos Educacionais, Pesquisa Estatísticas e Indicadores Educacionais.

A orientação do órgão, em função da formação de parcerias no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ocorre com o estabelecimento e implementação de projetos de cooperação técnica. Estes projetos tem o propósito de aperfeiçoar e promover as atividades exercidas pelo INEP, alinhando a formação de parcerias internacionais com o objetivo estratégico de avançar nos indicadores educacionais do Brasil.

O Instituto trabalha com uma agenda internacional de ações estratégicas, alicerçadas nos interesses e necessidades de programas desenvolvidos pela instituição, como o novo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em detrimento dos objetivos estratégicos, e como um estímulo a formação de projetos de Cooperação técnica, em 2020, o INEP formulou o ‘Manual de Gestão dos projetos de cooperação técnica internacional (CTI)’. O Manual está alinhado a ações estruturais de médio e longo prazo da instituição, e é um esforço do INEP em desenhar projetos de cooperação bilaterais e/ou multilaterais com instituições internacionais e países parceiros.

Em 2021, o INEP atuou em cinco projetos de Cooperação Sul-Sul triangular, todos voltados à pesquisa relacionados em avaliação do ensino e dos Estudantes. O gasto total estimado com os cinco projetos alcança cerca de R\$ 8,7 milhões. Contudo, é preciso comentar que apenas dois entre os cinco projetos correspondem diretamente à cooperação técnica internacional (PISA/OCDE e PIRLS/AIADE). Entre os três projetos remanescentes que são classificados na Modalidade B01 (contribuições obrigatórias a centros de pesquisa), dois são estudos voltados para Educação Cívica e Cidadania e um

em tendências em matemática e ciências. A Tabela 11 abaixo apresenta o detalhamento dos projetos do INEP por cada um dos seus parceiros.

Tabela 11: INEP — Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular por Parceiro (2021)

Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educacional	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes — Pisa
Estudo Internacional de Progresso em Leitura — PIRLS	
Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS 2023)	

Fonte: COBRADI 2021

3.2.15 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Ele reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) são empresas públicas vinculadas ao MAPA.

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA está presente em fóruns internacionais, que discutem, normatizam e regulamentam o comércio de produtos agropecuários. Entre os principais fóruns estão o Codex alimentarius, Mercosul, OIE, OCDE, Unece, OIV. Adicionalmente, o MAPA, por meio da SDA, atua internacionalmente nos temas relacionados a produtos de origem vegetal, sanidade vegetal e participação do Brasil em feiras e eventos internacionais, além da atuação no comércio internacional.

Em 2021, o MAPA implementou duas iniciativas de cooperação internacional. Na primeira iniciativa junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, em inglês), a Secretaria de Aquicultura e Pesca do MAPA atuou na iniciativa de atuar na gestão sustentável da captura acidental na pesca de arrasto (*trawl fisheries*) na América Latina e Caribe, (Projeto conhecido como REBYC-II LAC, que é realizado também na Colômbia, Costa Rica, Mexico, Suriname e Trinidad y Tobago). Trata-se de Arranjo de Cooperação

Sul-Sul Triangular. Já a segunda iniciativa se refere a contribuições voluntárias para organismos internacionais. Neste caso, a contribuição voluntária foi para atividades econômicas junto à OCDE.

3.2.16 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é um órgão da administração federal direta, com as seguintes áreas de competência: I — políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação; II — planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação; III — política de desenvolvimento de informática e automação; IV — política nacional de biossegurança; V — política espacial; VI — política nuclear; VII — controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e VIII — articulação com governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade e com órgãos do Governo Federal. O MCTI conta também com unidades de pesquisa, entidades vinculadas e organizem ações sociais.

Em 2021, o MCTI conduziu um total de dezoito iniciativas de cooperação internacional, com um gasto total estimado de R\$ 1,78 milhões. As iniciativas conduzidas pelo Ministério se distribuem em três modalidades de cooperação internacional. Treze iniciativas estão associadas às modalidades C e D, sendo que apenas cinco correspondem às contribuições voluntárias às organizações multilaterais (subitem B02b). O gasto combinado nas modalidades C e D alcançou R\$ 1,57 milhões, enquanto R\$ 209 mil foram gastos nas cinco iniciativas classificadas na modalidade B. A Tabela 12 abaixo detalha as contribuições voluntárias do MCTI em 2021.

Tabela 12: MCTI em 2021 na Modalidade B - Contribuições Voluntárias da União a Organismos Internacionais

País/Parceiro	Descrição da Contribuição
Comitê Científica de Pesquisa Oceânica	Contribuição ao Comitê científico de Pesquisa Oceânicas - SCOR
Committee on Space Research	Contribuição para o Comitê sobre Pesquisa Espacial (COSPAR)
International Astronautical Federation	Contribuição à Federação Internacional de Astronáutica (FIA)
California Institute of Technology	Contribuição a Colaboração Científica do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser Ligo
Comitê Científico de Pesquisa	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Na modalidade “C” de cooperação, é importante destacar que uma das iniciativas constitui projeto implementado pelo Instituto Butantan. Contudo, o Instituto optou por se auto classificar como canal de implementação, delegando ao MCTI o papel de instituição responsável. O projeto do Instituto Butantan com custo estimado de R\$ 600 mil favoreceu Moçambique no campo das técnicas de produção de soro antiofídico. O projeto teve três etapas de implementação executada entre os anos de 2005 e 2009. A quarta etapa de construção do serpentário, todavia, foi executada em 2021 com recursos oferecidos pela Empresa Vale.

Na Modalidade “D”, oito iniciativas de cooperação técnica foram concentradas no subitem D012 (custos com diárias e passagens de especialistas), sob os arranjos de Cooperação Sul Triangular e Cooperação Sul-Norte. Apesar de haver maior número de iniciativas de Cooperação Sul-Triangular, as iniciativas de Cooperação Sul-Norte foram as que envolveram maior volume de gastos, alcançando R\$ 180 mil. As quatro iniciativas remanescentes representam parcerias gerais em cooperação técnica do MCTI com a Alemanha, o Fundo Global para o Meio Ambiente, o Fundo de Investimento Climático e a Parceria Global para Inteligência Artificial. O gasto com essas iniciativas alcançou R\$ 790 mil.

3.2.17 Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal responsável pela coordenação dos esforços integrados de defesa, contribuindo para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira. Cabe ao MD o preparo e o emprego conjunto e singular das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, além de sua articulação, incluindo-se com os demais órgãos do Estado. As ações internacionais do Ministério se dão por meio: (i) das atuações em missões de paz; (ii) de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e Defesa; (iii) das cooperações internacionais; (iv) da participação em fóruns internacionais multilaterais; (v) de parcerias e acordos bilaterais.

Em 2021, o Ministério da Defesa conduziu duas grandes iniciativas em termos de cooperação internacional. A primeira delas é a Participação Brasileira na Missão de Paz

do Líbano, UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano). A UNIFIL existe desde 1978 após o estabelecimento das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de restaurar a paz e segurança internacional na região, além de ajudar o Governo libanês a restaurar a sua efetiva autoridade na área. Ao Sul do país, a chamada Linha Azul é o ponto crucial a ser observado para manter a paz que prevaleceu sobre os conflitos nos anos posteriores à resolução da ONU.

O Brasil participada missão de paz desde 2011, com militares brasileiros atuando junto ao estado-maior das brigadas espanholas no Sul do Líbano. Estas forças são responsáveis pelo setor leste do desdobramento terrestre da ONU no país, com a missão de vigiar a cessação das hostilidades e o respeito à Linha Azul, além de apoiar o governo libanês na restauração de sua autoridade na área sul do Líbano.

O Brasil vem apoiando a referida missão com integrantes do Estado-Maior, observadores e policiais militares dos Estados da Federação como *International Police Officer* (IPO). A Participação Brasileira na Missão de Paz do Líbano, relaciona-se basicamente a gastos na modalidade “D” (Cooperação Técnica, subitem D013 - Custos com serviços, materiais, equipamentos, para a manutenção das Forças de Paz), caracterizando-se como um arranjo de cooperação Sul-Sul.

A segunda iniciativa de cooperação internacional do MD é majoritariamente com a Venezuela. Trata-se do acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, com gastos na modalidade “I” (Apoio Refugiados, Solicitantes, Pessoas Protegidas, subitem I02 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de 12 meses), caracterizado com arranjo de cooperação Sul-Sul para ações diversas relacionadas a: diárias de pessoal militar; material de consumo; material, bem ou serviço para distribuição gratuita; passagens e despesas com locomoção; serviços de terceiros - pessoa jurídica; serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoas Jurídicas; obrigações tributárias e contributivas; equipamentos e material permanente.

3.2.18 Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia. Ela é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. A SUSEP é membro do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), responsável por fixar as

diretrizes e normas da política de seguros privados, em conjunto com o Ministério da Economia, do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Em 2021, a atuação da SUSEP em cooperação internacional prestada se deu por meio da cooperação técnica na modalidade cooperação Sul-Sul com Angola. Aquele país foi beneficiário de uma capacitação no âmbito da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos. A Capacitação em questão se constituiu na realização de Sessões de videoconferência nas quais os técnicos da SUSEP explicaram e demonstraram a regulação e supervisão da SUSEP para os técnicos da ARSEG (Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros).

3.2.19 Agência Nacional de Saúde Suplementar

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. A ANS atua na Regulação da Saúde Suplementar (estabelecimentos de políticas e diretrizes gerais, ações de ordem normatizadoras e indutoras que defendam o interesse públicos e garantam a sustentabilidade do mercado de assistência suplementar à saúde), Qualificação da Saúde Suplementar (elaboração de políticas, diretrizes e ações que buscam a qualificação do setor, das operadoras e dos processos) e em atividades de Articulação Institucional.

As atividades de Cooperação Internacional da ANS são recentes. Em 2021, a Agência realizou projeto de cooperação internacional com a Colômbia, denominado “Fortalecimento das capacidades de Saúde na elaboração de indicadores estratégicos e de gestão e fortalecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar do Brasil no controle de gastos em saúde”. Tal projeto teve como objetivo apoiar na elaboração de metodologias para criação de indicadores estratégicos e de gestão, como reforço das ações de inspeção, vigilância e controle dos atores do sistema de saúde colombiano. A ANS, por sua vez, se aprofundou no estudo sobre redução de gasto em saúde do país em questão, ponto no qual a Colômbia se destaca na América Latina. Trata-se de uma iniciativa de cooperação internacional Sul-Sul.

3.2.20 Instituto Butantan

O Instituto Butantan é produtor de vacinas e soros, sendo um dos principais produtor de imunobiológicos no Brasil e no mundo. O Instituto realiza diversas atividades de relevância regional e global. Entre as mais significativas estão: (i) o desenvolvimento de estudos e pesquisa básica nas áreas de biologia e de biomedicina relacionados, direta ou indiretamente, com a saúde pública; (ii) a realização de missões científicas no país e no exterior por meio das Organizações Mundial e Panamericana da Saúde, ONU (Organização das Nações Unidas) e da Unicef (Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas); (iii) a colaboração para a melhoria da saúde global, com outros órgãos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Ministério da Saúde, no Brasil; (iv) implementação de projetos de pesquisas básica e aplicada, tais como estudos sobre animais peçonhentos, agentes patogênicos, inovação e modernização dos processos de produção e controle de imunobiológicos, além de estudos clínicos, terapêuticos e epidemiológicos relacionados a acidentes causados por animais peçonhentos; (v) manutenção de coleções científicas zoológicas e desenvolvimento de atividades educacionais e culturais por meio de quatro museus: Museu Biológico, Museu Histórico, Museu de Microbiologia e o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas; (vi) capacitação de alunos por meio de estágios ao nível de iniciação científica (PIBIC/CNPq), programa de especialização na área da saúde e pós-graduação (mestrado e doutorado); (vii) oferta de cursos de extensão para formação de profissionais que possam ser multiplicadores de informações em saúde pública e cursos de aperfeiçoamento de curta duração, abordando temas como animais peçonhentos, insetos de importância médica, soros e vacinas destinados à comunidade em geral, estudantes, professores, militares, bombeiros, agropecuaristas, entre outros.

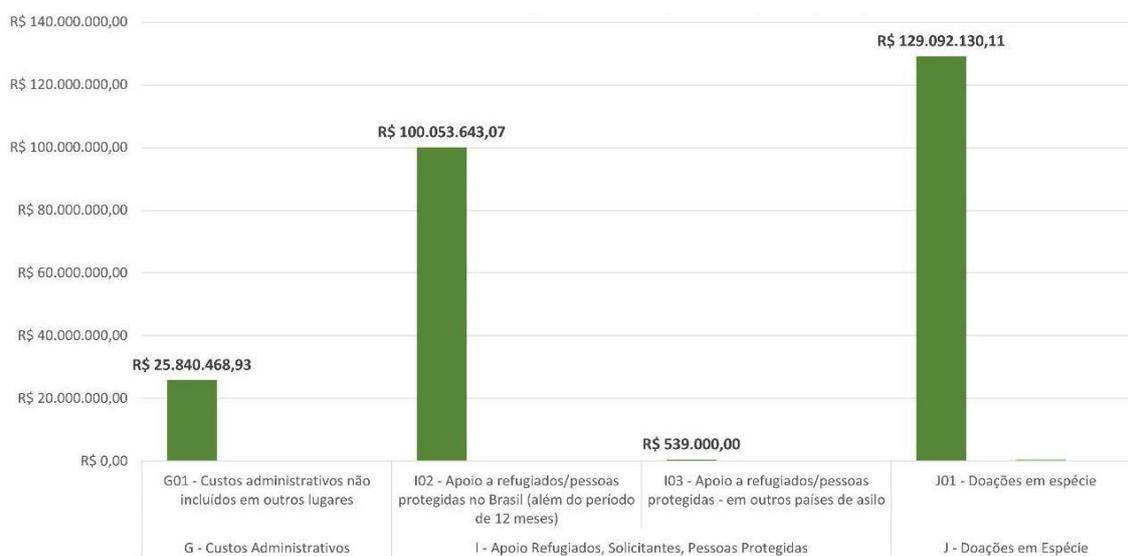
Em 2021, o Instituto Butantan implementou um projeto de cooperação internacional com Moçambique, caracterizando-se como um arranjo de cooperação Sul-Sul. O projeto concentra-se em ações de desenvolvimento de anticorpos específicos para toxinas presentes em venenos de cobras africanas, dividido em quatro etapas. As etapas 1, 2 e 3 foram realizadas entre 2005 e 2009, sendo que apenas a etapa 4 foi implementada em 2021 (construção e implantação de serpentário e planta-piloto para produção local de antivenenos). Os gastos totais com esta quarta etapa alcançaram R\$ 600 mil.

3.3 – Cooperação Humanitária, Missões de Paz e Refugiados (Modalidades G, I e J)

A opção por agrupamento das modalidades I (Apoio a Refugiados, Solicitantes e Pessoas Protegidas) e J (Doações em Espécie) para esta subseção ocorreu naturalmente, uma vez que as atividades relacionadas às doações em espécie estão diretamente ligadas às ações humanitárias. A inclusão das iniciativas ligadas a custos administrativos resulta de conveniência, uma vez que elas não possuem ligação com nenhuma das demais modalidades de cooperação e tampouco possuem relevância para análise se destacadas de algum agrupamento. Em conjunto, as três modalidades representaram pouco mais de 8% do gasto total em 2021. Porcentagem ainda menor representam as iniciativas de cooperação associadas a esse conjunto de modalidades, que representou apenas 3% do total (238 iniciativas).

Embora o gasto geral ou a quantidade de iniciativas não seja tão alto, impressiona o fato que apenas cinco iniciativas concentram mais de 63% do gasto total. No subitem I02 (Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de 12 meses) um projeto do Ministério da Defesa computa mais de R\$ 100 milhões. No subitem J01 (Doações em Espécie), duas doações de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento superaram R\$ 32 milhões, sendo que dois projetos de ajuda humanitária ao Haiti e Equador coordenados pela ABC ultrapassaram o valor combinado de R\$ 30 milhões. As cinco iniciativas ajudam a interpretar as tendências exibidas no Gráfico 52 abaixo.

Gráfico 52: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “G”, “I”, “J” (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Na Tabela 13 a seguir chama atenção o elevado número de horas técnicas computadas no subitem J01 da Modalidade de Doações em espécie. Com efeito, todas as horas técnicas referem-se ao projeto de apoio brasileiro ao Haiti, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação. Neste projeto, houve custeio direto para a atuação de trinta e três profissionais em atividades de assistência humanitária no Haiti, após o terremoto que ocorreu no país em agosto de 2021. Outra tendência é a concentração de diversas atividades no mesmo subitem/modalidade. Conforme será analisado adiante, as iniciativas se referem à internações de estrangeiros de diversas nacionalidades custeadas pelo Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde.

Tabela 13 - Modalidades de Cooperação Internacional, “G - Custos Administrativos”, “I - Apoio a Refugiados, Solicitantes e Pessoas Protegidas”, “J - Doações em Espécie” (2021)

Modalidade e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
G - Custos Administrativos	R\$ 25.840.468,93	8	R\$ 0,00	0
G01 - Custos administrativos não incluídos em outros lugares	R\$ 25.840.468,93	8	R\$ 0,00	0
I - Apoio Refugiados, Solicitantes, Pessoas Protegidas	R\$ 100.592.643,07	2	R\$ 0,00	0
I02 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil (além do período de 12 meses)	R\$ 100.053.643,07	1	R\$ 0,00	0
I03 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas - em outros países de asilo	R\$ 539.000,00	1	R\$ 0,00	0
J - Doações em Espécie	R\$ 129.092.130,11	228	R\$ 619.977,60	5016
J01 - Doações em espécie	R\$ 129.092.130,11	228	R\$ 619.977,60	5016
Total Geral	R\$ 255.525.242,12	238	R\$ 619.977,60	5016

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.3.1 Agência Brasileira de Cooperação (Divisão de Cooperação Humanitária)

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) atua em projetos de Cooperação Humanitária através da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH), conforme as demandas recebidas dos países que solicitam assistência humanitária. Assim, a instituição tem coordenado ações de resposta emergencial de caráter humanitário, por meio de doações de alimentos, medicamentos e outros itens de necessidade para o atendimento a países e populações que se encontrem em situação de desastre socioambiental, de calamidade pública, de conflito armado, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população.

No campo da cooperação humanitária, a CGCH opera em torno de três conjuntos de ações: (i) coordenação de ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade; e (ii) acompanhamento de iniciativas de cooperação em temas humanitários junto aos organismos internacionais, assim, como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais.

A ação humanitaria do CGCH conta com a coparticipação de outros Ministérios do governo brasileiro. O grupo de trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional tem por objetivos a coordenação de ações de cooperação humanitária internacional empreendidas pelo Brasil, a apresentação de iniciativas para ampliar a capacidade e a eficácia das ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil, e também a formulação de propostas de atos normativos para viabilizar ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil.

Além do papel de coordenação intragovernamental em assuntos de cooperação humanitária internacional, a CGCH acompanha iniciativas sobre esta temática junto aos seguintes organismos internacionais dos quais o Brasil é membro: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Programa Mundial de Alimentos (PMA); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA); Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo (UNRWA); Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

É importante salientar que a atuação do Governo Federal em Doações Internacionais de Alimentos é resultado de estreita coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Para que a doação possa ocorrer, o Brasil deve receber a solicitação oficial de país parceiro, via postos diplomáticos brasileiros no exterior, ou por meio das Embaixadas dos outros países no Brasil. Após recebimento da demanda, inicia-se a análise de possibilidade de resposta, que será positiva somente se não colocar em causa o abastecimento nacional de alimentos.

Procedimento similar ocorre em relação às doações de medicamentos e insumos ligados a saúde, que também são realizadas após o envio oficial do pedido pelo país solicitante ao Brasil, pelas vias diplomáticas existentes. Quando o Brasil recebe a demanda, a ABC consulta o Ministério da Saúde (MS) do Brasil sobre a possibilidade de concretização da doação, parcial ou integral, além de alinhar com o país solicitante como se dará o processo de transporte dos itens doados.

Ilustrado pela Figura 5 a seguir, o Brasil atuou em 65 projetos de Cooperação Humanitária, em 36 países. Desse total, em 24 projetos a ABC participou diretamente com contribuições voltadas a Ação Humanitária, recursos para o combate à Covid-19 e transferência de recursos para aquisição de alimentos.

Figura 5: ABC – Gastos Totais com Cooperação Humanitária por País (2021)

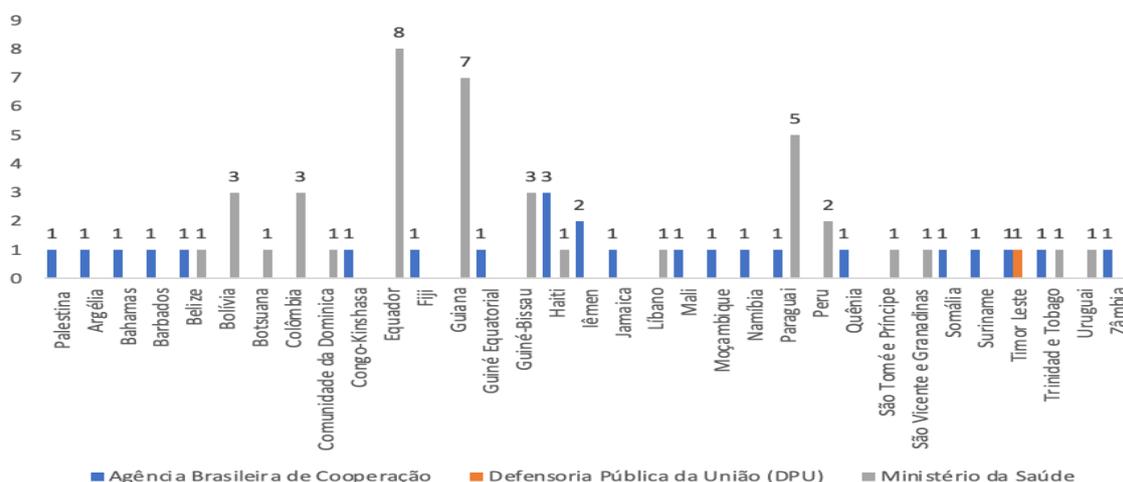


Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Em coparticipação com a Defensoria Pública da União, a CGCH atuou em um projeto voltado ao fortalecimento do setor judiciário no Timor-Leste. Em coparticipação com o Ministério da Saúde, a CGCH atuou em 40 projetos de Cooperação Humanitária,

com doações de medicamentos, equipamentos e testes para detecção de doenças, conforme exibido no Gráfico 53 abaixo.

Gráfico 53: Atuação Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional por país e instituição atuante



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.3.2 Companhia Nacional de Abastecimento

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é uma empresa pública vinculada ao MAPA que gere as políticas agrícolas e de abastecimento, para assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade. A Companhia disponibiliza ao Governo Federal informações técnicas para apoiar na tomada de decisão quanto à elaboração de políticas voltadas à agricultura, por meio de informações detalhadas e atualizadas sobre a produção agropecuária nacional, levantamentos de previsão de safras, custos de produção e armazenagem, posicionamento dos estoques e de indicadores de mercado e estudos técnicos que viabilizam a análise do quadro de oferta e demanda, disponíveis para toda a sociedade.

Ao se analisar as iniciativas da CONAB em Cooperação Internacional em 2021 com o Líbano e Moçambique, pode-se dizer que a sua atuação seja principalmente na modalidade “J” (Doações em espécie). Ambas as iniciativas podem ser classificadas como Arranjos de Cooperação Sul-Sul.

No caso de Moçambique, a iniciativa contou com recursos financeiros da ABC para custear o envio de arroz via Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). A iniciativa caracteriza-se como uma doação brasileira de caráter humanitário,

com vistas a promover a segurança alimentar e nutricional após a passagem dos ciclones Ildai e Kenneth, situação ainda agravada com o avanço da pandemia do novo coronavírus naquele ano.

No caso do Líbano, a iniciativa também contou com recursos financeiros da ABC para custear o envio de arroz, com o transporte contratado junto ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). A iniciativa também se caracterizou como um doação brasileira de caráter humanitário, com o intuito de contribuir para a segurança alimentar e nutricional do país. A contribuição foi particularmente importante após a explosão no porto da capital libanesa em agosto de 2020, situação que agravou os problemas de insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19.

3.3.3 Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal responsável pela coordenação dos esforços integrados de defesa, contribuindo para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira. As ações internacionais do Ministério se dão por meio das atuações em missões de paz; de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e Defesa; das cooperações Internacionais; da participação em fóruns internacionais multilaterais; e de parcerias e acordos bilaterais.

Em 2021, o Ministério da Defesa implementou uma iniciativa na modalidade de cooperação humanitária internacional, majoritariamente junto a nacionais da Venezuela. Trata-se de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, com gastos na modalidade “I” (Apoio a Refugiados, Solicitantes, Pessoas Protegidas, subitem I02 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de 12 meses), caracterizado com arranjo de cooperação Sul-Sul para ações diversas referentes a: diárias de pessoal militar; material de consumo; material, bem ou serviço para distribuição gratuita; passagens e despesas com locomoção; serviços de terceiros - pessoa jurídica; serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica; obrigações tributárias e contributivas; equipamentos e material permanente. Os gastos globais do Ministério com as atividades ligadas a este projeto alcançaram mais de R\$ 100 milhões em 2021.

3.3.4 Ministério da Saúde

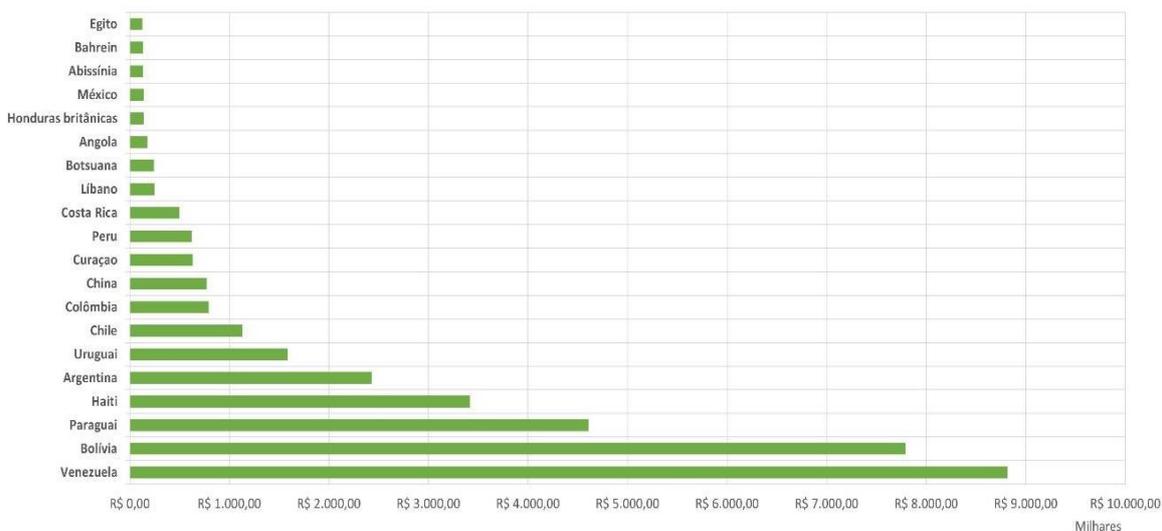
O Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. A função do Ministério é garantir a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde. A missão do ministério é a de formular e implementar políticas públicas de saúde, com base na universalidade, integralidade e equidade.

O Ministério da Saúde atua em Cooperação Internacional predominantemente em Cooperação Sul-Sul, em parceria com a ABC, e por meio de suas instituições vinculadas, como a ANVISA e a FIOCRUZ. O MS atua nos países da América Latina e Caribe, Países Africanos de Língua Portuguesa e Timor Leste¹⁰. As informações sobre cooperação internacional no âmbito da Saúde se apresentam de forma mais detalhada na subseção 1.1 deste relatório, uma vez que grande parte dos gastos do MS na Pesquisa COBRADI 2021 estão relacionados a internações de estrangeiros custeadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), via Fundo Nacional de Saúde.

No geral, estimou-se na subseção 1.1 deste relatório que o Ministério da Saúde tenha gastado um valor próximo a R\$ 37 milhões com internações de estrangeiros oriundos de países em desenvolvimento. Deste total, 93% do gasto estimado está concentrado apenas em vinte países, sendo que apenas os nacionais da Venezuela representaram quase 24% do total de internações custeadas pelo SUS em 2021. Igualmente importante salientar que certamente as previsões de gastos apresentadas estão subestimadas, pela ausência dos dados sobre atendimentos a estrangeiros constantes nas bases do Sistema de Informações Ambulatoriais do Ministério da Saúde.

¹⁰ <https://www.scielo.br/jj/csc/a/xH9n53c93tY5zn589SZvSXJ/?lang=pt>

Gráfico 54: Ministério da Saúde — Gastos com Internações Hospitalares para Estrangeiros de Países em Desenvolvimento custeadas pelo SUS (2021)

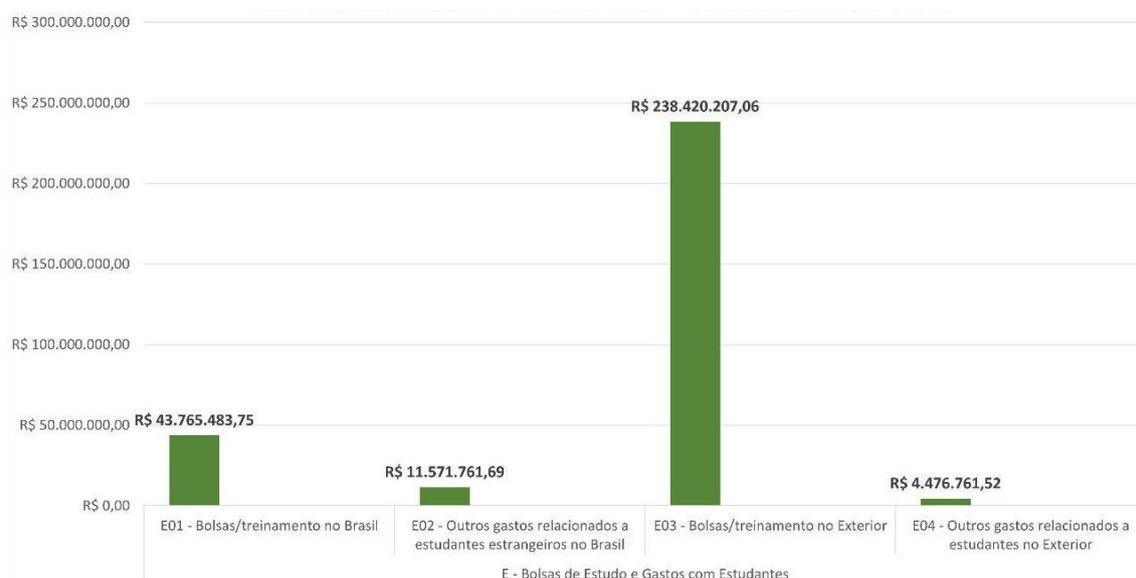


Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.4 – Cooperação Educacional (Modalidade E)

As tendências de gastos e iniciativas de cooperação educacional brasileiras exibidas no Gráfico 55 a seguir foram essencialmente determinadas pela atuação internacional de quatro instituições. Primeiramente, o Ministério da Educação contribuiu com a isenção de matrículas para 1.601 estudantes do Programa PEC-G, no valor total de quase R\$ 40 milhões, fator que ajuda a explicar grande parte do valor do subitem E01. A seguir, o valor combinado do investimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) ajuda a explicar a totalidade dos gastos do subitem E02. Por fim, os gastos combinados e CAPES, FAPESP e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) representam igualmente a totalidade dos gastos no subitem E03.

Gráfico 55: Detalhamento de Gastos nas Modalidades “E – Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes” (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Observando a Tabela 14 abaixo, percebe-se que o subitem E04 possui trinta iniciativas a ele associadas. Deste total vinte e nove são parcerias para mobilidade acadêmica e pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), para as quais não a universidade declarou ainda não ser possível estimar os gastos associados. Logo, quase R\$ 4,5 milhões de reais referem-se às atividades de ensino de línguas para estrangeiros no exterior coordenadas pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE). O MRE estima que mais de 27 mil alunos tenham sido beneficiados pelas ações de ensino da língua e cultura portuguesa em vinte e quatro países.

Tabela 14: Modalidades de Cooperação Internacional “E — Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes” (2021)

Modalidade e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
E - Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes	R\$ 298.234.214,02	6421	R\$ 0,00	0
E01 - Bolsas/treinamento no Brasil	R\$ 43.765.483,75	1922	R\$ 0,00	0
E02 - Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	R\$ 11.571.761,69	427	R\$ 0,00	0
E03 - Bolsas/treinamento no Exterior	R\$ 238.420.207,06	4042	R\$ 0,00	0

E04 - Outros gastos relacionados a estudantes no Exterior	R\$ 4.476.761,52	30	R\$ 0,00	0
Total Geral	R\$ 298.234.214,02	6421	R\$ 0,00	0

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.4.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi fundado em 1951, em virtude da necessidade de estabelecer uma estrutura central de fomento à pesquisa. Ao longo dos anos, a atuação do órgão se tornou essencial para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e dos pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. Ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o CNPq tem como missão a formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão de suas políticas públicas voltadas a Ciência, Tecnologia e Inovação. Por esse motivo, é delegada ao Conselho a responsabilidade de promover a pesquisa científica e tecnológica, bem como a formação de pessoas que irão atuar no campo da pesquisa.

No âmbito da Cooperação Internacional, a atuação do CNPq fica a cargo da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional. A cooperação do CNPq é empreendida por meio do apoio à mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas, a capacitação em alto nível de pesquisadores, além da participação em organismos internacionais. Diante disso, a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional promovida pelo CNPq atua em duas frentes; (i) na formação e capacitação de brasileiros no exterior; (ii) na formação de estrangeiros no Brasil.

No primeiro caso, a concessão de bolsas para brasileiros no exterior ocorre, em sua maioria, no âmbito da Cooperação Norte-Sul. Atualmente, essas bolsas se aplicam exclusivamente aos convênios DAAD (Alemanha), CESMAT (França), IAS (França) e o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Outras oportunidades foram concedidas por meio de chamadas no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras e pelo calendário do CNPq. Já no segundo caso, as oportunidades oferecidas pela Coordenação-Geral de Cooperação Internacional para estrangeiros, em sua maioria, ocorrem no âmbito da Cooperação Sul-Sul e abrangem bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. As duas primeiras modalidades de bolsas são incumbidas ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e o Convênio com a *The World Academy of Sciences (TWAS)*.

Também existem acordos de Cooperação Internacional onde o CNPq atua com outras agências de cooperação. Esses acordos vão desde a participação em comissões mistas, acompanhamento de delegações estrangeiras, missões exploratórias, até o assessoramento à Presidência do CNPq e ao MCTI em questões relativas à cooperação internacional. Em 2021, o CNPq foi responsável pelo total de 184 bolsas diversas, conforme detalhamento apresentado na Tabela 15 a seguir.

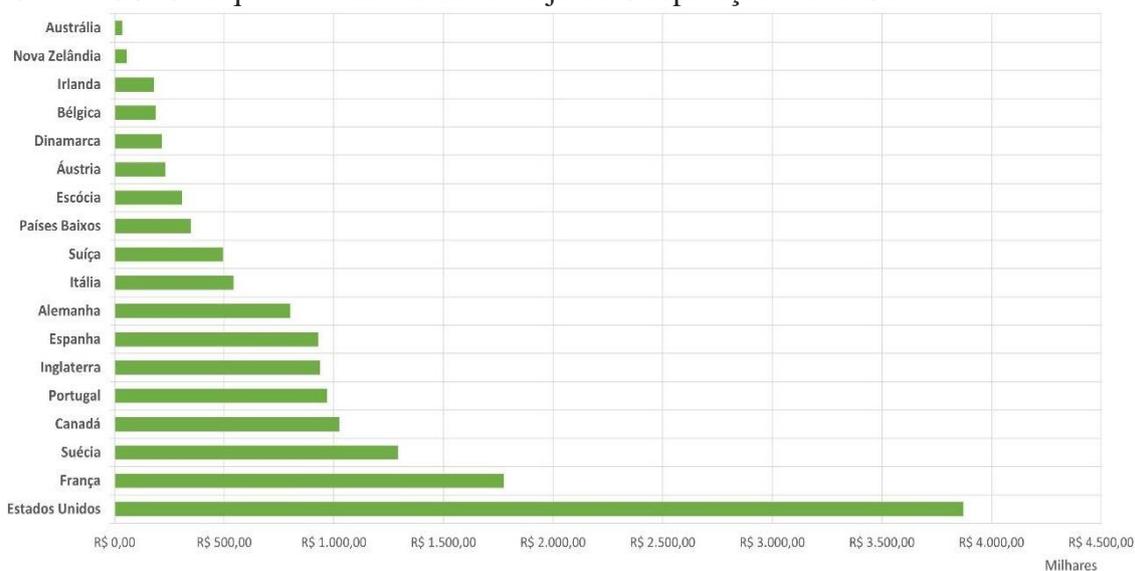
Tabela 15: CNPq – Iniciativas por Arranjos de Cooperação Internacional

Arranjo de Cooperação	Número de Iniciativas Totais	Doutorado	Mestrado	Graduação	Ensino Médio e Técnico
Cooperação Sul-Norte	172	145	20	7	-
Cooperação Sul-Sul	12	5	1	2	4

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A atuação do CNPq no âmbito Cooperação Sul-Norte corresponde a 94% dos projetos em 2021. Do total, 84% das iniciativas foram direcionadas a Programas de Doutorado completo e/ou bolsas de pesquisa para brasileiros matriculados em um curso de pós-graduação *stricto sensu* em universidades estrangeiras. O apoio a pesquisadores e estudantes brasileiros alcança dezoito países desenvolvidos. Em sua maioria, os apoios são para bolsas e programas de doutorado, representando 145 entre as 172 iniciativas implementadas em 2021. Entre os países parceiros, os Estados Unidos despontam como o maior volume de gastos, conforme a Gráfico 56 abaixo.

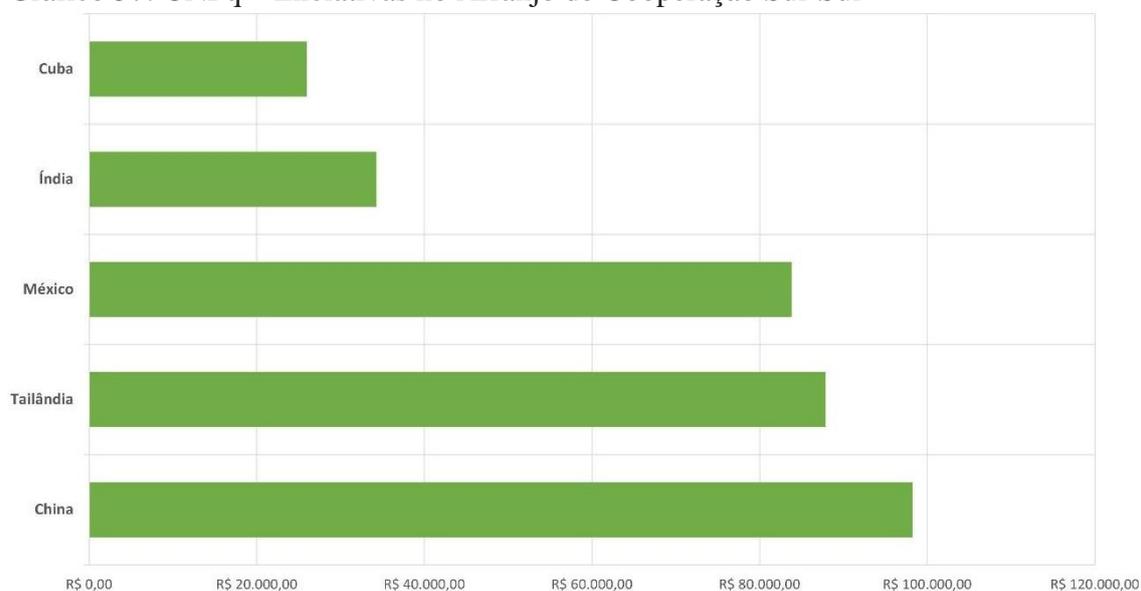
Gráfico 56: CNPq — Iniciativas no Arranjo de Cooperação Norte-Sul



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

De acordo com a Tabela 15, a atuação do CNPq no âmbito Cooperação Sul-Sul corresponde a 6% das iniciativas de 2021, ou o equivalente a doze iniciativas. Destes, 42% dos projetos são direcionados para Programas de Doutorado completo e/ou bolsas de pesquisa para brasileiros matriculados em um curso de pós-graduação *stricto sensu* em universidades estrangeiras. Destaca-se na Cooperação Sul-Sul projetos que abarcam Ensino Médio e Técnico, correspondendo 33% das parcerias. Em termos de recursos, a China foi o principal parceiro em 2021. No caso de número de iniciativas, a Índia desponta como o principal parceiro, com oito entre as doze iniciativas.

Gráfico 57: CNPq – Iniciativas no Arranjo de Cooperação Sul-Sul



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

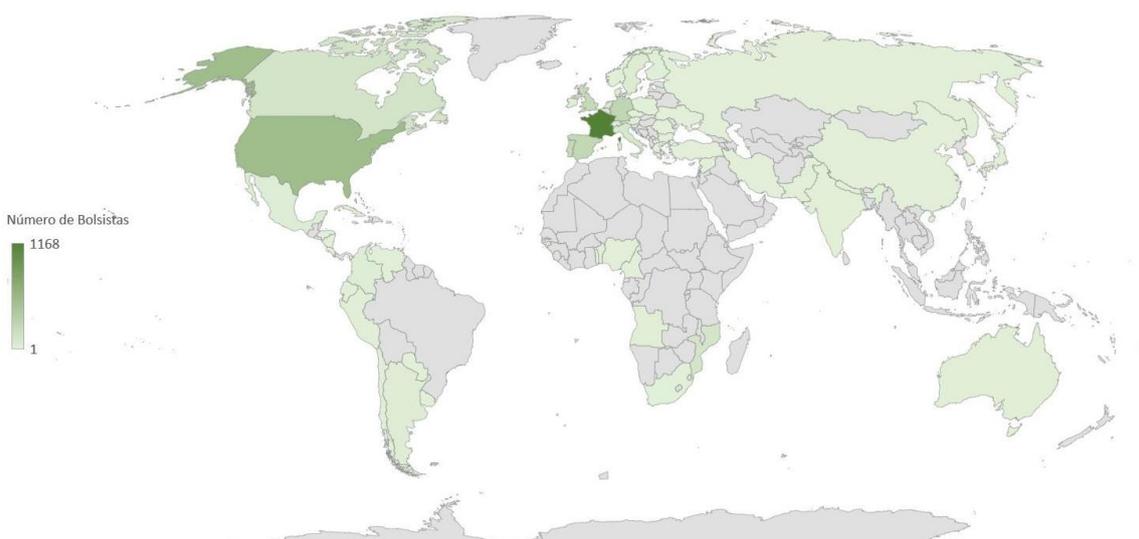
3.4.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma instituição ligada ao Ministério da Educação (MEC), e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. As atividades da CAPES podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: (i) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; (ii) acesso e divulgação da produção científica; (iii) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; (iv) promoção da cooperação científica internacional; (v) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A CAPES tem sido peça fundamental na articulação e consolidação do sistema nacional de pós-graduação, com ações que fortalecem tanto a internacionalização do ensino superior brasileiro quanto a qualidade dos programas de pós-graduação nacionais. As duas principais frentes de atuação da CAPES na Cooperação Internacional com investimentos são formação de brasileiros no exterior e o fortalecimento de programas voltados a estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros, nas universidades de Ensino Superior do Brasil.

A atuação internacional da CAPES é caracterizada por projetos de Cooperação para formação no âmbito Norte-Sul e Sul-Sul. Representando o maior número de iniciativas únicas da Pesquisa COBRADI 2021, a CAPES patrocinou um total de 3.570 iniciativas de cooperação internacional educacional, alcançando 62 países em desenvolvimento e desenvolvidos. Pela natureza da missão institucional da CAPES, é importante ressaltar que a materialização da cooperação da Coordenação se dá essencialmente pela concessão de apoios financeiros diversos para estudantes, pesquisadores e professores, particularmente no campo da mobilidade estudantil e acadêmica nacional e internacional. Os dados da Figura 6 a seguir e desta seção consideram apenas os gastos da CAPES com mobilidade internacional, excluindo os apoios implementados para brasileiros no Brasil.

Figura 6: CAPES – Países Parceiros por Número de Iniciativas de Cooperação (2021)

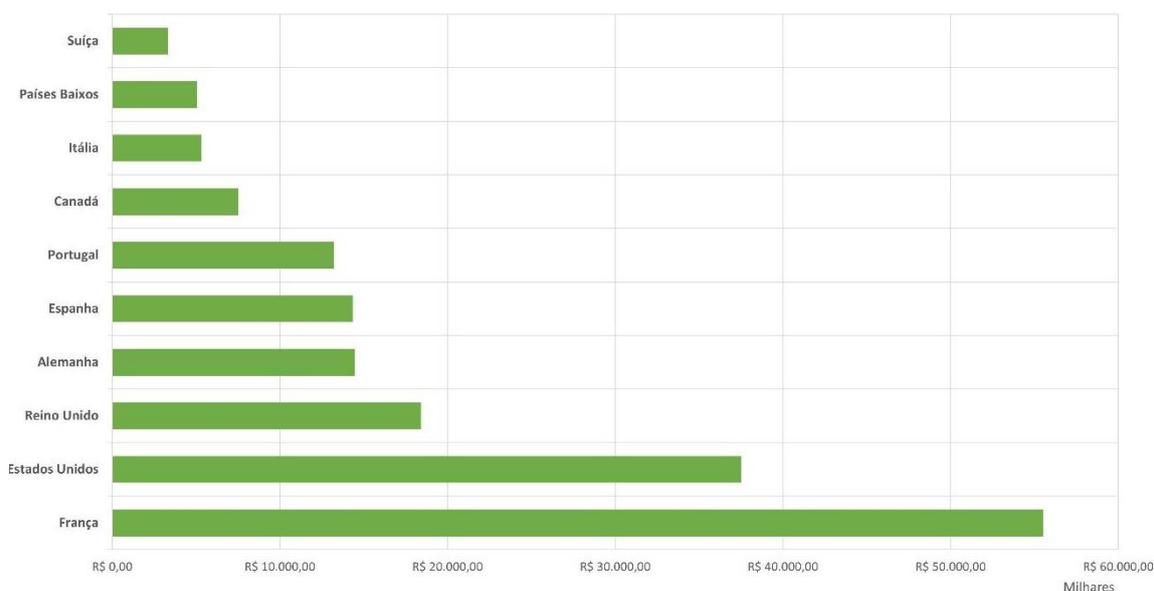


Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No âmbito da Cooperação Sul-Norte, a instituição atuou 3.259 iniciativas, caracterizados em sua maioria pela formação de brasileiros no exterior. O número de

bolsas concedidas nas modalidades E03 (bolsas pagas no exterior a brasileiros) representa mais de 94% do total de bolsas pagas pela CAPES em 2021. Entretanto, é importante notar que neste subitem há bolsas pagas para brasileiros tanto em países desenvolvidos (98,5% do total do subitem) quanto em países em desenvolvimento (1,5% do total do subitem). O Gráfico 58 a seguir ilustra os gastos da CAPES com os dez principais parceiros na cooperação Sul-Norte, por país.

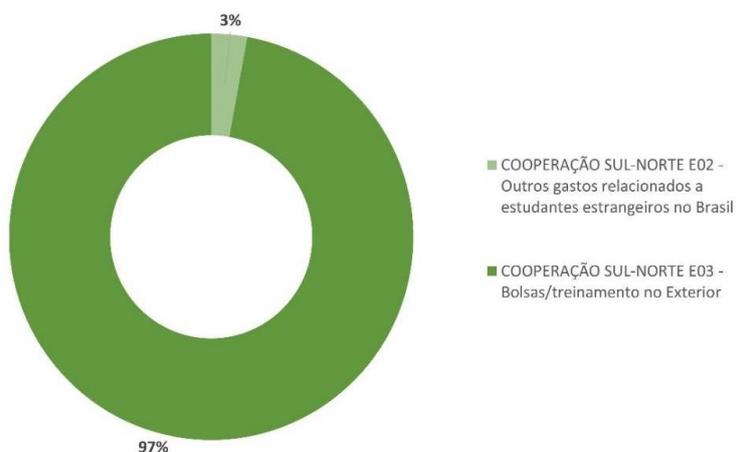
Gráfico 58: CAPES — Gastos com Inciatiivas de Cooperação Sul-Norte por País – Top 10 (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Em termos absolutos, o gasto da CAPES com cooperação Sul-Norte em 2021 ultrapassou R\$ 189 milhões, sendo R\$ 184 milhões no subitem E03 e R\$ 5 milhões no subitem E02 (bolsas pagas a estrangeiros no Brasil). O subitem E02 no arranjo Sul-Norte indica o apoio da CAPES para a mobilidade de professores visitantes, pesquisadores de pós-doutorado e jovens pesquisadores de países desenvolvidos para o Brasil. O Gráfico 59 a seguir ilustra os gastos da CAPES com a cooperação Sul-Norte.

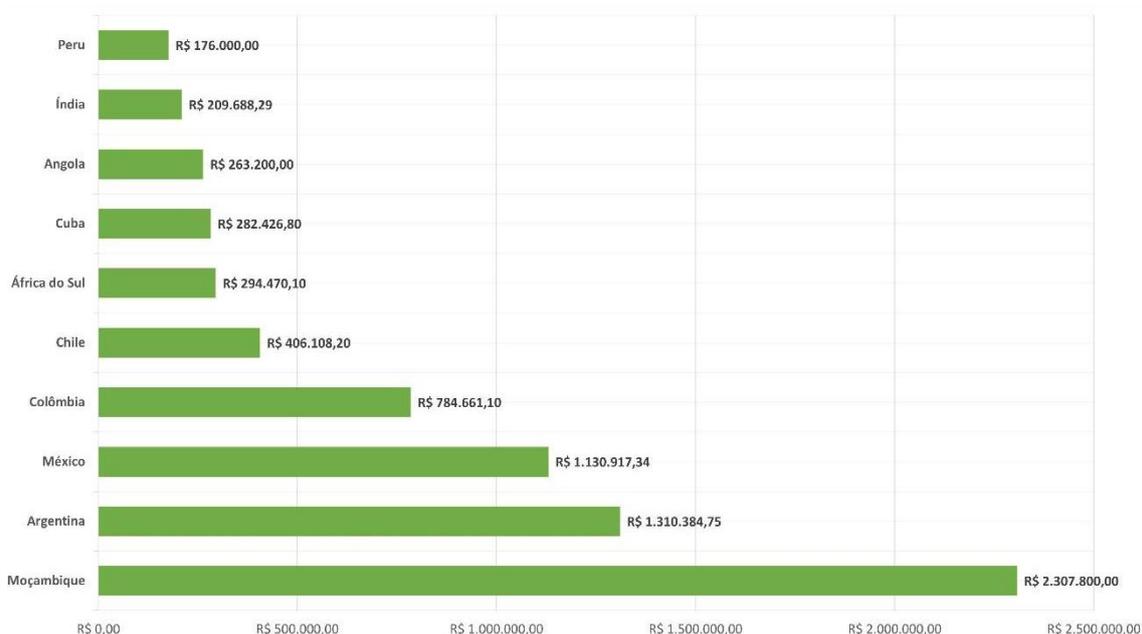
Gráfico 59: CAPES - Gastos em Cooperação Sul-Norte por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No arranjo de Cooperação Sul-Sul, a CAPES forneceu apoio financeiro a 311 pesquisadores e estudantes em 2021. Apenas Moçambique, Argentina e México concentraram 56% do total de gastos nesta modalidade de cooperação em 2021, alcançando um valor absoluto de mais de R\$ 4,4 milhões. No total, a CAPES ofereceu apoio à mobilidade junto a trinta e dois países em desenvolvimento em 2021. As modalidades de doutorado e doutorado-sanduiche foram as mais prevalentes e representaram mais de 77% do total de apoios concedidos em 2021. O Gráfico abaixo apresenta os dez principais países em que concentram os maiores gastos da CAPES.

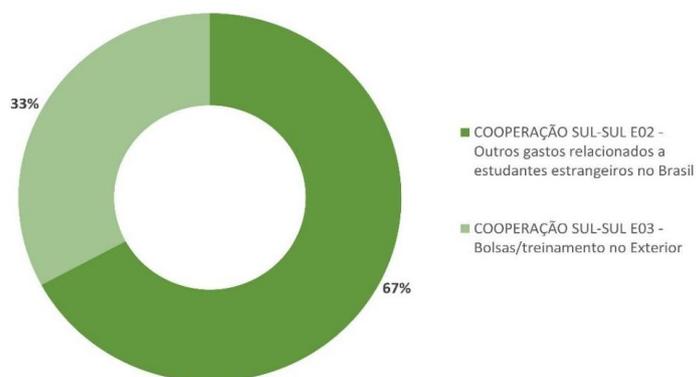
Gráfico 60: CAPES – Gastos com Inciativas de Cooperação Sul-Sul por País - Top 10 (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Neste caso, o subitem E02 (bolsas pagas a estrangeiros no Brasil) contém 249 auxílios a estrangeiros de países em desenvolvimento que estudaram em IES brasileiras em 2021. Já o subitem E03 (bolsas pagas no exterior à brasileiros) representa auxílios diversos pagos à brasileiros em países em desenvolvimento, sendo o apoio a programas de doutorado e professor visitante os mais frequentes em 2021. O Gráfico 61 a seguir ilustra a proporção de entre os dois subitens.

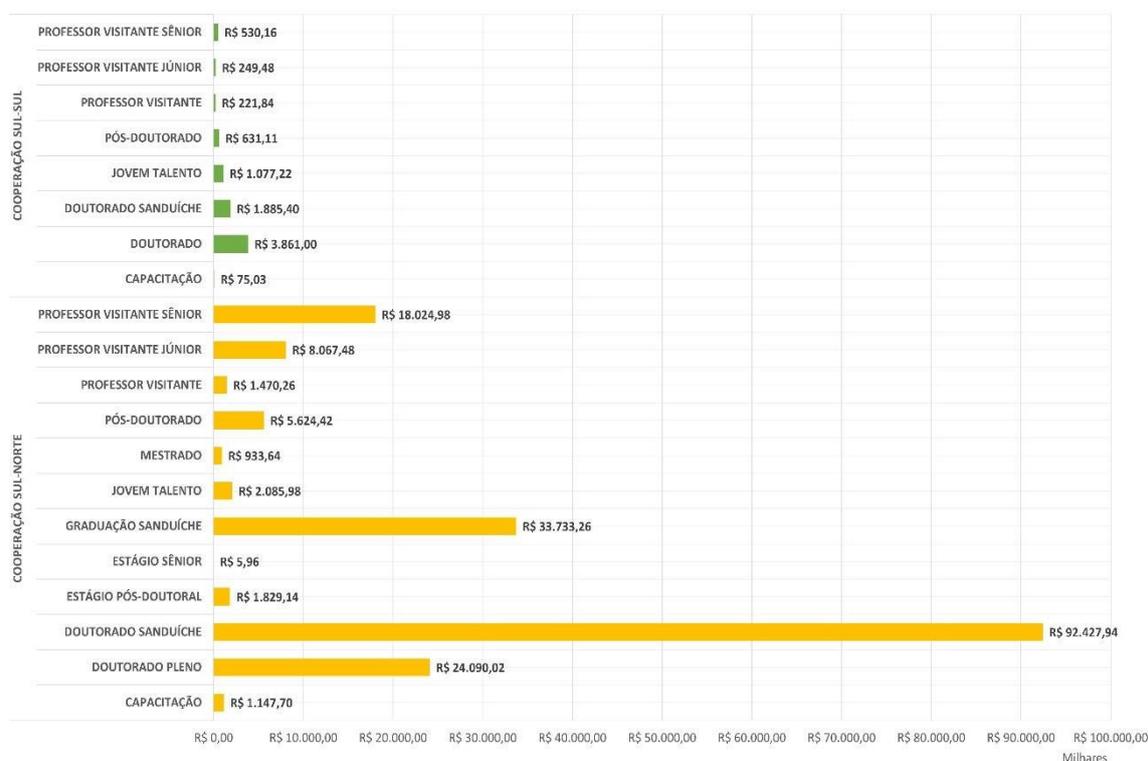
Gráfico 61: CAPES — Gastos em Cooperação Sul-Sul por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Essencialmente caracterizados como Bolsas e Auxílios Internacionais, as iniciativas da CAPES compreendem treze categorias. As bolsas para Doutorado Sanduíche para países desenvolvidos representam cerca de 47% dos projetos patrocinados pela Instituição em 2021. A Graduação Sanduíche para países desenvolvidos também representou percentual relevante do total gastos, alcançando mais de 17% do total. No caso das bolsas e auxílios concedidos para países em desenvolvimento, o tipo de auxílio mais relevante em termos de gastos em 2021 foi o de doutorado, representando 1,95% do total gasto pela CAPES em 2021. O Gráfico 62 abaixo apresenta a distribuição dos gastos da CAPES em 2021 por tipo de auxílio e arranjo de cooperação internacional.

Gráfico 62: CAPES – Características das Bolsas e Auxílios Concedidos por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021.

3.4.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é uma instituição pública do Estado de São Paulo, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A fundação é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, caracterizando-se como uma das principais Fundações de Amparo

à Pesquisa (FAP) entre os Estados da Federação Brasileira. Como será discutido no quarto capítulo deste relatório, o número de artigos em 2021 que creditam a FAPESP como instituição de apoio é menor apenas que aqueles creditados à CAPES e CNPq.

A FAPESP apoia a pesquisa científica e tecnológica por meio de Bolsas e Auxílios à Pesquisa que contemplam todas as áreas do conhecimento. As Bolsas se destinam a estudantes de graduação e pós-graduação, e os auxílios, a pesquisadores com titulação mínima de doutor, vinculados a instituições de ensino superior e de pesquisa do Estado de São Paulo. O ano de 2021 representa efetivamente a primeira contribuição da FAPESP na história da Pesquisa COBRADI. As análises das edições anteriores se concentraram essencialmente nos dados de CAPES e CNPq.

No campo da Cooperação Educacional, os dados fornecidos pela FAPESP revelam um conjunto de 1.355 bolsas e auxílios em 2021. Deste total, cerca de 46% representam bolsas no exterior para pesquisadores brasileiros, seguido de 0,51% bolsas e auxílios para estrangeiros no Brasil, em sua maioria professores visitantes. Quase 54% dos recursos despendidos pela FAPESP em 2021 se referem a atividades de apoio à pesquisa, divididos entre apoio geral (K01) e bolsas à pesquisadores. As características das iniciativas da FAPESP na modalidade K (Pesquisa e Desenvolvimento) serão tratadas na próxima subseção deste capítulo. O Gráfico 63 a seguir apresenta as características gerais dos gastos da FAPESP em 2021.

Gráfico 63: FAPESP — Iniciativas por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Observando os auxílios e bolsas implementados pela FAPESP em 2021, constata-se que houve predominância quase absoluta do arranjo de cooperação Sul-Norte (98,74%) em relação às iniciativas de cooperação Sul-Sul (1,26%). No âmbito da cooperação Sul-Norte, o subitem E03 (bolsas pagas no exterior à brasileiros) representou 97,64% do total gasto pela FAPESP. No tocante à cooperação Sul-Sul, as principais atividades foram relacionadas a concessão de bolsas a brasileiros em países em desenvolvimento (E03). O Gráfico 64 a seguir ilustra o detalhamento dos gastos por arranjo e subitem de cooperação internacional da FAPESP em 2021.

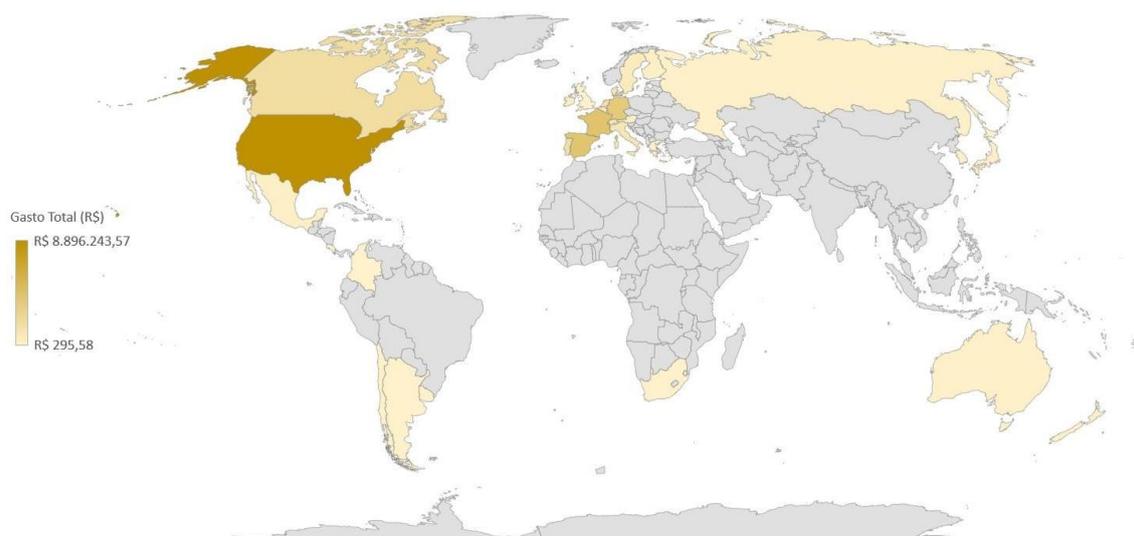
Gráfico 64: FAPESP — Iniciativas por Arranjo e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Analisando os principais países relacionados às atividades de mobilidade e apoios à pesquisa da FAPESP em 2021, o gasto total de R\$ 37,5 milhões foi altamente concentrado em apenas quatro países. Os Estados Unidos figuram no topo da lista com quase um quarto dos gastos, sendo o principal parceiro financiado pela FAPESP em 2021. Em segundo, terceiro e quarto lugares estão Inglaterra, França e Espanha concentrando aproximadamente 11% dos gastos cada. A combinação dos gastos nos quatro países representou um total de R\$ 21,3 milhões, ou 57% do total de gastos da FAPESP no ano em análise. A Figura 7 a seguir fornece uma representação visual dos trinta e quatro países com os quais a FAPESP apoiou iniciativas em 2021.

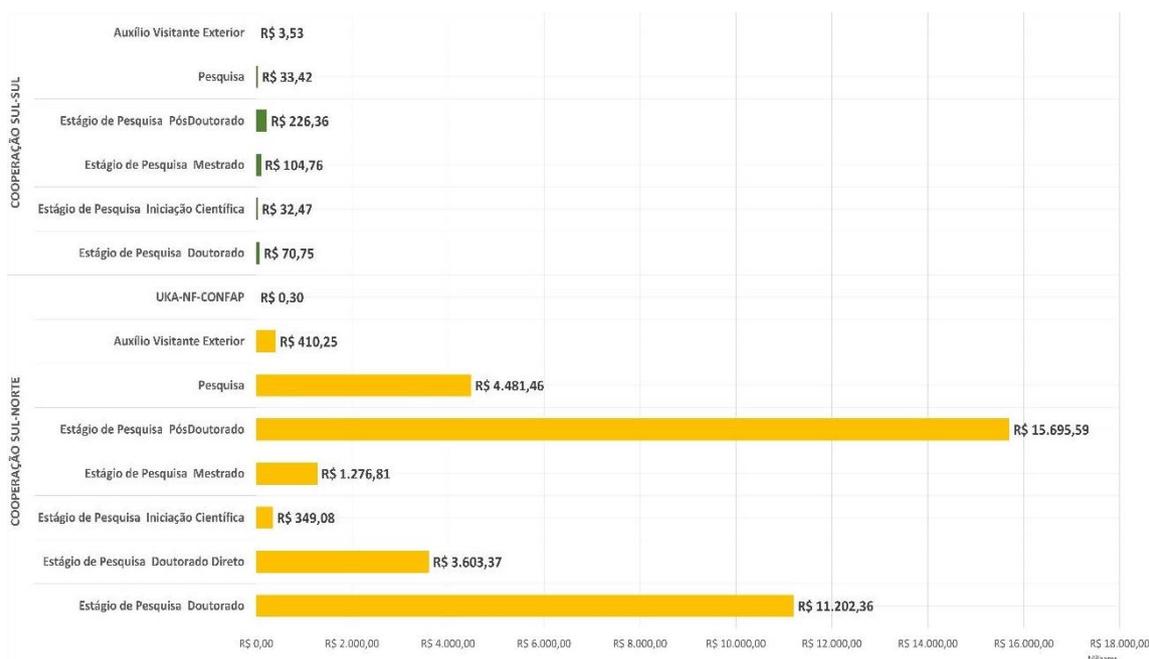
Figura 7: FAPESP – Gastos Totais por País (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Por fim, é importante discutir os auxílios e bolsas implementados pela FAPESP em 2021 em um nível maior de detalhamento. Como já comentado, a maior fatia do gasto foi concentrada em atividades de cooperação Sul-Norte. As atividades mais representativas dos gastos na modalidade Sul-Norte foram o apoio a estágios de pesquisa de doutorado (29,88%) e pós-doutorado (41,85%). Combinados, os dois apoios à estudantes de doutorado e pós-doutorado representaram 71,7% do gasto total da FAPESP em 2021. A cooperação Sul-Sul representou apenas 1,26% do total de gastos em 2021, sendo o apoio à estágios pós-doutorais em países de desenvolvimento a mais relevante em 2021. O Gráfico 65 a seguir apresenta com detalhe os tipos de auxílio implementados pela FAPESP em 2021 por arranjo de cooperação internacional.

Gráfico 65: FAPESP – Tipos de Auxílio e Bolsas por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.4.4 Ministério da Educação

O Ministério da Educação, MEC, é uma instituição da administração federal direta, que tem a política nacional de educação como sua área de competência. A política educacional brasileira é ampla e compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, a educação especial e a educação a distância. Cabe também ao MEC a avaliação, a produção de informação e pesquisa educacionais, a pesquisa e a extensão universitárias, o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

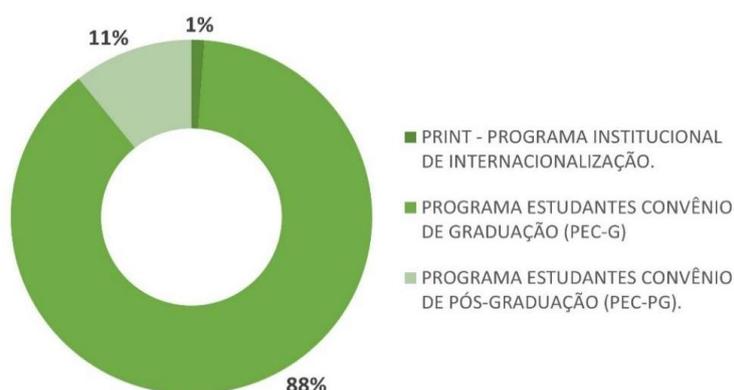
Como um programa especializado relacionado à educação superior, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi desenvolvido pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior. O PEC-G consiste em um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional com países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes, sendo caracterizado pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e o seu retorno ao país de origem ao final do curso. As vagas nos

curso de graduação são totalmente gratuitas, não havendo qualquer restrição quanto à natureza das Instituições de Educação Superior brasileiras para participar do programa.

O Capítulo 1 em sua subseção 1.2 trata com detalhes as informações relacionadas ao PEC-G e nacionalidades dos estrangeiros bolsistas estudando no Brasil. Para o ano de 2021, como já comentado naquela subseção, foram selecionados 171 novos estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento. Considerando os estudantes que se graduaram até final de 2021, a estimativa total de matrículas de graduação do PEC-G em IES brasileiras alcançou 1.601 estudantes em 2021.

No geral, todos os valores aportados pelo Ministério da Educação (MEC) se referem à isenção de taxas de matrícula e permanência dos estudantes do Programa Estudante Convênio - Graduação (PEC-G), do Programa Estudante Convênio - Pós-Graduação (PEC-PG) e do Programa PRINT. O órgão responsável diretamente pelo PEC-G é o MEC, sendo as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras os canais de implementação. Além do Programa Milton Santos (PROMISAES), que também é gerenciado pelo MEC, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE) concede Bolsas-Mérito aos estudantes do PEC-G. A Pesquisa COBRADI 2021 não recebeu os valores e números por parte do MEC no que diz respeito aos gastos com o PROMISAES. As Bolsas-Mérito são discutidas neste capítulo, na seção referente ao MRE. No caso do PEC-PG e PRINT, a CAPES é responsável pelo custeio das bolsas e auxílios, sendo as IES responsáveis pela implementação das vagas. O Gráfico 66 a seguir ilustra os percentuais de gastos com isenção de matrícula para os estudantes vinculados aos três programas mencionados.

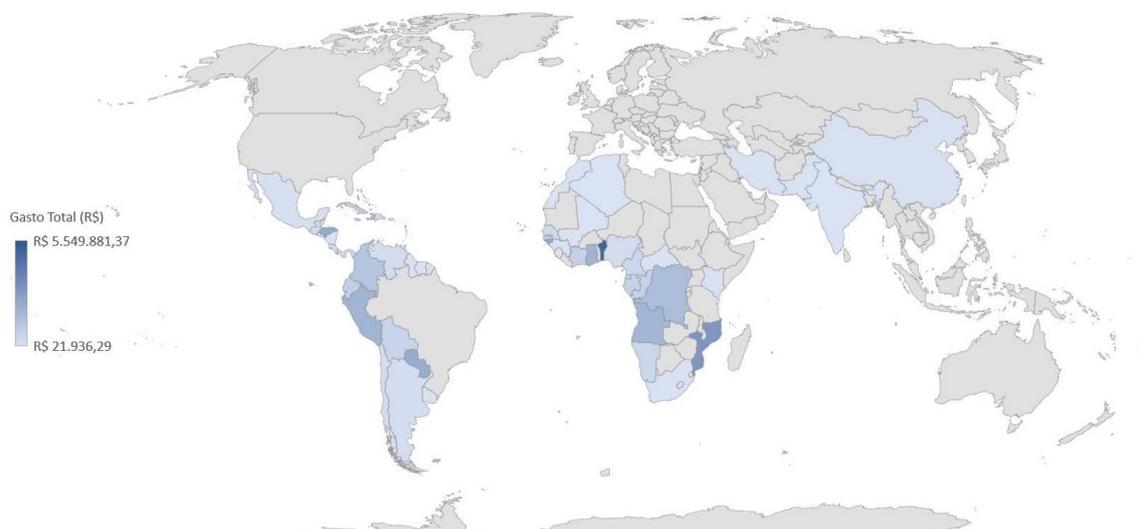
Gráfico 66: MEC – Distribuição dos Gastos com Isenção de Matrícula em IES Brasileiras (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Em 2021, o conjunto de estudantes participantes dos três programas representou um gasto de quase R\$ 40 milhões em termos de isenções de matrículas. Além dos 1.601 estudantes do PEC-G, também foram beneficiados 195 estudantes do PEC-PG e 21 ligados ao Programa PRINT, representando um total de 1.817 estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento. Em termos de nacionalidade, o Brasil contribuiu com a formação em nível superior de nacionais de cinquenta e quatro países em desenvolvimento. A Figura 8 a seguir apresenta em maior detalhe os países de origem dos estudantes que foram beneficiados pela isenção de matrícula oferecida pelo sistema de ensino superior do Brasil em 2021.

Figura 8: MEC – Países de Origem dos Estudantes Estrangeiros no Brasil (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.4.5 Ministério de Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores, MRE, é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral. O MRE assessoria o presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com estados e organismos internacionais.

A cooperação internacional do MRE é dividida em cinco áreas. Conforme comentado e analisado nas seções anteriores, à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) compete os temas de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País, sob os

formatos bilateral, trilateral e multilateral. Já no tema da cooperação esportiva, a Coordenação-Geral de Turismo e Esporte é a responsável. O Brasil assinou memorandos de cooperação esportiva com mais de setenta países, e o tema é cada vez mais presente no âmbito multilateral.

No campo da cooperação educacional, a atribuição do MRE é nas ações de cooperação educacional, por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCLP), responsável pela difusão da língua portuguesa falada no Brasil, e pela coordenação da gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, MERCOSUL, UNASUL, OEA, CELAC e OEI. A atuação se dá na divulgação de oportunidades de emprego e bolsas de estudos oferecidas a brasileiros; tratamento de questões gerais relacionadas à cooperação educacional oferecida pelo Brasil; coordenação, em conjunto com o MEC, do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G); coordenação, em conjunto com o MEC e com o MCTI, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG); tratamento de assuntos relativos à cooperação educacional recebida pelo Brasil de outros países, agências estrangeiras ou organizações internacionais; participação da negociação de acordos e programas sobre cooperação educacional no plano internacional.

Em 2021, a Divisão de Temas Educacionais do MRE coordenou a concessão de 2.226 bolsas de mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil, como pode ser observado na Tabela 16 abaixo. Todas as bolsas concedidas foram destinadas à nacionais de países em desenvolvimento.

Tabela 16: Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros, por país

Região	Países	Projeto	Número de bolsas
África	África do Sul	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
	Angola		50
	Argélia		6
	Benim		288
	Cabo Verde		626
	Camarões		18
	Costa do Marfim		18
	Gabão		60
	Gana		144
	Guiné-Bissau		162
	Guiné Equatorial		42
	Mali		6
	Marrocos		6
	Namíbia		12
Nigéria	12		
Congo-Kinshasa	98		

	Senegal		24
	São Tomé e Príncipe		48
	Togo		6
América Latina e Caribe	Barbados	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	12
	Bolívia		30
	Chile		6
	Colômbia		60
	Cuba		40
	El Salvador		12
	Equador		8
	Guatemala		12
	Guiana		6
	Haiti		48
	Honduras		90
Jamaica	72		
Paraguai	72		
Peru	90		
Venezuela	18		
Oriente Médio	Irã	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
Ásia Central e Ásia - Pacífico	Paquistão	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
	Timor Leste		6

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Outra iniciativa importante no campo da educação e cultura também foi realizada pela Divisão de Temas Educacionais do MRE. A iniciativa consistiu na oferta de Cursos de Português para estrangeiros, totalizando 182 cursos de português ministrados, 100 pesquisas e orientações em língua portuguesa e 140 atividades de extensão. Como os cursos e capacitações foram realizadas em centros de cultura do Brasil em diversos países, as mais de 27 mil capacitações totais alcançaram nacionais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, conforme a Tabela 17 abaixo.

Tabela 17: Cursos de Português para Estrangeiros fora do Brasil

Região	País	Projeto
América do Sul	Argentina	Cursos de português
	Bolívia	
	Chile	
	Paraguai	
	Uruguai	
Américas	Estados Unidos	Cursos de português
África	África do Sul	Cursos de português
	Angola	
	Cabo Verde	
	Guiné-Bissau	
	Moçambique	
	São Tomé e Príncipe	

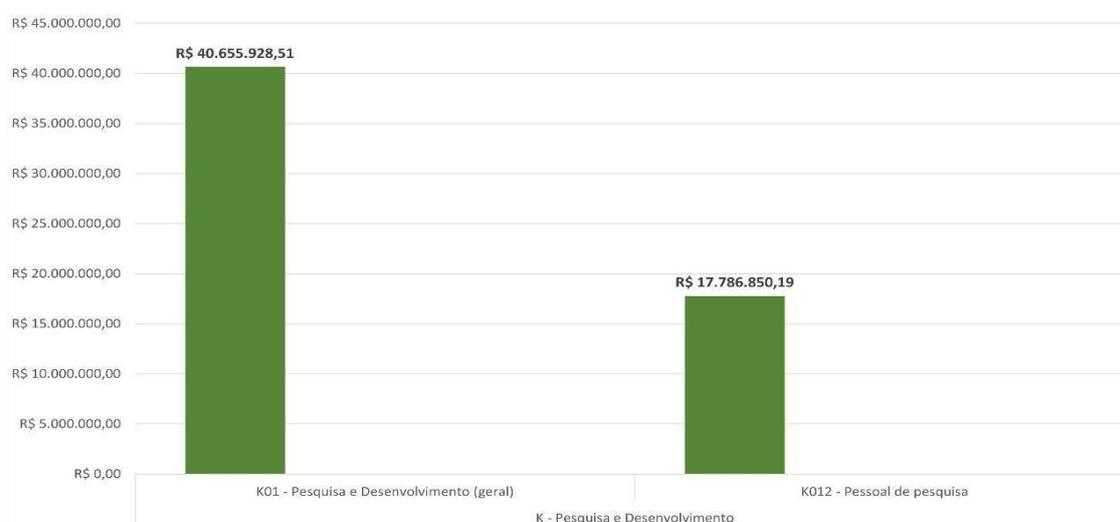
Europa	Espanha França Hungria Itália Reino Unido Rússia	Cursos de português
Ásia Central e Ásia Pacífico	Timor Leste Índia Coréia do Sul Japão China	Cursos de português

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.5 – Cooperação Científica e Tecnológica (Modalidade K)

Representando uma nova modalidade de cooperação internacional oriunda da nova metodologia da Pesquisa COBRADI, a Modalidade de Pesquisa e Desenvolvimento (K) já contou em 2021 com contribuições de três instituições públicas, cuja participação é inédita na COBRADI: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, além da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. No total, as três instituições aportaram cerca de R\$ 58 milhões em atividades de P&D em 659 iniciativas de cooperação internacional. Conforme ilustra o Gráfico 67 a seguir, os gastos gerais com P&D (subitem K01) representaram 70% do gasto total na modalidade de cooperação internacional.

Gráfico 67 – Detalhamento de Gastos nas Modalidades “K – Pesquisa e Desenvolvimento” (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Em termos de desagregação dos dados por arranjo de cooperação internacional, mais de 94% das iniciativas estão relacionadas ao arranjo de cooperação Sul-Norte. Em termos absolutos, a Cooperação Sul-Norte representou 621 iniciativas a custo total de R\$ 56,7 milhões. As iniciativas de Cooperação Sul-Sul constituíram apenas 37 iniciativas, a um custo R\$ 1,03 milhões. A Tabela 18 abaixo traz um maior nível de detalhamento de valores e iniciativas por modalidade e subitem de cooperação internacional.

Tabela 18 – Modalidades de Cooperação Internacional “K – Pesquisa e Desenvolvimento” (2021)

Modalidade e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
K - Pesquisa e Desenvolvimento	R\$ 58.442.778,70	663	R\$ 0,00	0
K01 - Pesquisa e Desenvolvimento (geral)	R\$ 40.655.928,51	246	R\$ 0,00	0
K012 - Pessoal de pesquisa	R\$ 17.786.850,19	417	R\$ 0,00	0
Total Geral	R\$ 58.442.778,70	663	R\$ 0,00	0

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.5.1 Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) é uma Organização Social, supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Possui quatro laboratórios referências mundiais e abertos à comunidade científica e empresarial, são eles: 1) Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); 2) Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); 3) Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR); e 4) Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). Os Laboratórios têm seus próprios projetos de pesquisa e também participam dos projetos coordenados pelo CNPEM. O Centro está organizado em quatro eixos de atuação: (i) Instalações abertas a usuários externos; (ii) Pesquisa e Desenvolvimento in-house; (iii) Apoio à geração de inovação; (iv) Treinamento, Educação e Extensão.

A atuação internacional do CNPEM se dá por projetos com instituições internacionais e compartilhamento de laboratórios e infraestrutura. O CNPEM realizou três projetos de cooperação internacional em 2021, sendo dois de Arranjo de Cooperação Sul-Norte, e um de Arranjo de Cooperação Sul-Sul. O primeiro projeto é de cooperação entre *Max-Planck Institute for Chemical Physics of Solids* (MPI-CPFS), da Alemanha

com o grupo científico da linha de luz EMA (*Extreme condition Methods of Analysis*) do CNPEM, parceria que viabiliza a realização de parte das pesquisas dos pós-doutorandos e estudantes do CNPEM na MPI-CPFS e, em contrapartida, os pesquisadores da MPI-CPFS terão acesso às possibilidades do Acelerador de Partículas de 4ª Geração (Sirius).

O segundo projeto é de colaboração entre a *European Organization for Nuclear Research* (CERN), com o objetivo de desenvolver pesquisas e compartilhar recursos em qualquer área de interesse mútuo, em especial nas tecnologias aplicadas à física de aceleradores, ímãs e materiais supercondutores. Finalmente, o terceiro projeto de cooperação internacional entre o CNPEM e a *King Abdullah University of Science and Technology* (KAUST), na Arábia Saudita, prevê a utilização do Sirius, para aplicação de métodos *in situ* para a obtenção de imagens 3D de poros de membranas poliméricas. Trata-se de Arranjo de Cooperação Sul-Sul.

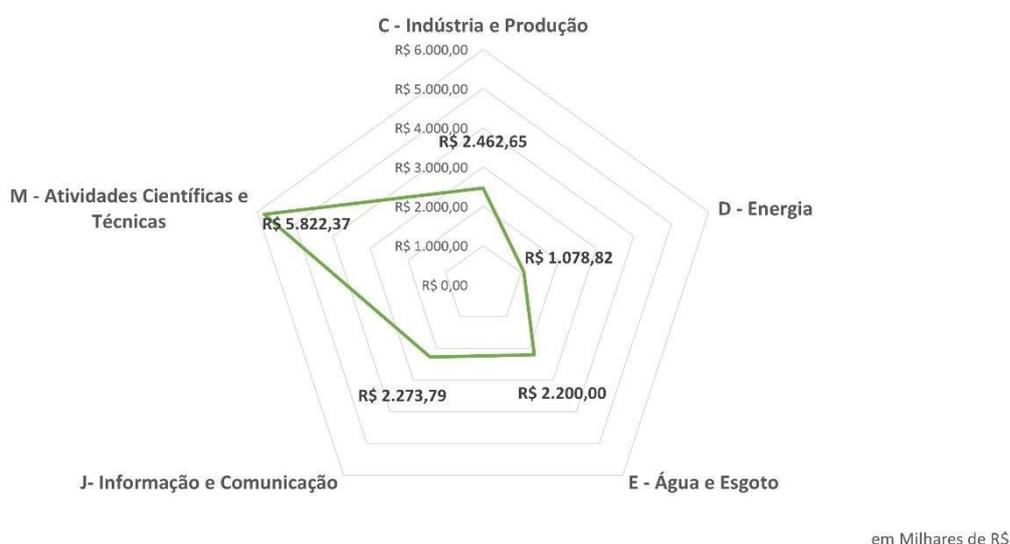
3.5.2 Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) é uma Organização Social que desde 2013 apoia instituições de pesquisa tecnológica fomentando a inovação na indústria brasileira. A EMBRAPII atua por meio de Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e tem o Ministério da Educação como instituição interveniente, compartilhando igualmente a responsabilidade pelo seu financiamento. A EMBRAPII atua por meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, tendo como foco as demandas empresariais e como alvo o compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação. Ao compartilhar riscos de projetos com as empresas, a Empresa estimula o setor industrial a inovar mais e com maior intensidade tecnológica para, assim, potencializar a força competitiva das empresas tanto no mercado interno como no mercado internacional.

A atuação internacional da EMBRAPII se dá pela celebração de parcerias internacionais no desenvolvimento de PD&I pela indústria brasileira com empresas estrangeiras, apoio na promoção da internacionalização de empresas e o compartilhamento de conhecimento entre os países por meio da inovação industrial. A Organização possui acordos com a União Europeia, Israel, República Tcheca, Alemanha, Suíça, Suécia, EUA e Reino Unido.

Em 2021 a EMBRAPPIII realizou quatorze iniciativas de cooperação internacional na área de P&D com Suécia, Suíça, Canadá, Israel, e grupos de países europeus. Todas as parcerias são caracterizadas como arranjos de Cooperação Sul-Norte em pesquisa e desenvolvimento. O gasto total da EMBRAPPIII com as iniciativas alcançou aproximadamente R\$ 14 milhões. O maior volume de gastos da EMBRAPPIII está relacionado ao setor econômico relacionado a atividades científicas, técnicas e de pesquisa, que representou 42%, ou R\$ 5,8 milhões. O Gráfico 68 abaixo ilustra o gasto da EMBRAPPIII em projetos internacionais de P&D desagregado pelo setor econômico equivalente.

Gráfico 68: EMBRAPPIII – Gastos Totais por Setor Econômico ISIC (2021)

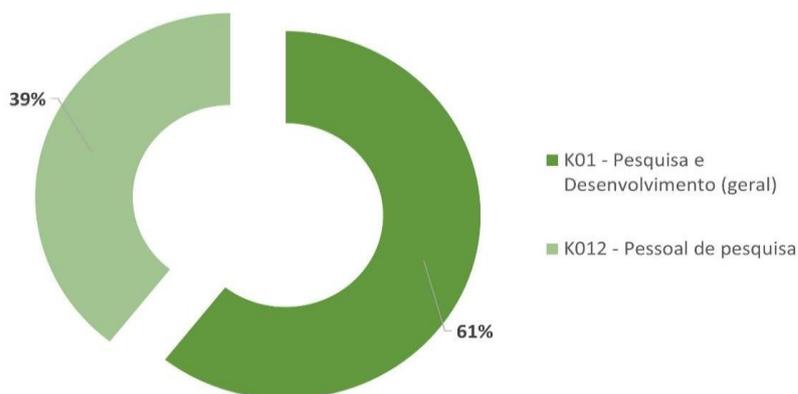


Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

3.5.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Além da grande contribuição à mobilidade de estudantes, pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros comentada no item 3.4.3 deste relatório, a FAPESP aportou volume considerável de recursos para possibilitar a participação de cientistas brasileiros em redes internacionais de pesquisa. No total, a FAPESP gastou R\$ 43,3 milhões para o custeio de 642 iniciativas. Cerca de 40% do valor foi gasto diretamente com apoio pesquisadores, sendo o percentual remanescente distribuído em diversas atividades de apoio à pesquisa e desenvolvimento. O Gráfico 69 abaixo apresenta a divisão dos gastos por modalidade e subitem de cooperação internacional.

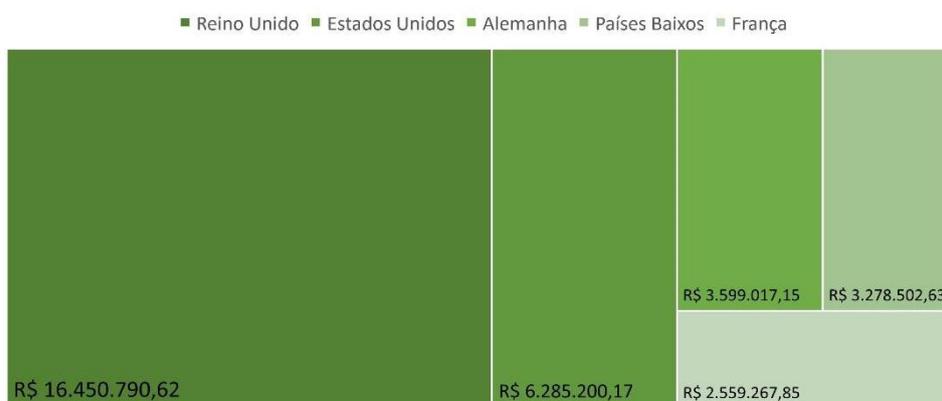
Gráfico 69: FAPESP – Gastos Totais por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Uma vez que os cinco primeiros países parceiros representam quase três quartos do gasto da FAPESP na modalidade K em 2021, faz sentido apresentá-los com maior nível de detalhamento. O Reino Unido figura como principal parceiro em termos de P&D com gastos da ordem de R\$ 16,45 milhões, ou 38% do gasto total da FAPESP com P&D em 2021. Na sequência aparecem os Estados Unidos com cerca de R\$ 6,3 milhões, seguidos por Alemanha com quase R\$ 4,0 milhões e Países Baixos com R\$ 3,2 milhões. Em quinto lugar, figura a França com aproximadamente R\$ 2,6 milhões. O Gráfico 70 a seguir apresenta a imagem completa dos cinco principais parceiros da FAPESP em 2021 na modalidade K.

Gráfico 70: FAPESP – Gastos Totais por Modalidade e Subitem de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Capítulo 4 – A Cooperação Educacional e Científica Brasileiras: Mobilidade, Redes de Pesquisa e Internacionalização das IES Brasileiras

Seja em virtude das especificidades apontadas ao longo das análises dos capítulos anteriores quanto pelo volume de iniciativas e recursos, a cooperação educacional e científica já mereceria lugar de destaque na discussão sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional em 2021. Adicione-se a isso o fato de duas entre dez modalidades de cooperação internacional atualmente constantes na metodologia da pesquisa COBRADI dialogarem diretamente com itens centrais do debate sobre a internacionalização das Instituições de Ensino Superior do Brasil. Finalmente, é preciso considerar um desafio conceitual, em que a Cooperação Educacional e Científica Brasileira precisaria ser entendida a partir de uma perspectiva mais ampla e para além das reduções originárias do binômio “recebido-prestado”.

De fato, a agenda de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil deve ser entendida no contexto das mudanças em curso no mundo em relação ao aprendizado. Se o estoque de conhecimento e “o que” é aprendido constituíram foco tradicional do ensino superior e da formação científica, “como” aprender e transmitir conhecimentos e o ofício da ciência tem se tornado o foco central das discussões nas IES nas últimas décadas. Em outras palavras, a qualidade e os impactos de longo prazo do ensino superior foram entendidos de forma mais ampla, a partir de lentes que valorizam o papel do contexto educacional, do aprendizado entre pares e da colaboração entre estudantes e pesquisadores para a produção de conhecimento e soluções inovadoras para a agenda científica. De fato, a qualidade dos programas universitários ao redor do mundo, por exemplo, passa incluir elementos referentes a presença de estudantes estrangeiros, reputação da instituição a partir da percepção de pares, a integração de pesquisadores e docentes estrangeiros, entre outros.

A internacionalização do ensino superior como fenômeno não é nova e tem as suas origens na década de 1980, essencialmente no contexto dos países desenvolvidos (KNIGHT, 1994; 2012; 2014). Nova é a ampliação generalizada e o uso indiscriminado do conceito para qualquer atividade que envolva mobilidade internacional estudantil e cooperação entre universidades de diferentes países. A popularização do termo implicou em grande medida na perda de foco em relação aos componentes principais de troca e intercâmbio entre pares, cujos objetivos máximos deveriam ser o desenvolvimento das

estratégias de ensino bem como o avanço da agenda de pesquisa (KNIGHT, 2015). De outra forma, a internacionalização das IES é um meio, e não um fim em si mesma.

Tampouco inteiramente nova, mas de cunho mais recente, é a promoção das estratégias de internacionalização por IES dos países do Sul Global. Conforme será discutido ao longo das três subseções deste capítulo é necessário e imediato repensar seriamente o desenvolvimento de novos conceitos que permitam entender a internacionalização a partir de uma perspectiva brasileira. Interpretar a atuação externa do Brasil tendo por base a ideia de cooperação educacional e científica entre pares é fundamental para afastar a prevalente interpretação dos países desenvolvidos sobre um caráter meramente comercial da educação superior e da agenda de pesquisa e desenvolvimento (UNESCO, 2019, pg 98-99). Mascarando as estratégias de internacionalização de suas próprias instituições e da necessidade de atração e retenção de talentos para os seus próprios mercados de trabalho (OCDE, 2022), a visão mercantilista de muitos países contribui para um entendimento errôneo sobre a natureza da relação entre o Brasil e seus pares, reforçando a ideia de dependência em relação a ciência e conhecimento estrangeiros.

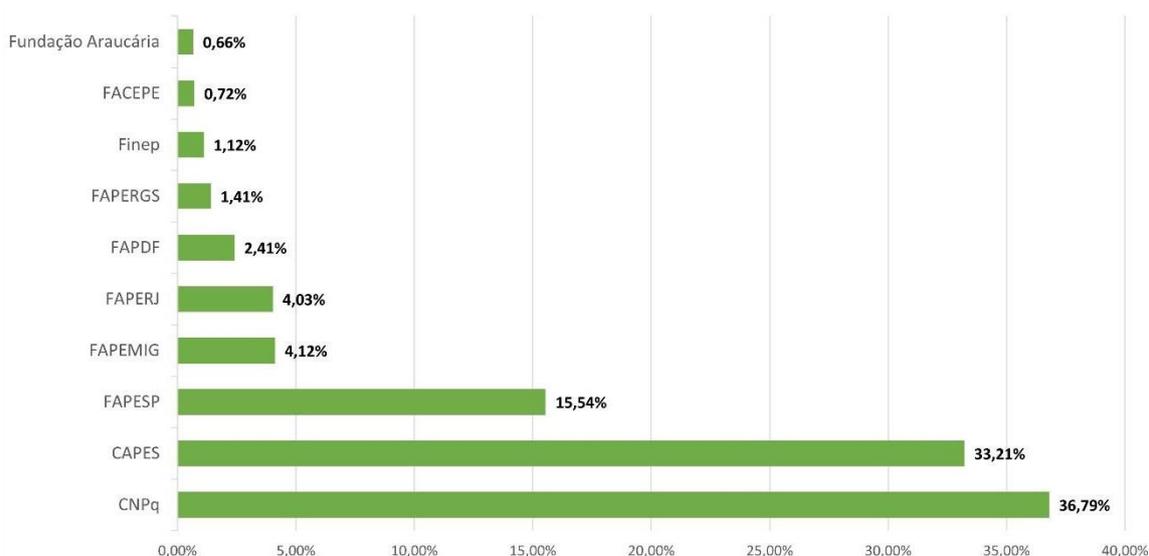
Para além dos temas já discutidos na subseção 1.2 deste relatório, tome-se por exemplo as bolsas pagas integralmente por agências de fomento brasileiras em instituições de ensino superior estrangeiras. Sem uma visão de cooperação entre pares para o alcance de objetivos comuns via construção de redes internacionais científicas seria inevitável chegar à conclusão de que o envio de jovens pesquisadores brasileiros a estes países poderia contribuir para a diáspora de cientistas nacionais, fenômeno ainda pouco estudado no Brasil (UNESCO, 2019, pg 105-107). Da mesma forma, como entender o financiamento dos vários pesquisadores e professores estrangeiros para estadia em IES brasileiras ao longo do ano de 2021 senão pela ótica da cooperação?

O pano de fundo deste capítulo é essencialmente a apresentação de subsídios para uma reflexão sobre a cooperação educacional e científica do Brasil. Dados atualizados permitirão apontar tendências e produzir inferências que ajudarão na construção de uma visão estratégica para a agenda de internacionalização das IES brasileiras. Os dados aqui compilados advêm em grande medida da própria Pesquisa COBRADI 2021 que, pela primeira vez em seus doze anos de história, contou com a participação de Instituições Federais de Ensino Superior e de Institutos Federais de Educação. Ao contrário do que foi apresentado nos capítulos dois e três deste relatório, os dados apresentados nesta seção correspondem a respostas enviadas por doze IES brasileiras até 11 de novembro de 2022,

data limite para o envio de contribuições. Em outras palavras, este capítulo conta com dados de mais oito IES não apresentados nos capítulos anteriores, mas que serão integrados ao conjunto completo dos dados no Relatório Final.

Adicionalmente, este capítulo também explora os dados fornecidos por CAPES, CNPq, FAPESP, Fiocruz e Ministério da Educação a partir de outra ótica, a da mobilidade internacional estudantil. A primeira seção deste capítulo apresenta uma discussão da mobilidade *inbound-outbound* de estudantes e pesquisadores financiados com recursos públicos nacionais. A principal razão para o foco excessivo nos dados da CAPES, CNPq e FAPESP advém do seu papel de dominância em relação a outros atores nacionais de fomento à formação científica e pesquisa. Utilizando insumos da base de dados Incites / Web of Science, pode-se observar claramente a importância destas três instituições combinadas para a produção científica brasileira em 2021. Como uma alternativa à análise do gasto já apresentada nos capítulos dois e três, o Gráfico 71 abaixo mostra que estas três agências oficiais de fomento brasileiras foram responsáveis por mais de 85% das citações em publicações brasileiras no ano de 2021. É importante frisar que há uma relação direta e evidente entre estas citações e o financiamento dos pesquisadores que produziram as publicações em questão.

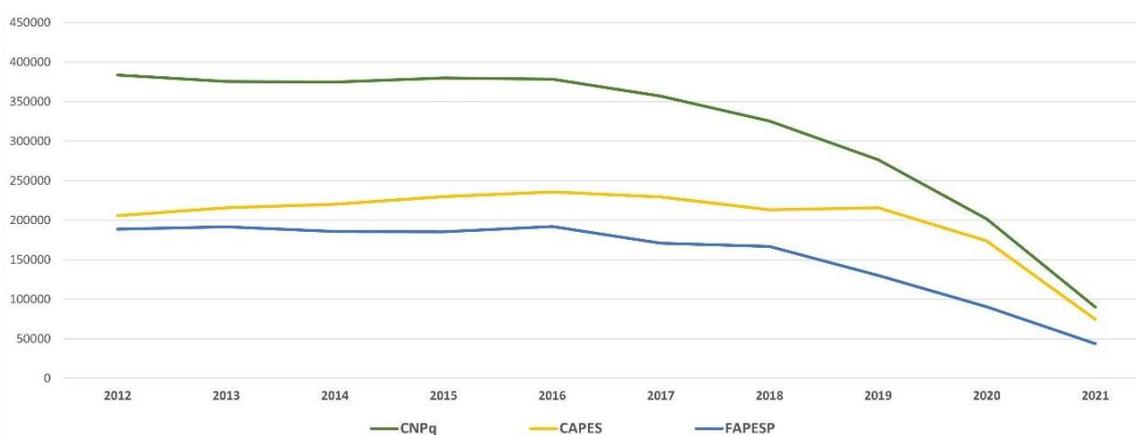
Gráfico 71: Agências de Fomento Brasileiras: Número de Citações em Publicações – Top 10 (2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

Ainda sobre o papel de CAPES, CNPq e FAPESP, e antecipando uma discussão que será feita ao longo da segunda seção deste capítulo, é importante observar que mesmo sendo estas três instituições importantes para a formação de cientistas e para a produção científica nacional, a sua relevância em relação ao número total de citações em publicações brasileiras tem caído sistematicamente desde 2016, conforme aponta o Gráfico 72 a seguir. Ainda que se desconsiderem as publicações brasileiras mais recentes de 2021 e 2021, para as quais o número de citações ainda é naturalmente menor por conta do tempo de exposição, é clara a tendência queda. Esta e outras tendências da produção brasileira de ciência serão discutidas na segunda seção, que apontará temas sobre a queda do impacto da produção nacional em pesquisas oriundas de redes nacionais e internacionais de pesquisa do Brasil, além de apontar as desigualdades entre regiões do país no tocante à produção e participação em redes internacionais de pesquisa.

Gráfico 72: CAPES, CNPq e FAPESP: Número Total de Citações (2012-2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

Por fim, o capítulo se encerra com uma terceira seção inteiramente dedicada ao levantamento de subsídios adicionais para a discussão sobre a internacionalização. Os dados recebidos pelas universidades e institutos federais totalizaram 279 iniciativas de cooperação educacional e científica, o que permitiu a construção de análise similar àquela apresentada no capítulo dois, ainda que de menor vulto e restrita ao universo das IES. É preciso celebrar a participação inédita destas IES na pesquisa COBRADI, mas também sugerir cautela na interpretação dos dados apresentados. Por ainda se tratar de amostra exígua, as tendências e padrões encontrados na análise não devem ser extrapolados para além do contexto das instituições participantes. Espera-se que nos anos vindouros a

pesquisa possa ampliar a participação da IES, tornando-se uma importante fonte de informações para as agendas brasileiras de desenvolvimento internacional e internacionalização das IES.

4.1 – Mobilidade Internacional Estudantil: De onde vem e para onde vão os Estudantes e Professores?

A mobilidade internacional estudantil é uma das diversas faces da internacionalização da educação superior, usualmente chamada pela UNESCO como “internacionalização da educação terciária”. Globalmente, a UNESCO estima que a mobilidade estudantil internacional seja uma das mais importantes formas de migração de mão de obra qualificada (UNESCO, 2019), sendo também um dos principais vetores de disseminação de ideias e conhecimento entre países. Como tal, é possível apontar dois problemas centrais na formulação de estratégias de internacionalização por parte dos países do Sul, particularmente do Brasil. A primeira é o fato que grande parte das IES estrangeiras necessita dos estudantes internacionais como fonte de renda, o que contribui para reservas em relação a estratégias inequívocas para envio de estudantes brasileiros ao exterior (UNESCO, 2019). Em segundo, sabe-se que apenas poucos países concentram essencialmente a maioria dos estudantes internacionais, como é o caso dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França. A UNESCO estima que entre 2000 e 2013, estes três países concentraram mais de 65% dos estudantes de doutorado nas áreas de Ciências e Engenharias, por exemplo (UNESCO, 2021).

Como será discutido, a tendência de mobilidade dos estudantes brasileiros não destoaria sobremaneira dos padrões internacionais. Entretanto, e conforme apontado de forma contundente pela UNESCO, há dificuldade considerável de produção de estatísticas consistentes e confiáveis sobre a mobilidade internacional estudantil como um todo (UNESCO, 2019; 2021). No Brasil, a situação não é diferente. No que diz respeito aos estudantes brasileiros que estudam no exterior, a forma por excelência de capturar o fluxo anual seria via patrocínio das principais agências públicas de fomento, como CAPES, CNPq, FAPES e as demais Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais. Entretanto, mesmo uma análise baseada nos bancos de dados das agências de fomento certamente deixaria de fora os movimentos estimulados por fundações privadas nacionais e estrangeiras, governos estrangeiros e empresas privadas nacionais e estrangeiras, além de pessoas que optam por migrar com recursos próprios.

Ainda mais desafiadora é a coleta de dados sobre estudantes estrangeiros regularmente matriculados em IES brasileiras, cujos dados não são coletados de forma centralizada e sistemática pelo Ministério da Educação e suas instituições vinculadas. Sem uma sistemática geral de monitoramento, o estudo sobre os estrangeiros matriculados nas IES brasileiras fica inteiramente dependente das bases de dados das próprias universidades e, em menor medida, das informações de agências de fomento que possuam programas de mobilidade *inbound*, como a CAPES, por exemplo. Uma exceção à coleta centralizada são os programas PEC-G e PEC-PG, cujos dados gerais são coletados pelo MEC e parcialmente pela CAPES, no caso dos estudantes do PEC-PG que possuem bolsas pagas pelo governo brasileiro.

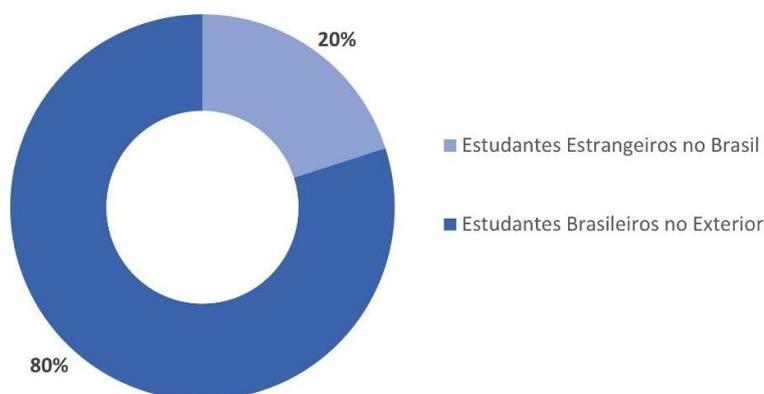
Face às dificuldades apontadas, a análise deste capítulo é inteiramente construída a partir de dados para o ano de 2021 referentes à: (i) bolsistas da CAPES; (ii) bolsistas do CNPq; (iii) bolsistas da FAPESP; (iv) alunos do PEC-G, cujas informações foram fornecidas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; (v) alunos estrangeiros regularmente matriculados em IES vinculadas à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). No que diz respeito aos dados da CAPES, há apoio à bolsistas brasileiros matriculados em IES estrangeiras e à estrangeiros matriculados em IES brasileiras. No caso do CNPq e da FAPESP, todos os dados são de apoio à brasileiros matriculados em IES estrangeiras. Por fim, os dados da Fiocruz e MEC referem-se essencialmente a estudantes de países em desenvolvimento que estiveram matriculados regularmente em IES brasileiras no ano de 2021.

Apresentando um recorte em termos de gastos, o valor combinado aportado pelo Governo brasileiro para a mobilidade internacional estudantil *inbound-outbound* em 2021 alcançou mais de R\$ 258 milhões. Conforme exibido no Gráfico 73 abaixo, há uma diferença abismal do gasto público brasileiro para a mobilidade de estudantes para fora do Brasil (*outbound*) em comparação com a mobilidade de estrangeiros para dentro do Brasil (*inbound*). Pode-se dizer que para cada um real gasto em 2021 pelo Governo o Brasil para apoiar vinda de estudantes estrangeiros à IES brasileiras, o país gastou mais de quatro reais para enviar estudantes brasileiros à IES estrangeiras que, como será visto, são em sua maioria de países desenvolvidos.

Contudo, é preciso interpretar estes dados com cautela. Ao passo que o financiamento público à estudantes brasileiros no exterior tem as suas fontes de dados conhecidas (ex: CAPES), os gastos com estudantes estrangeiros no Brasil dependem diretamente de informações das muitas IES públicas existentes no Brasil. Como discutido

na seção 1.2, mesmo que o estudante estrangeiro não receba auxílio de subsistência e manutenção, há isenção completa de custos de matrícula e permanência nas universidades públicas brasileiras. Logo, é possível que o valor total gasto pelo governo brasileiro com estudantes estrangeiros em IES brasileiras seja maior. Mesmo considerando esse fator, é igualmente possível que a grade diferença em relação ao gasto com estudantes brasileiros no exterior persista.

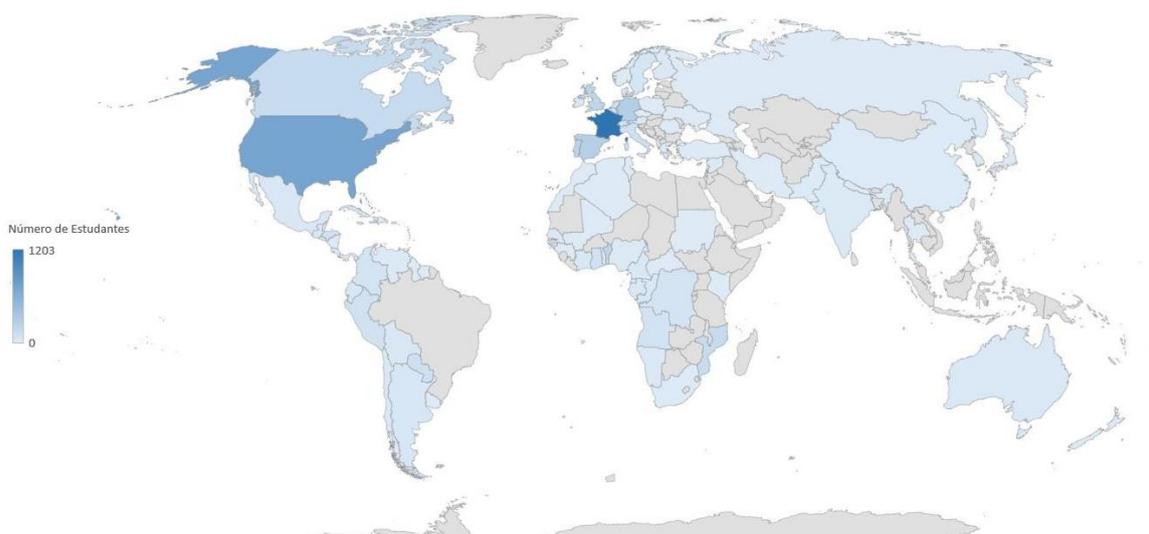
Gráfico 73: Gastos Brasileiros com Mobilidade Internacional Estudantil *Inbound-Outbound* (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No tocante aos dados gerais de mobilidade “para dentro” e “para fora”, em 2021 o Brasil apoiou um total de 5.688 estudantes brasileiros e estrangeiros. Em termos de proporção, é possível afirmar que para cada estudante estrangeiro matriculado em IES brasileiras em 2021, o Brasil apoiou a mobilidade de dois estudantes brasileiros para IES estrangeiras. A Figura 9 a seguir mostra que mesmo considerando a inclusão de alunos estrangeiros no Brasil, a tendência de forte concentração da mobilidade de estudantes do Brasil junto à Instituições de Ensino Superior de França e Estados Unidos permanece a mesma. Mesmo assim, a amplitude da rede internacional criada com o apoio oficial do governo brasileiro alcançou 93 países em 2021.

Figura 9: Mobilidade Internacional Estudantil – *Inbound-Outbound* (2021)

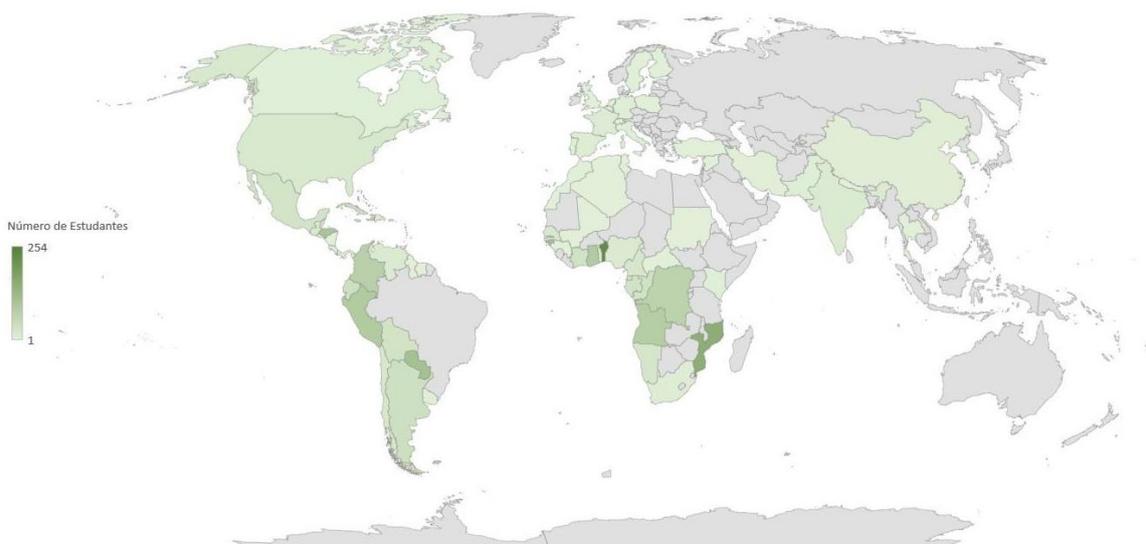


Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Observando apenas os dados referentes aos estrangeiros matriculados em IES brasileiras, o ano de 2021 revelou a presença de 2.067 estudantes de 78 países. Em sua maioria os estudantes constantes na amostra analisada são oriundos do Programa Convênio Estudante - Graduação (PEC-G), que representou 1.601 daquele total de estudantes estrangeiros, ou 77,5%. A combinação dos apoios oriundos do Programa Convênio Estudante - Pós-Graduação (PEC-PG) e do Programa Institucional de Internacionalização (PRINT), gerenciados pela CAPES, beneficiou cerca de 300 alunos em 2021 (14,5% do total). A Fiocruz concedeu isenção de matrícula a 83 estudantes de 23 três países, para cursos de pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado. Por fim, a FAPESP apoiou 13 estudantes de sete países.

Conforme exibido na Figura 10 a seguir, é essencial reforçar que nem todos os estudantes estrangeiros no Brasil são originários de países em desenvolvimento. No total, o Brasil recebeu 1.994 estudantes de países em desenvolvimento e 73 estudantes de países desenvolvidos. De forma agregada, o Governo Brasileiro investiu R\$ 51.8 milhões de reais com a recepção de estudantes estrangeiros em IES brasileiras, sendo grande parte desse valor referente à isenção de matrículas de alunos de graduação e pós-graduação.

Figura 10: *Inbound Mobility* – De Onde Vieram os Estudantes do Brasil? (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Para melhor visualização dos 78 países cujos nacionais estiveram matriculados regularmente em IES brasileiras em 2021, construiu-se uma nuvem de palavras. Tendo a frequência de estudantes proporcional ao tamanho do nome do país, pode-se concluir que Cabo Verde (254), Benim (228), Moçambique (152) são os três países que mais enviaram estudantes ao Brasil em 2021. Os três países representaram mais de 30% do total de estudantes estrangeiros no Brasil em 2021. Ao contrário de Cabo Verde e Benim, o destino da maioria dos estudantes de Moçambique foram os programas de pós-graduação brasileiros.

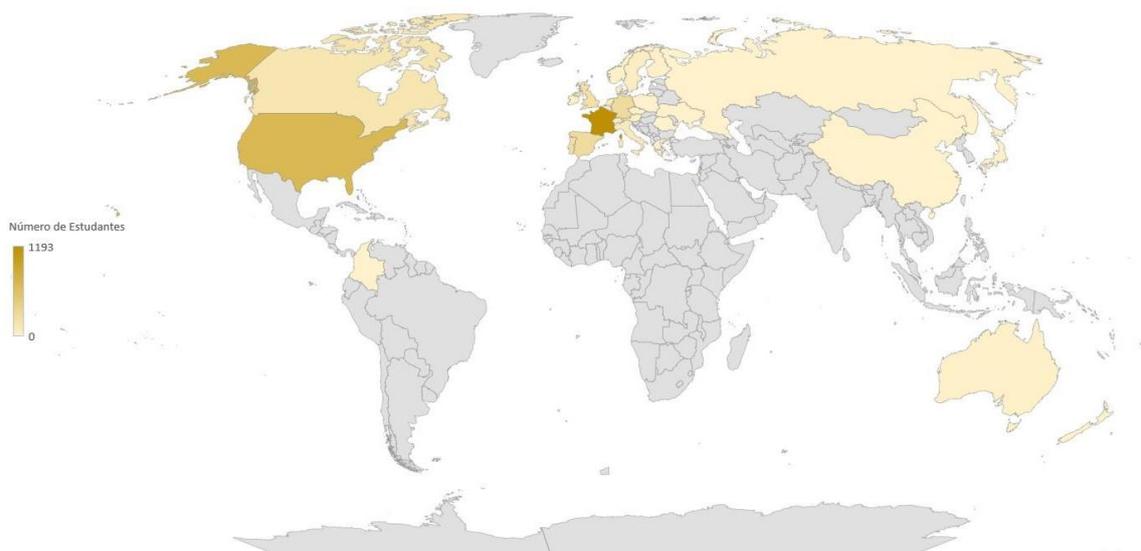
Figura 11: *Inbound Mobility* – Quais Foram os Principais Países de Origem dos Estudantes Que Vieram ao Brasil? (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No tocante à mobilidade internacional de alunos brasileiros para Instituições de Ensino Superior estrangeiras, é possível notar na Figura 12 abaixo uma tendência imediata de concentração em apenas dois países: França (1.193) e Estados Unidos (694). Sendo 3.621 o número total de estudantes brasileiros apoiados pelo governo brasileiro, os dois países mencionados foram o destino de mais de 52% dos estudantes brasileiros em 2021. De fato, há uma característica específica do conjunto de dados que explica o fato de apenas a França concentrar um terço do total de estudantes brasileiros: o Programa BRAFITEC. Em essência, trata-se de um programa de intercâmbio entre Brasil e França na área de engenharia e tecnologia, permitindo mobilidade com apoio financeiro para o estudo de brasileiros na França. O BRAFITEC representou mais de 60% da mobilidade de brasileiros para a França (716 estudantes). O elevado número também possui uma explicação: o programa destina-se essencialmente à mobilidade de estudantes de graduação, o maior grupo em termos absolutos no ensino superior brasileiro.

Figura 12: *Outbound Mobility* – Para Onde Foram os Estudantes do Brasil? (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

De forma agregada, o Brasil investiu mais de R\$ 206 milhões para a mobilidade de seus 3.621 estudantes em 2021. No âmbito da cooperação com a França, o BRAFITEC foi um dos principais programas em termos de número de estudantes (771) e gasto total (R\$ 29,1 milhões). Como segundo destino de estudantes brasileiros, os Estados Unidos receberam 694 estudantes brasileiros, dos quais 474 foram ao país para programas de doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado (68,3%). No total, o governo brasileiro

investiu cerca de R\$ 44 milhões de reais para a mobilidade dos estudantes brasileiros para os Estados Unidos. Assim como França e Estados Unidos foram os destinos de mais de 50% dos estudantes brasileiros, os gastos com a mobilidade de estudantes do Brasil para os dois países alcançou R\$ 102 milhões de reais, representando 49,5% do gasto total em 2021. A Figura 13 abaixo apresenta uma nuvem de palavras em que a frequência do número de estudantes é proporcional ao tamanho do nome do país.

Figura 13: *Outbound Mobility* – Quais Foram os Principais Destinos dos Estudantes do Brasil? (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Embora os números referentes à temática da mobilidade estudantil em nível de educação terciária contenham evidências para a discussão sobre a criação de redes internacionais e fluxo de ideias, também é fundamental comentar sobre a mobilidade de professores brasileiros para o exterior e de docentes estrangeiros para o Brasil. No total, 465 docentes receberam apoio do governo brasileiro para a mobilidade internacional. Deste total, apenas 88 docentes vieram para IES brasileiras, sendo que os professores de Estados Unidos (22), França (12) e Espanha (10) representaram exatamente 50% do total em 2021. No que diz respeito ao apoio à mobilidade de docentes brasileiros para o exterior, o total em 2021 alcançou 377. Seguindo a tendência do fluxo de estudantes, os Estados Unidos representaram quase um quarto do total, tendo sido destino de 80 professores brasileiros. A Alemanha figura em segundo lugar com 59 professores recebidos, enquanto a Espanha esteve em terceiro lugar, como casa de 50 docentes brasileiros. A França foi o quarto país de destino de docentes para o Brasil, com 42 em 2021. A Figura 14 a seguir constitui uma representação visual dos 377 professores brasileiros em IES estrangeiras em 2021.

que as IES e demais instituições nacionais entram apenas com a contrapartida de gastos indiretos (ex: horas técnicas dos pesquisadores) e infraestrutura (ex: laboratórios).

O segundo caminho natural seria mapear as redes internacionais de pesquisa do Brasil a partir da produção, e não das estruturas. Ou seja, discutir a colaboração internacional a partir da produção conjunta de documentos científicos dos quais fazem parte pesquisadores brasileiros, seja como autores ou coautores. Embora com percalços que serão discutidos ao longo desta subseção, este caminho apresenta uma série de vantagens. A mais notável delas é o foco no efetivo resultado da colaboração internacional, parâmetro que permite comparar a produção brasileira doméstica com a internacional, além de permitir a comparação do Brasil com outros países do mundo a partir dos mesmos indicadores padronizados.

Antes de detalhar os dados e o método utilizado para as análises apresentadas neste capítulo, é importante discutir brevemente alguns fatores que devem ser considerados para a leitura dos resultados apresentados sobre a comparação de produção brasileira doméstica e internacional e, igualmente, a comparação do Brasil com os demais países. A primeira questão diz respeito aos custos financeiros da participação brasileira em redes internacionais de colaboração científica. Os dados apresentados a seguir tem origem em bases de dados de agregadores de publicações científicas. Logo, deve-se considerar não somente o apoio financeiro local para participação do Brasil, mas também os altíssimos custos editoriais envolvidos nas publicações em periódicos internacionais como fator relevante. Diretamente associada à essa questão estão àquelas referentes às barreiras linguísticas, do baixo treinamento em redação científica e de padrões internacionais de apresentação de resultados de pesquisas, entre outras. Todos estes fatores em conjunto constituem sérios limitadores à colaboração internacional do Brasil e tem impacto direto nos indicadores de produtividade associados à publicação de documentos em revistas científicas especializadas.

A aplicação de técnicas estatísticas para a análise de dados oriundos de agregadores de revistas científicas tem sido utilizada não somente para a discussão da colaboração internacional de um país, mas também como fonte de evidências para a formulação das estratégias dos países na área de ciência. As análises bibliométricas - ou “cienciométricas” - permitem a identificação de tendências e padrões a partir da produção documental da ciência dos países, com indicadores que alcançam desde o número absoluto de produção por área de conhecimento até os impactos da produção em cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Todos os dados apresentados nesta seção são

que de forma acanhada, é possível que tal diversificação permaneça nos anos vindouros. A segunda observação importante diz respeito a relação entre a quantidade absoluta de publicações (primeira coluna da tabela) e o seu impacto ponderado pelo campo de conhecimento (quarta coluna da tabela).¹¹ Pela lógica do impacto, sobressaem-se os países asiáticos - Japão, Índia, China - como os principais parceiros internacionais do Brasil em termos de produção científica.

Tabela 19: Colaboração Internacional Brasileira em Publicações por País – Top 20 (2012-2021)

País	Número de Publicações	% do Total	Varição no Período (%)	Impacto da Citação (Ponderado-Campo)
Estados Unidos	86512	14,65	122,7	2,27
Reino Unido	35852	6,07	176,6	3,39
França	28729	4,86	85,7	3,11
Espanha	28700	4,86	149,6	3,12
Alemanha	28446	4,82	137,9	3,3
Itália	23719	4,02	173,3	3,58
Portugal	23238	3,94	199,8	2,21
Canadá	21738	3,68	191,4	3,63
Austrália	16745	2,84	235,4	4,51
Holanda	13206	2,24	142,2	4,72
China	12836	2,17	200,4	4,8
Argentina	12031	2,04	86,4	3,15
Suíça	11692	1,98	124	4,84
Colômbia	10787	1,83	184,5	3,47
Chile	9887	1,67	253	3,35
México	9718	1,65	171,7	3,81
Índia	9635	1,63	262,9	5,31
Suécia	9285	1,57	175,6	4,88
Japão	9200	1,56	151,3	5,39
Bélgica	8603	1,46	140	4,8
Total Geral	410559	69,52	-	-

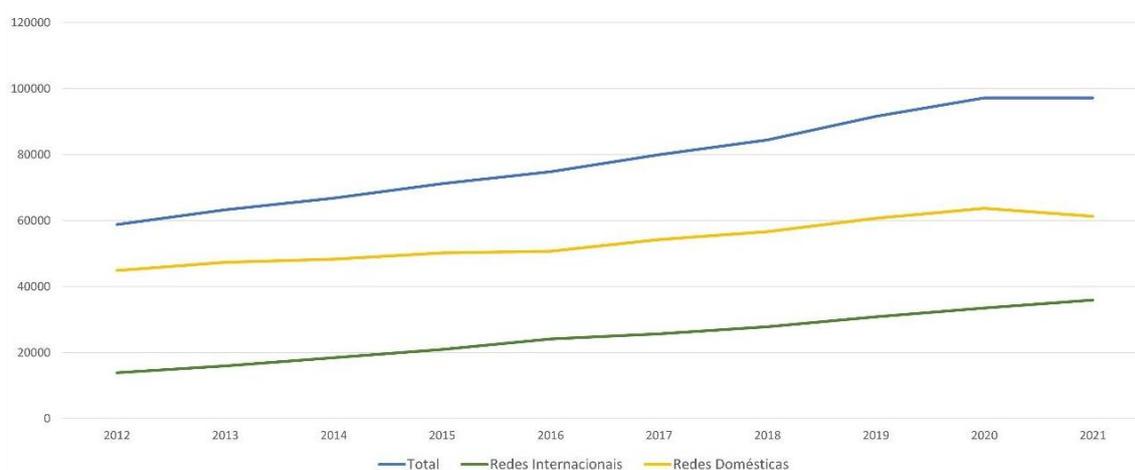
Fonte: SciVal/Scopus (extração em 19/11/2022)

Embora este relatório seja referente à cooperação educacional e científica brasileira implementada ao longo do ano de 2021, faz sentido analisar a colaboração internacional do Brasil a partir de uma perspectiva que permita ao menos um ponto de

¹¹ O “Impacto de Citações Ponderado por Campo” (do inglês *Field-Weighted Citation Impact*) é definido como a proporção entre o total de citações recebidas anualmente e o total de citações esperadas baseadas na média do campo de conhecimento. No caso apresentado, o indicador é construído a partir da soma de todas as citações e a média esperada para todos os campos de conhecimento.

comparação com o ano de 2021, ou mesmo a construção de uma linha de tendência. Observando a produção brasileira ao longo da última década no Gráfico 74 abaixo, observam-se ao menos três tendências. Primeiramente, nota-se certa estagnação da produção total a partir de 2020. No tocante à produção originária exclusivamente em redes domésticas de pesquisas, observa-se uma queda desde o ano de 2020. Por fim, registra-se um crescimento linear e contínuo do número de publicações internacionais brasileiras desde o ano de 2012.

Gráfico 74: Total de Publicações Brasileiras - Redes Domésticas, Internacionais e Total (2012 – 2021)

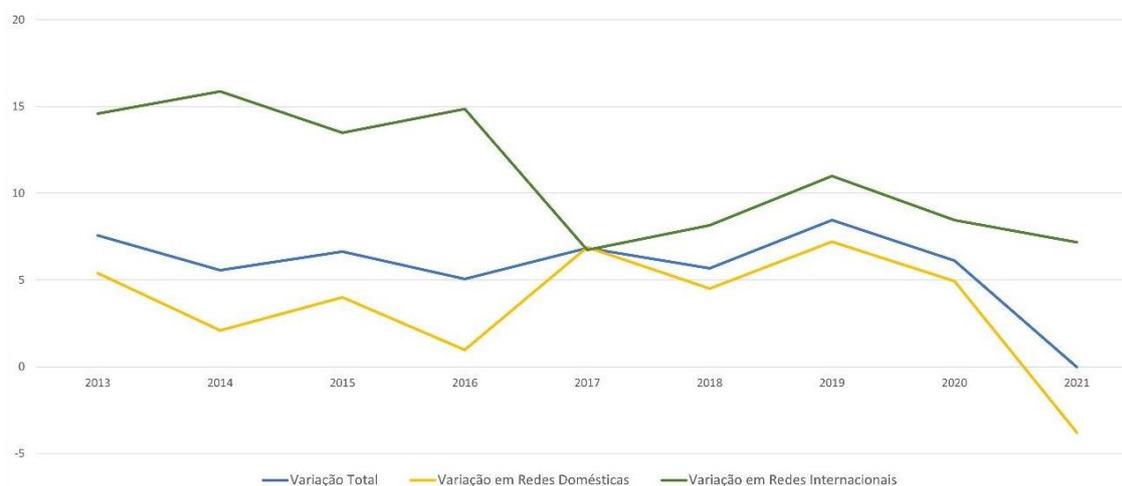


Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

No intuito de investigar melhor as mudanças no perfil da produção brasileira apontados pelo gráfico anterior, computou-se uma série temporal no Gráfico 75 para as variações da produção total, a produção exclusivamente oriunda de redes domésticas e aquela produção em colaboração internacional. Como esperado, notam-se ao menos duas inflexões importantes para as tendências na produção científica brasileira recente. A primeira é a queda acentuada da variação da produção por colaboração internacional entre os anos de 2016 e 2017, sendo imediatamente suplementada pela produção advinda de redes nacionais, que sofreu variação positiva importante naquele biênio. A segunda inflexão é a variação positiva constante do número de publicações a partir do biênio 2017-2018. Embora a tendência de crescimento da colaboração internacional tenha perdido fôlego a partir de 2019-2020, as publicações domésticas também sofreram acentuadas variações negativas a partir do biênio 2019-2020. Tais tendências parecem indicar que há um fator exógeno explicativo na estrutura de produção da ciência nacional para o

fenômeno. Observando a data de início da queda, a Pandemia de Covid-19 poderia ser uma explicação estrutural consistente, caso a variação negativa não tivesse iniciado no biênio 2019 – 2020.

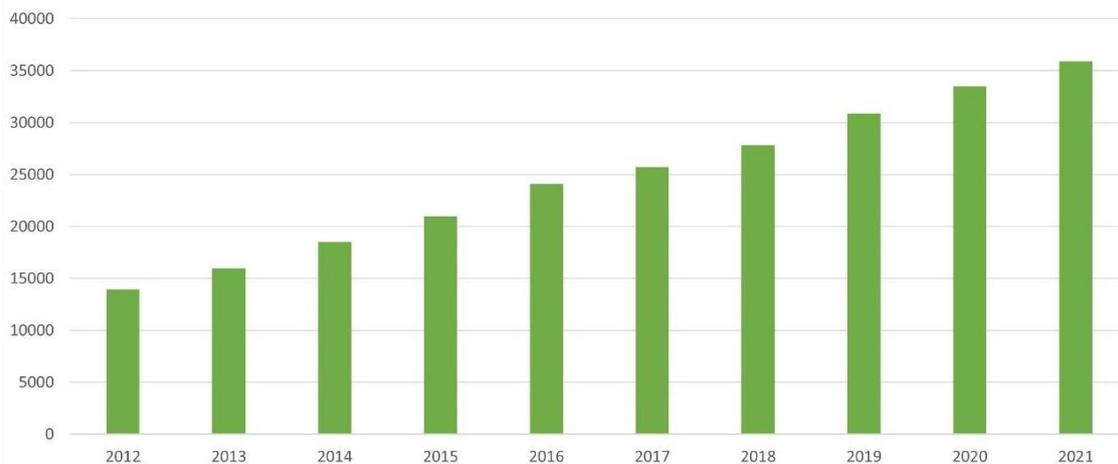
Gráfico 75: Variação Anual do Total de Publicações Brasileiras - Redes Domésticas, Internacionais e Total (2012-2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

Apresentando uma visualização mais direta e isolada do principal objeto de análise desta subseção, o Gráfico 76 abaixo apresenta o número absoluto de publicações brasileiras oriundas de colaboração internacional entre os anos de 2012 e 2021. Embora já seja visualmente discernível, optou-se por analisar o padrão de linearidade do crescimento de tal colaboração internacional do Brasil. A principal utilidade de tal empreitada é computar o nível de certeza em relação às previsões para os próximos anos para o indicador, pois mesmo em um modelo quase linear, a inclinação da reta de tendência e a taxa de crescimento possuem essencialmente o mesmo significado. De fato, um modelo linear parece explicar grande parte da variação nos números de produção total ($R^2 > 0.99$), sendo 7% a taxa média de crescimento anual no período.

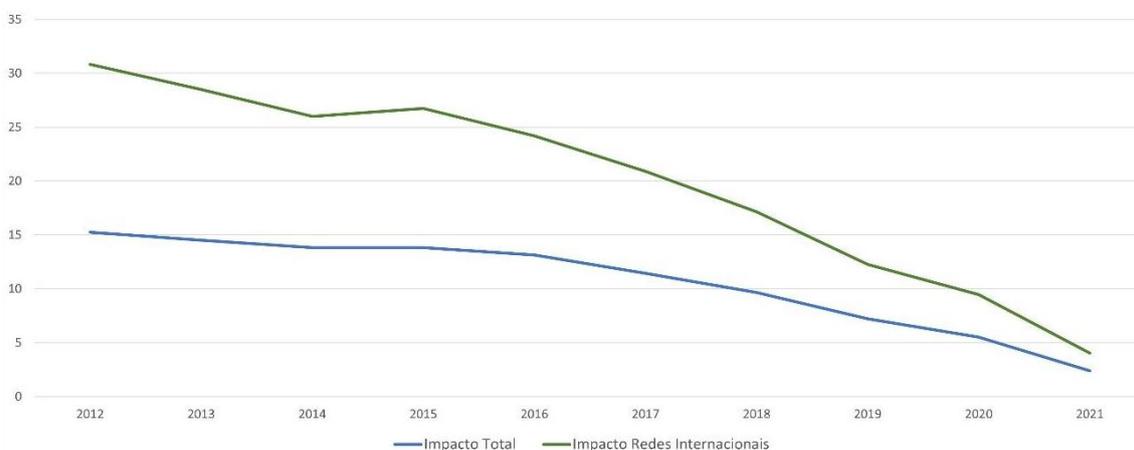
Gráfico 76: Número de Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais (2012-2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

Se desde o biênio 2019-2020 a produção brasileira nacional e internacional já demonstrava variações negativas, os dados apresentados no Gráfico 77 evidenciam que a queda no indicador de impacto das publicações brasileiras foi ainda mais acentuada. A primeira tendência a ser observada é que, em geral, o impacto de publicações brasileiras em colaboração internacional é maior que o de publicações oriundas exclusivamente de redes domésticas de pesquisa, que é componente da linha de Impacto Total no Gráfico 76. A segunda tendência é a queda vertiginosa do impacto tanto das publicações internacionais do Brasil entre 2012 e 2021, que registrou uma variação negativa de 87%, quanto do impacto das publicações totais do Brasil, que caiu 84,25% no período.

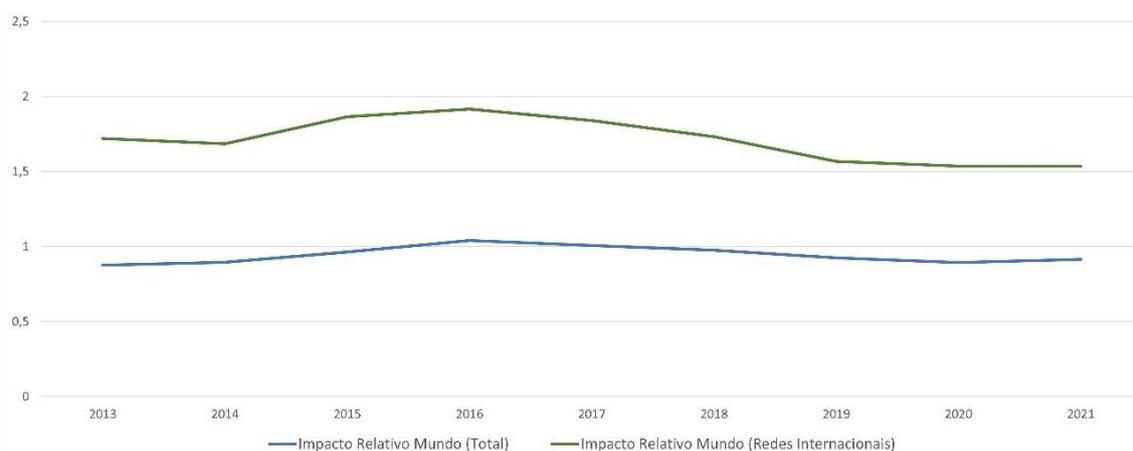
Gráfico 77: Impacto das Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais e Total (2012-2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

Ainda que os resultados pareçam alarmantes, é preciso comparar os dados brasileiros com aqueles referentes ao resto do mundo, uma vez que as mesmas tendências podem ter sido observadas no agregado de países.¹² De fato, e observando as tendências do indicador de impacto relativo, a variação aparente no período parece menor que aquela indicada pela variação absoluta do impacto das publicações brasileiras, seja em seu total ou apenas aquelas oriundas de redes internacionais. O Gráfico 78 a seguir também ilustra a tendência já apontada de maior impacto das publicações brasileiras em colaboração internacional em relação às demais publicações.

Gráfico 78: Impacto Relativo das Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais e Total (2012-2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

No intuito de isolar apenas as publicações oriundas de redes internacionais, o Gráfico 79 abaixo apresenta as variações no impacto absoluto e relativo ao resto do mundo. Como resultado, nota-se uma variação menos acentuada do indicador relativo em relação àquele do impacto absoluto das publicações em colaboração internacional. Com efeito, o indicador relativo ao mundo desta modalidade de publicações brasileiras mostra até certo ponto uma recuperação em termos de impacto entre 2019-2020. As tendências

¹² O indicador “Impacto Relativo ao Mundo” (do inglês, *Impact Relative to World*) é uma proporção entre o impacto do total de citações do país e o impacto das citações para o resto do mundo em um determinado período de tempo.

do Gráfico 79 parecem indicar que o fenômeno de queda nos indicadores de impacto ocorreu não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo.

Gráfico 79: Variação Absoluta e Relativa do Impacto das Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais (2012 – 2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

Finalmente, a Tabela 20 a seguir apresenta a coletânea de dados para todos os indicadores comentados até momento para o período 2012-2021. Adicionalmente, a Tabela 20 traz os números absolutos de citações ano a ano para as publicações brasileiras. Observando os números deste indicador, vê-se que há queda acentuada a partir de 2019. Como se sabe que o tempo de exposição de um documento tem efeito direto no seu número absoluto de citações, optou-se por não analisar estes números em uma perspectiva de série temporal.

Tabela 20: Estatísticas de Publicações Brasileiras por Ano - Redes Internacionais (2012-2021)

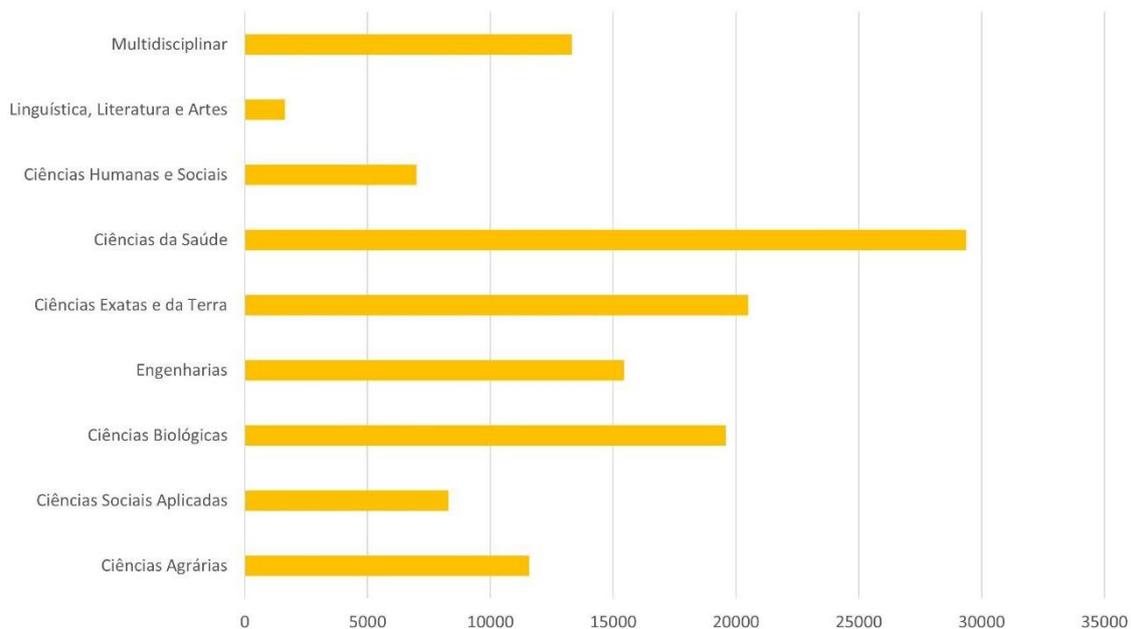
Ano	Número de Publicações	Número de Citações	Impacto de Citações	Impacto em Relação ao Mundo
2012	13928	429091	30,81	1,75
2013	15959	454772	28,50	1,72
2014	18491	480671	25,99	1,68
2015	20984	560702	26,72	1,86
2016	24102	582767	24,18	1,92
2017	25724	537436	20,89	1,84
2018	27820	476587	17,13	1,73
2019	30879	378724	12,26	1,57
2020	33486	316532	9,45	1,54
2021	35887	144504	4,03	1,53

Total	247260	4361786	-	-
--------------	---------------	----------------	----------	----------

Fonte: Incites/Web of Science (extração em 19/11/2022)

Visando enriquecer a análise apresentada anteriormente, faz sentido comentar sobre as áreas de maior concentração das publicações brasileiras, a partir do Gráfico 80. Inicialmente, e observando apenas o ano de 2021, vê-se que quase um quarto das publicações totais do Brasil concentrou-se em Ciências da Saúde (23,18%), seguidas pelas áreas de Ciências Exatas e da Terra (16,7%), Ciências Biológicas (15,45%) e Engenharias (12,19%). De fato, estas somadas representaram 67% das publicações totais do Brasil em 2021.

Gráfico 80: Total de Publicações Brasileiras por Área de Conhecimento (2021)

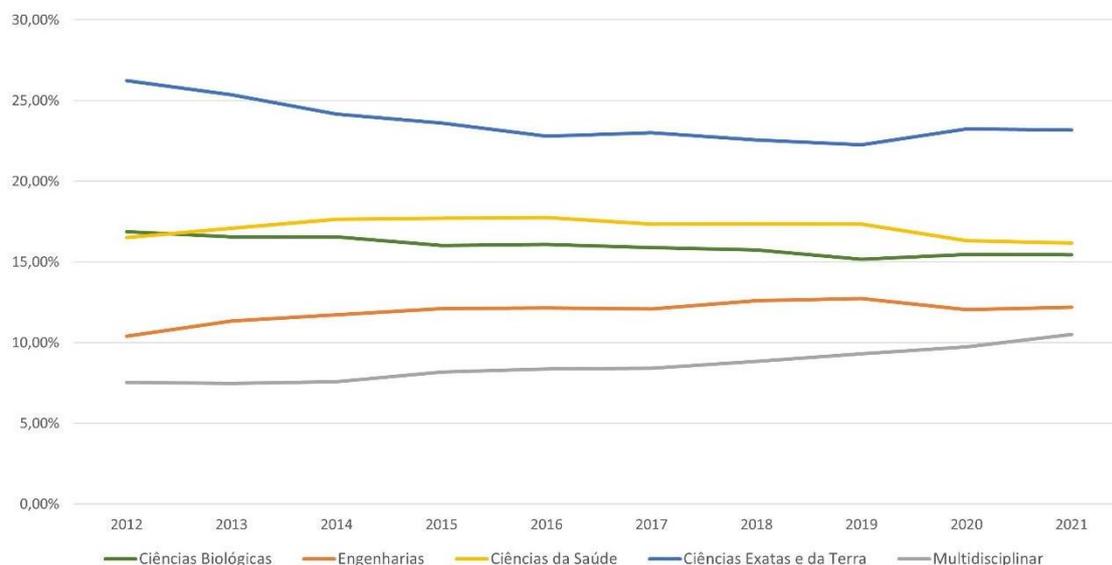


Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

Uma investigação mais aprofundada com foco nas quatro áreas responsáveis pela maior porcentagem das publicações totais brasileiras é apresentada no Gráfico 81 a seguir. O Gráfico apresenta a evolução da participação de cada área em relação ao total de publicações brasileiras entre os anos de 2012 e 2021. No geral, apenas a área de Ciências da Saúde perdeu participação no total do período, com queda de 3,04%, sendo que a área de Engenharias cresceu 1,79% e as duas áreas remanescentes permaneceram estáveis em termos de participação no total. O Gráfico 79 também mostra o crescimento de um tipo importante de pesquisa científica: aquela entre áreas de conhecimento, ou

multidisciplinar. Este tipo de colaboração cresceu de forma sustentada entre 2012 e 2021, tendo aumentado a sua participação de 7,53% para 10,50% do total anual de publicações.

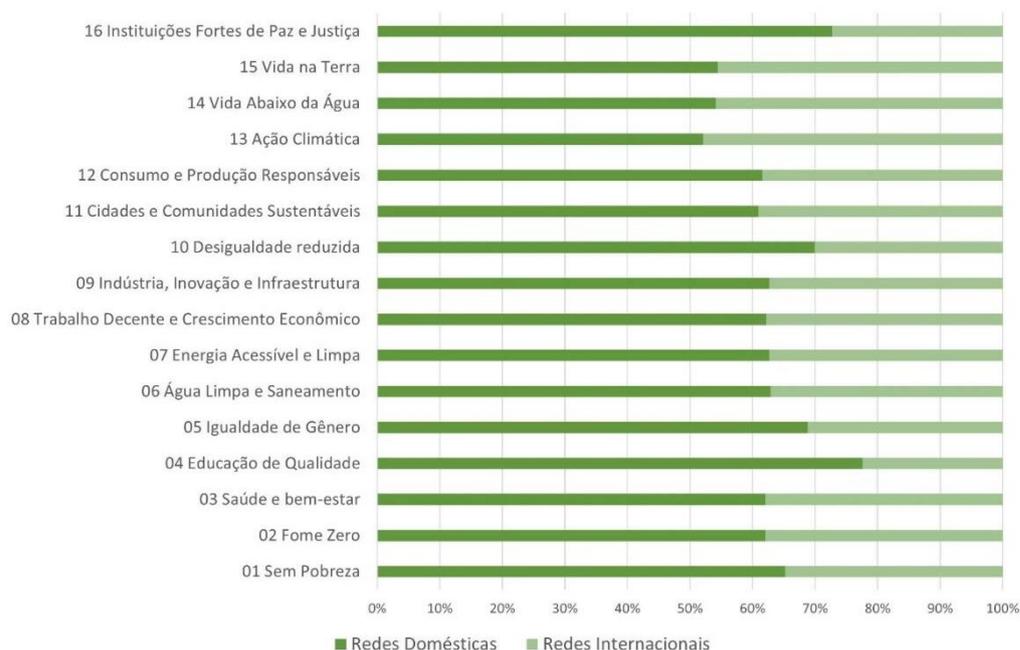
Gráfico 81: Participação Percentual de Áreas de Conhecimento pelo Total de Publicações Brasileiras (2012-2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

De uma forma geral, observa-se para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tendência de concentração parecida àquela das áreas de conhecimento, em torno de publicações na área de Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, e Engenharias. A análise da distribuição das publicações por ODS para ano de 2021 mostra uma concentração no ODS3 (Saúde e Bem-Estar) tanto para publicações originárias de redes domésticas quanto de colaboração internacional. Com efeito, 44% do total de publicações brasileiras em 2021 está relacionado ao ODS3. Representando entre 7% e 8% do total de publicações estão o ODS5 (Igualdade de Gênero), ODS15 (Vida na Terra) e ODS14 (Vida Abaixo da Água). Comparando a ligação dos ODS às redes de pesquisa doméstica e internacional no Gráfico 82 abaixo, observa-se que as publicações internacionais estão mais associadas aos ODS 13, 14 e 15, todos diretamente relacionados à preservação ambiental. Da mesma forma, o ODS4 (Educação de Qualidade) é o que tem a menor porcentagem de publicações oriundas de redes de colaboração internacional (22,4%).

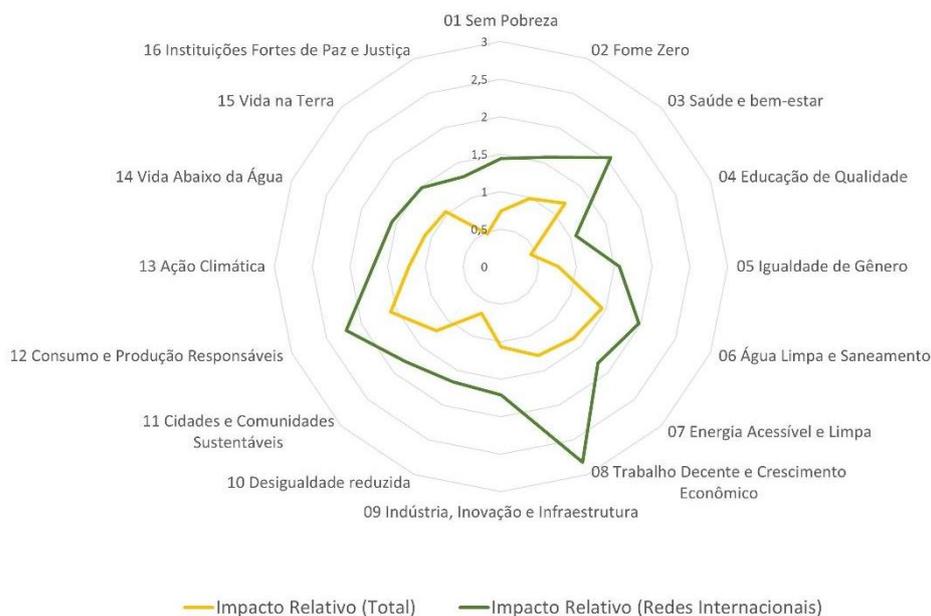
Gráfico 82: % de Publicações Brasileiras por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: Redes Domésticas e Internacionais (2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

Se a distribuição das publicações mostra uma tendência de concentração em ODS parecida com àquela de áreas de conhecimento, o mesmo não ocorre quando se faz a distribuição do impacto geral das publicações por ODS. Ainda que o ODS3 reapareça no topo da lista de impacto para as publicações oriundas de redes domésticas de pesquisa, o mesmo não ocorre para redes internacionais, com o ODS8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) como de maior impacto. Outra diferença é o fato que o ODS12 (Consumo e Produção Responsáveis) aparece em segundo em termos de impacto de publicações originárias de redes domésticas e internacionais de pesquisa. Além da já comentada tendência de maior impacto das publicações em colaboração internacional, é necessário notar no Gráfico 83 que as publicações ligadas ao ODS4 (Educação de Qualidade) figuram como as de menor impacto, tanto àquelas oriundos de redes domésticas quanto internacionais.

Gráfico 83: Impacto das Publicações Brasileiras por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

4.3 – Internacionalização do Ensino Superior: Como é a participação das IES Brasileiras?

Tendo percorrido o caminho de análise sobre a mobilidade de estudantes e docentes, além da análise das características da produção científica brasileira como uma forma de entender a inserção do país nas redes internacionais de pesquisa, resta investigar os dados sobre os principais atores na cooperação educacional e científica do Brasil: as Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados analisados nesta seção têm essencialmente duas origens. Em relação à produção científica e inserção das IES nas redes internacionais de pesquisa, os recortes advêm da plataforma de *analytics* Incites, cujos dados têm origem no repositório de agregação de periódicos científicos Web of Science (extração em 18 de novembro de 2022). Os demais dados são originários da própria Pesquisa COBRADI 2021.

Conforme apontado no segundo capítulo deste relatório, é importante lembrar que a Pesquisa COBRADI 2021 estabeleceu dois prazos iniciais para o envio de dados. O primeiro prazo geral de 30 de setembro de 2022 foi dado essencialmente para todas as instituições que quisessem participar da pesquisa, sendo posteriormente estendido até 31

de outubro de 2022. Até a data de 31 de outubro foram enviadas 66 respostas para a Pesquisa, sendo 22 de instituições que não possuíam dados e conjuntos de dados completos de 44 instituições que tiveram iniciativas de cooperação internacional em 2021. Um terceiro prazo especial foi estabelecido como o dia 11 de novembro de 2022, em virtude da participação das IES públicas brasileiras na pesquisa.

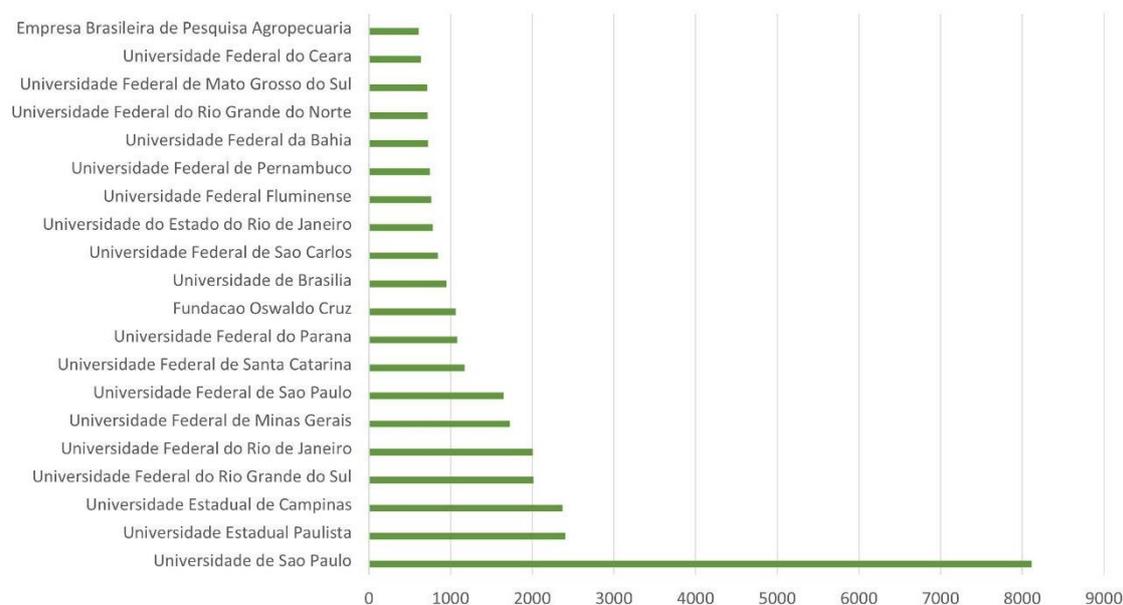
Até aquela data, a Pesquisa COBRADI 2021 recebeu respostas de mais oito Universidades Federais e um Instituto Federal, que agregaram a um total de quatro respostas anteriormente recebidas de quatro Universidades Federais. Assim, a segunda parte da análise apresentada nesta subseção se refere à um conjunto de 279 iniciativas de cooperação internacional das doze IES brasileiras que submeteram dados até 11 de novembro de 2022. **É fundamental ressaltar que os oito conjuntos de dados adicionais recebidos de IES até 11 de novembro de 2022 integram somente esta subseção do relatório.** Tanto estes conjuntos de dados como outros que a Pesquisa COBRADI 2021 venha a receber até 31 de dezembro de 2022 integrarão apenas o relatório final e a base de dados oficial da pesquisa. Igualmente, ainda **não é possível generalizar as conclusões apresentadas neste relatório preliminar com uma tendência para o conjunto de todas as IES**, uma vez que a análise se baseia em dados de doze instituições.

Feitas as considerações metodológicas, o primeiro dado que merece ser analisado é o da participação das IES brasileiras nas redes internacionais de pesquisa em 2021. Utilizando novamente o recurso à produção científica constante em bases agregadoras de periódicos para o ano de 2021, o Gráfico 83 a seguir exhibe uma produção extremamente concentrada na Universidade de São Paulo (USP). A USP concentrou 15,54% da produção brasileira em redes internacionais de pesquisa em 2021, representando essencialmente a soma dos totais das IES que figuram em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares.

O Gráfico 84 também aponta que todas as vinte instituições brasileiras que mais produzem em colaboração internacional são públicas, do Governo Federal ou Estadual. Entre as vinte primeiras, apenas a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) são instituições de governo. Todas as demais dezoito instituições são universidades públicas cuja produção conjunta alcançou 56,45% do total da produção científica em colaboração internacional do Brasil em 2021. Caso a análise fosse ampliada para as trinta primeiras instituições que mais produzem em colaboração internacional, apenas a trigésima instituição da lista não seria uma instituição pública, sendo de fato a primeira instituição privada da lista de instituições brasileiras

(Hospital Albert Einstein). Neste novo cenário de 30 instituições, as 27 universidades públicas que compõem a lista concentram mais de 65% da produção científica por colaboração internacional do país.

Gráfico 84: Número de Publicações de IES Brasileiras em Redes Internacionais de Pesquisa – Top 20 (2021)



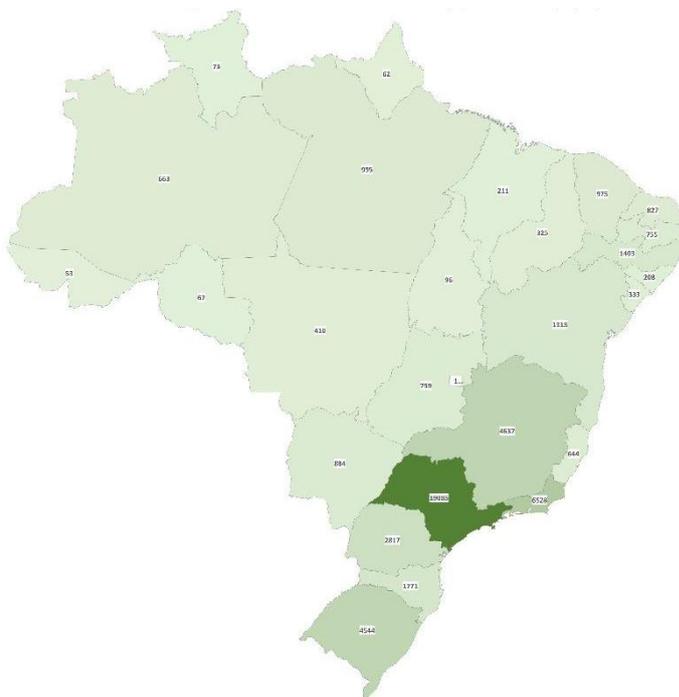
Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

Embora a maior porcentagem do total das publicações em colaboração internacional brasileiras esteja concentrada em instituições públicas (universidades e centros de pesquisa do governo federal), a efetiva distribuição desta produção pelos estados da federação demonstra uma desigualdade abismal. O Gráfico 84 abaixo é uma representação visual da extrema concentração das publicações em colaboração internacional do país nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ao todo, estes três estados concentraram quase 58% da produção internacional do Brasil em 2021.

Logo na terceira, quarta e quinta posição, estariam respectivamente o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, Estados que juntos alcançaram 17,50% da produção brasileira em colaboração internacional em 2021. Acrescentando o percentual correspondente à produção do estado do Espírito Santo, os sete estados que compõem as regiões Sudeste e Sul do país concentraram 76,68% da produção colaborativa internacional do Brasil. A mesma tendência pode ser observada no número de citações às

publicações em colaboração internacional destas duas regiões do país, que em 2021 concentraram 75,35% do total de citações a publicações do Brasil nesta modalidade.

Gráfico 85: Publicações de IES Brasileiras em Redes Interacionais de Pesquisa: Distribuição por Estados da Federação (2021)



Fonte: Incites/Web of Science (extração em 18/11/2022)

Alterando o foco da análise da produção para as iniciativas das doze IES no campo da cooperação educacional e científica, o Gráfico 86 a seguir sugere que as IES se alteraram no papel de Instituição Responsável (aquela que financia a iniciativa) e Canal de Implementação (aquela que executa a iniciativa). Neste tema é a clara parceria da Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério de Relações Exteriores (MRE) com várias destas IES, fator que transforma a ABC/MRE em Instituição Responsável para várias iniciativas implementadas por estas IES. A mesma lógica de divisão de trabalho também aparece em relação à CAPES, que possui programas linhas de financiamento diretamente voltados para atividades de internacionalização do ensino superior brasileiro. Embora a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ainda enviará complementação ao seu conjunto de dados para a pesquisa, a instituição já figura em segundo em termos de iniciativas de cooperação internacional (15,15% do total), apenas atrás da Universidade Federal de Goiás (27,77% do total).

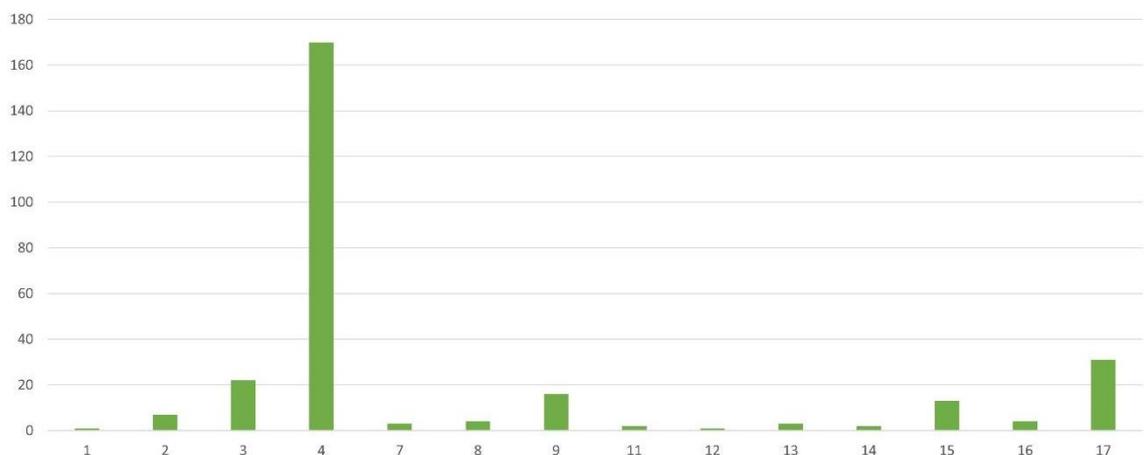
Gráfico 86: Instituições Responsáveis por Iniciativas em IES Brasileiras – Top 10 (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A distribuição das iniciativas das IES por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exibida no Gráfico 87 abaixo não destoia da expectativa, tendo em vista a natureza de suas missões institucionais. Logo, não é estranho que o ODS4 (Educação de Qualidade) concentre quase 61% das iniciativas das IES em 2021. As iniciativas de saúde, ligadas ao ODS3, apontam apenas em terceiro, concentrando 7,88% do total. Embora os gastos da CID brasileira em 2021 tenham se concentrado em contribuições obrigatórias e voluntárias, a mesma tendência não ocorre com as IES. Mesmo assim, é possível perceber que as iniciativas classificadas como ODS17 se referem essencialmente às contribuições das IES a associações internacionais.

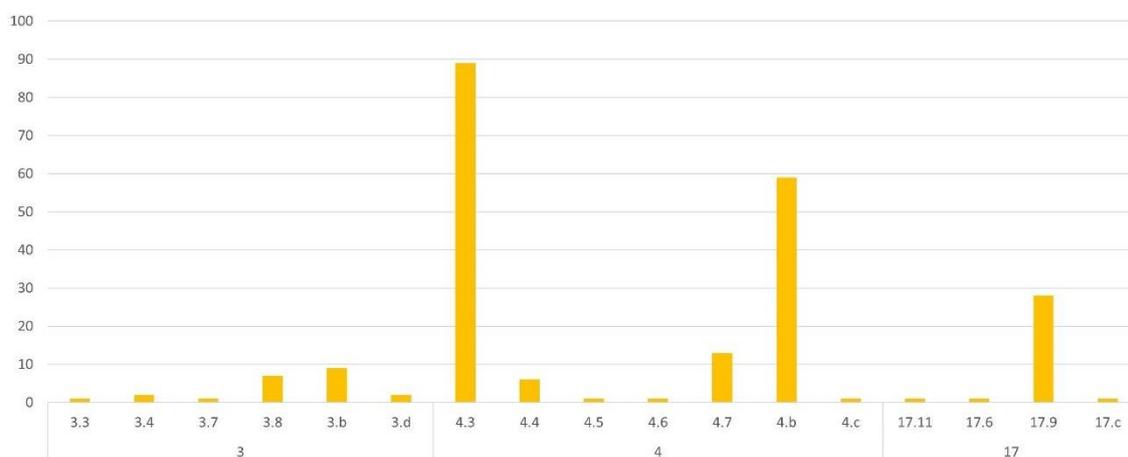
Gráfico 87: Iniciativas de IES Brasileiras por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Detalhando as metas ligadas aos três ODS que mais agregam iniciativas de cooperação das IES no Gráfico 88 a seguir, percebe-se uma tendência menor de concentração. Em relação ao ODS4, as 89 iniciativas ligadas à meta 4.3 se referem a atividades gerais de mobilidade das universidades com seus parceiros internacionais. A mesma situação ocorre com as 59 iniciativas ligadas à meta 4.b, que se referem a atividades de mobilidades junto à países em desenvolvimento. No caso do ODS17, a expectativa de concentração de 28 iniciativas na meta 17.9 era esperada, uma vez que todas elas estão associadas às contribuições a associações internacionais.

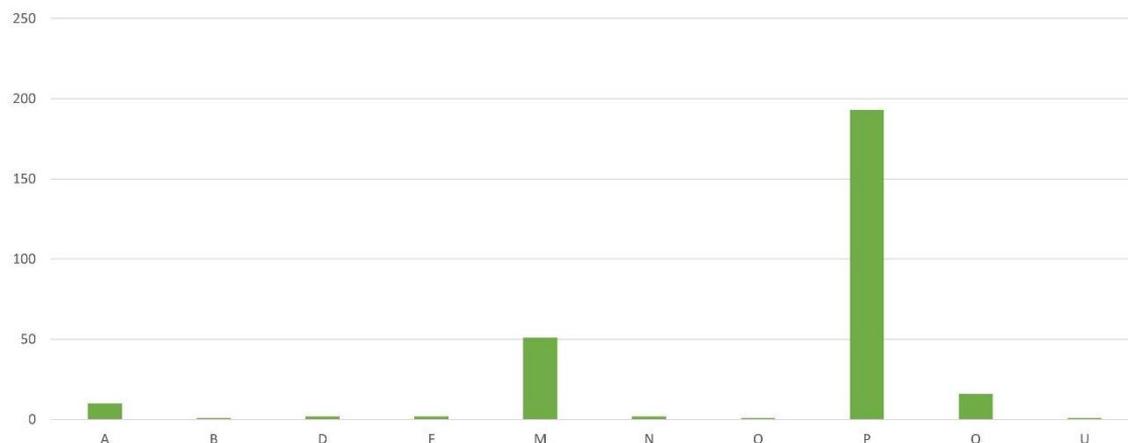
Gráfico 88: Iniciativas de IES Brasileiras por Metas de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

A classificação dos dados das IES por Setor Econômico ressalta ainda mais a característica de concentração em atividades educacionais e de pesquisa, conforme exibido no Gráfico 89. Com efeito, o Setor P (Educação) concentra 69,1% das iniciativas de cooperação listadas, ao passo que o setor M (Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas) concentra 18,2% das iniciativas. Assim, apenas dois setores corresponderiam à 87,45% do total de iniciativas de cooperação internacional das IES em 2021. Por fim, outro setor que merece destaque é o Q (Saúde Humana e Atividades de Assistência Social), responsável por 5,73% das iniciativas em 2021.

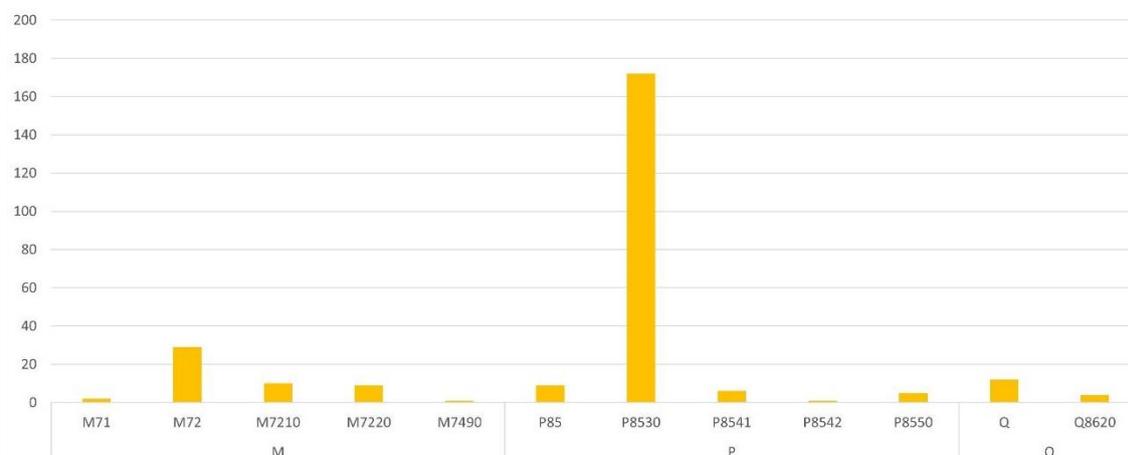
Gráfico 89: Iniciativas de IES Brasileiras por Setor Econômico – Classificação ISIC (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Aumentando o nível de detalhamento dos principais setores econômicos ligados às iniciativas de cooperação internacional, dois padrões visuais claros emergem no Gráfico 90. O primeiro é a concentração em atividades de pesquisa e desenvolvimento científico (M72), seja na área de pesquisas experimentais nas áreas de ciências e engenharias (M7210) ou nas áreas de ciências sociais e humanas (M7220). O segundo é a agregação de 66% das iniciativas de cooperação internacional na categoria “Ensino Superior” (P8530).

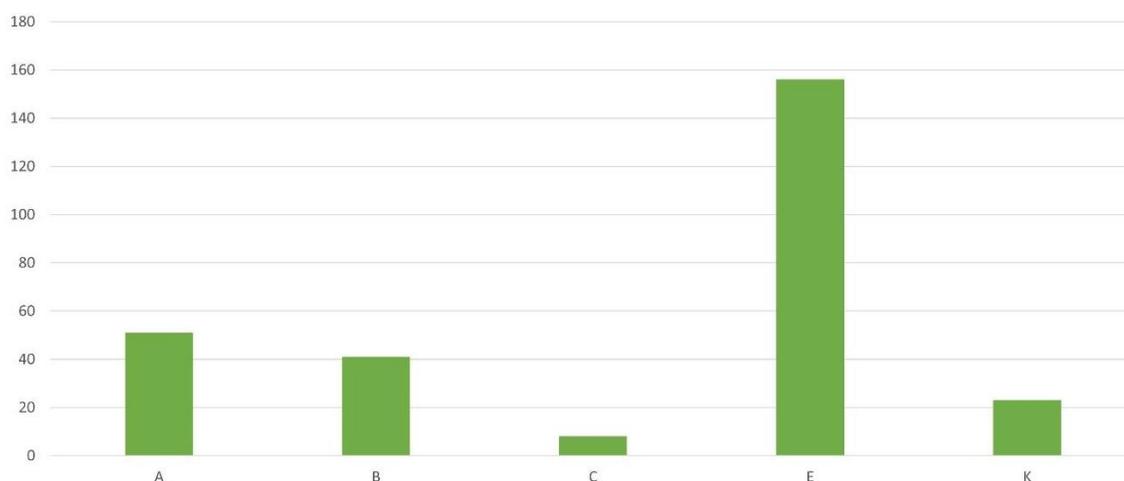
Gráfico 90: Iniciativas de IES Brasileiras por Setores Econômicos Seleccionados – Classificação ISIC (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

No que diz respeito às modalidades de cooperação internacional, há algumas tendências que ensejam comentários adicionais que clarificam àqueles já apresentados na discussão sobre Instituição Responsável e ODS. Observando o Gráfico 91 a seguir, é importante notar que várias IES veem o financiamento de iniciativas por parte da ABC, MRE e CAPES como pertencentes a modalidade de Cooperação “A” (Apoio Orçamentário). Conforme comentado, anteriormente, as IES entendem a parceria com estas instituições como um meio para implementar iniciativas de seus planos de internacionalização. Outra situação digna de maior detalhamento é aquela relacionada a modalidade de cooperação “B” (Contribuições Financeiras à Programas e Fundos), que concentra número elevado de iniciativas em virtude das já comentadas contribuições das IES a associações internacionais.

Gráfico 91: Iniciativas de IES Brasileiras por Modalidade de Cooperação (2021)



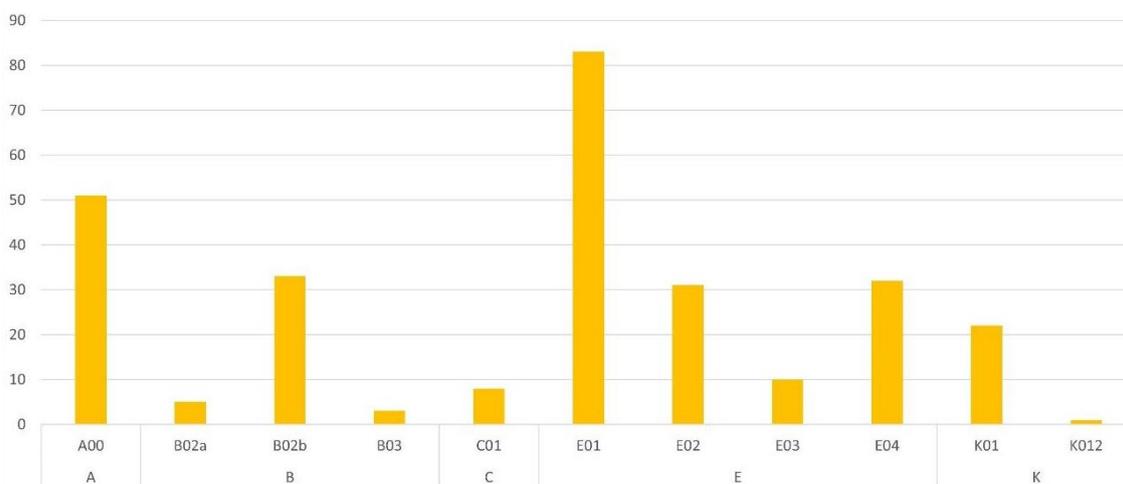
Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Apresentando um maior nível de detalhamento por subitem, o Gráfico 92 abaixo traz informações importantes sobre as características das bolsas e iniciativas de mobilidade das IES descritas na modalidade E (Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes). Embora os subitens referentes à estudantes estrangeiros matriculados em IES brasileiras alcance quase três quartos das iniciativas da modalidade E (E01 e E02), as IES participantes também listaram 42 iniciativas de mobilidade de seus próprios estudantes a instituições estrangeiras.

Outro caso que necessita comentário é a existência de contribuições de IES brasileiras às organizações multilaterais (Modalidade “B”) que não sejam “contribuições voluntárias” (B02b). De fato, os gastos listados sob a ação orçamentária 000Q levam o

nome de “Contribuições Voluntárias da União à Organismos Internacionais”, ação à qual estão ligadas 33 contribuições de IES brasileiras em 2021. É igualmente preciso esclarecer se a classificação oficial do governo brasileiro poderia ser estendida para a utilização do código “B03” (Contribuições de uso específico). Para o caso da cooperação educacional e científica, parece fazer mais sentido dizer que as contribuições são de uso específico setorial definido pelas IES.

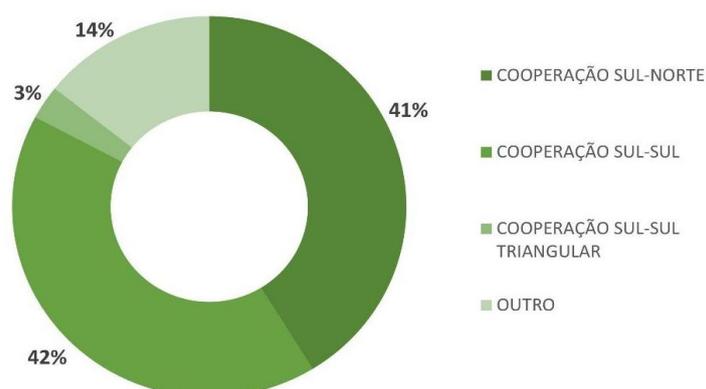
Gráfico 92: Iniciativas de IES Brasileiras por Subitens de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Finalmente, analisando a distribuição das iniciativas por arranjo de cooperação internacional vê-se que há um leve incremento nas ações de Cooperação Sul-Sul em comparação aos dados gerais da Pesquisa COBRADI 2021 apresentados nos capítulos dois e três deste relatório. Sabendo que as atividades das IES estão fundamentalmente concentradas em mobilidade e pesquisa, pode-se dizer a partir das proporções exibidas no Gráfico 93 a seguir que houve razoável equilíbrio entre as iniciativas Sul-Sul e Sul-Norte no contexto das doze IES que participaram da Pesquisa COBRADI 2021.

Gráfico 93: Iniciativas de IES Brasileiras por Arranjo de Cooperação Internacional (2021)



Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

É igualmente importante comentar sobre as características da implementação das iniciativas de cooperação Sul-Sul e Sul-Norte. Uma característica já apontada ao longo deste relatório também aparece na Tabela 21 a seguir: a construção de parcerias amplas entre vários atores para a execução de iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Excetuando-se as contribuições à Organismos Multilaterais que figuram na categoria “Outro”, tanto na cooperação Sul-Norte quanto na Sul-Sul é possível notar a presença de diversos canais de implementação, mesmo considerando que a amostra é exígua, oriunda de apenas doze IES.

Tabela 21: Iniciativas de IES Brasileiras por Arranjo de Cooperação Internacional e Canal de Implementação (2021)

Arranjo de Cooperação / Canal	Número de Iniciativas
COOPERAÇÃO SUL-NORTE	115
11001 - Governo Federal	48
11002 - Governo Estadual	12
11004 - Governo Municipal	1
20000 - ONGs e Sociedade Civil	7
30000 - PPPs e Redes	3
40000 - Organizações Multilaterais	1
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	32
60000 - Instituições do Setor Privado	11
COOPERAÇÃO SUL-SUL	116
11001 - Governo Federal	9
11004 - Governo Municipal	12
40000 - Organizações Multilaterais	3
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	92
COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR	8
11001 - Governo Federal	1

11004 - Governo Municipal	5
20000 - ONGs e Sociedade Civil	1
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	1
OUTRO	40
40000 - Organizações Multilaterais	7
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	33
Total Geral	279

Fonte: Pesquisa COBRADI 2021

Referências

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. *Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT): manual de orientação*. 2. ed. Brasília: ABC, 2004

_____. *Manual de gestão da cooperação técnica Sul-Sul*. Brasília: ABC, 2013.

_____. *Cotton-4 + Togo: uma parceria de sucesso*. Brasília: ABC, 2016.

_____. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

Castioni, Remi et. al. *Universidades Federais na Pandemia de Covid-19: A falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?* Brasília: IPEA, Texto para Discussão 2637, Março 2021.

Castro, M.C., Gurzenda, S., Turra, C.M. et al. “Reduction in life expectancy in Brazil after COVID-19”. *Nature Medicine* 27, 1629–1635 (2021).

Costa, Joana et. al. *Desigualdades no Mercado de Trabalho e a Pandemia de Covid-19*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 2684, Agosto de 2021.

Góes, Geraldo et. al. “O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de Covid-19 nos seus fluxos e estoques.” *Carta de Conjuntura* 54 (7), 1º trimestre de 2022.

IPEA. “Saúde – Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise”. *Boletim de Política Social* 29, 2022.

Knight, J. Updated definition of internationalization. *International Higher Education*, n. 33, mar. 2015.

Knight, J. Is Internationalisation of Higher Education Having an Identity Crisis? In: Maldonado-Maldonado A., Bassett R. (eds) *The Forefront of International Higher Education*. Higher Education Dynamics, v. 42. Springer: Dordrecht, 2014, p. 75-87.

Knight, J. *Concepts, Rationales, and Interpretive Frameworks in the Internationalization of Higher Education*. SAGE Publications. p. 27-42, jan. 2012.

Knight, J. Checkpoints for an internationalization strategy. *Canadian Bureau for International Education*, n. 7. p. 1-15. 1994.

Lameiras, Maria et. al. “Desempenho recente do mercado de trabalho”. *Carta de Conjuntura* 51 (32), 2º trimestre de 2021.

Nascimento, Paulo Meyer et. al. *Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto durante a Pandemia*. Brasília: IPEA, Nota Técnica 88, 2020.

Neri, Marcelo. *Mapa da Nova Pobreza*. Rio de Janeiro: FGV Social, junho 2022.

OECD. *International Migration Outlook 2022*. Paris: OECD Publishing, 2022. <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

Rabiu, Aishat et. al. “Dengue and COVID-19: A double burden to Brazil” *Journal of Medical Virology* 93, 2021, pg 4092-4093.

Rocha, Enid; Resende, Valéria. *A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas*. Brasília: IPEA, Nota de Política Social 1, 2022.

Schleicher, Rafael; Barros, Paula. “Medindo o Gasto Externo Brasileiro para a Implementação da Agenda 2030: O Novo COBRADI 2021-2024”. *Boletim de Economia Política Internacional*, No 33, Maio-Agosto, 2022. Pgs 139-157. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>

Solomon, A. et. al. *Impact of the COVID-19 pandemic on seven neglected tropical diseases: a model-based analysis*. Geneva: WHO, 2021.

Souza Júnior, José Ronaldo de C. “Visão geral da conjuntura” *Carta de Conjuntura* 53 (27), 4º trimestre de 2021.

Souza, Pedro. “A Pandemia de Covid-19 e a Desigualdade Racial de Renda”. *Boletim de Análise Político-Institucional* 26, Março 2021.

UNESCO. *UNESCO Science Report: the race against time for smarter development*. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. *Global education monitoring report, 2019: Migration, displacement and education: building bridges, not walls*. Paris: UNESCO, 2018.

Werneck, Guilherme L. “Long-term mass population effects of the COVID-19 pandemic: a long way to go” *Cadernos de Saúde Pública* 38(7), 2022.

Bibliografia Complementar

Achcar, H. de M. “South-south cooperation and the re-politicization of development in health”. *World Development*, Elsevier, v. 149, p. 105679, 2022.

Barreto, L. P. T. F. *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, 2010.

Duarte, N. d. A.; Junior, A. E.; Siqueira, S. “O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos estados unidos”. *Saúde e Sociedade*, SciELO Brasil, v. 22, p. 365–376, 2013.

Ferreira, K. L.; Schreiber, D.; Puffal, D. P. “Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação”. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, SciELO Brasil, v. 10, p. 254–273, 2016.

Giovanella, L. et al. “Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao sus nas cidades de fronteira com países do mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde”. *Cadernos de Saúde Pública*, SciELO Public Health, v. 23, p. S251–S266, 2007.

Lima, J. A. d. S. “Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira?” Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

Saldanha, R. d. F.; Bastos, R. R.; Barcellos, C. “Microdatasus: a package for downloading and preprocessing microdata from brazilian health informatics department (datasus)”. *Cadernos de saúde pública*, SciELO Brasil, v. 35, 2019.

Santos, M. et al. “International trade and health care in brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement?” *International Journal of Health Services*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 49, n. 2, p. 343–359, 2019.

Sugimoto, S. P. et al. “Latin american immigrants have limited access to health insurance in japan: a cross sectional study”. *BMC public health*, Springer, v. 12, n. 1, p. 1–9, 2012

Anexo I – Modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Modalidade	Descrição	Subtipos	Descrição
A	Apoio Orçamentário	A00	A00: Identifica as contribuições do provedor para o orçamento do governo de um país receptor, que tem responsabilidade exclusiva pelo uso e prestação de contas pelos fundos. O apoio ao orçamento pode ser genérico (não alocado ao setor) ou setorial (por exemplo, energia, agricultura).
B	Contribuições Financeiras à Programas e Fundos	B01; B02a; B02b B03	<p>B01: Os fundos são pagos às ONGs (locais, nacionais e internacionais) para uso a critério desta última, e contribuem para programas e atividades que as próprias ONGs desenvolveram e que implementam por sua própria autoridade e responsabilidade. Contribuições centrais para PPPs, fundos pagos a fundações (por exemplo, fundações filantrópicas) e contribuições a institutos de pesquisa (públicos e privados) também são registrados aqui.</p> <p>B02a: Contribuições <u>obrigatórias</u> aos orçamentos de instituições multilaterais, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos de desenvolvimento, organizações internacionais de desenvolvimento e humanitárias. As contribuições são calculadas com base na fórmula acordada com a qual os membros se comprometem ao ingressar em uma instituição.</p> <p>B02b: Contribuições <u>voluntárias</u> não vinculadas aos orçamentos de instituições multilaterais, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos de desenvolvimento, organizações internacionais de desenvolvimento e humanitárias. Excluem-se atividades em benefício do próprio país doador.</p> <p>B03: Contribuições <u>de uso específico</u> definidas pelo país doador, com foco específico setorial, temático ou geográfico. Inclui contribuições para projetos, programas e fundos administrados por instituições multilaterais, por exemplo. Fundos fiduciários de vários doadores e doadores únicos, bem como alguns fundos agrupados da ONU e Fundos Intermediários Financeiros, excluindo atividades em benefício próprio.</p>
C	Projetos	C01	C01: Identifica recursos, atividades e entregas específicas apoiadas pelo país para atingir objetivos/resultados específicos dentro de um prazo definido, com um orçamento definido e uma área geográfica definida.
D	Cooperação Técnica	D01; D011; D012; D013 D021	<p>D01: Categoria geral relacionada à gastos com a cooperação técnica implementada por agentes do governo do país. Os gastos diretos com cooperação técnica nos projetos descritos em C01 não estão incluídos neste item.</p> <p>D011: Gastos específicos e relacionados a horas técnicas de agentes do governo, contratação de especialistas, e custos de oportunidade, diretamente associados à atividade de cooperação técnica.</p> <p>D012: Gastos específicos e relacionados a diárias e passagens aéreas, que estão diretamente associadas à atividade de cooperação técnica. Também inclui custos relacionados a viagens de voluntários.</p> <p>D013: Gastos específicos e relacionados a aquisição de serviços, materiais, equipamentos e suprimentos necessários para a implementação de</p>

			<p>atividades/projetos de cooperação técnica entre países em desenvolvimento.</p> <p>D021: Despesas específicas relacionadas a atividades de capacitação e treinamento, incluindo conferências, seminários, workshops, visitas de intercâmbio. Inclui a oferta de treinamento com especialistas recrutados internacionalmente ou localmente.</p>
E	Bolsas de estudo e gastos com estudantes	E01; E02; E03; E04	<p>E01: Bolsas/treinamento para estudantes estrangeiros <u>no Brasil</u>.</p> <p>E02: Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros <u>no Brasil</u>.</p> <p>E03: Bolsas/treinamento para estudantes <u>no Exterior</u>.</p> <p>E04: Outros gastos relacionados a estudantes <u>no Exterior</u>.</p>
G	Custos administrativos (não incluídos em outras modalidades)	G01	<p>G01: Inclui custos administrativos de entrega de atividades (não incluídos em outras modalidades). Quando o valor exato não puder ser identificado, os relatores podem estimar esses custos da seguinte forma: i) tomar como ponto de partida os custos administrativos totais da instituição envolvida na entrega das atividades; e ii) fazer um cálculo proporcional, refletindo a participação das atividades nas despesas totais da instituição.</p>
H	Despesas no país fornecedor	H00	<p>H00: Despesas no país fornecedor não incluídas em nenhum outro lugar.</p>
I	Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e outras pessoas protegidas	I01; I02; I03; I04; I05	<p>I01: Custos incorridos em países doadores para assistência básica a requerentes de asilo, refugiados e pessoas protegidas de países elegíveis para TOSSD, até 12 meses.</p> <p>I02: Custos incorridos em países doadores para assistência básica a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas, além do período de 12 meses, na medida em que o indivíduo não seja reconhecido pelas autoridades competentes do país em que ele/ela solicitou asilo como tendo os direitos e obrigações inerentes à posse de residência ou nacionalidade desse país.</p> <p>I03: Apoio financeiro, material ou técnico a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas noutros países de acolhimento.</p> <p>I04: Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas protegidas que regressam voluntariamente aos seus países de origem, nacionalidade ou última residência habitual. Exclui-se a assistência pré-partida.</p> <p>I05: Custos incorridos em países doadores para promover a integração em sua economia de solicitantes de refúgio, refugiados, pessoas protegidas e migrantes. Abrange atividades que promovam a integração na economia e cultura do país doador (incluindo formação linguística, formação profissional, regimes de proteção social, programas de emprego, sensibilização para a cultura nacional), até aos primeiros 5 anos de permanência. O apoio temporário/assistência básica está coberto pelas modalidades I01 e I02.</p>
J	Doações em Espécie	J01	<p>J01: Doação de bens e materiais. Inclui alimentos, equipamentos (incluindo equipamentos médicos), materiais e veículos motorizados. Os materiais e suprimentos necessários para implementar as atividades de cooperação técnica são registrados em D013.</p>

K	Pesquisa e Desenvolvimento	K01; K011; K012	<p>K01: Gastos gerais para projetos de pesquisa conjuntos entre dois ou mais países, cobrindo o tempo de trabalho e custos de oportunidade de cientistas/especialistas e outro pessoal de pesquisa do país declarante, bem como despesas com infraestrutura e serviços relacionados à ciência (laboratórios, equipamentos, materiais, suprimentos) diretamente associada à atividade de pesquisa.</p> <p>K011: Gastos específicos relacionados a laboratórios, equipamentos e insumos diretamente associados à pesquisa e atividades de desenvolvimento.</p> <p>K012: Gastos específicos relacionados a horas de trabalho e custos de oportunidade de cientistas/especialistas e outros pesquisadores do país.</p>
---	----------------------------	--	--

Anexo II – Internações Hospitalares no Âmbito do SUS de Nacionais de Países em Desenvolvimento (2021)

Nacionalidade	Quantidade de Internações	Valor Gasto em Internações (R\$)
Venezuela	8245	R\$ 8.813.392,13
Bolívia	4594	R\$ 7.789.934,10
República do Haiti	2866	R\$ 3.417.066,15
Paraguai	2166	R\$ 4.609.667,28
Argentina	1052	R\$ 2.428.538,97
Uruguai	404	R\$ 1.585.035,28
Colômbia	387	R\$ 795.320,41
Chile	385	R\$ 1.133.415,18
Curaçao	367	R\$ 631.694,66
Costa Rica	347	R\$ 496.522,86
Peru	328	R\$ 620.416,74
China	279	R\$ 770.230,25
Angola	169	R\$ 176.690,87
Costa do Marfim	138	R\$ 98.365,00
Botsuana	119	R\$ 231.248,43
República árabe do Egito	84	R\$ 128.926,08
Antigua e. dep. barbuda	74	R\$ 59.189,48
República dominicana	69	R\$ 59.145,13
Bahrein	60	R\$ 136.353,47
Libano	56	R\$ 246.714,41
Abissínia	55	R\$ 137.047,33
República do gabão	52	R\$ 71.122,88
Comunidade das Bahamas	51	R\$ 80.889,35
Brunei	50	R\$ 58.586,93
Guatemala	48	R\$ 99.958,76
Senegal	47	R\$ 61.966,23
Nigéria	46	R\$ 46.971,37
Bangladesh	43	R\$ 107.821,23
República Guiana	42	R\$ 36.032,63
Estados assoc. das Antilhas	40	R\$ 76.089,45
Gana	39	R\$ 27.976,05
Afeganistão	37	R\$ 97.095,76
Síria	36	R\$ 50.620,52
Bashkista	35	R\$ 45.334,82
Equador	35	R\$ 32.741,96
México	34	R\$ 137.940,46
Suriname	31	R\$ 21.986,62
Trinidad e Tobago	31	R\$ 19.191,76

Comunidade dominicana	29	R\$	56.720,01
Congo	28	R\$	19.901,24
Ilhas virgens americanas	26	R\$	80.769,07
Guine Bissau	24	R\$	15.867,93
Albânia	23	R\$	88.071,15
Moçambique	23	R\$	23.663,37
Guine	22	R\$	26.100,93
Ilhas santa cruz	22	R\$	15.635,46
Honduras britânicas	21	R\$	138.208,99
Paquistão	19	R\$	27.892,22
China (Taiwan)	18	R\$	48.646,54
Ilhas pascoa	18	R\$	20.263,64
Nicarágua	16	R\$	46.886,92
Cabo Verde	15	R\$	15.307,16
São Vicente	15	R\$	121.016,14
Filipinas	14	R\$	16.127,02
Honduras	14	R\$	28.103,07
Marrocos	14	R\$	9.936,77
Bermudas	13	R\$	8.580,08
Líbia	13	R\$	13.791,66
Açores	12	R\$	14.255,60
Índia	12	R\$	39.578,86
Jamaica	12	R\$	16.816,43
República da África do Sul	12	R\$	16.874,89
Ilha milhos	10	R\$	6.984,43
Namíbia	10	R\$	11.418,14
Panama	10	R\$	37.348,52
Santa lúcia	10	R\$	8.947,85
Togo	10	R\$	14.173,82
Belize	9	R\$	58.234,87
Camarões	9	R\$	7.424,36
Guiana francesa	9	R\$	4.544,33
Porto rico	9	R\$	13.004,73
Turquia	9	R\$	37.245,88
Argélia	8	R\$	14.813,87
Jordania	8	R\$	25.097,49
Ira	7	R\$	30.545,25
Martinica	7	R\$	10.164,48
Quitaueno	7	R\$	4.592,68
Arabia saudita	6	R\$	4.163,62
Burundi	6	R\$	15.490,23
Chade	6	R\$	2.849,63

Iraque	6	R\$	4.878,07
Lituânia	6	R\$	3.404,80
Monte serrat	6	R\$	5.950,12
Oman	6	R\$	16.801,06
Palestina	6	R\$	8.777,13
Zimbabwe	6	R\$	5.965,58
Alto volta	5	R\$	4.231,59
Laos	5	R\$	4.726,82
Quênia	5	R\$	12.214,28
República de El salvador	5	R\$	12.458,30
Ruanda	5	R\$	11.609,19
Somália	5	R\$	7.365,41
Antártico argentino	4	R\$	2.322,52
Aruba	4	R\$	4.134,14
Bechuanalandia	4	R\$	13.902,48
Benin	4	R\$	5.245,16
Burkina Fasso	4	R\$	1.502,94
Guine equatorial	4	R\$	3.784,62
Iêmen	4	R\$	3.363,73
Ilhas Malvinas	4	R\$	3.234,26
Ilhas turca	4	R\$	2.139,67
Lesoto	4	R\$	4.907,71
Macau	4	R\$	14.795,22
Maldivas	4	R\$	3.075,83
República do Níger	4	R\$	2.631,25
Ruanda	4	R\$	8.038,97
Saara espanhol	4	R\$	3.312,61
Zâmbia	4	R\$	2.708,18
Antilhas holandesas	3	R\$	763,94
Butão	3	R\$	5.740,33
Ceilão	3	R\$	6.774,92
Israel	3	R\$	3.172,78
Libéria	3	R\$	7.305,91
Mauritânia	3	R\$	676,32
Papua nova guine	3	R\$	3.785,73
República centro africana	3	R\$	1.634,95
Serra leoa	3	R\$	485,65
Uzbequistão	3	R\$	1.845,65
Zaire	3	R\$	34.893,79
Armenia	2	R\$	1.327,18
Chipre	2	R\$	2.431,92
Daome	2	R\$	1.360,20
Emirados árabes unidos	2	R\$	15.666,15

Gaza	2	R\$	1.638,21
Gorno altai	2	R\$	959,39
Hong-Kong	2	R\$	1.727,98
Kabardino balkar	2	R\$	1.231,16
Kalmir	2	R\$	5.839,08
Letônia	2	R\$	1.366,48
Madagascar	2	R\$	1.503,58
Nepal	2	R\$	1.409,04
Samoa americana	2	R\$	1.109,08
Tailândia	2	R\$	13.459,60
Tanzânia	2	R\$	4.070,04
Tunísia	2	R\$	1.568,22
Tuvalu	2	R\$	2.064,73
Vietnã do norte	2	R\$	2.229,08
Azerbaijão	1	R\$	9.716,50
Birmânia	1	R\$	1.208,25
Catar	1	R\$	55,27
Ilhas cosmoledo (lomos)	1	R\$	947,10
Ilhas novas hebridas	1	R\$	636,96
Indonésia	1	R\$	179,62
Karachaevochekess	1	R\$	572,90
Malásia	1	R\$	790,50
Mali	1	R\$	547,51
Mari	1	R\$	766,23
Mauricio	1	R\$	463,21
Nauru	1	R\$	711,77
Nguane	1	R\$	1.500,00
Panama(zona do canal)	1	R\$	367,44
Protetor do sudoeste africano	1	R\$	199,33
República de Fiji	1	R\$	336,34
Rodésia (Zimbábue)	1	R\$	1.563,65
Samoa ocidental	1	R\$	1.547,44
São Cristóvão	1	R\$	414,62
São tome e príncipe	1	R\$	719,78
Sudão	1	R\$	1.800,44
Tadjiquistão	1	R\$	2.930,21
Tonga	1	R\$	1.500,00
Tuvin	1	R\$	9.519,05

Anexo III – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Instituição Responsável (2021)

Instituição Responsável	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
Advocacia Geral da União	107.384,65	3	22.742,40	184
Agência Brasileira de Cooperação	139.402.509,96	145	660.009,00	5359
Agência Nacional de Aviação Civil	6.197,30	2	6.197,30	50
Agência Nacional de Cinema	1.059.382,85	2	24.102,00	195
Agência Nacional de Telecomunicações	150.676,00	3	50.676,00	410
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	13.505,75	2	1.854,00	15
Agência Nacional de Transportes Terrestres	16.128,52	1	-	0
Arquivo Nacional	158.208,00	4	158.208,00	1280
Banco Central do Brasil	1.691.606,88	39	66.373,20	537
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais	-	2	-	0
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	706.390,42	3	-	0
Comando da Aeronáutica	402.262,76	4	-	0
Comando da Marinha	111.370,30	1	-	0
Comissão de Valores Mobiliários	77.253,18	1	-	0
Companhia Nacional de Abastecimento	32.353.049,89	2	-	0
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	391.932,16	1	-	0
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	14.529.448,20	184	-	0
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	197.972.018,77	3570	-	0
Defensoria Pública da União	1.450.602,17	23	1.031.194,80	8343
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	222.544.790,00	2	-	0
Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	13.837.640,54	14	-	0
Escola Nacional de Administração Pública	292.175,54	8	55.592,16	624
Fórum de Pesquisa Agropecuária na África	-	1	-	0

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	80.843.796,52	1355	-	0
Fundação Oswaldo Cruz	2.882.719,62	53	360.046,80	2913
Governo do Distrito Federal	107.393,77	1	1.606,80	13
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	81.314,40	4	64.500,00	688
Instituto Federal da Paraíba	8.315,00	1	-	0
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	8.694.112,93	5	362.541,60	1306
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	37.300,00	1	-	0
Instituto Nacional do Seguro Social	374.718,20	2	-	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	362.585,11	2	5.760,00	96
Ministério da Cidadania	45.836,71	1	-	0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.780.711,29	18	9.441,12	78
Ministério da Defesa	101.422.394,68	132	-	0
Ministério da Economia	5.696.651.716,20	133	-	0
Ministério da Educação	39.925.373,53	1822	-	0
Ministério da Infraestrutura	181.792,83	3	-	0
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	73.099,74	1	-	0
Ministério da Saúde	54.905.419,10	164	-	0
Ministério das Comunicações	83.503,07	1	-	0
Ministério de Minas e Energia	39.755,75	2	3.090,00	25
Ministério de Relações Exteriores	7.790.646,58	40	-	0
Ministério do Trabalho	767.046,91	6	-	0
Ministério do Turismo	3.650.001,34	8	31.270,80	253
Programa EUROsociAL	64.272,00	1	9.888,00	80
Rede D'Or	4.120.288,48	3	-	0
Suntory Beverage and Food Limited	269.500,00	1	-	0

Suntory Global Innovation Center Limited	275.953,00	1	-	0
Superintendência de Seguros Privados	513.807,74	5	1.874,99	11
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	8.670,00	1	-	0
Universidade Federal da Bahia	2.023,45	2	-	0
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	11.051,05	2	-	0
Universidade Federal da Paraíba	24.618,75	4	-	0
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	23.349,95	3	-	0
Universidade Federal de Goiás	70.676,15	4	-	0
Universidade Federal de Itajubá	10.289,50	2	-	0
Universidade Federal de Lavras	-	2	-	0
Universidade Federal de Ouro Preto	-	26	-	0
Universidade Federal de Roraima	13.291,88	2	-	0
Universidade Federal do ABC	1.904,29	1	-	0
Universidade Federal do Rio de Janeiro	79.279,43	6	-	0
Universidade Federal do Rio Grande	18.301,77	2	-	0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	64.718,38	4	-	0
Universidade Tecnológica Federal do Paraná		30	-	0
Total Geral	6.633.556.082,94	7874	2.926.968,97	22459

Anexo IV – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por ODS (2021)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Total de Horas Técnicas
01 Sem Pobreza	10.316.278,27	7	619.977,60	5016
02 Fome Zero	187.454.196,44	41	29.664,00	240
03 Saúde e bem-estar	356.741.259,36	260	331.124,40	2679
04 Educação de Qualidade	374.553.427,17	6443	393.812,40	1559
05 Igualdade de Gênero	301.055,10	4	1.854,00	15
06 Água Limpa e Saneamento	1.765.710,93	4	0,00	0
07 Energia Acessível e Limpa	1.759.298,81	5	3.708,00	30
08 Trabalho Decente e Crescimento Econômico	343.462.483,38	71	92.350,19	743
09 Indústria, Inovação e Infraestrutura	3.993.914.260,65	677	50.676,00	410
10 Desigualdade reduzida	106.948.547,43	8	79.121,30	640
11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	18.426.465,74	15	0,00	0
12 Consumo e Produção Responsáveis	2.110.486,30	3	0,00	0
13 Ação Climática	3.992.766,05	7	64.500,00	688
14 Vida Abaixo da Água	6.146.117,92	11	11.150,70	156
15 Vida na Terra	9.214.564,92	12	0,00	0
16 Instituições Fortes de Paz e Justiça	264.890.544,87	197	1.185.109,50	9591
17 Parceria Global	951.558.619,62	109	63.920,88	693
Total Geral	6.633.556.082,94	7874	2.926.968,97	22459

Anexo V – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Setor Econômico (2021)

Setor Econômico (ISIC)	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Total de Horas Técnicas
A - Agricultura, silvicultura e pesca	43.169.480,16	26	9.049,50	139
B - Mineração e pedreira	2.521.066,74	2	0,00	0
C - Indústria e Produção	3.384.179,83	5	0,00	0
D - Energia, Gás e Eletricidade	1.367.882,76	5	618,00	5
E - Água e Esgoto	3.543.444,03	4	0,00	0
F - Construção	222.544.790,00	2	0,00	0
H - Transporte e armazenamento	8.051,30	3	8.051,30	65
J - Informação e Comunicação	3.713.375,28	13	74.778,00	605
K - Atividades financeiras e de seguros	3.914.598.316,32	46	68.248,19	548
M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	69.539.960,42	713	137.276,22	1115
N - Atividades administrativas e de serviços de apoio	1.334.243,09	9	80.216,40	649
O - Administração pública e defesa	44.701.440,06	210	1.120.044,00	9228
P - Educação	317.084.236,43	6490	558.048,96	3062
Q - Saúde e Assistência Social	250.086.409,59	250	867.548,40	7019
R - Artes, entretenimento e recreação	2.404.738,77	3	0,00	0
U - Atividades de organizações e órgãos extraterritoriais	1.753.554.468,17	93	3.090,00	25
Total Geral	6.633.556.082,94	7874	2.926.968,97	22459

Anexo VI – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Modalidade de Cooperação Internacional (2021)

Modalidades e Subitens de Cooperação Internacional	Gasto Total (R\$)	Número de Iniciativas	Gasto Total Horas Técnicas (R\$)	Número de Horas Técnicas
B - Contribuições Financeiras à Programas e Fundos	5.728.731.833,57	231	375.148,80	1408
B01 - Contribuições obrigatórias a ONGs, centros de pesquisa, PPPs e outros entes privados	2.336.958,33	3	300.000,00	800
B02a - Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	5.519.825.683,83	52	16.068,00	130
B02b - Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	47.656.458,39	166	28.922,40	234
B03 - Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	158.912.733,02	10	30.158,40	244
C - Projetos	1.951.455,46	16	1.044.650,70	8504
C01 - Projetos de Cooperação Internacional	1.951.455,46	16	1.044.650,70	8504
D - Cooperação Técnica	290.670.559,07	305	887.191,87	7531
D01 - Cooperação técnica em espécie (geral)	62.092.199,98	78	233.852,81	2071
D011 - Custos com especialistas	639.572,04	59	549.374,16	4619
D012 - Custos com diárias e passagens	1.155.825,71	11	7.539,60	61
D013 - Custos com serviços, materiais, equipamentos	224.639.458,02	134	0,00	0
D02 - Custos com treinamento e capacitação	2.143.503,32	23	96.425,30	780
E - Bolsas de Estudo e Gastos com Estudantes	298.234.214,02	6421	0,00	0
E01 - Bolsas/treinamento no Brasil	43.765.483,75	1922	0,00	0
E02 - Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	11.571.761,69	427	0,00	0
E03 - Bolsas/treinamento no Exterior	238.420.207,06	4042	0,00	0
E04 - Outros gastos relacionados a estudantes no Exterior	4.476.761,52	30	0,00	0
G - Custos Administrativos	25.840.468,93	8	0,00	0
G01 - Custos administrativos não incluídos em outros lugares	25.840.468,93	8	0,00	0

I - Apoio Refugiados, Solicitantes, Pessoas Protegidas	100.592.643,07	2	0,00	0
I02 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil (além do período de 12 meses)	100.053.643,07	1	0,00	0
I03 - Apoio a refugiados/pessoas protegidas - em outros países de asilo	539.000,00	1	0,00	0
J - Doações em Espécie	129.092.130,11	228	619.977,60	5016
J01 - Doações em espécie	129.092.130,11	228	619.977,60	5016
K - Pesquisa e Desenvolvimento	58.442.778,70	663	0,00	0
K01 - Pesquisa e Desenvolvimento (geral)	40.655.928,51	246	0,00	0
K012 - Pessoal de pesquisa	17.786.850,19	417	0,00	0
Total Geral	6.633.556.082,94	7874	2.926.968,97	22459

Anexo VII – Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por Arranjos e Canais de Cooperação Internacional (2021)

Arranjo de Cooperação e Canal	Gasto Total (R\$)	Gasto Total (%)	Número de Iniciativas	Número de Iniciativas (%)
COOPERAÇÃO SUL-NORTE	299.002.662,74	4,51%	4815	61,15%
11001 - Governo Federal	374.214,02	0,01%	52	0,66%
20000 - ONGs e Sociedade Civil	1.283,52	0,00%	1	0,01%
30000 - PPPs e Redes	1.080.000,00	0,02%	1	0,01%
40000 - Organizações Multilaterais	144.840,26	0,00%	1	0,01%
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	297.402.324,94	4,48%	4760	60,45%
COOPERAÇÃO SUL-SUL	4.465.040.625,03	67,31%	2771	35,19%
11001 - Governo Federal	490.877.850,35	7,40%	504	6,40%
11002 - Governo Estadual	2.202.961,27	0,03%	3	0,04%
11004 - Governo Municipal	1.771.827,43	0,03%	3	0,04%
30000 - PPPs e Redes	4.120.288,48	0,06%	3	0,04%
40000 - Organizações Multilaterais	3.913.028.374,45	58,99%	8	0,10%
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	53.039.323,05	0,80%	2250	28,58%
COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR	75.311.263,55	1,14%	82	1,04%
11001 - Governo Federal	55.794.023,25	0,84%	73	0,93%
11004 - Governo Municipal	121.132,65	0,00%	1	0,01%
20000 - ONGs e Sociedade Civil	0,00	0,00%	1	0,01%
40000 - Organizações Multilaterais	18.710.094,00	0,28%	3	0,04%
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	118.656,00	0,00%	2	0,03%
60000 - Instituições do Setor Privado	567.357,65	0,01%	2	0,03%
OUTRO	1.794.201.531,62	27,05%	206	2,62%
11001 - Governo Federal	2.179.129,54	0,03%	2	0,03%
40000 - Organizações Multilaterais	1.790.322.133,62	26,99%	171	2,17%
51000 - Instituições de Ensino ou Pesquisa	1.700.268,46	0,03%	33	0,42%
Total	6.633.556.082,94	100,00%	7874	100,00%